



KARL MARX

CONTRIBUIÇÃO À CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

expressão
POPULAR

KARL MARX

CONTRIBUIÇÃO À CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

Tradução e Introdução de
Florestan Fernandes

2ª edição

EDITORA
EXPRESSÃO POPULAR

São Paulo - 2008

Copyright © 2008, by Editora Expressão Popular

Título original: *Zur Kritik der Politischen Oekonomie*

Traduzido a partir de versões em inglês, francês e espanhol por Florestan Fernandes

Revisão da tradução: *Reinaldo A. Carcanholo*

Revisão: *Miguel Cavalcanti Yoshida, Geraldo Martins de Azevedo Filho e Haroldo Cevarolo*

Projeto gráfico, diagramação e capa: *ZAP Design*.

Impressão e acabamento: *Cromosete*

Arte da capa: *A Forja, Diego Rivera, 1908*.

SUMÁRIO

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

M392c Marx, Karl, 1818-1883
Contribuição à crítica da economia política / Karl Marx ;
tradução e introdução de Florestan Fernandes.—2.ed.— São
Paulo : Expressão Popular, 2008.
288 p.

Indexado em GeoDados - <http://www.geodados.uem.br>
ISBN 978-85-7743-048-2

1. Economia. 2. Economia política. 3. Economia marxista.
4. Capital (Economia). I. Fernandes, Florestan, trad. II. Título.

CDD 335.4
CDU 33

Bibliotecária: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desse livro pode ser utilizada
ou reproduzida sem a autorização da editora.

Edição revista e atualizada conforme nova ortografia.

1ª reimpressão: março de 2009

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR

Rua Abolição, 197 - Bela Vista

CEP 01319-010 – São Paulo-SP

Telefone: (11) 3112-0941 ou 3105-9500

vendas@expressaopopular.com.br

www.expressaopopular.com.br

APRESENTAÇÃO.....	9
INTRODUÇÃO	19
PREFÁCIO.....	45
CAPÍTULO I – A MERCADORIA	51
A – Resenha histórica da análise da mercadoria.....	81
CAPÍTULO II – O DINHEIRO OU A CIRCULAÇÃO SIMPLES.....	93
1 – Medida dos valores	94
B – Teorias sobre a unidade de medida do dinheiro	107
2 – Meio de circulação.....	118
a) A metamorfose das mercadorias	119
b) O curso do dinheiro	131
c) A moeda ou as espécies. O sinal de valor.....	141
3 – O dinheiro.....	158
a) Entesouramento.....	161
b) Meio de pagamento.....	175
c) O dinheiro universal	188
4 – Os metais preciosos.....	193
C – Teoria sobre os meios de circulação e sobre o dinheiro.....	199

ANEXOS

INTRODUÇÃO À *CONTRIBUIÇÃO À CRÍTICA*

<i>DA ECONOMIA POLÍTICA</i>	237
1. A produção em geral.....	237
2. A relação geral da produção com a distribuição, a troca e o consumo.....	244
a) A produção é também imediatamente consumo.....	246
b) Produção e distribuição.....	251
c) Troca e circulação.....	256
3. O método da Economia Política.....	257
4. Produção. Meios de produção e relações de produção, Relações de produção e de distribuição. Formas do Estado e da propriedade em sua relação com a produção e a distribuição. Relações jurídicas. Relações familiares.....	268

COMENTÁRIOS SOBRE A *CONTRIBUIÇÃO À CRÍTICA*

<i>DA ECONOMIA POLÍTICA, DE KARL MARX</i>	273
---	-----

NOTA EDITORIAL

A presente edição de *Contribuição à crítica da Economia Política* foi realizada a partir da edição preparada e traduzida por Florestan Fernandes para a editora Flama – dirigida pelo jornalista e dirigente do Partido Socialista Revolucionário (PSR) Hermínio Sacchetta – lançada no ano de 1946.

A tradução do texto foi realizada a partir das edições espanhola, francesa e inglesa, tendo o seu cotejamento com o original em alemão. A presente edição foi submetida a uma cuidadosa revisão técnica do prof. dr. Reinaldo Carcanholo da Universidade Federal do Espírito Santo. Acrescentamos também ao final do livro uma resenha da obra escrita por Friedrich Engels na primeira quinzena de agosto de 1859 – mesmo ano em que a obra foi originalmente publicada por Karl Marx.

Os termos que foram utilizados em outra língua, que não o alemão, no original, foram mantidos como tal seguidos por sua tradução entre colchetes. Nos anexos desse livro, a tradução está assinalada entre colchetes com a indicação N.E. As inserções entre colchetes nos anexos são do próprio original.

Os editores

"O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social." (Marx)



APRESENTAÇÃO

Há algo de curioso em Marx. Sobre ele e sobre sua obra existiram ao longo do tempo e continuam a existir diferentes atitudes. Entre elas, consideramos, devem ser citadas três que talvez sejam as mais importantes. Está aquela dos que odeiam Marx e nunca o leram, ao lado de uma outra dos que o amam, mas também nada leram de seus escritos. Finalmente a terceira atitude a ser mencionada é a daqueles que querem lê-lo, ou melhor, estudá-lo. E para que isso? Por que estudar a obra de Marx nos dias de hoje?

Claro que é possível estudá-la com objetivos exclusivamente acadêmicos, mas não seria o mais importante. O estudo aprofundado da teoria de Marx, em particular de sua teoria sobre o capitalismo, permitirá que encontremos respostas a algumas perguntas fundamentais para a humanidade. Mencionemos algumas delas.

Sobreviverá o capitalismo por muito mais tempo? O que tal sobrevivência reservaria para o futuro da humanidade? Ao con-

trário, quais são as possibilidades e perspectivas de uma nova era para a humanidade, organizada por meio de uma nova forma de sociedade? Que características básicas deverá ter a possível fase de transição para essa nova era? Que sacrifícios serão impostos à humanidade nessa fase?

Outras perguntas mais específicas são também importantes para nós. Que papel jogamos, aqueles que vivemos nos países da periferia, no capitalismo contemporâneo? Quais são as perspectivas para os povos desses países em um capitalismo que se conserve por muito mais tempo?

Muitos, alguns até por ingenuidade, se satisfazem com respostas triviais a essas perguntas. Graças a uma concepção metafísica, consideram que o ser humano é, por sua própria natureza transcendental, um ser egoísta e que o capitalismo é a forma mais perfeita de organização da sociedade, forma na qual o homem realizaria a sua essência, o egoísmo. Para eles, a humanidade teve história, mas não mais a terá. O capitalismo é a realização do paraíso na terra e, por isso, a história chegou ao seu fim. Os males e as misérias que observamos nos dias de hoje na humanidade, em certos espaços, não são o resultado desse sistema econômico e social, mas da sua ausência. Os que defendem essa perspectiva são os neoliberais. É verdade que há muito de hipocrisia nesse pensamento e seus defensores mais cínicos chegam até a admitir e a sustentar que a pobreza é uma necessidade do sistema, na medida em que o risco que ela representa, para cada um, é o motor a garantir que o ser humano desenvolva todo o seu potencial produtivo.

Existem outros que acreditam que o capitalismo pode sobreviver e resolver em grande parte seus males. Para isso, bastaria uma boa dose de vontade política. O Estado seria capaz, por meio de um conjunto de políticas adequadas, de solucionar ou no mínimo atenuar as contradições do sistema, de maneira a torná-lo mais humano. Aqueles um pouco mais lúcidos, dentro dessa visão, procuram encontrar, no meio da selvageria do capitalismo atual,

algum setor social que, por seus interesses objetivos, fosse capaz de sustentar um projeto político desse tipo. Tendem algumas vezes a atribuir esse papel a um setor da “burguesia progressista”, nacional talvez. No entanto, a verdade é que a evolução do capitalismo nas últimas décadas tende a reduzir o número daqueles que ainda acreditam nessa quimera.

Também existem aqueles que perderam totalmente as esperanças e não acreditam em nenhuma possibilidade de grandes transformações para a sociedade humana. O mundo capitalista seria inevitável e a única coisa que podemos fazer é obter pequenas mudanças, por meio de lutas parciais e fragmentárias. De certa maneira, concordam com os neoliberais, pelo menos no sentido de que uma divindade superior teria decretado que o capitalismo é o fim da história. Qualquer desejo de impulsionar grandes transformações na sociedade seria ilusório; toda tentativa de construir uma interpretação global que permita uma ação nesse sentido é fracassada; não há espaço para os metarrelatos. É a perspectiva pós-moderna. Nas sábias palavras, quase versos, de Néstor Kohan, trata-se da “legitimação metafísica da impotência política”.

Justamente ao contrário, a teoria de Marx é intrinsecamente revolucionária, anticapitalista e humanista. Ela é uma teoria que sustenta a esperança e nos entrega instrumentos para a ação transformadora. Ela, estudada em toda a sua profundidade, estabelece bases sólidas para que construamos de maneira sistemática e científica, sem concessões à metafísica, respostas àquelas perguntas e a muitas outras importantes.

É óbvio que não se encontrarão diretamente neste livro de Marx, *Contribuição à crítica da Economia Política*, as respostas imediatas às perguntas que nos preocupam. O livro trata de apresentar exclusivamente os elementos básicos e abstratos de um enorme corpo teórico, resultado da pesquisa científica de Marx, corpo esse desenvolvido ao longo da extensa obra marxista, que inclui, entre outros textos importantes, *O capital*. O aporte científico de

Marx consiste, na verdade, em um enorme edifício teórico sobre o capitalismo que precisa ser estudado e compreendido em toda a sua profundidade. Nele aparecem descobertas e expostas as leis gerais do funcionamento, desenvolvimento e dos limites da economia capitalista, que demonstram que se trata de uma fase social transitória no interior do processo de desenvolvimento da sociedade humana. Conhecer essas leis é o que permite adquirir uma sólida base para que cheguemos, com nosso esforço, a elaborar, também de maneira científica e não metafísica, respostas adequadas para as perguntas que nos interessam nos dias de hoje.

É a teoria do valor de Marx, em toda a sua amplitude (que engloba entre outras coisas a teoria do capital e da mais-valia, da exploração e do fetichismo, da desmaterialização da riqueza capitalista e, inclusive, a teoria da tendência decrescente da taxa de lucro), que nos permite entender a economia capitalista em suas determinações mais gerais. Compreender a fase atual que vivemos, além da necessidade de apropriar-se de maneira adequada dessa teoria, pressupõe um grande esforço científico de nossa parte. No entanto, tal esforço se vê em parte facilitado pelo método científico que nos foi legado por Marx e que precisa ser estudado.

A teoria marxista do valor permite-nos concluir, em primeiro lugar, que a contradição principal da atual fase capitalista é a que existe entre a produção e a apropriação da mais-valia, do excedente econômico em valor; que a atual expansão do capital especulativo e parasitário é a manifestação e o agravamento dessa contradição; que essa fase capitalista sobrevive até hoje, e o fez até agora, por mais de duas décadas, sobre a base de uma intensificação sem precedentes da exploração do trabalho. Tal exploração ocorre por meio da mais-valia relativa e absoluta, da superexploração dos trabalhadores assalariados e não assalariados de todo o mundo, incluindo os dos países mais miseráveis do planeta. A teoria do valor de Marx permite entender que essa fase capitalista não é eterna e que não poderá sobreviver por muito tempo mais.

Essa teoria, entendida em toda a sua profundidade, nos proporciona a convicção científica de que o capitalismo poderá sobreviver à destruição da sua fase atual especulativa, reformulando eventualmente seu funcionamento; mas só poderá fazê-lo destruindo o domínio do capital especulativo. Não há dúvida de que isso só será ou seria possível, ao contrário do que se pode imaginar, por meio de uma adicional elevação da exploração do trabalho, exploração essa que já se encontra em níveis exagerados. Tal situação implicará a intensificação e generalização da tragédia humana que já é manifesta em muitas partes do mundo contemporâneo. Pior que isso, a transição para uma eventual nova fase capitalista pressuporá períodos ou momentos ainda mais terríveis.

Entendida adequadamente, a teoria do valor de Marx leva-nos a concluir que a relativa comodidade em que se vive nos países mais ricos, mesmo uma parte de seus trabalhadores, não seria possível sem a pobreza e a miséria encontrada nos países periféricos. Nesse sentido, existe um excelente filme sobre o Norte da África, que não é um documentário mas uma ficção, cujo título em português é “A marcha”, e que apresenta como lema o seguinte: “eles são ricos porque somos pobres”. E poderíamos agregar: “nós somos pobres porque eles são ricos”. Obviamente que isso não significa, de nenhuma maneira, pensar que os trabalhadores daqueles países são exploradores de seus homólogos dos demais.

Finalmente, a teoria marxista permite entender que, ao mesmo tempo em que é possível uma nova etapa capitalista sob bases modificadas, justamente porque isso pressupõe um período ou momentos extremamente difíceis para a humanidade, abre-se a possibilidade da superação do próprio capitalismo. A transição para uma nova etapa capitalista ou para uma nova forma de sociedade radicalmente diferente, para o socialismo, é verdade, não consistirá em período dos mais belos da história. Ao contrário, será uma fase muito difícil para a humanidade. No entanto, se essas dificuldades estiverem efetivamente dentro de um processo de construção do

socialismo, pelo menos se abriria a possibilidade de superação da pré-história do homem e o início de sua verdadeira história. Abrir-se-iam, assim, as possibilidades de superação da violência contra a verdadeira natureza humana, de superação da alienação e do trabalho alienado. Vislumbrar-se-ia o surgimento de uma sociedade a ser organizada sobre a base do trabalho criativo e que garantiria a realização plena do ser humano.

Se estamos na vizinhança de uma nova fase ainda mais violenta e mais terrível do capitalismo ou nos albores de um novo mundo, isso dependerá de cada um de nós. Para Marx, a história é uma construção do ser humano, limitada apenas pelas amplas potencialidades de cada momento. A superação da pré-história da humanidade será uma construção consciente ou não será.

É indispensável estudar com profundidade a teoria marxista sobre o capitalismo e, em especial, suas determinações mais abstratas e essenciais. Este livro é fundamental para isso, embora, em nossa opinião, não deve ser o primeiro de Marx a ser lido. O núcleo central deste volume, ora publicado pela Editora Expressão Popular, está constituído pelo que se conhece propriamente como *Contribuição à crítica da Economia Política* (3) de Marx (escrita nos últimos meses de 1858 e janeiro do ano seguinte), imediatamente antecedido pelo seu “Prefácio” (2).^{*} Esses escritos aparecem neste volume acompanhados por outros textos relevantes. O que imediatamente segue a *Contribuição...* ficou conhecido como “Introdução” à *Contribuição à crítica da Economia Política*, ou simplesmente “Introdução” (4). Logo em seguida, encontramos dois artigos-resenha escritos (5) por Engels sobre a *Contribuição...*

Além de tudo isso, este volume da Editora Expressão Popular nos brinda com um excelente texto (1) de Florestan Fernandes, que é o tradutor das obras aqui apresentadas. Nele, Florestan discute

aspectos relevantes do método marxista e apresenta, também, uma ampla abordagem sobre críticas que são feitas a Marx por desconhecimento de sua obra, ao analisar a relação desse autor com outros especificamente da área das ciências sociais, em particular com sociólogos.

A *Contribuição...* (3) propriamente dita está dividida em duas grandes partes. Na primeira, se estuda a mercadoria e, na segunda, o dinheiro. Ambos os temas reaparecem n’ *O capital* com uma nova redação, melhorada segundo Marx.

O capítulo sobre a mercadoria n’ *O capital* é, de fato, uma redação mais elaborada e melhor estruturada do conteúdo da primeira parte da *Contribuição...* Resume alguns aspectos, mas amplia o tratamento de outros. Em particular, o estudo que Marx faz sobre o desenvolvimento dialético das formas do valor n’ *O capital*, que vai da forma simples à forma dinheiro, tema extremamente importante, é muito mais amplo e mais satisfatório que o tratamento da *Contribuição...* No entanto, no que se refere às categorias relativas ao trabalho (trabalho abstrato, útil, privado e social) e à sua relação com o valor, com o valor de uso e com a riqueza, o tratamento da *Contribuição...* aparece muito mais desenvolvido e aprofundado. A simples leitura d’ *O capital* nesse aspecto, em nossa opinião, é insuficiente e precisa se complementado com o que aparece neste volume.

Há uma dificuldade na *Contribuição...* Nela, Marx não distingue terminologicamente valor de valor de troca. Embora uma leitura atenta permita perceber essa distinção, o entendimento adequado do conceito, da sua essência e da aparência do fenômeno, fica dificultado. O autor muitas vezes fala de valor de troca quando deveria referir-se a valor. A terminologia mais precisa só virá à luz n’ *O capital*. Além disso, a exposição da passagem da aparência para a essência do valor, o que consideramos o salto mortal da análise, o descobrimento do valor por detrás do valor de troca, só aparece nesta última obra. E aparece de forma brilhante, embora

* O número entre parêntesis indica a ordem em que os textos aparecem neste livro.

** Ou, em algumas versões: Prólogo. “Preliminar” nas palavras de Florestan Fernandes.

extremamente reduzida e, por isso, algumas vezes não percebida em uma leitura mais apressada. Especialmente por todas as razões apontadas, em nossa opinião, o estudo da mercadoria não deve iniciar-se pela *Contribuição...*, mas com a leitura do primeiro capítulo d' *O capital* e complementada depois.

Não deixa de ter interesse o estudo das questões apresentadas na segunda parte da *Contribuição...*, a que trata do dinheiro, apesar de aparecerem com nova redação, em parte mais desenvolvida e mais elaborada, n' *O capital*, distribuídas no capítulo 3º do seu livro I e em diversas partes nos seus livros II e III.

Por outro lado, o "Prefácio" (2), apesar de ser um texto de dimensões reduzidas, poderia ser tratado como obra independente. Sua importância está no fato de apresentar, de um ponto de vista abstrato, a concepção marxista sobre o desenvolvimento histórico, a concepção dialética e materialista sobre a história da humanidade. Por se tratar de texto reduzido, aqueles que desejarem encontrar ali uma visão mecanicista e determinista poderão sair até certo ponto satisfeitos, mas isso está longe de ser a real perspectiva de Marx. Uma leitura mais atenta pode desfazer essa interpretação.

A "Introdução" (4) ou "Prólogo" não foi preparado por Marx para publicação. Trata-se de um texto referido por seu autor no "Prefácio" (2) como "esboço" e foi dele suprimido por razões expositivas. O nome "Introdução" ou "Prólogo" à *Contribuição à crítica da Economia Política* deve-se a Kautsky, seu primeiro editor, e aparece também como texto inicial do que ficou conhecido como *Grundrisse*, rascunhos de pesquisa escritos entre 1857 e 1858 por Marx. Talvez sua parte mais importante seja a de número três ("O método da Economia Política"), texto profundo e de compreensão difícil, único em que Marx expõe de maneira algo sistemática sua visão sobre o método científico para o estudo da sociedade humana. Assim, se a leitura da *Contribuição...* (3) deve ser, em nossa opinião, precedida pelo menos pelo estudo do capítulo sobre a mercadoria d' *O capital*, enfrentar as dificuldades do texto sobre o

método contido na "Introdução" exige muito mais. A leitura dessa parte deve ser deixada para depois de bem avançado o estudo da obra maior de Marx, *O capital*, em particular depois da leitura do primeiro capítulo do seu livro III.

Finalmente, as resenhas de Engels (5) publicadas neste volume também não deixam de ter interesse, em especial algumas observações suas sobre a questão do método marxista.

Terminemos esta apresentação voltando à questão apresentada no início. Há certa razão naquelas atitudes, as de amor e as de ódio, dos que nunca leram Marx. A perspectiva teórica marxista é intrinsecamente anticapitalista e é lógico que provoque sentimentos contraditórios. Mesmo exclusivamente por instinto, uns (os que objetivamente possuem) e outros (os que não possuem interesse na continuidade do sistema e dos privilégios que garante para alguns em contraste com a miséria dos outros), respectivamente, têm razões para o ódio e o amor por esse autor.

A dialética marxista é em si mesma revolucionária. Aqueles que são revolucionários por puro impulso do coração, por puro humanismo ou legítimo interesse objetivo, sairão fortalecidos nas suas convicções e muito mais eficazes na sua ação se, à sua emoção, adicionarem um sólido conhecimento científico sobre o capitalismo, sobre os seus determinantes e sobre os caminhos do processo revolucionário. Razão e coração juntos se completam.

A teoria de Marx nos ensina que precisamos, mais que nunca, lutar contra o capitalismo, pela humanidade.

"Hay que endurecerse, pero sin perder la ternura jamás."

Vitória, julho de 2007
Reinaldo A. Carcanholo

INTRODUÇÃO

A audácia desta introdução justifica-se como parte da tarefa atribuída pelos editores ao tradutor. Por isso, escrevo-a ao mesmo tempo contrafeito e com certo orgulho, ambos muito compreensíveis. Como os prefácios desse tipo são determinados pela natureza da obra, começarei pela própria crítica da economia política. Depois abordarei algumas questões gerais suscitadas por este livro e passarei à análise sumária da contribuição de Karl Marx e Friedrich Engels às ciências sociais e de sua influência sobre alguns autores contemporâneos. Por causa das dúvidas que estudos tendenciosos ou superficiais da obra científica de Marx transformaram em moeda corrente, senti-me obrigado a estender as indicações bibliográficas e a abusar de citações. Isso, contudo, poderá até ser algo útil a grande parte dos leitores, fornecendo-lhes alguns elementos para aprofundar seus estudos sobre as teorias de Karl Marx, que “tem nas ciências sociais posição análoga à de Galileu nas ciências físicas”,

de acordo com a opinião reconhecidamente justa do sociólogo estadunidense Albion W. Small.

A *Contribuição à crítica da Economia Política* tem uma importância particular na produção científica de Karl Marx. Embora certos autores, como Harold Laski,¹ confusamente a considerem, ao mesmo tempo, entre os “folhetos secundários” e como fundamento de *O capital* e principal fonte de informações sobre os seus métodos, esta obra ocupa um lugar de destaque na história da economia política, da sociologia econômica e da metodologia das ciências sociais. O conteúdo do livro, porém, foi roubado pela excelência do prefácio; a maioria dos seus leitores e críticos não tem passado daí. Todavia, como autoexposição, esse prefácio é o trabalho mais esquemático e condensado escrito por Marx. Por isso deu origem a inúmeros mal-entendidos, incompreensões e críticas injustas às suas concepções em geral, fora dos círculos estritamente marxistas.

Tanto este livro quanto *O capital*, nasceram da necessidade que Marx sentiu de dar bases teóricas mais sólidas ao programa político estabelecido em o *Manifesto do Partido Comunista*. E o próprio autor, no prólogo da primeira edição de *O capital*, apresenta o primeiro volume deste trabalho como continuação da *Contribuição à crítica da Economia Política*.² Há, todavia, diferenças essenciais no desenvolvimento de certas questões nas duas obras, tornando-as de fato reciprocamente complementares. O esboço da “Introdução à contribuição à crítica da Economia Política” merece, contudo, uma explicação. O manuscrito foi encontrado após a morte de Marx e publicado por Karl Kautsky.³ Na segunda edição de *Zur Kritik der Politischen Oekonomie*, em 1907 – a primeira edição é de 1859 –,

¹ Laski, Harold J. *Karl Marx*, Londres, 1922; tradução ao castelhano, México, 1935, pp. 42 e 43.

² *El capital*, ed. Fuente Cultural, tradução do prof. Manoel Pedrozo, México, s/d; I vol., p. 63.

³ Na revista *Die Neue Zeit*, em 1903.

Kautsky inseriu a “Introdução”. Posteriormente, passou a fazer parte das melhores edições da obra.

Na *Contribuição à crítica da Economia Política*, Marx estuda a mercadoria e o dinheiro ou a circulação simples, desenvolvendo de modo sistemático e completo sua teoria do valor e sua teoria monetária.⁴ É também, indubitavelmente, uma das fontes mais importantes – a outra é *O capital* – para o estudo do seu pensamento econômico. Porque a ampla bibliografia aproveitada e discutida por Marx mostra muito bem quais são as proporções de sua ligação com a Escola Clássica, tão exageradas mesmo pelos economistas mais cuidadosos e até pelos próprios marxistas. Verifica-se que principalmente aquela velha representação de Marx como um simples prolongamento de Ricardo não tem nenhuma consistência. E porque os economistas que exerceram influência mais forte, como Stuart, por exemplo, raramente são lembrados. Essa questão pode ser colocada nos devidos termos se considerarmos que Marx recebeu a herança que a Economia Política poderia dar-lhe no século 19, após uma longa evolução que começa no

⁴ Sobre a contribuição da *Contribuição à crítica da Economia Política* às ciências econômicas, consultem-se: Mehring, Franz – *The Life of Karl Marx*, New York, 1936, cap. IX, item 5; qualquer história da economia, como: Gide, Charles – *Histoire des Doctrines Economiques*, Paris, 1920; Hugon, Paul – *Elementos de história das doutrinas economicas*, 2ª edição, s/d, pp. 265-303; V. I. Ulianov (Lenin) – *Introduccion al Marxismo*, in: *El Capital*, op. cit., pp. 25-60 (sobre a doutrina econômica de Marx, pp. 36-46). É preciso tomar cuidado com certos “cientistas” muito apaixonados, como, por exemplo, Karl Worth Bigelow – *Economics*, pp. 367-373; cap. VII de *The History and Prospects of the Social Sciences*, ed. por H. E. Barnes, New York, 1925. A introdução mais compreensiva, equilibrada e imparcial que conheço à obra de Marx – contendo, além disso, apreciável aproveitamento do material apresentado na *Contribuição à crítica da Economia Política* – é a de Eric Roll: *Historia de Las Doctrinas Económicas*, tradução ao castelhano, México, 1942, Volume II, pp. 287-339. Analisando o problema do método, Roll diz que é impossível entender *O capital* sem passar antes pela *Contribuição à crítica da Economia Política* (p. 297). Werner Sombart, economista e sociólogo alemão, submeteu à rigorosa crítica as teorias de Marx sobre a concentração, a acumulação, a proletarianização crescente, as crises e a evolução catastrófica da economia capitalista ocidental, usando os dados da economia política moderna, em grande parte os de sua própria investigação. Os resultados da verificação demonstram a exatidão dos estudos de Marx, pois Sombart só teve oportunidade de fazer retificações parciais (veja-se: *El Socialismo y el Movimiento Social*, Santiago del Chile, 1936, pp. 75-88).

mercantilismo – relativamente a Marx podemos situar o início dessa evolução nas contribuições parciais dos gregos – e culmina nos trabalhos de Adam Smith e de toda a Escola Clássica. Esta também era um produto direto da época que mais o interessava, motivo por que deu maior atenção aos seus representantes, à sua crítica, e ao seu desenvolvimento.

Do ponto de vista metodológico, todavia, a obra de Marx representa uma ruptura profunda com a orientação científica dos economistas da Escola Clássica. As críticas mais severas que esta recebeu, e que têm sido utilizadas posteriormente contra pontos de vista semelhantes, foram na maior parte elaboradas por Marx, particularmente neste livro. O *homo economicus* [homem econômico – latim] dos clássicos e as abstrações calcadas sobre ele por Adam Smith e David Ricardo são violentamente rebatidos como “robinsonadas”,⁵ depois de uma minuciosa interpretação das suas raízes históricas e sociais. Contra essa concepção individualista, Marx antepõe um novo critério de realismo econômico, o qual situa esta obra como a primeira contribuição séria aos estudos da Sociologia Econômica:

como os indivíduos produzem em sociedade, a produção de indivíduos, socialmente determinada, é naturalmente o ponto de partida (...)

Este é o livro de suas frases famosas por excelência; a seguinte, porém, mostra que entidade econômica substitui aquele ser fantástico, quase “hoffmanniano”, dos antigos clássicos:

O homem, no sentido mais literal, é um *zoon politikon* [animal político – grego], não somente um animal sociável senão também um animal que só pode se isolar dentro da sociedade.

Eram, pois, os “indivíduos sociais”, na expressão do próprio Marx, que substituíam aquele homem metafísico no cenário da Economia Política. Ao mesmo tempo fazia severas restrições aos

⁵ Veja-se “Introdução etc.” em anexo; citações de Marx, sem referências bibliográficas, são tiradas deste livro.

métodos naturalistas dos clássicos, os quais davam uma perspectiva falsa das leis econômicas – transformadas em leis gerais e eternas, numa mal-entendida aplicação do conceito de lei científica, tomado às ciências físicas da época. Marx evidencia que não se tratava apenas de mostrar que a produção é determinada socialmente, mas que, exatamente por isso, era preciso considerá-la em sua diferenciação temporal e espacial. Como se restringira previamente ao estudo da organização capitalista da sociedade e da economia capitalista correspondente, ajunta mais adiante que se devia estudar a “produção em um grau determinado de desenvolvimento social”. As leis da Economia, por conseguinte, se tinham em comum com as leis das ciências físicas um duplo caráter de necessidade e de generalidade, não se confundiam com aquelas quanto à forma e ao funcionamento. As diferenças pareciam-lhe evidentes. O problema não era a natureza, como nas ciências físicas, mas o homem diante da natureza e dos outros homens, isto é, de seres dotados de consciência e de vontade, capazes de modificar, inclusive, a natureza e de orientar a sua ação em direções socialmente determinadas.

Isso nos leva às questões metodológicas, onde se concentra o melhor da herança de Marx às modernas ciências sociais e à contribuição substancial do presente livro. As leis a que as “ciências históricas” – todas as ciências não naturais – podem chegar são leis históricas, porque cada período histórico se rege por suas próprias leis. Essa ideia já havia sido formulada com veemência na polêmica com Proudhon – as leis econômicas manifestam-se enquanto duram as relações que exprimem. “São produtos históricos e transitórios”.⁶ Por isso, no estudo verdadeiramente científico do processo social e do mecanismo de desenvolvimento interno das sociedades, o que importa não é aquilo que é comum, simplesmente, que pode existir em todas as sociedades ou numa mesma sociedade durante sua evolução econômica e social. Marx não nega,

⁶ Veja-se *Miséria da Filosofia*, Editora Flama, S. Paulo, 1946, p. 103.

ao contrário, a persistência de certos elementos, durante o processo de desenvolvimento acumulativo da cultura. Apenas põe em dúvida o valor explicativo desses elementos comuns, considerados isolada e abstratamente, aos quais os economistas clássicos e os sociólogos organicistas davam tanto valor, por causa de sua concepção naturalista das ciências sociais. Utilizando-se de uma imagem, diz: “precisamente o que constitui seu desenvolvimento (dos idiomas) é o que os diferencia desses elementos gerais e comuns”.

Ora, o problema, no fundo, é uma questão de lógica: na concepção naturalista sacrifica-se a diferença essencial à unidade. De outro lado, se Marx fizesse somente o contrário, isto é, se sacrificasse a última à oposição, entraria em conflito aberto com sua concepção da realidade. O impasse foi resolvido dentro da lógica hegeliana: o próprio movimento da realidade estabelece uma lei de interpenetração dos contrários, por meio da qual é possível compreender inclusive o elemento comum e sua validade como fator explicativo. Sem os elementos comuns, o próprio desenvolvimento acumulativo da cultura e as transições bruscas de um período histórico para outro, com as correspondentes mudanças de organização social motivadas pelas transformações das relações de produção, seriam inexplicáveis. Marx deixa isso bem claro na primeira parte da frase acima citada: “sem elas (as determinações comuns) não poderia conceber-se nenhuma produção (...)”.

Dessa forma, o que havia de essencial e de fecundo no “método naturalista”, que permite apanhar o que é geral nas coisas; e o que havia de essencial no “método histórico”, que permite captar as coisas em sua singularidade – deram origem a um novo método de trabalho científico, conhecido posteriormente sob o nome de “materialismo histórico”. Esses resultados a que Karl Marx chegou marcaram uma nova etapa na história das investigações científicas, pois desdobraram diante das “ciências históricas” – ou ciências sociais como dizemos atualmente – novas possibilidades de desenvolvimento científico. Com o emprego desse método, a

Economia Política tornou-se verdadeiramente uma ciência social, estando apta para dar uma explicação realmente científica e logicamente válida da moderna sociedade capitalista, por exemplo, a cujo estudo se dedicara Karl Marx. A passagem da economia feudal para a economia capitalista e a concomitante substituição das leis que regem a vida social nas sociedades feudais pelas leis que regem a vida social moderna puderam receber uma explicação científica. As diferenças, que afugentaram os clássicos e os “comtistas” – obrigando-os a lidar com elementos que, se explicavam a economia e a sociedade, não o faziam completamente – transformaram-se num dos elementos fundamentais, ao lado dos antigos critérios, da investigação e da explicação científica tanto da estática quanto da dinâmica social. Principalmente os erros de Comte e dos “evolucionistas” eram postos de lado, pois as ciências sociais abandonavam os projetos do filósofo francês – a busca de leis gerais do funcionamento da sociedade e do desenvolvimento da humanidade – para estudar apenas um tipo de sociedade: a sociedade europeia capitalista, num dado período de tempo, mais ou menos delimitado entre o século 19 e toda a fase anterior de ascensão e vitória da burguesia. Outras consequências do método introduzido por Marx, apenas implícitos nessa breve exposição, são: 1º) as condições em que a generalização é legítima: as leis sociais e econômicas só são válidas para determinadas formas sociais e durante um período determinado de seu desenvolvimento; 2º) a noção de determinismo: existe regularidade nos fenômenos sociais, mas a vontade humana intervém nos acontecimentos históricos – só na natureza ocorre o inevitável; em *O 18 brumário de Luís Bonaparte* escreveu a esse respeito: “os próprios homens fazem a sua história, mas não a fazem arbitrariamente, e sim em certas condições determinadas”; 3º) a noção de interdependência dos fatos sociais: os fatos sociais articulam-se entre si por conexões íntimas; a antiga noção de *consensus* [consenso – latim] de Augusto Comte recebe uma formulação mais objetiva: “o resultado a que

chegamos não é que a produção, a distribuição, a troca, o consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças numa unidade”; 4º – existência de fatores dominantes: um fator desempenha a função de fator dominante – a produção nas modernas sociedades capitalistas⁷ – atuando sobre os demais fatores em termos de “relações recíprocas determinadas”.⁸

Isso não esgota, porém, tudo o que a *Contribuição à crítica da Economia Política* sugere do ponto de vista metodológico. Nesta obra é ainda possível estudar o método de Marx quando ele se apresenta na forma de processo geral de trabalho. Segundo Marx, pode-se estudar os fenômenos econômicos de duas maneiras – adotando-se um método analítico ou um método sintético. No primeiro caso, fragmentamos progressivamente a realidade, atomizando-a, e passando a conceitos cada vez mais simples. Quando se tem esses elementos, porém, é possível uma espécie de viagem de retorno. Assim, pode-se substituir uma visão caótica da realidade constituída de abstrações por um sistema de conceitos e de determinações logicamente sistematizados. Voltamos, de novo, ao problema proposto acima, do conceito hegeliano: “o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”, diz Marx. Por isso, o concreto aparece no pensamento como um resultado e não como um ponto de partida. O conhecimento obtido desse modo é uma verdadeira reprodução da realidade. Marx considera este o método cientificamente exato; o primeiro, entretanto, era e ainda é muito usado na Economia Política. Marx foi levado à escolha do método sintético por um problema muito sério: a crítica da Economia Política podia ser feita de duas maneiras – historicamente ou logicamente.⁹ É evidente que as bases

⁷ Porque Marx dá maior ênfase às instituições econômicas, Frank H. Hankins o situa entre os “deterministas culturais” (veja-se o cap. “Sociology”, in: *History and prospects of the social sciences*, op. cit., p. 324).

⁸ Destaque de Florestan Fernandes.

⁹ Friedrich Engels: “Sobre el Materialismo y la Dialéctica de Marx”, in: *Introducción a la filosofía y al materialismo dialéctico*, México s/d, p. 221; veja-se também Marx *El capital*, op. cit., p. 64.

para a sistematização lógica da Economia Política podem ser fornecidas pelo desenvolvimento histórico de sua literatura. Esta, todavia, só seria inteligível pelo estudo das sociedades capitalistas modernas.

Isso complica sobremaneira a questão. Por isso, Marx preferiu o tratamento lógico, no fundo também um método histórico, por ser dialético. Muito importante a esse respeito parece-me o seguinte trecho de Engels:

a cadeia de pensamento deve ter início com o que a história começa e o seu curso subsequente não deve ser outra coisa senão a imagem exata do curso histórico em uma forma teórica e abstrata, mas corrigida de acordo com as leis dadas pelo curso real da própria história, em que cada fator deve ser considerado na completa maturidade de seu desenvolvimento em sua forma clássica.¹⁰

Chegamos, pois, aos mesmos resultados anteriores. No campo metodológico, Marx conseguiu fundir dois métodos aparentemente antagônicos e contraditórios em um só método científico – o materialismo histórico. Mas, naquele momento, o principal objetivo era mostrar como Marx chegou à elaboração de um método novo, através da crítica da concepção naturalista em ciências sociais (clássicos, “comtistas” etc.). Neste passo da exposição podemos compreender, entretanto, agora positivamente, porque Marx chegara àqueles resultados. Isso de fato só foi possível graças à sua concepção de dialética: possibilidade de um conhecimento sintético e completo da realidade – o conceito como reprodução do concreto, noção hegeliana – e a existência de um movimento dialético imanente às próprias coisas (desenvolvimento das formas sociais, como movimento do real, no tempo, por exemplo), que nos afasta de Hegel.

A barreira que tem afastado de Marx uma grande parte dos cientistas sociais é ao mesmo tempo um dos elementos fundamentais da teoria marxista do conhecimento. Trata-se das relações

¹⁰ *Idem, ibidem.*

entre teoria e prática. A Economia, a Sociologia etc. nasceram e se desenvolveram sob o signo da ação; o ideal de seus fundadores era conseguir o controle da vida social para os homens, como já havia sido parcialmente realizado em relação às forças da natureza. Mais do que isso, pensavam em obter, por meio das ciências sociais particulares, técnicas sociais tão perfeitas que se poderia, no futuro, organizar racionalmente a sociedade, segundo planos sociais, econômicos etc., de modo a reduzir ao mínimo os desperdícios de energia humana e os desajustamentos sociais. Todavia, apesar de toda a nostalgia da prática, teoria e ação são distanciadas de tal forma, que afinal de contas tem-se o direito de perguntar a que espécie de aplicação aspiram e que eficiência prática pode ter uma teoria cuja prova é sempre ministrada teoricamente. Nos últimos tempos, a posição de um Manheim e a de um Freyer indicam claramente que essa atitude está se modificando, e que é possível esperar maior coerência para o futuro; também, as ciências sociais têm alargado as suas esferas de aplicação. Entretanto, o progresso ainda não foi bastante rápido a ponto de permitir: 1º) uma redefinição das relações entre teoria e prática; 2º) uma compreensão, pelo menos, da posição exata do problema em Marx. Por isso, as críticas que lhe são dirigidas revelam em alto grau o caráter de conflito de concepções antagônicas; como muitas vezes nesses conflitos se descarregam fortes tensões emocionais, alguns autores não têm podido evitar o uso de certos recursos inconsistentes de crítica – saindo, assim, do campo estritamente científico. O método mais seguido é o de afirmar enfaticamente que Marx não contém nenhuma novidade – é um simples erudito que se pôs a serviço de uma causa, o comunismo.¹¹ Outros são mais circunspectos e, medindo a estatura do adversário, procuram provar que Marx não é um *deus ex machina* [pessoa que inesperadamente propicia uma solução para uma situação difícil – latim]; que, ao contrário,

¹¹ Paul H. Furfey: *A history of social thought*, Nova York, 1942, p. 298.

suas ideias remontam ao passado longínquo ou pelo menos eram característicos dos séculos 18 e 19.¹² Isso, além de não esclarecer nenhum problema na forma pela qual é feita a exposição, é uma tautologia. Outros ainda acusam-no de racista, de germanista etc., numa série de desafinamentos ao espírito de cordialidade inerente ao “desinteresse científico”. Tudo isso, porém, é lançado à maneira de exórdio, como uma fase preparatória ao objetivo final: a sua concepção de ciência, das funções da teoria em relação à prática. Quem não se aproxima corretamente de um problema, é claro, também não está em condições de resolvê-lo. Em consequência, os autores praticam distorções que só seriam possíveis após uma análise mais meticulosa e objetiva. A mais elementar consiste em separar os resultados obtidos dos métodos utilizados por Marx em nome do benefício da ciência.¹³ Quanto às questões que tal conduta levanta: a) seria possível chegar aos mesmos resultados por meio de outros métodos?; b) que critérios são usados nas duas situações diferentes para evidenciar do verdadeiro e do falso?; c) os métodos não estão obrigatoriamente conformados a diversas concepções de vida e do universo fundamentadas em postulados distintos? etc. Quanto a tais questões, nada se pronuncia. A mais radical, porém, vai mais longe, oferecendo aparentemente muito menos: procura isolar o fator explicativo usado por Marx e utilizá-lo em sua pureza quase de laboratório. Desse modo, o “materialismo econômico” dá lugar, por exemplo, a uma “interpretação econômica da história” (Seligman). O que esse autor faz é digno de nota, porque mostra exatamente como as coisas se passam. G. Sorel, no prefácio do seu trabalho, dá uma ideia clara do conteúdo e da finalidade do livro:

¹² Pitirim A. Sorokin: *Les théories sociologiques contemporaines*, Paris, 1938, pp. 377-384; Edwin R. A. Seligman: *L'interprétation économique de l'histoire*, Paris, 1911, cap. IV; análises equilibradas são as de Lenin, *op. cit.*; e Werner Sombart: *El Socialismo y el Movimiento Social*, *op. cit.*, cap. III.

¹³ Charles A. Ellwood: *A history of social philosophy*, New York, 1939, p. 328.

o teórico do método histórico que deseja escrever um tratado inspirando-se nas ideias marxistas deve começar por afastar tudo aquilo que é especificamente revolucionário.¹⁴

E como Seligman procura realizar os seus propósitos? De modo bem simples. Primeiro, porém, vejamos duas citações que mostram o que entendia dos métodos e da concepção de ciência de Karl Marx: “a tendência do pensamento moderno é a de pôr em relevo as relações antes que as diferenças” e “é preciso contar com o fator histórico no econômico”.¹⁵ Ora, o caminho escolhido, do ponto de vista metodológico, é exatamente o contrário do percorrido por Marx; a concepção de história de Seligman é naturalista e o método que propõe seguir é um método generalizador. Em segundo lugar, é contraditório. Com o auxílio desses instrumentos de trabalho não se poderia captar o fenômeno econômico nas situações típicas ou singulares. Essa contradição, como foi visto acima, já havia sido superada por Marx. Assim, Seligman tinha que chegar inevitavelmente onde chegou: a uma estreita interpretação econômica da história que nada tem em comum com a teoria marxista. O fator econômico, *stricto sensu* [em sentido restrito – latim], determina a vida social e explica o processo histórico. Pode-se, portanto, dizer que esse autor conseguiu separar o lado teórico do lado prático do “materialismo histórico”? Evidentemente não, porque ambos os aspectos foram desprezados. A sua teoria é estranha em relação à primeira e de fato não está em condições de responder à pergunta: é possível separar no “materialismo histórico” a teoria da prática, ao contrário do que formulara Marx? Ainda assim, aceitou-se a experiência como positiva. Muitos autores pensam que esse é um pressuposto sobre o qual tudo foi dito.

Muito menos difícil que separar a teoria da prática deveria ser a tentativa inversa. Afinal de contas, os preconceitos são menores.

¹⁴ E. R. A. Seligman, *op. cit.*, Prefácio, p. III. Veja-se também p. XXVIII.

¹⁵ *Op. cit.* pp. 2 e 155-156, respectivamente,

No mínimo, estaríamos submetendo a ação a uma nova teoria. Essa tarefa foi tentada por Werner Sombart. Por esquisito que pareça, Sombart, que é um dos sociólogos e economistas europeus que mais leram Marx, repete aqui algumas noções comuns, embora o faça com certa habilidade. Para ele, o problema consiste em separar o socialismo da ciência. Marx não se dedicou à construção do Estado futuro ideal; por causa de “uma repugnância inaudita pelas utopias” e também por falta de imaginação, diz-nos. Isso tem sido fatal para o movimento social do proletariado, ajunta Sombart, porque exclui os motivos ideais da ação iludindo e enfraquecendo sua vontade pela promessa do advento natural e inevitável do socialismo. De fato, ao contrário dos socialistas franceses que combateu por causa disso, Marx sabia muito bem que não podia construir a história do futuro em sua cabeça; o caráter científico que procurou dar ao socialismo compreendia submissão à realidade e ação racional. Mas, submissão à realidade como meio e não como fim. Sombart equivocou-se.

A liberdade consiste em compreender a necessidade. A necessidade só é cega enquanto não é compreendida.

Essas palavras de Engels definem maravilhosamente a orientação que ele e Marx deram ao socialismo. Seria inútil repetir aqui o que já foi visto a respeito do papel do homem na história, e de como persegue socialmente os ideais que também são socialmente necessários. O socialismo, como movimento social de classes, devia conformar-se, pois, a esses ideais; e realizá-los. Essa ideia mecanicista de determinismo, levantada por Sombart, é ressuscitada a cada passo e jogada diante de Marx, que, entretanto, ajudou a enterrá-la. Isso implica uma conclusão correspondente à do caso inverso anterior: ainda aqui não foi possível separar teoria e prática no pensamento marxista e portanto provar a viabilidade dessa separação.

As confusões que um conhecimento apressado de sua obra engendra no espírito de certos autores podem ser apreciadas no

manual de sociologia de L. van Wiese. Esse autor situa Marx entre os organicistas e dá especial atenção às influências do positivismo (exemplifica com Comte e Spencer), em seu pensamento científico. Dois lapsos graves, porque falseiam a sua localização na história das ciências sociais. O positivismo exerceu maior influência sobre Marx apenas como filosofia das ciências. Quando conheceu a obra de Comte, Marx já havia realizado aquela passagem do idealismo hegeliano ao materialismo, através de Feuerbach; isso quer dizer que já estava senhor dos pontos fundamentais de sua concepção do mundo. Principalmente o que alguns autores chamam de “historicismo crítico” em sua obra já era algo bem definido nos seus estudos da época em que permaneceu na França. Porém, mesmo no campo restrito da filosofia das ciências, a obra metodológica de Marx é a primeira reação no século 19 contra os métodos naturalistas, em particular em sua forma positivista, e contra a ideia de sua aplicação pura e simples ao estudo dos fenômenos sociais. Essa aplicação, para ser fecunda, devia sujeitar-se às modificações exigidas pela natureza do próprio objeto das ciências sociais. Isso abre a caminho para mostrar a improcedência de outra afirmação: Marx nunca poderia ser um organicista, negando-se a aplicar os critérios de explicação e os métodos de investigação naturalista ao estudo da realidade social. A aceitação desses critérios e métodos, sem maiores reservas, é que levou muitos sociólogos seus contemporâneos (Lilienfeld, Spencer, Schäeffle etc.) ao emprego de analogias abusivas entre organismo humano e sociedade. Porque não lhe dava a necessária perspectiva da especificidade do social, tão viva e larga, ao contrário, em Karl Marx. A afirmação parece-me mais estranha, todavia, porque o próprio Marx criticou diretamente os “darwinistas sociais”.

As confusões relativas à filiação histórica de seu pensamento, entretanto, assumem proporções microscópicas diante das violentas distorções de caráter interpretativo, praticadas sem um conhecimento completo tanto da posição de Marx em relação aos

problemas científicos do século 19, quanto de sua própria obra. Aqui aparece em maior dose um fator subjetivo – o que perturba igualmente o entendimento de afeiçoados e de inimigos propondo questões de raciocínio em termos de preferências afetivas e de classes. De fato, é difícil distinguir quem mais contribuiu para a incompreensão de Marx: se certos pretensos marxistas ou se seus “críticos burgueses”. Os primeiros, em grande parte, por necessidades práticas; os segundos, por tomarem como ponto de partida e fonte de informações exclusiva de suas críticas as esquematizações feitas pelos marxistas – ou pelo próprio Marx – ao sabor das lutas políticas. Isso não levaria a resultados tão graves se as críticas fossem proporcionais ao material utilizado ou se se conformassem ao próprio caráter prático desse material. Compreende-se que depois de certo tempo tais autores lidam com fantasmas – com as ideias a respeito de Marx e não com as deste mesmo. Esse mecanismo é facilmente perceptível num crítico como Pitirim Sorokin.¹⁶ A análise das críticas desse autor – apenas as duas primeiras, que têm um aspecto de seriedade – pode levar a conclusões interessantes, ensinando-nos também os atalhos que se devem evitar, para se conhecer Marx.

A primeira observação que o seu esforço nos sugere é que a falta de trato com as obras de Marx o privou do conhecimento de sua terminologia. Daí apareceram algumas palavras com significados ambíguos, escolhidos pelo autor em seu estoque pessoal ou no das modernas ciências sociais, numa verdadeira orgia de violentações verbais. Assim, por exemplo: atribui a “modo de produção” uma acepção restrita, sensivelmente no sentido que os clássicos tomavam o termo “produção”. Porém, “modo de produção” não é a mesma coisa que “produção” no sentido positivista, usado pelos clássicos, envolvendo a determinação dos caracteres gerais e a-históricos

¹⁶ *Les théories sociologiques contemporaines, op. cit.*, pp. 384 e seg.; é útil esclarecer que o autor não passou do “prólogo” de *Contribuição à crítica da Economia Política*, chegando a quase reproduzi-lo.

de uma das esferas da economia. Ao contrário, na terminologia marxista, “modo de produção” implica todo um complexo socio-cultural, extremamente típico e variável; compreende as noções de forma social e de conteúdo material em sua correspondência efetiva. Contra Adam Smith e Ricardo, Karl Marx emprega um conceito sintético, contrapondo-o, como uma “reprodução da realidade”, ao primitivo conceito analítico. Por isso, compreende nele três elementos essenciais, em geral considerados isoladamente por seus críticos: a) as forças materiais de produção (as forças naturais e os instrumentos de produção como máquinas, técnicas, invenções etc.); b) um sistema de relações sociais, que definem a posição relativa de cada indivíduo na sociedade através do seu *status* econômico; c) um sistema de padrões de comportamento, de que depende a preservação ou transformação da estrutura social existente. Esses elementos são interativos. Qualquer mudança numa das esferas provoca mudanças concomitantes nas demais. As duas últimas, nas sociedades capitalistas europeias, esclarece Marx, dependem da forma imediata da primeira, que assim constitui a base material do “modo de produção”. Mas a articulação das três com o sistema social geral não é uniforme – a das duas últimas é muito maior. Por isso o que é efeito num momento torna-se a causa em outro (modificações no sistema social geral em função do modo de produção). Deixando tudo isso de lado, Sorokin maneja o conceito defeituosamente – reduzindo-o implicitamente à sua primeira esfera como se fosse possível lidar com os fenômenos sociais como o químico lida com os corpos simples nas experiências de laboratório. Entretanto, indo um pouco mais longe, procura descobrir aí a relação causal mecanicista. Satisfeito com a descoberta, endereça a Marx todas as restrições que este fizera, no século 19, ao conceito de relação causal unilateral e irreversível, que suprime a possibilidade da transformação do efeito em causa. A confusão é evidente. Sorokin pretende estudar as correlações entre os diversos fenômenos sociais; e os métodos que indica nos mostram em

que consiste a sua confusão. Onde Marx enxerga uma totalidade em processo, Sorokin vê um sistema de forças interrelacionadas. Assim, enquanto para o primeiro importava descobrir as leis que explicavam a sociedade capitalista europeia do século 19, que explicariam também a transitoriedade do capitalismo, o segundo quer saber que relações existem entre o fenômeno religioso e o econômico, o fenômeno religioso e o político etc., tomando um dos termos como variável independente e o outro como função. As conclusões de Marx indicavam-lhe que essas relações são variáveis de sociedade para sociedade e numa mesma sociedade ao longo do seu desenvolvimento histórico; mas Sorokin pensava em certa forma muito sua de funcionalismo, capaz de fornecer-lhe verdades universais, leis válidas para qualquer tipo de sociedade. Novamente nos defrontamos com o problema metodológico: Sorokin, ao contrário de Marx, tem uma concepção naturalista das ciências sociais e defende por conseguinte um método quantitativo e generalizador. Entretanto, salta sobre essas diferenças, atacando a obra de Marx de uma perspectiva falsa.

A segunda crítica de Sorokin está impregnada de acentuado sensacionalismo científico. Todavia, no fundo é um simples prolongamento do equívoco anterior. A sua principal dificuldade, aqui, é o princípio de contradição. Parece-lhe que o “fenômeno econômico” é concebido ao mesmo tempo como uma coisa e o seu contrário: o que negaria a noção científica de relação uniforme de causa e efeito, isto é, a noção do determinismo científico. Existem aí não um, mas dois equívocos. As confusões de Sorokin desenvolvem-se segundo uma progressão geométrica. Primeiro, seria de fato uma coisa extraordinária encontrar-se um hegeliano autêntico capaz de pensar a realidade de acordo com os princípios da lógica formal. Segundo, Marx não nega a noção de regularidade dos fenômenos sociais, como foi visto acima.

Verifica-se, pois, que os principais obstáculos à compreensão de Marx pelos autores que encaram as ciências sociais como ciências

naturais são de natureza metodológica. Todavia, os autores que têm uma perspectiva histórica estrita, que concebem as ciências sociais ou culturais como eminentemente particularizadoras – ao contrário das ciências naturais – não revelam melhor entendimento em relação à sua obra. A análise superficial da abordagem marxista impede-lhes uma visão adequada e profunda do problema metodológico em Karl Marx. Por isso, a síntese conseguida entre os métodos generalizadores, das ciências naturais, e particularizadores, das ciências históricas, através do materialismo histórico, assume as proporções irreais de um naturalismo exagerado. Heimsoeth, por exemplo, situa corretamente a posição de Feuerbach na filosofia alemã do século 19.¹⁷ Vê muito bem que, embora as transformações operadas no hegelianismo por esse filósofo correspondessem a um progresso do pensamento ocidental, a questão tal como ele a deixava colocada conduzia à negação do lugar do homem no cosmos e na história. E vê, também, como os perigos implícitos nessa posição foram concretizados pela ciência da época, que dissolveu a liberdade e a responsabilidade do homem num sistema mecanicista. São duas formulações preciosas para o entendimento do papel muito particular de Karl Marx no pensamento europeu. Não obstante, pouco depois o autor evidencia a nenhuma importância que dá aos seus próprios conhecimentos. Na análise da ruptura metodológica e ontológica com o naturalismo, operada no seio da Sociologia, considera naturalista o conceito de sociedade de Marx. No fundo, explica, o fato econômico leva em seus flancos toda uma teoria naturalista do ser. O mesmo raciocínio, de caráter exclusivamente dedutivo – não fundamentado na obra de Marx – é feito por Heinrich Rickert¹⁸ que, aliás, se define de modo muito vago diante do materialismo histórico. Para esse autor, os movi-

mentos econômicos permitem um grau de abstração muito mais elevado que os demais fenômenos estudados pelas outras “ciências culturais”. Por isso, o conhecimento do típico ou do particular cede o primeiro plano, na Economia, aos conceitos relativamente universais. O materialismo histórico, portanto, transforma a história em história natural generalizadora, por interpretá-la em função do econômico. As restrições ao materialismo histórico, propriamente ditas, são formuladas após esse exórdio. Rickert simplifica o problema à escolha do fator explicativo: separação do que é essencial do que é acessório na história.¹⁹ Ora, essa escolha é sempre problemática, diz, pode depender do capricho ou da política. No caso do materialismo histórico a seleção do fator explicativo é de natureza política. Os valores econômicos são colocados de modo absoluto, de tal forma que tudo que não for cultura econômica é reduzido a reflexo. Desenvolve-se, daí, uma concepção metafísica e os valores econômicos são hipostasiados como verdadeira e única realidade. “Com a seguinte diferença apenas: que, em lugar dos ideais da cabeça, colocavam-se os ideais do estômago”.²⁰ O valor do materialismo histórico é de ordem puramente complementar: supre uma velha lacuna, dando maior importância à vida econômica, considerada indevidamente pelos antigos historiadores.

Vindo de onde vêm, essas restrições são espantosas. Rickert caracteriza-se por sua intransigência na fundamentação histórica das ciências culturais; em relação à Economia, por exemplo, a única coisa que recusa com ênfase é que ela proceda exclusivamente por generalização. Estamos pois, no âmbito de Marx e do materialismo histórico. O combate irrefletido a uma teoria que tem vários pontos de contato – e alguns, como este, essenciais – com a sua mesma,

¹⁷ Heinz Heimsoeth: “O homem e a história”, in: *A filosofia no século 20*, S. Paulo, 1938, pp. 95-155. Vejam-se: pp. 95-96 e 135-137.

¹⁸ *Ciência cultural y ciencia natural*, Buenos Aires, 1943, pp. 183-186.

¹⁹ Algumas passagens desse trecho fazem pensar em explosão de recalques; por meio de uma nota de rodapé, fica-se sabendo, também, que o sociólogo alemão Ferdinand Tönnies criticou Rickert de maneira crepitante, sentindo-se “pessoalmente irritado com o acento depreciativo de sua exposição”.

²⁰ *Op. cit.*, p. 185.

torna-o de fato bastante contraditório. Deixando de lado essa questão, todavia, há outros reparos a fazer. O fenômeno econômico é tomado abusivamente num sentido restrito e não em sentido lato. Isso tem uma importância particularíssima, agora, por causa da própria noção de historicidade do econômico. Se quiséssemos fazer uma comparação, a ideia de histórico de Marx está para a de Rickert como o masculino se opõe ao feminino. O fato econômico não é histórico apenas porque se pode apresentar de um modo típico (Rickert), mas ele existe de um modo típico exatamente porque é social (Marx). O seu caráter histórico depende diretamente da totalidade das ligações que o articula à estrutura e à cultura de um povo em uma fase determinada de seu desenvolvimento no tempo. Pondo de lado aquelas considerações obsoletas a respeito dos ideais e da reificação da cultura econômica no materialismo histórico, mais que rebatidas, constata-se que a única objeção séria é a que se dirige às bases valorativas dessa teoria. Mas é verdadeiro que Marx escolheu pré-determinadamente o fator econômico e atribuiu-lhe de modo antecipado a sua validade explicativa? De acordo com o testemunho do próprio Marx – que se dedicara ao estudo da Economia depois de passar pelo campo da Filosofia, da Literatura, do Direito etc. – esse foi o ponto de chegada e não o ponto de partida, conforme indicado no prólogo deste livro.

* * *

Geralmente as opiniões sobre o valor científico da obra de Marx dividem-se muito. Atualmente, entretanto, essa questão não padece dúvidas. E muitos autores, que nada têm de marxista, como Freyer, Oppenheimer, Plenge etc., têm situado em Marx uma das raízes das ciências sociais modernas – pelo menos em seu desenvolvimento na Alemanha. Assim, Joham Plenge escreve a seu respeito:

nunca se encarecerá bastante a posição espiritual de Marx na história do século 19. Marx como teórico tem, além disso, um tríplice significado na

história do espírito alemão e, por conseguinte, na do pensamento em geral. Representa um ponto crítico na História da Filosofia, um ponto crítico na História da Teoria Econômica e um ponto crítico na História da Sociologia. Isso além de sua transcendência sobre a política interna e externa, acerca da qual é bem expressivo o fato do bolchevismo (...)

A influência de Marx, contudo, é muito variável de país para país.

Mais do que nunca, este é o momento de Karl Marx nas ciências sociais. O agravamento da crise metodológica recoloca o problema do método nas ciências sociais tal como Marx o formulara. Isso pode ser entendido se se considerar que Hegel foi o ponto de partida, na Alemanha, de duas orientações diferentes – uma materialista e outra, digamos, empiricista, ambas historicistas. A primeira, conforme foi analisada acima, é constituída pela corrente de Marx. A segunda, especialmente com Wilhelm Dilthey, procede à sistematização das ciências do espírito, enfrentando, até certo ponto, a mesma problemática de Marx – em particular quanto ao problema da natureza do conhecimento nas ciências do espírito – que implicava igualmente um aproveitamento, uma crítica e uma ruptura com o hegelianismo, de um lado, e com o positivismo, de outro. Por isso, escreve Hans Freyer que:

o sistema das ciências alemãs do espírito é filosofia hegeliana do espírito feita empírica e transformada em ciências particulares.

Para o mesmo autor, o retardamento com que essa transição se opera teoricamente nas ciências do espírito, comparada à rapidez com que se realiza historicamente no materialismo dialético, explica-se em termos do tempo que se operou a superação do hegelianismo nas duas orientações. O fato essencial, contudo, é que os problemas que se apresentaram a Karl Marx se colocaram novamente aos neo-hegelianos e neokantianos, que precisaram submeter a uma crítica rigorosa a antiga concepção naturalista de sociedade e a aplicação de métodos naturalistas ao estudo dos fenômenos sociais. Os marcos na discussão desses problemas são

Dilthey, Hermann Paul, F. Tönnies, Karl Menger, Windelband, Rickert, G. Simmel, Max Weber, Georges Gurvitch e Karl Mannheim. Embora não se possa falar em unidade de pontos de vista, uma coisa é clara: os fenômenos sociais são apreciados como produtos e como motivos da atividade humana, ao mesmo tempo. Por isso, esta é entendida de uma dupla maneira: 1º) sujeita a determinadas condições, criadas pelo próprio viver em comum, que a tornam compreensível e lhe dão um sentido característico; 2º) os fenômenos sociais, por serem humanos, escapam ao mecanismo rígido das leis naturais. Explicar a ação e a conduta humana em termos das condições e dos fatores sociais quer dizer outra coisa que negá-la simplesmente. Vida em sociedade e indeterminação constituem expressões incompatíveis: tanto a ideia do determinismo mecanicista quanto a ideia de contingência foram postas de lado. Chega-se, assim, a uma noção nova de processo social completamente livre do seu primitivo teor naturalista. O que é comum interessa apenas à medida que se refere a situações típicas, à medida que permite entender a passagem de uma forma social a outra numa sociedade determinada (cf. Max Weber: aparecimento de condições favoráveis ao desenvolvimento de uma mentalidade capitalista numa sociedade de organização social pré-capitalista). Mas é óbvio, não como fonte de um conhecimento geral, universalmente válido. Daí a reabilitação do método histórico, meio por excelência de captação do que é característico e específico de uma sociedade ou forma social dadas. Os referidos autores discordam nos limites e na validade de generalização nas diversas ciências sociais. Ou seja, exatamente naquilo em que Marx mostrava maior segurança, estendendo os limites da generalização até onde eram compatíveis, com a explicação cientificamente válida de uma situação particular (o capitalismo) e, mais minuciosamente ainda, dos diversos aspectos compreendidos pela situação particular (as fases do desenvolvimento do capitalismo, as formas sociais correspondentes etc.). Max Weber, com o método tipológico, precisou o problema na

direção proposta por Marx. Isso se torna mais evidente, todavia, num sociólogo como Georges Gurvitch, em cujas mãos o método tipológico sofre uma modificação substancial:

O método tipológico é um ponto de encontro, ou, antes, de entrelaçamento, do método individualizador e do método generalizador.²¹

Não se chegou, entretanto, com a mesma rapidez às outras conclusões de Karl Marx. Particularmente os neo-hegelianos e neokantianos, como Windelband e Rickert, de um lado, Dilthey e seus discípulos, de outro, bem como Weber, Gurvitch etc., mostram muito bem como as diferenças podem neutralizar qualquer espécie de parentesco. Restringindo-me ao essencial, o ponto de divórcio está no aspecto prático do materialismo histórico, que implica unidade de teoria e ação e, em consequência, resposta positiva à pergunta da possibilidade de se conhecer de antemão, dentro de certos limites e de acordo com os dados da situação vivida, a sua possível tendência de desenvolvimento. Os autores que pensam o contrário, Tönnies, Mannheim e Freyer, se acham todos sob a influência direta de Marx. Aqui, apesar do alcance da obra dos dois últimos – particularmente de Freyer, que chega a afirmar que “só quem quer socialmente algo vê algo sociologicamente” –, a verdade é que ninguém conseguiu repor o problema da unidade de teoria e ação, em ciências sociais, de modo tão profundo e com tanta força como Karl Marx. A mesma coisa não acontece relativamente a outros aspectos. Ferdinand Tönnies, por exemplo, não se limitou ao aproveitamento do material fornecido pelos estudos de Marx sobre a economia burguesa, como afirma Floyd Nelson House. Tönnies aprofundou de maneira incomum entre os sociólogos europeus a análise do materialismo histórico e da interação das três categorias sociais – economia, política e espírito – segundo Marx. Além disso, enriqueceu de modo sugestivo a teoria da transição das formas sociais, sob o aspecto da passagem dos tipos comunitários

²¹ *Las formas de la sociabilidad*, Buenos Aires, 1941, p. 11.

a tipos societários e as suas sugestões sobre a separação da cidade e do campo. A rigor, toda uma parte do manual de Tönnies – a designada sob o título geral de estruturas de referência²² – gira em torno das contribuições de Marx. Manhein, atualmente, é considerado, de uma forma um tanto simplista, a mais produtiva síntese de Karl Marx e Max Weber.²³ Foi, de fato, o primeiro autor que compreendeu o alcance das descobertas de Marx sobre a natureza social do conhecimento em geral e dos processos de estandardização do pensamento humano, um dos temas principais da “Introdução” [nos anexos] deste livro. Os seus trabalhos abriram o caminho para as tentativas de fundamentação filosófica da sociologia, levadas a efeito por Hans Freyer, que mostram até onde pode se estender conseqüentemente, na Sociologia, a atividade crítica do conhecimento: ao seu próprio objeto, encarado também como um produto cultural. Freyer desenvolveu, além disso, uma teoria da cultura,²⁴ que consiste – foi o que me sugeriu a exposição que conheço – numa nova formulação da teoria marxista da cultura e das formas sociais. Aproveitamentos mais restritos, que mereçam certo destaque, são os de Franz Carl Muller-Lyer e os de François Simiand. O primeiro tentou conciliar as duas orientações que vinham do evolucionismo e do materialismo histórico, em um novo método que chamou faseológico,²⁵ por meio do qual procurou descrever e correlacionar as distintas fases atravessadas pela humanidade. François Simiand²⁶ tenta não só introduzir um ponto de vista sociológico no estudo dos fenômenos econômicos, principal característica da reação de Marx contra os clássicos, mas

também, indo mais longe, traz uma contribuição original à teoria marxista da interação de produção e consumo (o movimento geral do salário segue o ritmo das necessidades sociais de cada classe). Isso, por si só, não colocaria Simiand em uma posição tão especial, pois Maurice Halbwachs também mostrara a mesma coisa sob outro ponto de vista: as despesas dos indivíduos dependem, na moderna sociedade capitalista de classes, das representações sociais das classes a que pertencem. O grande valor de Simiand está na resposta que deu a toda crítica que visa a defesa da antiga concepção naturalista da Economia, por meio dos recentes resultados da investigação sociológica. Simiand recusa validade às críticas evolutivas, segundo as quais a correlação dos diversos fatores sociais (econômico, político, religioso etc.) se apresenta de maneira diferente, conforme se considerem povos não naturais, em que os fatos sociais se entrelaçam de tal forma que constituem verdadeiros fatos totais, ou os povos históricos de organização social diferente. A evidência, responde Simiand, é que de fato não se pode provar conexão histórica e a continuidade das experiências desses diversos tipos de sociedade. A objeção, ao contrário, dá inesperadamente uma força nova ao critério de isolar os fatores sociais de acordo com os casos concretos, isto é, tal como se manifestam nos sistemas sociais estudados.

Relativamente às conexões dos fenômenos sociais nas sociedades capitalistas, entretanto, como mostrara A. Cuvillier, Marx antecipou-se em *O capital* às investigações de “Max Weber sobre as afinidades da Reforma e do espírito protestante com o desenvolvimento do capitalismo”. Oito anos antes, todavia, neste livro, Marx já dedicara algumas páginas a esse problema. Marx procura explicar o entesouramento pela mentalidade desenvolvida com o protestantismo. Por isso, aponta os seguintes atributos no entesourador: ascetismo reforçado pelo trabalho árduo, zelo religioso, sendo “eminente protestante de sua religião e, ainda mais, puritano”, e desprezo pelos gozos temporais e transitórios em troca da felicidade eterna da vida celeste.

²² *Principios de Sociologia*, México, 1942, pp. 291 e seguintes.

²³ Albert Salomon: *German sociology*, in: *op. cit.*, p. 603.

²⁴ *Teoria do espírito objetivo*, 1928; resenhada por C. Jesinghans, in: *la cultura moderna*, Univ. Nac. de la Plata, 1943, pp. 89-106.

²⁵ Gottfried Salomon: artigo in: *Encyclopedia of social sciences*, vol. XI, pp. 83-84.

²⁶ *Le salaire, L'évolution social et la monnaie*, 3 vols. Paris 1932. Veja-se especialmente o posfácio do segundo volume.

Essas notas que podiam ser estendidas com a análise da contribuição dos marxistas – especialmente dos bolchevistas – ao estudo da teoria do Estado, das revoluções sociais, das técnicas sociais etc. dão uma ideia em conjunto do papel de Marx na história das ciências sociais e da importância deste livro em sua obra. Elas seriam incompletas, entretanto, se não contivessem os meus agradecimentos aos editores, que dispensaram ao tradutor uma assistência técnica eficiente, ajudando-o inclusive na comparação com os textos de edições diferentes de *Contribuição à crítica da Economia Política*. A essa assistência deve-se a supressão de muitas lacunas, que seriam inevitáveis com o uso de uma das edições apenas, e grande parte das prováveis qualidades desta tradução.

Florestan Fernandes

PREFÁCIO

Examino o sistema da economia burguesa na seguinte ordem: capital, propriedade, trabalho assalariado; Estado, comércio exterior, mercado mundial. Sob os três primeiros títulos, estudo as condições econômicas de existência das três grandes classes nas quais se divide a sociedade burguesa moderna; a relação dos três outros títulos é evidente. A primeira seção do primeiro livro, que trata do capital, se compõe dos seguintes capítulos: 1. a mercadoria; 2. o dinheiro ou a circulação simples; 3. o capital em geral. Os dois primeiros capítulos formam o conteúdo do presente volume. Tenho sob os olhos o conjunto dos materiais sob forma de monografias escritas com largos intervalos, para meu próprio esclarecimento, não para serem impressas, e cuja elaboração subsequente, segundo o plano indicado, dependerá das circunstâncias.

Suprimo uma introdução geral que esbocei porque, depois de refletir bem a respeito, me pareceu que antecipar resultados que

estão para ser demonstrados poderia ser desconcertante e o leitor que se dispuser a me seguir terá que se decidir a se elevar do particular ao geral. Algumas indicações, ao contrário, sobre o curso de meus próprios estudos político-econômicos não estariam fora de propósito aqui.

Minha área de estudos era a jurisprudência, à qual, todavia, eu não me dediquei senão de um modo acessório, como uma disciplina subordinada relativamente à Filosofia e à História. Em 1842-1843, na qualidade de redator da *Rheinische Zeitung* (*Gazeta Renana*), encontrei-me, pela primeira vez, na embaraçosa obrigação de opinar sobre os chamados interesses materiais. Os debates do *Landtag* [parlamento – alemão] renano sobre os delitos florestais e o parcelamento da propriedade fundiária, a polêmica oficial que o sr. Von Schaper, então governador da província renana, travou com a *Gazeta Renana* sobre as condições de existência dos camponeses do Mosela, as discussões, por último, sobre o livre-câmbio e o protecionismo, proporcionaram-me os primeiros motivos para que eu comesse a me ocupar das questões econômicas. Por outro lado, nessa época, em que o afã de “avançar” sobrepujava amiúde a verdadeira sabedoria, faz-se ouvir na *Gazeta Renana* um eco entibiado, por assim dizer filosófico, do socialismo e do comunismo francês. Pronunciei-me contra essa mixórdia, mas, ao mesmo tempo, confessei, claramente, em uma controvérsia com a *Allgemeine Augsburger Zeitung* (*Jornal Geral de Augsburgo*), que os estudos que eu havia feito até então não me permitiam arriscar um juízo a respeito da natureza das tendências francesas. A ilusão dos diretores da *Gazeta Renana*, que acreditavam conseguir sustar a sentença de morte pronunciada contra seu periódico, imprimindo-lhe uma tendência mais moderada, ofereceu-me ocasião, que me apressei em aproveitar, de deixar a cena pública e me recolher ao meu gabinete de estudos.

O primeiro trabalho que empreendi para resolver as dúvidas que me assaltavam foi uma revisão crítica da *Filosofia do Direito*,

de Hegel, trabalho cuja introdução apareceu nos *Anais franco-alemães*, publicados em Paris em 1844. Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século 18, compreendia sob o nome de “sociedade civil”. Cheguei também à conclusão de que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política. Eu havia começado o estudo desta última em Paris, e o continuara em Bruxelas, onde eu me havia estabelecido em consequência de uma sentença de expulsão ditada pelo sr. Guizot contra mim. O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação

que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção – que podem ser verificadas fielmente com ajuda das ciências físicas e naturais – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim. Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir. Em grandes traços, podem ser os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno designados como outras tantas épocas progressivas da formação da sociedade econômica. As relações de produção burguesas são a última forma antagônica do processo de produção social, antagônica não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que nasce das condições de existência sociais dos indivíduos; as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver esse antagonismo. Com essa formação social termina, pois, a pré-história da sociedade humana. Friedrich Engels, com quem (desde a publicação,

nos *Anais franco-alemães*, de seu genial esboço de uma crítica das categorias econômicas) eu mantinha constante correspondência, por meio da qual trocávamos ideias, chegou por outro caminho – consulte-se a *Situação das classes trabalhadoras na Inglaterra* – ao mesmo resultado que eu. E quando, na primavera de 1845, ele também veio domiciliar-se em Bruxelas, resolvemos trabalhar em comum para salientar o contraste de nossa maneira de ver com a ideologia da filosofia alemã, visando, de fato, acertar as contas com a nossa antiga consciência filosófica. O propósito se realizou sob a forma de uma crítica da filosofia pós-hegeliana. O manuscrito [*A ideologia alemã*], dois grossos volumes em oitavo, já se encontrava há muito tempo em mãos do editor na Westphalia, quando nos advertiram que uma mudança de circunstâncias criava obstáculos à impressão. Abandonamos o manuscrito à crítica roedora dos ratos, tanto mais a gosto quanto já havíamos alcançado nosso fim principal, que era nos esclarecer.

Dos trabalhos esparsos, que submetemos ao público nessa época e nos quais expusemos nossos pontos de vista sobre diversas questões, mencionarei apenas o *Manifesto do Partido Comunista*, redigido por Engels e por mim e o *Discurso sobre o livre-comércio*, publicado por mim. Os pontos decisivos de nossa maneira de ver foram, pela primeira vez, expostos cientificamente, ainda que sob forma de polêmica, no meu trabalho aparecido em 1847, e dirigido contra Proudhon: *Miséria da Filosofia*. A impressão de uma dissertação sobre o *Trabalho assalariado*, escrita em alemão e composta de conferências que eu havia proferido na União dos Trabalhadores Alemães de Bruxelas, foi interrompida pela Revolução de Fevereiro, e pela minha expulsão subsequente da Bélgica.

A publicação da *Nova Gazeta Renana*, em 1848-1849, e os acontecimentos posteriores interromperam meus estudos econômicos os quais só pude recomençar em Londres, em 1850. A prodigiosa quantidade de materiais para a história da economia política acumulada no *British Museum*, a situação tão favorável que

oferece Londres para observação da sociedade burguesa e, por fim, o novo estágio de desenvolvimento em que esta parecia entrar com a descoberta do ouro na Califórnia e na Austrália, decidiram-me a começar tudo de novo e a submeter a exame crítico os novos materiais. Esses estudos, em grande parte por seu próprio caráter, levaram-me a investigações que pareciam afastar-me do plano original e nas quais tive, contudo, de deter-me durante um tempo mais ou menos prolongado. Mas o que, sobretudo, abreviou o tempo de que dispunha foi a necessidade imperiosa de me dedicar a um trabalho remunerador. Minha colaboração, iniciada havia oito anos, no *New York Tribune*, o primeiro jornal anglo-estadunidense, trouxe consigo, já que não me ocupo senão excepcionalmente de jornalismo propriamente dito, uma extraordinária dispersão de meus estudos. Todavia, os artigos sobre os acontecimentos econômicos marcantes que ocorriam na Inglaterra e no continente constituíam uma parte tão considerável de minhas contribuições, que tive de familiarizar-me com pormenores práticos que não são propriamente do domínio da ciência da Economia Política.

Com este esboço do curso dos meus estudos no terreno da Economia Política, eu quis mostrar unicamente que minhas opiniões, de qualquer maneira que sejam julgadas e por pouco que concordem com os preconceitos ligados aos interesses da classe dominante, são o fruto de longos e conscienciosos estudos. Mas no umbral da ciência, como à entrada do “inferno”, impõe-se:

“Qui si convien la sciare ogni sospetto
Ogni viltà convien che qui sia morta”.²⁷

Londres, janeiro de 1859

Karl Marx

²⁷ “Deixe-se aqui tudo o que é suspeito/ Mate-se aqui toda vileza” (Dante – *A divina comédia*) – N.E.

A MERCADORIA

À primeira vista, a riqueza da sociedade burguesa aparece como uma imensa acumulação de mercadorias, sendo a mercadoria isolada a forma elementar dessa riqueza. Mas, cada mercadoria se manifesta sob o duplo aspecto de valor de uso e de valor de troca.²⁸

A mercadoria, na linguagem dos economistas ingleses, é, em primeiro lugar, “uma coisa qualquer, necessária, útil ou agradável

²⁸ Aristóteles, *De Republica*, livro I, cap. 9 (edição Bekkeri: Oxonii, 1837 – obra, vol X. X, pp. 13 e seg.): “toda propriedade tem dois usos, que lhe pertencem essencialmente, sem pertencer-lhe, porém, do mesmo modo: um é específico da coisa, outro não o é. Um sapato pode servir ao mesmo tempo como calçado ou para realizar uma troca ou venda. Pelo menos, pode-se obter deles esse duplo uso. O que troca um sapato como tal, necessita, por dinheiro ou por alimento, indubitavelmente emprega esse sapato como tal, mas, não obstante, não o emprega com sua utilidade característica, porque não foi feito para a troca. Outro tanto poderei dizer de todas as demais propriedades”. (A tradução desta passagem foi feita sobre a tradução francesa de J. Barthélemy Saint-Hilaire, livro I, cap. III, *Politique d’Aristote* – N.T.).

à vida”, objeto de necessidades humanas, meio de existência na mais lata acepção da palavra. A forma sob a qual a mercadoria é um valor de uso confunde-se com sua existência material tangível. O trigo, por exemplo, é um valor de uso especial, que se distingue dos valores de uso como o algodão, vidro, papel etc. O valor de uso não tem valor senão para o uso, e não adquire realidade senão no processo de consumo. Um mesmo valor de uso pode ser utilizado de diversas maneiras. Não obstante, a soma de seus empregos possíveis decorre de seu caráter de objeto com propriedades definidas. Ademais, não só está determinado qualitativamente, mas também quantitativamente. Os valores de uso diferentes têm medidas distintas em harmonia com suas particularidades naturais; por exemplo: uma fanga [55,2 litros] de trigo, uma resma de papel, um metro de tecido etc.

Qualquer que seja a forma social da riqueza, os valores de uso constituem sempre seu conteúdo, que permanece em primeiro lugar, indiferentemente a essa forma. Ao provar o trigo, não se conhece quem o cultivou: servo russo, modesto aldeão francês ou capitalista inglês. Ainda que o valor de uso seja objeto de necessidades sociais e se articule, por conseguinte, à sociedade, não expressa, todavia, uma relação de produção social. Seja esta mercadoria considerada em seu valor de uso: um diamante, por exemplo. Olhando o diamante, não se percebe que é uma mercadoria. Quando serve como valor de uso, estético ou mecânico, sobre o colo de uma dama ou na mão do lapidário, é diamante e não mercadoria. Parece tornar-se necessário que a mercadoria seja um valor de uso, mas indiferente que o valor de uso seja uma mercadoria. O valor de uso, quando encarado de modo indiferente em relação à determinação econômica formal, isto é, o valor de uso como tal, encontra-se fora da esfera de investigação da Economia Política.²⁹

²⁹ Por isso, os compiladores alemães tratam *con amore* do valor de uso fixado sob o nome de “bem”. Por exemplo, L. Stein, *System der Staatswissenschaften*, vol. I, capítulo sobre os “Bens”. Ideias sensatas podem-se encontrar nos *Anwumngen zur Waarenkunde*

O valor de uso entra nela somente quando é determinado de forma econômica. Diretamente, é a base material com que se manifesta uma relação determinada: o valor de troca.

O valor de troca aparece primeiramente como uma relação quantitativa na qual os valores de uso são permutáveis. Em tal relação, esses valores constituem uma magnitude idêntica de troca. Desse modo, um volume de Propércio e oito onças [antiga medida de peso inglesa, equivalente a 28,35g] de rapé podem ter o mesmo valor de troca, apesar das diferenças do valor de uso do tabaco e da elegia. Considerado como valor de troca, um valor de uso vale exatamente tanto quanto outro, contanto que se apresente em proporção conveniente. O valor de troca de um palácio pode expressar-se em um número determinado de caixas de betume. Os fabricantes de betume de Londres, inversamente, expressam em palácios o valor de troca de suas caixas de betume multiplicadas. Indiferentemente, pois, a seu modo natural de existência, sem se considerar a natureza específica da necessidade para a qual são valores de uso, as mercadorias, em quantidades determinadas, superpõem-se, suprem-se na troca, reputam-se como equivalentes e representam, assim, a despeito de sua variada aparência, a mesma unidade.

Os valores de uso são, de modo imediato, meios de existência. Inversamente, esses meios de existência são produtos da vida social, resultado da força vital gasta pelo homem, de trabalho objetivado. Como materialização de trabalho social, todas as mercadorias são cristalizações da mesma unidade. Agora precisamos considerar o caráter determinado dessa unidade, isto é, do trabalho, que se manifesta no valor de troca.

Suponhamos que uma onça de ouro, uma tonelada de ferro, uma medida de trigo e 20 metros de seda representem valores de troca da mesma magnitude. Graças a essa equivalência, na qual está eliminada a diferença qualitativa de seu valor de uso, aqueles produtos representam um mesmo volume de trabalho idêntico. É

preciso que o trabalho que se realiza neles de um modo idêntico seja do mesmo modo trabalho uniforme, não diferenciado, simples, sendo-lhe tão indiferente manifestar-se em ouro, em ferro, em trigo e em seda, como é indiferente ao oxigênio encontrar-se no óxido de ferro, na atmosfera, no suco das raízes ou no sangue do homem. Mas, cavar o solo para obter o ouro, extrair o ferro da mina, cultivar o trigo ou tecer a seda são gêneros de trabalho que se distinguem qualitativamente uns dos outros. Efetivamente, o que parece ser materialmente uma diferença dos valores de uso surge no processo de produção como uma diferença da atividade que produz os valores de uso. Indiferente à substância particular dos valores de uso, o trabalho, criador do valor de troca, é indiferente à forma particular do próprio trabalho. Os diferentes valores de uso são, ademais, os produtos da atividade de distintos indivíduos; quer dizer, o resultado de trabalhos que diferem individualmente. Como valores de troca, não obstante, representam trabalho homogêneo não diferenciado, isto é, trabalho no qual desaparece a individualidade dos trabalhadores. O trabalho que cria o valor de troca é, pois, trabalho geral-abstrato.

Se uma onça de ouro, uma tonelada de ferro, uma medida de trigo e 20 metros de seda são valores equivalentes ou de igual magnitude, uma onça de ouro, meia tonelada de ferro, três fangas de trigo e cinco metros de seda são valores de magnitude completamente distinta, e essa diferença quantitativa é a única de que podem ser suscetíveis, considerados como valores de troca. Posto que são valores de troca de distinta magnitude, representam, um mais, outro menos, quantidades mais ou menos grandes daquele trabalho simples, uniforme, geral-abstrato que constitui a substância de valor permutável. A questão é saber como se podem medir essas quantidades. Ou, melhor, trata-se de saber qual o modo de existência quantitativa desse mesmo trabalho, posto que as diferenças de magnitude das mercadorias como valores de troca não são mais que as diferenças de magnitude de trabalho nelas realizado.

Da mesma maneira que o tempo é a expressão quantitativa do movimento, o tempo de trabalho é a expressão quantitativa do trabalho. Conhecida sua qualidade, a única diferença de que o trabalho se torna suscetível é a diferença de sua própria duração. Como tempo de trabalho, tem seu padrão nas medidas naturais de tempo: hora, dia, semana etc. O tempo de trabalho é a substância vital do trabalho, indiferente à sua forma, conteúdo, individualidade; é sua expressão viva quantitativa, ao mesmo tempo que sua medida imanente. O tempo de trabalho realizado nos valores de uso das mercadorias é não somente a substância que faz delas valores de troca, e, por conseguinte, mercadorias, mas é também a medida de seu valor determinado. As quantidades correlativas dos diferentes valores de uso, nos quais se realiza idêntico tempo de trabalho, são equivalentes, ou, dito de outro modo: todos os valores de uso são equivalentes nas proporções em que contêm o mesmo tempo de trabalho concreto, realizado. Consideradas como valores de troca, as mercadorias não são mais que medidas determinadas de tempos de trabalho cristalizado.

Para melhor compreender o fato de que o valor de troca está determinado pelo tempo de trabalho, importa estabelecer os seguintes pontos principais: a redução de trabalho a trabalho simples, sem qualidade, por assim dizer; o modo de ser específico pelo qual o trabalho criador de valor de troca, e, por conseguinte, produtor de mercadorias, é trabalho social; e, por fim, a diferença entre o trabalho enquanto produz valores de uso e o trabalho enquanto produz valores de troca.

Para medir os valores de troca das mercadorias mediante o tempo de trabalho a elas incorporado, é necessário que os diferentes trabalhos sejam reduzidos a trabalho não diferenciado, uniforme, simples; em síntese: a trabalho que é idêntico pela qualidade e não se distingue senão pela quantidade.

Essa redução apresenta a aparência de uma abstração; mas é uma abstração que ocorre todos os dias no processo de produção

social. A conversão de todas as mercadorias em tempo de trabalho não supõe uma abstração maior, como tampouco é menos real que a [conversão] de todos os corpos orgânicos em ar. Na realidade, o trabalho que assim se mede com o tempo não aparece como trabalho de distintos indivíduos; os diferentes indivíduos que trabalham surgem antes como simples órgãos de trabalho. Ou também poder-se-ia dizer: o trabalho, tal como se manifesta nos valores de troca, é trabalho humano geral. Essa abstração de trabalho humano geral existe no trabalho médio que cada indivíduo médio de uma sociedade dada pode realizar: um gasto produtivo determinado de músculos, nervos, cérebro humano etc. É trabalho simples,³⁰ para cuja realização cada indivíduo médio pode ser adestrado, trabalho esse que deve efetuar, sob uma forma ou outra. O caráter desse trabalho médio difere nos distintos países e em épocas diversas de cultura, mas parece ocorrer em uma sociedade determinada. O trabalho simples constitui, quando muito, a massa mais considerável do conjunto do trabalho na sociedade burguesa, como qualquer um pode verificar consultando as estatísticas. Que A produza ferro durante seis horas e tecidos durante seis horas, e que B produza também ferro durante seis [horas] e tecidos durante seis horas; ou que A produza ferro durante 12 horas e que B produza tecidos durante 12 horas, evidentemente não existe nesses casos mais que um emprego distinto do mesmo tempo de trabalho. Porém, o que ocorrerá com o trabalho complexo, que se eleva acima do nível médio, como trabalho de maior intensidade e de peso específico superior? Esse gênero de trabalho resolve-se em trabalho simples composto, em trabalho simples de potência mais elevada. De tal modo que um dia de trabalho complexo equivale a três dias de trabalho simples. As leis que regulam essa redução não correspondem a esta parte de nosso estudo. Todavia, está claro que essa redução tem lugar, pois, enquanto é valor de

³⁰ Os economistas ingleses dizem *unskilled labour* (trabalho não qualificado).

troca, o produto do trabalho mais complexo é, em proporção determinada, o equivalente do produto do trabalho médio simples; forma, portanto, equação com um *quantum* [quantidade – latim] determinado desse trabalho simples.

A determinação do valor de troca pelo tempo de trabalho supõe, ademais, que numa mercadoria dada, seja uma tonelada de ferro, por exemplo, realiza-se uma quantidade igual de trabalho, sem que importe que seja trabalho de A ou de B; quer dizer, os diferentes indivíduos gastam um mesmo trabalho para produzir idêntico valor de uso, determinado qualitativa e quantitativamente. Em outros termos: supõe-se que o tempo de trabalho contido em uma mercadoria é o tempo de trabalho necessário para sua produção ou o tempo de trabalho exigido para produzir um novo exemplar da mesma mercadoria nas condições gerais de produção dadas.

Da análise do valor conclui-se que para criar valor de troca é preciso que o trabalho esteja determinado socialmente, que seja trabalho social, não simplesmente social, mas de um modo particular. É um modo específico da socialidade. Primeiramente, a simplicidade não diferenciada do trabalho é a igualdade dos trabalhos individuais que se relacionam uns com os outros como com o trabalho igual, e isso pela redução efetiva de todos os trabalhos a trabalho homogêneo. O trabalho de cada indivíduo, ainda que se manifeste em vários valores de troca, possui esse caráter social de igualdade, e não se manifesta no valor de troca senão à medida que se refere ao trabalho dos demais indivíduos como trabalho idêntico.

Além disso, no valor de troca, o tempo de trabalho do indivíduo isolado aparece diretamente como tempo de trabalho geral, e esse caráter geral de trabalho isolado reveste um caráter social. O tempo de trabalho representado no valor de troca é o tempo de trabalho do indivíduo, mas do indivíduo que não se distingue dos demais indivíduos, enquanto realizam um trabalho igual, de tal maneira que o tempo de trabalho gasto por um em produzir uma mercadoria determinada, é o tempo de trabalho necessário

que qualquer outro empregaria em produzir a mesma mercadoria. É o tempo de trabalho do indivíduo, mas não é seu tempo de trabalho, posto que é o tempo de trabalho comum a todos e, portanto, é indiferente que seja o tempo de trabalho de tal ou qual indivíduo. Como tempo de trabalho geral se realiza em forma de um produto geral, de um equivalente geral, de um *quantum* dado de trabalho materializado, que é indiferente à forma determinada de valor de uso sob a qual representa diretamente o produto de um indivíduo e pode ser convertido à vontade em qualquer outra forma de valor de uso sob a qual é o produto de outro indivíduo. Não é magnitude social, posto que é de tal magnitude geral. Para que o resultado do trabalho individual seja um valor de troca, é preciso que constitua um equivalente geral; é necessário que o tempo de trabalho do indivíduo represente tempo de trabalho geral, ou que o tempo de trabalho geral represente o indivíduo. O efeito é o mesmo que se os diferentes indivíduos houvessem reunido seus tempos de trabalho e representado quantidades distintas do tempo de trabalho à sua comum disposição por valores diversos de troca. O tempo de trabalho do indivíduo é desse modo, em realidade, o tempo de trabalho que a sociedade deve gastar para produzir um valor de uso determinado, isto é, para satisfazer uma necessidade determinada. Mas agora não se trata mais senão da forma específica sob a qual o trabalho adquire um caráter social. Por exemplo, um operário que fia realiza um trabalho dado em cem libras [sistema inglês de pesos e medidas equivalente a 0,453 kg] de fio de linho. Suponha-se que cem metros de tecido, produto do tecelão, representem um *quantum* idêntico de tempo de trabalho. Já que esses dois produtos representam um mesmo *quantum* de tempo de trabalho geral e são, portanto, equivalentes de todo valor de uso que contenha igual quantidade de tempo de trabalho, são equivalentes um do outro. Pela simples razão de que o tempo de trabalho do que fia e o tempo de trabalho do que tece representam tempos de trabalho geral e que seus produtos, por conseguinte, representam

equivalentes gerais, o trabalho do tecelão e o do fiandeiro realizam neste caso o trabalho de um para o trabalho de outro, isto é, realizam a forma de aparição social de seu trabalho para ambos. Ao contrário, na indústria patriarcal rural, na qual o que fiava e o que tecia viviam sob o mesmo teto, na qual a parte feminina da família fiava e a masculina tecia para as necessidades da família, fio e tecido eram produtos sociais, fiar e tecer eram trabalhos sociais no seio da família. Porém, seu caráter social não consistia no fato de que o fio, equivalente geral, fosse permutável pelo tecido, equivalente geral do mesmo tempo de trabalho geral. Era a organização familiar, com sua divisão de trabalho, que determinava o produto do trabalho com seu característico selo social. Ou melhor, consideremos as corveias e os tributos em espécie da Idade Média. O que constitui aqui o laço social são os trabalhos determinados dos indivíduos em sua forma natural, é a particularidade e não a generalidade do trabalho. Ou consideremos, por fim, o trabalho em comum sob sua forma primitiva, tal como o encontramos no umbral da história de todos os povos civilizados.³¹ Nesse caso, o caráter social do trabalho não se origina claramente do fato de que o trabalho do indivíduo assuma a forma abstrata da generalidade ou de que seu produto revista a forma de um equivalente geral. A comunidade, na qual se subentende a produção, é que impede que o trabalho do indivíduo seja trabalho privado, e seu produto um produto privado, que, ao contrário, faz aparecer o trabalho individual como função de um membro do organismo social.

³¹ Nesses últimos tempos, espalhou-se o preconceito ridículo de que a forma primitiva da propriedade comunal é uma forma especificamente eslava e, mesmo, exclusivamente russa. Contudo, é uma forma de propriedade encontrada entre os romanos, os germanos, os celtas e, ainda hoje, pode ser encontrado um tipo padrão, com diferentes amostras, embora em fragmentos e em destroços, entre os hindus. Um estudo aprofundado das formas de propriedade não dividida na Ásia e, sobretudo, na Índia mostraria como das distintas formas da propriedade comunal primitiva surgiram formas diversas de dissolução. Assim, por exemplo, os distintos tipos originais da propriedade privada em Roma e entre os germanos podem ser derivados das diferentes formas da propriedade comunal da Índia.

Compreende-se que o trabalho que se realiza no valor de troca é o trabalho do indivíduo isolado. Para que se converta em trabalho social, lhe é preciso adotar a forma de seu oposto imediato, a forma da generalidade abstrata.

Enfim, o que caracteriza o trabalho que cria valor de troca é que as relações sociais das pessoas aparecem, por assim dizer, invertidas, como a relação social das coisas. Já que um valor de uso se relaciona com o outro como um valor de troca, o trabalho de uma pessoa relaciona-se com o de outra como com o trabalho igual e geral. Se é correto dizer, pois, que valor de troca é uma relação entre as pessoas,³² convém ajuntar uma relação oculta sob uma envoltura material. Do mesmo modo que uma libra de ouro e uma libra de ferro, apesar da diferença de suas qualidades físicas e químicas, representam o mesmo *quantum* de peso, dois valores de uso que contenham o mesmo tempo de trabalho representam idêntico valor de troca. O valor de troca parece ser assim uma determinação dos valores de uso na sociedade, determinação que lhes corresponde por sua qualidade de objetos e graças à qual suprem-se no processo de troca em proporções quantitativas determinadas e formam equivalentes, do mesmo modo que as substâncias químicas simples se combinam em proporções quantitativas determinadas e formam equivalentes químicos. Unicamente o hábito da vida cotidiana pode fazer aparecer como coisa banal e corrente o fato de que uma relação de produção revista a forma de um objeto, de maneira que as relações das pessoas em seu trabalho se manifestem como uma relação em que as coisas entrem em relações entre si e com as pessoas. Na mercadoria, essa confusão é ainda muito simples. Mais ou menos vagamente, todo o mundo suspeita que as relações entre as mercadorias, como valores de troca, são antes uma relação entre as pessoas em sua atividade produtora recíproca. Nas

³² “A riqueza é uma relação entre duas pessoas”. Galiani: *Della Moneta*, p. 221, tomo III da compilação de Custodi, *Scrittori classici italiani di economia politica*, Parte Moderna, Milão, 1803.

relações de produção mais elevadas, essa aparência de simplicidade desaparece. Todas as ilusões do sistema monetário provêm de que não se vê que o dinheiro representa uma relação de produção social e que a realiza sob a forma de um objeto natural de propriedades determinadas. A mesma ilusão descobre-se entre os economistas que se riem com tanto desdém das ilusões do sistema monetário, enquanto se ocupam das categorias econômicas superiores, o capital, por exemplo. Denunciam-na ao confessar candidamente seu assombro assim que se lhes apresente como uma relação social o que eles já acreditavam ser um objeto palpável, como os inquieta sob a forma de um objeto aquilo que eles mal haviam assinalado como uma relação social.

Não sendo, em realidade, o valor de troca mais que a relação dos trabalhos individuais, considerados iguais e gerais, uns para com os outros, e nada mais que a expressão objetiva de uma forma social específica de trabalho, é uma tautologia afirmar que o trabalho é a única fonte de valor, partindo da riqueza, enquanto esta consiste em valores de troca. É também uma tautologia dizer que a matéria como tal não tem valor de troca,³³ já que não contém trabalho e que o valor de troca, como tal, não contém matéria. Assim, pois, quando William Petty diz: “o trabalho é o pai, e a terra a mãe da riqueza”, ou quando o bispo Berkeley pergunta:³⁴ “se os quatro elementos e o trabalho humano que encerram não são a verdadeira fonte da riqueza”; ou quando o estadunidense Thomas Cooper expõe, vulgarizando: “tirai de um pão o trabalho que nele se pôs, o trabalho do padeiro, do moleiro, do lavrador etc., e o que fica? Alguns grãos

³³ “Em seu estado natural (...) a matéria está sempre destituída de valor”. Mac Culloch, *A discourse on the rise, progress etc., of political economy*, 2ª ed., Edimburgo, 1825, p. 48. Vê-se como até um Mac Culloch se eleva acima do fetichismo dos “pensadores” alemães que declaram que a matéria e meia dezena de disparates são os elementos do valor. Por exemplo, L. Stein, *op. cit.*, tomo I, p. 110.

³⁴ Berkeley, *The querist*, Londres, 1750, “Whether the four elements, and man’s labour therein, be not the true source of wealth?”

de erva selvagem, impróprios a qualquer uso humano³⁵; não se trata, em todos esses conceitos de trabalho abstrato, como fonte do valor de troca, senão do trabalho concreto, como fonte das riquezas materiais, em síntese, do trabalho produtor de valores de uso. Suposto o valor de uso da mercadoria, supõe-se também a utilidade particular, o fim determinado do trabalho que absorveu; mas aqui se detém, do ponto de vista da mercadoria, qualquer consideração do trabalho como trabalho útil. O que nos interessa no pão, como valor de uso, são as propriedades alimentícias, e de nenhum modo os trabalhos do lavrador, do moleiro, do padeiro etc. Se graças a algum invento desaparecessem os $\frac{19}{20}$ desses trabalhos, o pão prestaria o mesmo serviço que antes. Se caísse do céu já cozido, não perderia por isso nenhum átomo de seu valor de uso. Enquanto o trabalho que cria o valor de troca se realiza na igualdade das mercadorias como equivalentes gerais, o trabalho, que é a atividade produtora tornada própria para um fim, realiza-se na infinita variedade de seus valores de uso. Enquanto o trabalho, criador do valor de troca, é trabalho geral-abstrato e igual, o trabalho criador do valor do uso é trabalho concreto e especial que, no que concerne à forma e à matéria, se decompõe em modos de trabalho infinitamente vários.

Enquanto produz valores de uso, torna-se falso dizer que o trabalho é a fonte única da riqueza por ele produzida, isto é, da riqueza material. Pois, se o dito trabalho é a atividade que adapta a matéria a tal ou qual fim, subentende-se que a matéria lhe é necessária. A proporção entre o trabalho e a matéria é muito distinta nos diferentes valores de uso, mas o valor de uso contém sempre um *subtractum* [essência – latim] natural. Atividade útil que busca a apropriação dos produtos da natureza sob uma ou outra forma, o trabalho é a condição natural da existência humana, a condição, independentemente de todas as formas sociais, do intercâmbio da

³⁵ Thomas Cooper: *Lectures on the elements of political economy*, Londres, 1831, Columbia, 1820, p. 99.

matéria entre o homem e a natureza. Ao contrário, o trabalho que cria valor de troca é uma forma de trabalho especificamente social. O trabalho material do alfaiate, por exemplo, considerado como atividade produtora particular, produz efetivamente o traje, mas não o valor de troca do traje. Produz esse valor não porque seja trabalho de alfaiate, mas sim porque é trabalho geral-abstrato, e este se articula com um conjunto social que o alfaiate não construiu. Assim é que as mulheres produziam o vestido na indústria doméstica da antiguidade, sem produzir o valor de troca do vestido. O legislador Moisés sabia tão bem como Adam Smith,³⁶ o inspetor aduaneiro, que o trabalho é uma fonte de riqueza material.

Consideremos agora algumas proposições resultantes da redução do valor de troca a tempo de trabalho.

Como valor de uso, a mercadoria exerce uma ação causal. O trigo, por exemplo, atua porque é um alimento. Uma máquina supre o trabalho em proporções determinadas. Essa ação da mercadoria, somente por isso é um valor de uso, um objeto de consumo, pode-se chamar seu serviço, serviço que presta como valor de uso. Mas em sua qualidade de valor de troca a mercadoria jamais é encarada senão do ponto de vista do resultado. Não se trata do serviço que presta, mas do serviço³⁷ que lhe foi prestado por ter sido produzida. Desse modo, o valor de troca de uma máquina não é determinado pelo *quantum* de tempo de trabalho que supre, porém pelo *quantum* de tempo de trabalho que nela se realiza e que, por conseguinte, se requer para produzir uma nova máquina da mesma espécie.

³⁶ E. List, que nunca pôde compreender a diferença entre o trabalho que ajuda a criar uma utilidade, um valor de uso, e o trabalho que é uma forma social determinada da riqueza e cria o valor de troca – é verdade que sua inteligência interessada e prática não está feita para compreender isso –, não vê nos economistas ingleses modernos senão plagiários de Moisés, o Egípcio.

Compreende-se que “serviço” pôde prestar a categoria “serviço” a economistas da classe de J. B. Say e F. Bastiat, cuja raciocinadora inteligência, como observou muito bem Malthus, faz constantemente abstração da forma determinada específica das relações econômicas.

Assim, pois, se o *quantum* de trabalho exigido para a produção de mercadorias permanecesse constante, seu valor de troca seria invariável. Todavia, a facilidade e a dificuldade da produção variam sem cessar. Se sua força produtiva aumenta, o trabalho produz o mesmo valor de uso em menos tempo. Se diminui a força produtiva do trabalho, é preciso mais tempo para produzir o mesmo valor de uso. A magnitude de tempo de trabalho contida em uma mercadoria, ou seja, o seu valor de troca, é portanto variável; aumenta ou diminui na razão inversa do aumento ou diminuição da força produtiva de trabalho. A força produtiva de trabalho, que uma indústria manufatureira aplica em um grau de antemão determinado, encontra-se na agricultura e na indústria extrativa condicionada por circunstâncias naturais que não se podem modificar. Um mesmo trabalho dará um rendimento mais ou menos grande de diferentes metais segundo a abundância ou a escassez relativa desses metais na crosta terrestre. Um mesmo trabalho pode, se o tempo for favorável, converter-se em duas fangas de trigo; se for adverso, em uma fanga somente. As condições naturais de escassez ou abundância parecem determinar aqui o valor de troca das mercadorias, porque determinam a força produtiva, ligada às condições naturais, de um trabalho concreto particular.

Vários valores de usos diferentes contêm, em volumes desiguais, o mesmo tempo de trabalho ou o mesmo valor de troca. Quanto menor é o volume de seu valor de uso, comparado com outros valores de uso, sob o qual uma mercadoria contém um *quantum* determinado de tempo de trabalho, maior é seu valor de troca específico. Se nos dermos conta de que, em épocas de culturas diferentes e distanciadas umas das outras, certos valores de uso formam entre si uma série de valores de troca específicos que conservam, uns em relação aos outros, se não exatamente a mesma relação numérica, pelo menos a relação geral de superioridade e de inferioridade como, por exemplo, o ouro, a prata, o cobre, o ferro, o trigo, o centeio, a cevada, a aveia, poderemos, unicamente, deduzir que o desenvolvimento progressivo

das forças produtivas sociais influi de uma maneira uniforme, ou aproximadamente uniforme, sobre o tempo de trabalho que exige a produção dessas diversas mercadorias.

O valor de troca de uma mercadoria não se manifesta em seu próprio valor de uso. Entretanto, como materialização do tempo de trabalho social geral, o valor de uso de uma mercadoria entra em relação de proporcionalidade com os valores de uso de outras mercadorias. Um equivalente é, na realidade, o valor de troca de uma mercadoria expressa no valor de uso de outra mercadoria. Se eu digo que um metro de tecido vale duas libras de café, o valor de troca do tecido está expresso no valor de uso do café, e isso em um *quantum* determinado desse valor de uso. Dada essa proporção, posso exprimir o valor de cada *quantum* de tecido em café. É evidente que o valor de troca de uma mercadoria, de tecido, por exemplo, não está esgotado pela proporção na qual uma mercadoria particular, o café, por exemplo, constitui o seu equivalente. O *quantum* de tempo de trabalho geral representado em um metro de tecido é realizado, simultaneamente, nos mais diversos volumes de valores de uso de todas as demais mercadorias. Dentro da proporção na qual o valor de uso de qualquer outra mercadoria representa um tempo de trabalho de igual magnitude, constitui um equivalente do metro de tecido. O valor de troca dessa mercadoria isolada não se expressa, pois, de um modo esgotador senão nas inúmeras equações nas quais os valores de uso de todas as demais mercadorias constituem seu equivalente. Unicamente se exprime dessa maneira como equivalente geral na soma de ditas equações ou na totalidade das diferentes proporções em que uma mercadoria é suscetível de troca por qualquer outra mercadoria. A série de equações:

1 metro de tecido = $\frac{1}{2}$ libra de chá

1 metro de tecido = 2 libras de café

1 metro de tecido = 8 libras de pão

1 metro de tecido = 6 metros de algodão

pode ser assim representada:

1 metro de tecido = $\frac{1}{8}$ de libra de chá + $\frac{1}{2}$ libra de café + 2 libras de pão + 1,50 metro de algodão.

Se tivéssemos à vista a soma completa das equações nas quais se encontra esgotada a expressão do valor de um metro de tecido poderíamos representar seu valor de troca sob a forma de uma série. Em realidade, essa série é interminável, já que o círculo das mercadorias nunca está definitivamente fechado, mas vai se estendendo sempre. Com efeito, se uma mercadoria mede assim seu valor de troca pelos valores de uso de todas as demais mercadorias, os valores de troca das mesmas medem-se inversamente pelo valor de uso daquela mercadoria isolada que se mede por elas.³⁸ Se o valor de troca de um metro de tecido se expressa em $\frac{1}{2}$ libra de chá, em duas libras de café, em seis metros de algodão e em oito libras de pão, deduz-se que café, chá, algodão, pão etc. são iguais entre si na proporção em que são iguais a um terceiro objeto, o tecido; este lhes serve, pois, de medida comum de seus valores de troca. Cada mercadoria como tempo de trabalho geral realizado, quer dizer, como *quantum* de tempo de trabalho geral, expressa seu valor de troca sucessivamente em quantidades determinadas de valores de uso de todas as demais mercadorias, e os valores de troca das demais mercadorias medem-se inversamente pelo valor de uso daquela mercadoria exclusiva. Mas, a título de valor de troca, cada mercadoria é também a mercadoria exclusiva que serve de medida comum dos valores de troca de todas as demais mercadorias, a qual, de outro lado, não é mais que uma das numerosas mercadorias em cuja série completa qualquer outra mercadoria representa diretamente seu valor de troca.

³⁸ “É um fato peculiar das medidas estar em tais relações com os objetos medidos que a coisa medida se torna medida da coisa que mede”. Montanari. *Della moneta*, p. 41, compilação de Custodi, vol. III, *Parte antica*.

A magnitude de valor de uma mercadoria não é afetada porque existem ao seu lado poucas ou muitas mercadorias de outra classe. Mas a magnitude da série de equações nas quais se realiza seu valor de troca depende da variedade mais ou menos grande das demais mercadorias. A série de equações nas quais se representa, por exemplo, o valor do café expressa a esfera de suas possibilidades de troca, os limites dentro dos quais atua como valor de troca. Ao valor de troca de uma mercadoria, como materialização do tempo de trabalho social geral, corresponde a expressão de sua equivalência em valores de uso infinitamente variados.

Vimos que o valor de troca de uma mercadoria varia com a quantidade de tempo de trabalho a ela incorporado. O valor de troca realizado, isto é, expresso em valores de uso de outras mercadorias, deve depender igualmente das proporções nas quais varia o tempo de trabalho empregado na produção de todas as demais mercadorias. Se o tempo de trabalho necessário para produzir uma fanga de trigo continuasse sendo o mesmo, enquanto o tempo para produzir as demais mercadorias dobrasse, o valor de troca da fanga de trigo, expresso em seus equivalentes, desceria à metade. O resultado seria praticamente o mesmo se o tempo necessário para produzir a fanga de trigo baixasse à metade, e o tempo de trabalho necessário para a produção das demais mercadorias não tivesse variado. O valor das mercadorias está determinado pela proporção em que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho. Para ver de que variações é suscetível essa proporção, tomemos duas mercadorias A e B. 1°) suponhamos que o tempo de trabalho exigido para a produção de B permaneça sempre o mesmo. Nesse caso, o valor de troca de A, expresso em B, baixa ou sobe diretamente segundo diminua ou aumente o tempo de trabalho necessário para a produção de A; 2°) suponhamos que o tempo de trabalho exigido pela produção de A fique o mesmo. O valor de troca de A expresso em B baixa ou sobe na razão inversa à alta ou baixa de tempo de trabalho exigido para produzir B; 3°) que o tempo de trabalho

necessário para a produção de A e de B diminua ou aumente em igual proporção. A expressão da equivalência de A em B continua então a mesma. Se, por qualquer circunstância, a força produtiva de todos os trabalhos diminuisse em uma medida igual, de maneira que todas as mercadorias exigissem na mesma proporção mais tempo de trabalho para sua produção, o valor de todas as mercadorias aumentaria; a expressão real de seu valor de troca não variaria e a riqueza da sociedade diminuiria, pois seria preciso mais tempo de trabalho para criar a mesma massa de valores de uso; 4º) o tempo de trabalho necessário para a produção de A e de B pode aumentar ou diminuir para ambos, mas de um modo desigual; o tempo de trabalho exigido para A pode aumentar, enquanto que o necessário para B diminua, ou vice-versa. Todos esses casos podem simplesmente reduzir-se ao seguinte: o tempo de trabalho necessário para a produção de uma mercadoria não varia enquanto que o tempo que é necessário para produzir as demais aumenta ou diminui.

O valor de troca de cada mercadoria exprime-se no valor de uso de outra qualquer, seja integralmente, seja por frações desse valor de uso. Como valor de troca, cada mercadoria é tão divisível como o tempo de trabalho que representa. A equivalência das mercadorias é tão independente da divisibilidade física de seus valores de uso como indiferente é a soma das mercadorias à variação de formas que sofrem os valores de uso das mesmas em sua refundição em uma nova mercadoria.

Até aqui, consideramos a mercadoria do duplo ponto de vista de valor de uso e de valor de troca, unilateralmente cada vez. Assim, como mercadoria, é imediatamente unidade de valor de uso e de valor de troca; ao mesmo tempo, só é mercadoria em relação às demais mercadorias. A relação real de umas mercadorias com outras é seu processo de troca. O processo de troca é um processo social em que intervêm indivíduos independentes uns dos outros, fazendo-o unicamente por sua qualidade de possuidores de mercadorias; existem uns para os outros porque suas mercadorias

existem também; e assim é que não aparecem senão como os agentes conscientes do processo de troca.

A mercadoria é valor de uso, seja trigo, tecido, diamante, máquina etc.; ao mesmo tempo, como mercadoria, não é valor de uso. Se fosse valor de uso para seu possuidor, isto é, um meio imediato de satisfação de suas próprias necessidades, não seria mercadoria. Para seu possuidor é, ao contrário, não-valor de uso, ou seja, simples suporte material do valor de troca, ou simples meio de troca; e sendo o suporte ativo do valor de troca, o valor de uso chega a ser meio de troca.³⁹ Para seu possuidor não é valor de uso, porque é valor de troca. Como valor de uso, é preciso que chegue a sê-lo, em primeiro lugar para os demais. Não sendo valor de uso para seu próprio possuidor, o é para os possuidores das demais mercadorias. Caso contrário, seu trabalho seria inútil e o produto deste não seria uma mercadoria. Doutra parte, é necessário que chegue a ser valor de uso por si mesma, pois seus meios de subsistência existem fora dela nos valores de uso das outras mercadorias. Para se converter em valor de uso, é preciso que a mercadoria se encontre diante da necessidade especial que pode satisfazer. Os valores de uso das mercadorias chegam a ser, portanto, tais porque mudam universalmente de posição, passando das mãos que constituem meio de troca àquelas em que são objeto de utilidade. Graças unicamente a essa alienação universal das mercadorias, o trabalho que contém converte-se em trabalho útil. Nesse processo em que as mercadorias se relacionam umas com as outras na qualidade de valores de uso, não adquirem uma nova fixidez de forma econômica. Antes, desaparece a forma determinada que as caracteriza como tais mercadorias. O pão, ao passar das mãos do padeiro às do consumidor, não modifica o seu modo de ser como pão. É o inverso que se dá; é o consumidor, o primeiro que se relaciona com o pão, como a um valor de uso, como

³⁹ Aristóteles concebe o valor de troca sob essa forma determinada (veja-se a passagem citada, no começo deste capítulo).

a esse alimento determinado, enquanto que na mão do padeiro era suporte de uma relação econômica, um objeto sensível: suprassensível. A única transformação que sofrem as mercadorias em sua conversão em valores de uso é, pois, a obliteração de sua existência formal no que eram não-valores de uso para seus possuidores e valores de uso para os não-possuidores. Para se tornarem valores de uso é preciso que as mercadorias sejam universalmente alienáveis, que entrem no processo de troca; mas sua forma de ser na troca é sua forma de valor. Para ter realidade como valores de uso, é indispensável, pois, que tenham realidade como valores de troca.

Se do ponto de vista do valor de uso a mercadoria isolada parecia um objeto independente, como valor de troca, ao contrário, desde o primeiro momento, era considerada em relação com as demais mercadorias. Contudo, essa relação não era mais que teórica, existindo apenas no pensamento. Realiza-se apenas nos processos de troca. De outro lado, a mercadoria é indubitavelmente um valor de troca, pois se encontra nela incorporada uma quantidade determinada de tempo de trabalho, porque dita mercadoria é tempo de trabalho materializado. Todavia, tal como é imediatamente, não é mais que tempo de trabalho individual materializado, que possui um conteúdo particular; não é tempo de trabalho geral. Em primeiro lugar, não pode ser materialização de tempo de trabalho geral, já que representa tempo de trabalho aplicado a um fim útil determinado, porque representa um valor de uso. Esta era a condição material em que se admitia como social, geral, o tempo de trabalho contido nas mercadorias. Se a mercadoria unicamente pode se converter em valor de uso realizando-se como valor de troca, não pode, doutro lado, realizar-se como valor de troca, a não ser sob a condição de que jamais cesse, em sua alienação, de ser valor de uso. Uma mercadoria não pode ser alienada a título de valor de uso senão em benefício daquele para quem constitui uma utilidade, isto é, o objeto de uma necessidade determinada. Ainda assim, não pode ser alienada senão por outra mercadoria, ou, se nos colocamos do lado do possuidor

da outra mercadoria, este tampouco pode alienar, isto é, realizar a sua, senão pondo-a em contato com a necessidade especial cujo objeto constitui. Na alienação universal das mercadorias, na qualidade de valores de uso, elas relacionam-se umas com as outras, em virtude de sua diferença material, como objetos particulares que por suas propriedades específicas satisfazem necessidades também particulares. Mas como simples valores de uso, são objetos sem interesse uns para os outros e sem relação entre si; os valores de uso não podem trocar-se senão sendo relacionados com necessidades particulares. Não são permutáveis senão quando são equivalentes e não são equivalentes senão quando representam quantidades iguais de tempo de trabalho materializado, de tal maneira que qualquer consideração das qualidades naturais que possuem os valores de uso e, partindo da relação das mercadorias com as necessidades particulares, fica eliminada. Como valor de troca, uma mercadoria se manifesta antes pelo que substitui como equivalente a uma quantidade determinada de qualquer outra mercadoria, sem que importe que seja ou não seja um valor de uso para o possuidor da outra mercadoria. Mas não chega a ser mercadoria para este, salvo no momento em que é para ele valor de uso, e não se converte em valor de troca para seu próprio possuidor senão no instante em que é mercadoria para o outro. A mesma relação deve ser, pois, a das mercadorias que constituem magnitudes de igual essência e não diferem mais que quantitativamente; devem pôr-se em equação como matéria de tempo de trabalho geral ao mesmo tempo em sua relação como objetos qualitativamente distintos, como valores de uso especiais para necessidades também especiais; em síntese: uma relação que os distinga como valores reais de uso. Porém, esse modo de pô-las em equação e essa diferenciação se excluem reciprocamente e chega-se, assim, não somente a um círculo vicioso de problemas, no qual a solução de um pressupõe a de outro, mas também a todo um conjunto de postulados contraditórios, já que a realização de uma condição está diretamente ligada à realização de sua oposta.

O processo de troca das mercadorias deve ser, em conjunto, o desdobramento e a evolução dessas contradições, que, entretanto, não podem manifestar-se no processo desse modo simples. Vimos, unicamente, que as mercadorias se relacionavam umas com as outras como valores de uso, isto é, que apareciam como tais valores no interior do processo de troca. Ao contrário, o valor de troca, tal como o temos considerado até agora, não era mais que uma abstração que fizemos, ou, se se preferir, uma abstração feita pelo possuidor individual das mercadorias; sob a forma de valor de uso, [ele] possui as mercadorias em seu celeiro, sob a forma de valor de troca, [ele] as tem em sua consciência. Com efeito, nos limites do processo de troca, as mercadorias devem ser umas para as outras não somente valores de uso, mas também valores de troca, e esse modo de existência deve assumir a forma de sua relação recíproca própria. A dificuldade que, em primeiro lugar, nos detinha era que na qualidade de valor de troca, de trabalho materializado, tornava-se necessário que a mercadoria fosse previamente alienada como valor de uso, que tivesse encontrado quem a adquirisse, enquanto que, ao contrário, sua alienação sob a forma de valor de uso supõe sua existência na forma de valor de troca. Mas suponhamos que essa dificuldade se encontre resolvida; que a mercadoria se tenha despojado de seu valor de uso particular e por alienação deste tenha cumprido a condição material de ser trabalho útil social em vez de trabalho particular feito para si mesmo. Em sua qualidade de valor de troca é preciso, então, que no processo de troca se converta em equivalente geral, tempo de trabalho geral materializado para as demais mercadorias e que adquira, assim, não a ação limitada de um valor de uso particular, mas a faculdade de representar-se imediatamente em todos os valores de uso considerados como seus equivalentes. Todavia, cada mercadoria é a mercadoria que, ao alienar seu valor de uso particular, deve manifestar-se como a materialização direta do tempo de trabalho geral. Doutra lado,

no processo de troca, unicamente confrontam-se as mercadorias particulares, os trabalhos dos indivíduos privados incorporados a valores de uso particulares. O próprio tempo de trabalho geral é uma abstração que, como tal, não existe para a mercadoria.

Consideremos o sistema de equações nos quais o valor de troca de uma mercadoria encontra sua expressão real. Por exemplo:

$$1 \text{ metro de tecido} = 2 \text{ libras de café}$$

$$1 \text{ metro de tecido} = \frac{1}{2} \text{ libra de chá}$$

$$1 \text{ metro de tecido} = 8 \text{ libras de pão etc.}$$

Essas equações enunciam somente que um tempo de trabalho social, geral, da mesma magnitude, se concretiza em um metro de tecido, duas libras de café, meia libra de chá etc.

Todavia, na realidade os trabalhos individuais representados nesses valores particulares de uso não se convertem em trabalho geral, e, por conseguinte, em trabalho social, senão porque se trocam realmente entre eles, em proporção à duração do tempo de trabalho que contêm. O tempo de trabalho social não existe nessas mercadorias, por assim dizer, mais que em estado latente, manifestando-se apenas em seu processo de troca. O ponto de partida não é trabalho individual considerado como trabalho comum, mas, ao contrário, parte-se de trabalhos particulares de indivíduos privados, trabalhos que não revestem o caráter de trabalho social geral no processo de troca senão quando se despojam de seu caráter primitivo. O trabalho social geral não é, pois, uma pressuposição preparada, mas um resultado que se obtém. E daqui surge uma nova dificuldade: que as mercadorias, de um lado, devem entrar no processo de troca como tempo de trabalho geral realizado, e que, doutro lado, a realização do tempo de trabalho dos indivíduos como tempos de trabalho geral não é mais que o produto do processo de troca.

Cada mercadoria deve, por alienação de seu valor de uso, ou seja, de seu modo primitivo de existência, adquirir sua forma de existência adequada de valor de troca. É necessário que a mercadoria duplique sua existência no processo de troca. Doutro lado, sua segunda forma de existência, em forma de valor de troca, não pode ser senão outra mercadoria, pois no processo de troca só há mercadorias que se confrontam. Como representar imediatamente uma mercadoria em forma de tempo de trabalho geral materializado, ou, o que é a mesma coisa, como imprimir imediatamente o caráter de generalidade ao tempo de trabalho individual, materializado, numa mercadoria particular? A expressão concreta do valor de troca de uma mercadoria, isto é, de qualquer mercadoria como equivalente geral, representa-se por meio de uma interminável série de equações, tais como:

- 1 metro de tecido = 2 libras de café
- 1 metro de tecido = $\frac{1}{2}$ libra de chá
- 1 metro de tecido = 8 libras de pão
- 1 metro de tecido = 6 metros de algodão
- 1 metro de tecido = etc.

Essa representação era teórica, porque a mercadoria foi unicamente pensada como uma quantidade determinada de tempo de trabalho geral realizado. O funcionamento de uma mercadoria particular como equivalente geral converte-se de uma simples abstração em resultado social do próprio processo de troca por mera inversão da série de equações antes expressa. Assim, por exemplo:

- 2 libras de café = 1 metro de tecido
- $\frac{1}{2}$ libra de chá = 1 metro de tecido
- 8 libras de pão = 1 metro de tecido
- 6 metros de algodão = 1 metro de tecido.

Enquanto o café, o chá, o pão, o algodão, resumidamente, enquanto todas as mercadorias expressam em tecido o tempo de trabalho que contêm, o valor de troca do tecido desenvolve-se inversamente em todas as demais mercadorias como seus equivalentes, e o tempo de trabalho nele mesmo materializado converte-se imediatamente em tempo de trabalho geral, que fica representado igualmente em distintos volumes de todas as demais mercadorias. Nesse caso, o tecido torna-se equivalente geral pela ação universal que sobre ele exercem todas as demais mercadorias. Como valor de troca, cada mercadoria converte-se em medida dos valores de todas as mercadorias. Aqui, inversamente, porque todas as demais mercadorias medem seu valor de troca por uma mercadoria particular, a mercadoria excluída toma a forma de aparição adequada do valor de troca, sua forma de aparição como equivalente geral. Ao contrário, a infinita série, ou as inumeráveis equações que representavam o valor de troca de cada mercadoria, reduz-se a uma só equação com dois termos somente. Duas libras de café igual a um metro de tecido é agora a expressão que esgota o valor de troca do café, já que nessa expressão aparece imediatamente como equivalente de uma quantidade determinada de qualquer outra mercadoria. Dentro dos limites do processo de troca, as mercadorias existem agora, pois, umas para as outras, ou se manifestam umas diante das outras como valores de troca em forma de tecido. O fato de que todas as mercadorias consideradas como valores de troca se relacionem umas com as outras como quantidades distintas de tempo de trabalho geral realizado apresenta-se agora desta forma: como valores de troca, as mercadorias não representam mais que quantidades diferentes do mesmo objeto, de tecido. Por sua vez, o tempo de trabalho geral assume a forma de uma coisa particular, de uma mercadoria à parte e distinta de todas as demais mercadorias. Ao mesmo tempo, a equação em que a mercadoria representa a mercadoria como valor de troca, por exemplo, duas libras de café

igual a um metro de tecido, é uma identidade que fica por realizar. Unicamente por sua alienação a título de valor de uso, a qual só se efetua quando se confirma no processo de troca como objeto de uma necessidade, a mercadoria transforma-se realmente de sua forma de café em sua forma de tecido, toma o aspecto de equivalente geral e converte-se realmente em valor de troca de todas as mercadorias. Inversamente, porque todas as mercadorias, graças à sua alienação na qualidade de valores de uso se transformam em tecido, este torna-se a forma metamorfoseada de todas as demais mercadorias, e precisamente porque estas se metamorfosearam nele é que vem a ser a realização imediata do tempo de trabalho geral, isto é, produto da alienação geral, eliminação dos trabalhos individuais. Se as mercadorias duplicam assim sua existência para serem valores de troca umas para as outras, a mercadoria excluída na qualidade de equivalente universal duplica seu valor de uso. Além de seu valor de uso especial, como mercadoria particular que é, adquire um valor de uso geral. Seu próprio valor de uso é uma forma determinada, isto é, nasce do papel específico que desempenha no processo de troca, em consequência da ação universal que as demais mercadorias exercem sobre aquela. O valor de uso de cada mercadoria, já que é objeto de uma necessidade particular, tem um valor distinto nas diferentes mãos; é um valor distinto na mão de quem o aliena como na de quem o adquire. A mercadoria, a título de equivalente geral, é agora objeto de uma necessidade geral ocasionada pelo próprio processo de troca, e possui para cada um a mesma utilidade, que é a de ser portador do valor de troca, meio de troca universal. Assim fica resolvida numa só mercadoria a contradição que encerra como tal: ser, sob a forma de valor de uso particular, ao mesmo tempo equivalente geral e, em consequência, valor de uso para cada um, valor de uso geral. Enquanto agora todas as demais mercadorias representam seu valor de troca como uma equação ideal, que fica por estabelecer, com a mercadoria exclusiva, o valor de uso

dessa mercadoria exclusiva, ainda que real, aparece no próprio processo como puramente formal, não se realizando senão por sua transformação em valor de uso real. Em sua origem, a mercadoria aparecia como uma mercadoria em geral, como um tempo de trabalho geral materializado num valor de uso particular. No processo de troca, todas as mercadorias se referem à mercadoria exclusiva como à mercadoria em geral, como à mercadoria, como a um tempo de trabalho geral concretizado num valor de uso particular. Como mercadorias particulares, se conduzem antiteticamente em relação a uma mercadoria particular considerada como a mercadoria geral. Referindo-se reciprocamente a seus trabalhos como ao trabalho social geral, os que trocam [os possuidores de mercadorias] parecem referir-se às suas mercadorias como a valores de troca; a relação das mercadorias umas com as outras como valores de troca assume, nesse processo de troca, a forma de uma relação geral com uma mercadoria particular como a expressão adequada de seu valor; o que inversamente parece ser a relação específica dessa mercadoria particular com todas as demais mercadorias, e, portanto, o caráter determinado, e, por assim dizer, naturalmente social de uma coisa. A mercadoria particular que, desse modo, representa a forma adequada do valor de todas as mercadorias, ou o valor de troca das mercadorias, que aparece como uma mercadoria particular, exclusiva, é o dinheiro. O dinheiro é uma cristalização do valor de troca das mercadorias, produzido por elas no próprio processo de troca. Enquanto, pois, as mercadorias, dentro dos limites do processo de troca, se convertem em valores de uso uns para os outros, despojando-se de toda fixidez de forma e relacionando-se uns com os outros sob sua forma material imediata, lhes é necessário, para aparecerem umas às outras como valores de troca, adquirir uma nova forma determinada, evoluir para chegar a constituir o dinheiro. O dinheiro não é símbolo tanto quanto não o é o valor de uso sob a forma de uma mercadoria. O que caracteriza todas as

formas sociais do trabalho criador do valor de troca é a inversão, a mistificação prosaica e real e não imaginária que supõe o fato de que uma relação de produção social apareça como algo separado dos indivíduos e de que as relações determinadas, nas quais esses indivíduos entram no processo de produção de sua vida social, apareçam como propriedades específicas de um objeto. Mais do que na mercadoria, é principalmente no dinheiro que esse fato chama a atenção.

As propriedades físicas necessárias da mercadoria particular, na qual a forma-dinheiro deve cristalizar-se, do mesmo modo que estão determinadas diretamente pela natureza do valor de troca, são a divisibilidade, a homogeneidade, a uniformidade de todos os espécimes dessa mercadoria. Como matéria do tempo de trabalho geral, ela deve ser matéria homogênea e capaz de representar diferenças puramente quantitativas. A outra propriedade necessária é a durabilidade de seu valor de uso, que deve subsistir durante o processo de troca. Os metais preciosos possuem essa qualidade em grau superior. Não sendo o dinheiro o produto da reflexão ou da convenção, mas constituindo-se automaticamente no processo de troca, diversas mercadorias, mais ou menos adequadas, preencheram, sucessivamente, a função de dinheiro. A necessidade sentida, em certo grau do desenvolvimento do processo de troca, de distribuir, opostamente às mercadorias, as funções de valores de troca e de valores de uso, de maneira que uma mercadoria seja meio de troca, enquanto que outra se aliena a título de valor de uso, implica que, em toda parte, as mercadorias que possuem utilidade mais geral desempenhem acidentalmente e em primeiro lugar o papel de dinheiro. Se não satisfazem necessidades imediatas, o fato de serem a parte constitutiva materialmente mais importante da riqueza assegura-lhes um caráter mais geral que aquele que os demais valores de uso possuem.

A troca direta, forma primitiva do processo de troca, representa antes a transformação inicial dos valores de uso em merca-

dorias que a das mercadorias em dinheiro. O valor de troca não assume uma forma independente, mas ainda está diretamente ligado ao valor de uso. Isso se manifesta de dois modos. A própria produção está toda ela organizada em função do valor de uso e não do valor de troca; unicamente quando os valores de uso ultrapassam a medida em que são necessários para o consumo, cessam de ser valores de uso e se convertem em meios de troca: em mercadorias. Doutro lado, não se convertem em mercadorias senão nos limites do valor de uso imediato, ainda que distribuídos opostamente, de modo que as mercadorias que precisam ser trocadas entre seus respectivos possuidores devem ser valores de uso para ambos, pois cada mercadoria é um valor de uso para quem não a possui. De fato, o processo de troca das mercadorias não aparece originariamente no seio das comunidades primitivas,¹⁰ senão onde estas terminam: em suas fronteiras, nos raros pontos de contato com outras comunidades. Ali começa o comércio por troca, e de lá se estende ao interior da comunidade, sobre a qual atua como um elemento de dissolução. Os valores particulares de uso que, na troca entre comunidades distintas, se convertem em mercadorias, como os escravos, o gado, os metais, constituem amiúde o primeiro dinheiro no interior da comunidade. Vimos que o valor de troca de uma mercadoria se manifesta de uma maneira tanto mais completa quanto mais ampla é a série dos equivalentes, ou quanto maior é a esfera de troca da mercadoria. A gradual extensão da troca, o desenvolvimento das trocas e a multiplicação das mercadorias trocadas tornam necessária a evolução da mercadoria até o valor de troca, incitam à constituição do dinheiro e, por conseguinte, exercem uma ação destrutiva sobre a troca direta. Os economistas têm o hábito de fazer derivar o dinheiro das dificuldades exteriores, com as quais se choca a troca

¹⁰ Aristóteles observa o mesmo na família privada considerada como comunidade, primitiva. Mas a forma primitiva da família é a família da tribo, em cuja análise histórica somente se desenvolve a família privada.

desenvolvida; esquecem, todavia, que essas dificuldades nascem do desenvolvimento do valor de troca, surgem do trabalho social considerado como trabalho geral.

Por exemplo, as mercadorias sob a forma de valores de uso não são divisíveis à vontade, como o devem ser sob a forma de valores de troca. Ou seja, que a mercadoria de A pode ser valor de uso para B, enquanto que a de B não é valor de uso para A. Ou, também, que os possuidores de mercadorias podem necessitar de mercadorias indivisíveis que têm que trocar reciprocamente em proporções distintas de valor. Em outros termos: com o pretexto de estudar a troca simples, os economistas consideram certos aspectos da contradição que a mercadoria encerra como unidade imediata de valor de uso e de valor de troca. Doutro lado, atêm-se logicamente à troca como a forma adequada do processo de troca das mercadorias, e que apenas apresentaria certos inconvenientes técnicos; para evitá-los, o dinheiro seria um expediente habilmente idealizado. Partindo dessa consideração, de todo superficial, um engenhoso economista inglês pôde afirmar, com razão, que o dinheiro não é senão um instrumento material, tal como um navio ou uma máquina a vapor, mas não representa uma relação de produção social e, portanto, não constitui uma categoria econômica. Seria, pois, um abuso tratar do dinheiro na Economia Política, já que nada de comum tem com a tecnologia.⁴¹ No mundo do comércio, há, implícita, uma divisão desenvolvida do trabalho, ou, antes, manifesta-se diretamente na multiplicidade dos valores de uso, que se confrontam sob a forma de mercadorias especiais, e que realizam outros tantos gêneros diversos de trabalho. A divisão do trabalho, como totalidade de todos os modos produtivos especiais

⁴¹ “O dinheiro não é, na realidade, senão o instrumento para efetuar a compra e a venda (mas, que entendem por comprar e vender?), e o estudo do dinheiro constitui parte da ciência política como o poderia ser o dos navios ou o das máquinas a vapor, ou de qualquer outro instrumento que sirva para facilitar a produção e a distribuição da riqueza.” T. Hodgskin: *Popular political economy* etc., Londres, 1827, pp. 178-179.

de atividade, é o aspecto geral do trabalho social da parte material, considerado como trabalho criador de valores de uso. Porém, como tal, do ponto de vista das mercadorias, e nos limites do processo de troca, não existe senão em seu resultado, na especialização das próprias mercadorias.

O intercâmbio de mercadorias é o processo no qual a troca social da matéria, isto é, a troca dos produtos particulares dos indivíduos privados, cria ao mesmo tempo relações sociais determinadas de produção nas quais os indivíduos entram nessa circulação da matéria. As relações evolutivas de umas mercadorias com outras se cristalizam em determinações distintas do equivalente geral e, desse modo, o processo de troca é ao mesmo tempo o processo de formação do dinheiro. O conjunto desse processo, que se manifesta como o movimento de diferentes processos, é a circulação.

A – Resenha histórica da análise da mercadoria

A análise da mercadoria como trabalho, sob uma forma dúplce, de valor de uso em trabalho concreto ou atividade produtiva aplicada a um fim, de valor de troca em tempo de trabalho social igual, é o resultado crítico definitivo das investigações, realizadas durante mais de um século e meio, pela Economia Política clássica, que começa na Inglaterra com William Petty, na França com Boisguillebert⁴² e termina com Ricardo na Inglaterra e Sismondi na França.

Petty resume o valor de uso em trabalho sem dissimular que a natureza condiciona sua força criadora. Concebe de imediato o

⁴² Um estudo comparativo das obras e dos temperamentos de Petty e Boisguillebert, além da luz que joraria sobre a contradição social da Inglaterra e da França até o fim do século 17 e começo do 18, seria a exposição genética do contraste nacional entre a Economia Política inglesa e a francesa. O mesmo contraste repete-se definitivamente entre Ricardo e Sismondi.

trabalho real em seu conjunto social, como divisão do trabalho.⁴³ Para ele, como para seu compatriota Hobbes, essa concepção da

⁴³ Petty considerou a divisão de trabalho como força produtiva também e o fez com um plano mais grandioso que Adam Smith (veja-se: *An essay concerning the multiplication of mankind* etc., 3ª ed., 1686, pp. 35-36). Mostra as vantagens da divisão do trabalho para a produção, não somente com o exemplo da fabricação de um relógio, como Adam Smith o fez mais tarde com a de uma agulha; considera também uma cidade e um país inteiro do ponto de vista das grandes fábricas. O *Spectator* de 16 de novembro de 1711 refere-se a esta “ilustração do admirável sir William Petty”. É pois um erro que Mac Culloch presume que o *Spectator* confundia Petty com um escritor 40 anos mais jovem (veja-se Mac Culloch: *The literature of Political Economy, a classified catalogue*, Londres, 1845, p. 105). Petty sabe que é o fundador de uma nova ciência. Diz de seu método que não “é rotineiro”. Em lugar de compor uma série de palavras, comparativas e superlativas e argumentos especulativos, empreendeu a tarefa de falar “em termos de número, peso e medida”, de servir-se unicamente de argumentos nascidos da experiência material e de não considerar senão somente as causas que “têm fundamentos visíveis na natureza”. Deixa para outros o estudo das causas que dependem das “atitudes mutáveis, opiniões, interesses e paixões dos homens particulares” (*Political arithmetic* etc., Londres, 1699, prólogo). Sua genial ousadia mostra-se em sua proposição de transportar todos os habitantes e bens móveis da Irlanda e Escócia ao resto da Grã-Bretanha. Economizar-se-ia desse modo tempo de trabalho e “o rei e seus súditos seriam mais ricos e mais fortes” (*Political arithmetic*, cap. IV). É também no capítulo de sua *Aritmética política*, no qual demonstra, numa época em que a Holanda desempenhava um papel preponderante como nação comercial e a França parecia no caminho de ser a primeira potência comercial, que a Inglaterra estava destinada a conquistar o mercado mundial: “Que os súditos do rei da Inglaterra têm um estoque suficiente e próprio para intensificar o comércio do mundo inteiro” (cap. X); “que obstáculos à grandeza da Inglaterra são contingentes e removíveis”. Um *humour* original impregna toda sua obra. Assim, mostra que não foi por coisas de bruxaria que a Holanda, então o país modelo para os economistas ingleses, como a Inglaterra o é agora para os economistas do continente, conquistou o mercado do mundo “sem este espírito e este juízo angélicos que alguns atribuem aos holandeses” (pp. 175-176). Defende a liberdade de consciência que é a condição do comércio, “porque os pobres são laboriosos e consideram o trabalho e a indústria como um dever para com Deus enquanto se lhes permita crer que se possuem menos riqueza têm em compensação mais engenho e inteligência para as coisas divinas, que consideram como pertencentes exclusivamente a eles”. O comércio “não está, pois, ligado a um gênero qualquer de religião; tem sempre se mantido ao lado da parte heterodoxa, do conjunto”. Preconiza contribuições públicas em favor dos ladrões, porque é melhor para o público gravar-se a si mesmo em proveito dos ladrões que deixar-se gravar por eles. Ao contrário, opôs-se aos impostos, que transferem a riqueza das pessoas industriosas aos que “não fazem mais que comer, beber, cantar, jogar, dançar e fazer metafísica. As obras de Petty são raras nas livrarias e existem apenas dispersas em edições antigas, e de má qualidade, coisa tanto mais estranha quanto William Petty é não somente o pai da Economia Política inglesa, mas também o antepassado de Henry Petty, aliás marquês de Lansdowne, o Nestor dos Whigs ingleses. É verdade que a família Lansdowne não saberia publicar uma edição completa das obras de Petty sem precedê-las de uma biografia, e aqui se enquadra, como na maior parte das origens das grandes famílias Whigs, a conhecida frase: “the less said of them the better”, quanto menos se diga deles, melhor. O cirurgião do exército, audaz pensador, porém substancialmente frívolo como homem, tão disposto à rapina na Irlanda sob a égide de Cromwell como decidido a arrastar-se para obter de Carlos II o título de barão, indispensável na pilhagem, é um retrato de antepassado que parece pouco conveniente à exposição pública. Além disso, Petty procura demonstrar, na maior parte dos escritos que publicou, que a Inglaterra havia chegado a seu apogeu sob Carlos II, opinião heterodoxa para os exploradores hereditários da Glorious Revolution.

origem da riqueza material não permanece mais ou menos estéril, mas o conduz à *Aritmética Política*, primeira forma sob a qual a Economia Política se destaca como ciência independente.

Entretanto, toma o valor de troca pelo que este parece ser no processo de troca das mercadorias pelo dinheiro, e o dinheiro mesmo por uma mercadoria existente: o ouro e a prata. Imbuído pelas noções do sistema monetário, declara que o gênero particular de trabalho concreto que procura o ouro e a prata é trabalho que cria o valor da troca. Considera que, efetivamente, o trabalho burguês não tem que produzir valor de uso imediato, mas uma mercadoria, um valor de uso capaz, por sua alienação, de manifestar-se no processo de troca sob a forma de ouro e prata, ou seja, dinheiro, valor de troca, trabalho geral materializado. Seu exemplo, doutro lado, é uma prova concludente de que se pode, ao mesmo tempo, reconhecer o trabalho como fonte da riqueza material e desconhecer a forma social particular sob a qual o trabalho é origem do valor de troca.

Boisguillebert resume, por sua parte, se não de modo consciente pelo menos de fato, o valor de troca de uma mercadoria em tempo de trabalho, o que ele chama “o justo valor”, pela exata proporção em que o tempo de trabalho dos indivíduos se encontra repartido entre os distintos ramos da indústria e represente a livre competição como processo social que cria essa justa proporção. Ao mesmo tempo e em contraste com Petty, combate o dinheiro com fanatismo, porque, com sua intervenção, turva o equilíbrio natural ou a harmonia de troca das mercadorias, e, espécie de Moloch fantástico, pede em sacrifício toda a riqueza natural. Contudo, se de um lado essa polêmica contra o dinheiro se relaciona com circunstâncias históricas determinadas, uma vez que Boisguillebert faz guerra à paixão do ouro cegamente destruidora da corte de um Luiz XIV,⁴⁴

⁴⁴ Opostamente à “arte negra das finanças” da época, Boisguillebert diz: “A ciência das finanças não é mais que o conhecimento profundo dos interesses da agricultura e do comércio” (*Le detail de la France*, 1697. Edição Eugène Daire, *Economiste financiere du 18 siècle*, Paris, 1843, vol. I, p. 241).

de seus arrendatários gerais e de sua nobreza, enquanto que Petty exalta na paixão do ouro o impulso enérgico que leva um povo a desenvolver a indústria e conquistar o mercado universal, manifesta-se aqui, não obstante, o profundo antagonismo de princípios que se torna a encontrar como um contraste permanente entre a economia verdadeiramente inglesa e a economia verdadeiramente francesa.⁴⁵ Boisguillebert, com efeito, não tem presente senão o conteúdo material da riqueza; o valor de uso, o desfrute⁴⁶ – a forma burguesa de trabalho – é para ele a forma social natural em que o trabalho individual alcança esse fim. Quando o caráter específico da riqueza burguesa se lhe revela no dinheiro, acredita então na ingerência de elementos usurpadores estranhos e indigna-se contra o trabalho burguês sob uma de suas formas, louvando-o, em compensação, como utopista, em outras.⁴⁷ Boisguillebert nos oferece a prova de que se pode considerar o tempo de trabalho como medida de valor das mercadorias, e, todavia, confundir o trabalho realizado em valor de troca dessas mercadorias e medido pelo tempo, com a atividade natural imediata dos indivíduos.

A primeira análise consciente e de uma clareza quase banal do valor de troca é devida a um homem do Novo Mundo, onde as relações burguesas de produção, importadas ao mesmo tempo que seus agentes, cresciam rapidamente em um terreno que compensava com uma superabundância de húmus sua falta de

⁴⁵ Não na economia romana, pois para os italianos, nas duas escolas, napolitana e milanesa, renovam a oposição entre a economia inglesa e a francesa, enquanto que os espanhóis da época anterior, ou bem são simples mercantilistas, e mercantilistas modificados, como Ustáriz, ou bem como Jovellanos (vejam-se suas *Obras*, Barcelona, 1839-1840), sustêm, com Adam Smith, o “justo meio”.

⁴⁶ “A verdadeira riqueza... desfrute completo, não somente das necessidades da vida, mas de todo o supérfluo e de tudo que possa agradar a sensualidade” (Boisguillebert, *Dissertation sur la nature de la richesse* etc., p. 403). Se Petty era um aventureiro frívolo, saqueador e sem caráter, Boisguillebert, apesar de intendente de Luiz XIV, defende as classes oprimidas com tanto valor quanto inteligência.

⁴⁷ O socialismo francês sob a forma proudhoniana sofre da mesma enfermidade nacional hereditária.

tradição histórica. Esse homem é Benjamin Franklin, que no primeiro trabalho de sua juventude, escrito em 1719 e editado em 1821, formulava a lei fundamental da Economia Política moderna.⁴⁸ Afirma a necessidade de encontrar uma medida dos valores distinta dos metais preciosos. Essa medida seria o trabalho.

Por meio do trabalho pode-se medir o valor do dinheiro tão bem como o de qualquer outra coisa. Suponhamos, por exemplo, que um homem se ocupe em produzir trigo, enquanto que outro extrai e purifica prata. Ao fim do ano ou de qualquer outro período de tempo determinado, o produto total de trigo e de prata são os preços naturais de um e de outro, e se o produto de um é de 20 fangas e o de outro de 20 onças, uma onça de prata vale o trabalho empregado na produção de uma fanga de trigo. Todavia, suponhamos que, pelo descobrimento de minas mais próximas, mais acessíveis e de maior rendimento, possa um homem produzir agora 40 onças de prata com a mesma facilidade com que produzia as 20 onças de antes e com o mesmo trabalho que era necessário para produzir as 20 fangas de trigo; nessas condições, duas onças de prata não valeriam mais que o mesmo trabalho empregado na produção de uma fanga de trigo, e essa fanga que antes valia uma onça valerá agora duas, *caeteris paribus* [Apenas isso muda, as demais coisas ficam invariáveis – latim]. De modo que a riqueza de um país deve ser estimada tendo em conta a quantidade de trabalho que seus habitantes podem comprar.⁴⁹

Como os economistas, Franklin considera o trabalho unilateralmente como medida dos valores. A transformação dos produtos reais em valores de troca subentende-se, e trata-se, pois, unicamente de encontrar uma medida para a magnitude do valor.

⁴⁸ B. Franklin: *The Works of etc.*, ed. I. Sparks, Vol. II, Boston, 1836. *A modest inquiry into the nature and necessity of a paper currency*.

⁴⁹ “Thus the riches of a country are to be valued by the quantity of labour its inhabitants are able to purchase”, p. 265.

O comércio, diz Franklin, como não é, em geral, outra coisa senão a troca de trabalho por trabalho, pode-se avaliar o valor das coisas mais exatamente pelo trabalho.⁵⁰

Se aqui se substituir a palavra trabalho pela palavra trabalho real, descobre-se imediatamente que há confusão de trabalho sob uma forma com trabalho sob outra. Pelo fato de que o comércio, por exemplo, consista na troca de trabalho de sapateiro, de mineiro, de tecelão, de pintor etc., o valor das botas fica avaliado mais exatamente em trabalho de pintura? Franklin pensava, ao contrário, que o valor das botas, dos produtos das minas, da fiação, da pintura etc. é determinado pelo trabalho abstrato, que não possui qualidade especial e pode-se medir, portanto, por meio da simples quantidade.⁵¹ Mas Franklin não desenvolve o trabalho contido no valor de troca como trabalho geral-abstrato, como trabalho social que procede da alienação universal de trabalhos individuais, e, forçosamente equivocado, vê no dinheiro a forma de existência imediata desse trabalho alienado. Por isso, o dinheiro e o trabalho criador do valor de troca não têm para ele conexão interna, pois o dinheiro é, antes, um instrumento introduzido de fora na troca por comodidade técnica.⁵² A análise do valor feita por Franklin não influiu de uma maneira imediata sobre a marcha geral da ciência, porque ele tratava de questões especiais da Economia Política unicamente por motivos práticos determinados.

A antítese do trabalho útil real e do trabalho criador de valor de troca exercitou o engenho da Europa durante o século 18 sob a forma do seguinte problema: que gênero particular de trabalho real constitui a origem da riqueza social?

Subentendia-se que todo trabalho que se converte em valor de uso ou que disponibiliza produtos não cria imediatamente a riqueza

somente por esse fato. Para os fisiocratas, como para os seus adversários, contudo, a questão palpitante não consiste em saber que trabalho cria valor, mas sim que o trabalho cria a mais-valia. Tratam, pois, o problema sob uma forma complicada antes de o haverem resolvido em sua forma elementar. Do mesmo modo, a marcha histórica vai sempre por caminhos irregulares, por avanços e recuos, relativamente a seus verdadeiros pontos de partida. Diferentemente dos demais arquitetos, a ciência não constrói unicamente castelos no ar, mas edifica um certo número de andares habitáveis do edifício antes de haver colocado a primeira pedra. Sem nos determos mais nos fisiocratas, e deixando de lado toda uma série de economistas italianos, que, com resultados mais ou menos felizes, pressentiram a análise exata de mercadoria,⁵³ fixemo-nos no primeiro bretão que tratou do sistema completo da economia burguesa: em Sir James Steuart.⁵⁴ Segundo esse autor, as categorias abstratas da Economia Política encontram-se ainda em vias de separação de seu conteúdo material e, por isso, aparecem flutuantes, ocorrendo o mesmo com as de valor de troca. Em certo lugar, determina o valor real pelo tempo de trabalho (“o que um operário pode produzir num dia”), mas, em compensação, a seu lado figuram confusamente o salário e a matéria-prima.⁵⁵ Em outro lugar, debate-se, mais penosamente ainda, contra o conteúdo material de seu tema. A matéria natural contida em uma mercadoria, a prata, por exemplo, em um açafrão de prata, chama-a seu valor intrínseco (*intrinsic worth*), enquanto que designa o tempo de trabalho que contém, seu valor útil (*useful value*).

A primeira – diz – é algo que é real em si; o valor de uso, ao contrário, deve ser avaliado tendo em conta o trabalho que custou para produzi-lo.

⁵⁰ “Trade in general being nothing else but the exchange of labour for labour, the value of all things is, as I said before, most justly measured by labour” (p. 267).

⁵¹ “Remarks and facts relative to the American paper money,” 1764.

⁵² Veja-se “Papers on American politics. Remarks and facts relative to the American paper money”, 1764, *op. cit.*

⁵³ Galiani, *Della moneta*, vol. III; Scrittori classici italiani di Economia Política, ed. Por Custodi. “A fadiga, diz, é a única que dá valor às coisas” (p. 74). Designar o trabalho com a palavra “fadiga” caracteriza o meridional.

⁵⁴ A obra de Steuart, *An inquiry into the principles of political economy being an essay on the science of domestic policy in free nations*, apareceu, pela primeira vez, em Londres, em dois volumes, in 4º, em 1767, dez anos antes que *Wealth of nations*, de Adam Smith. Faça a citação da edição de Dublin, de 1770.

Steuart, tit. I, pp. 181-183

O trabalho aplicado à modificação da matéria representa uma porção de tempo de um homem etc.⁵⁶

O que distingue Steuart de seus predecessores e dos que o seguem é que ele diferencia rigorosamente o trabalho especificamente social, que se manifesta no valor de troca, e o trabalho real, que tem por objeto os valores de uso. “Ao trabalho – diz – que por sua alienação cria um equivalente geral (universal equivalente), chama-o indústria”. Não somente distingue o trabalho sob a forma de indústria de trabalho concreto, mas também das demais formas sociais de trabalho. Para ele, a indústria é a forma burguesa de trabalho em contraste com suas formas antigas e medievais. O que lhe interessa especialmente é o contraste entre o trabalho burguês e o trabalho feudal; este último, havia-o observado em sua decadência, tanto na própria Escócia quanto em suas viagens pelo continente. Naturalmente Steuart sabia muito bem que nas épocas pré-burguesas também o produto havia revestido a forma de mercadoria, e, esta, a forma de dinheiro; mas demonstra detalhadamente que a mercadoria, como forma fundamental elementar da riqueza, e a alienação, como forma de apropriação, não pertencem senão ao período de produção burguesa, e que o caráter do trabalho que cria o valor de troca é, por conseguinte, especificamente burguês.⁵⁷

Depois de terem sido, sucessivamente, declaradas como verdadeiras fontes da riqueza as formas particulares de trabalho concreto, tais como a agricultura, a indústria, a navegação, o comércio etc., Adam Smith proclamou o trabalho em geral, e, além disso, sob seu aspecto social total de divisão de trabalho, como a única fonte

⁵⁶ Steuart, tit. I, pp. 361-362.

⁵⁷ Considera a forma patriarcal da agricultura, que se aplica diretamente à produção dos valores de uso para o possuidor do solo, como um “abuso”, não em Esparta e em Roma, nem sequer em Atenas, mas nos países industriais do século 18. “Essa agricultura abusiva não é comércio, mas um meio direto de subsistência”. Do mesmo modo que a agricultura burguesa limpa o país de bocas supérfluas, a indústria burguesa limpa a fábrica de mãos supérfluas.

de riqueza material ou dos valores de uso. Enquanto desatende completamente ao elemento natural, este o persegue pela esfera da riqueza puramente social de valor de troca. Sem dúvida, Adam Smith determina o valor da mercadoria pelo tempo de trabalho que contém, mas para relegar em seguida a realidade dessa determinação do valor aos tempos pré-adamitas. Em outros termos: o que lhe parece certo do ponto de vista da simples mercadoria torna-se-lhe obscuro quando esta é substituída pelas formas superiores e mais complicadas do capital, do trabalho assalariado, da renda fundiária. Expressa isso dizendo: o valor das mercadorias era medido pelo trabalho contido nas mesmas no *paradise lost* (paraíso perdido) da burguesia, onde os homens não se confrontavam ainda como capitalistas, operários assalariados, proprietários rurais, granjeiros, usurários etc., mas unicamente como simples produtores e cambistas de mercadorias. Confunde sem cessar a determinação do valor da mercadoria pelo tempo de trabalho que contém, com a determinação de seus valores pelo valor do trabalho; vacila ao elaborar os detalhes e toma a equação objetiva que o processo social estabelece violentamente entre os trabalhos distintos pela igualdade de direito subjetivo dos trabalhos individuais.⁵⁸ Trata de efetuar a passagem do trabalho real ao trabalho que cria o valor de troca, isto é, ao trabalho burguês em sua forma fundamental, por meio da divisão do trabalho. Todavia, se é certo que a troca privada supõe a divisão do trabalho, parece falso dizer que a divisão do trabalho supõe a troca privada. Entre os peruanos, por exemplo, o trabalho encontrava-se extraordinariamente dividido,

⁵⁸ Diz Adam Smith: “Pode-se dizer que quantidades iguais de trabalho têm em todo tempo e lugar um valor igual para o trabalhador. Em seu estado normal de força, atividade e preparação e com o grau médio de habilidade que pode possuir, é sempre preciso que se dê a mesma porção de seu repouso, de sua liberdade e de sua felicidade. Qualquer que seja a quantidade de mercadorias que obtenha em recompensa de seu trabalho, o preço que paga será sempre o mesmo. Esse preço pode, com efeito, comprar uma quantidade maior ou menor dessas mercadorias, mas o que varia é o seu valor e não o do trabalho com que se compram. Sendo, pois, o trabalho o único que não varia nunca em seu próprio valor... é o preço real das mercadorias”.

apesar de que não se efetuava troca privada, troca de produtos em forma de mercadorias.

Contrariamente a Adam Smith, David Ricardo apresenta, com clareza, a determinação do valor da mercadoria pelo tempo de trabalho e demonstra que essa lei rege até as relações de produção burguesa, que são as que na aparência a contradizem mais. As investigações de Ricardo limitam-se exclusivamente à magnitude de valor e, no que concerne a esta, ele pressente, pelo menos, que a realização da lei depende de determinadas condições históricas. Assim, diz que a determinação da magnitude do valor pelo tempo de trabalho não é válida senão para aquelas mercadorias que “podem ser aumentadas voluntariamente pela indústria, e cuja produção é regida por uma competição ilimitada”.⁵⁹ O que significa, em realidade, unicamente que a lei do valor supõe, para seu completo desenvolvimento, a sociedade da grande produção industrial e da competição livre, isto é, a sociedade burguesa moderna. Além disso, Ricardo considera a forma burguesa de trabalho como a forma natural e eterna do trabalho social. Segundo esse autor, o pescador e o caçador primitivos trocavam continuamente pescados e caça como possuidores de mercadorias, proporcionalmente ao tempo de trabalho realizado nesses valores de troca. A essa altura, comete um anacronismo, o qual consiste no seguinte: para avaliar seus instrumentos de trabalho, o pescador e o caçador primitivos consultam as tábuas de anuidades em curso em 1817 na Bolsa de Londres. Os “Paralelogramas de M. Owen” parecem ser, para ele, a única forma da sociedade, além da forma burguesa. Ainda que envolvido nesse horizonte burguês, Ricardo faz a dissecação da economia burguesa – que é muito mais distinta em suas profundezas do que parece na superfície – com tal agudeza teórica, que Lord Brougham disse dele: “O sr. Ricardo parece que caiu de

⁵⁹ David Ricardo, *On the principles of Political Economy and taxation*, 3ª ed., Londres, 1821, p. 3.

outro planeta”. Sismondi, em uma polêmica direta com Ricardo, insiste no caráter especificamente social do trabalho criador do valor de troca,⁶⁰ ao mesmo tempo que observa que o “caráter de nosso programa econômico” é reduzir a magnitude do valor ao tempo de trabalho necessário, “à relação entre a necessidade de toda a sociedade e a quantidade de trabalho suficiente para satisfazer essa necessidade”.⁶¹ Sismondi já não se encontra embaraçado pela noção de Boisguillebert, de que o trabalho criador do valor de troca está falsificado pelo dinheiro, mas, como Boisguillebert denunciava o dinheiro, ele denuncia o grande capital industrial. Se, com Ricardo, a Economia Política tira sem temor suas últimas consequências e fica desse modo acabada, Sismondi dá remate a esse acabamento no que ele representa as dúvidas que a Economia Política tem de si mesma.

Como Ricardo, ao dar sua forma acabada à Economia, foi o que mais claramente formulou e desenvolveu a determinação do valor de troca pelo tempo de trabalho, é natural que sobre ele se tenha concentrado a polêmica dos economistas. Despojando-a de sua forma, amiúde inepta,⁶² pode-se resumir essa polêmica nos seguintes pontos:

1º – o próprio trabalho tem um valor de troca, e trabalhos diferentes têm distintos valores de troca. Fazer do valor de troca a medida de si mesmo é um círculo vicioso, pois o valor de troca que serve para medir necessitará, por sua vez, de uma medida. Essa objeção resolve-se no problema: dado o tempo de trabalho como medida imanente do valor de troca, desenvolver o salário operário sobre essa base;

⁶⁰ Sismondi, *Études sur l'économie politique*, t. II, Bruxelas, 1837: “O comércio reduziu tudo ao contraste entre o valor usual e o permutável” (p. 161).

⁶¹ Sismondi, pp. 163-166.

⁶² Parece quiçá a mais inepta das anotações de J. B. Say à tradução francesa por Constance de Ricardo, e a mais pedantescamente pretensiosa a da *Theory of exchange*, Londres, 1858, de Mac Leod.

2º – se o valor de troca de um produto é igual ao tempo que contém, o valor de troca de um dia de trabalho é igual a seu produto. Ou o salário de trabalho deve ser igual ao produto do trabalho.⁶³ Mas o caso é que sucede o contrário. *Ergo* [logo, portanto – latim] essa objeção resolve-se no problema: como é que a produção, sobre a base do valor de troca criado pelo único tempo de trabalho, conduz ao resultado de que o valor de troca do trabalho é menor que o valor de troca de seu produto? Resolveremos esse problema no estudo do capital;

3º – os preços de venda das mercadorias baixam ou sobem de acordo com seu valor de troca conforme a relação variável da oferta e da procura. É precisamente por isso que o valor de troca das mercadorias é determinado pela relação entre a oferta e a procura e não pelo tempo de trabalho nelas contido. Essa conclusão singular não faz mais que renovar a pergunta: como é que sobre a base do valor de troca se desenvolve um preço de venda distinto de dito valor? Ou, mais exatamente: como é que a lei do valor de troca não se realiza senão em prejuízo próprio? Esse problema está resolvido na teoria da concorrência;

4º – a última contradição, a mais surpreendente na aparência, quando não é exposta, como é corrente, em forma de exemplos raros, é a seguinte: se o valor de troca não é outra coisa que o tempo de trabalho contido em uma mercadoria como podem possuir valor de troca as mercadorias que não contêm trabalho? Ou, em outros termos: de onde provém o valor de troca das simples forças da natureza? Esse problema acha-se resolvido na teoria da renda fundiária.

⁶³ Essa objeção feita a Ricardo pelos economistas burgueses foi renovada mais tarde pelos socialistas. Suposta a correção teórica da fórmula, censurou-se a prática de contradizer a teoria e se convidou a sociedade burguesa a tirar praticamente a pretendida consequência de seu princípio teórico. Pelo menos desse modo os socialistas ingleses tergiversaram a fórmula do valor de troca contra a Economia Política. Estava reservado a Proudhon não somente proclamar o princípio da sociedade nova, mas até fazer-se passar pelo inventor da fórmula na qual Ricardo resumiu o resultado total da Economia clássica inglesa. Demonstrou-se que até a interpretação utopista da fórmula de Ricardo caíra no esquecimento quando M. Proudhon a “descobriu”, do outro lado do canal da Mancha (veja-se meu livro: *Misère de la Philosophie*, Paris, 1847, parágrafo sobre o valor constituído).

O DINHEIRO OU A CIRCULAÇÃO SIMPLES

Num debate parlamentar sobre os “Bank-Acts” de sir Robert Peel, introduzidos em 1844 e 1845, Gladstone fazia notar que a especulação sobre a essência do dinheiro fez mais pessoas perder a cabeça que o próprio amor. Falava de bretãos aos bretãos. Ao contrário, os holandeses, gente que, sem fazer caso das dúvidas de Petty, sempre possuiu “excelente” engenho para as especulações com o dinheiro, nunca perderam a cabeça em semelhante mister.

A dificuldade capital na análise do dinheiro foi vencida assim que se chegou a compreender que esta tem sua origem na própria mercadoria. Suposto isso, basta conceber claramente suas formas particulares determinadas, o que é algo difícil, porque todas as relações burguesas, “douradas” ou “prateadas”, aparecem como relações monetárias, e a forma-dinheiro, por conseguinte, parece possuir um conteúdo infinitamente diversificado, que lhe é estranho.

No estudo que segue, convém reter que se trata somente das formas do dinheiro que nascem imediatamente da troca das

mercadorias, e não das que pertencem a um grau mais elevado do processo de produção, como por exemplo, a moeda de crédito. Com o objetivo de simplificar, supõe-se sempre que o ouro é a mercadoria-dinheiro.

1 – Medida dos valores

O primeiro processo da circulação é uma espécie de processo teórico preparatório da circulação real. As mercadorias que existem como valores de uso criam a si próprias, em primeiro lugar, a forma sob a qual aparecem idealmente umas às outras como valor de troca, como quantidades determinadas de tempo de trabalho geral materializado.

Já vimos que o primeiro ato necessário desse processo consiste em que as mercadorias excluem uma mercadoria específica; suponhamos o ouro, como matéria imediata do tempo de trabalho geral, ou equivalente geral. Voltemos, por um momento, à forma sob a qual as mercadorias transformaram o ouro em dinheiro.

1 tonelada de ferro = 2 onças de ouro,
 1 fanga de trigo = 1 onça de ouro,
 1 quintal de café = $\frac{1}{4}$ de onça de ouro,
 1 quintal de potassa = $\frac{1}{2}$ onça de ouro,
 1 tonelada de madeira = $1 \frac{1}{2}$ onças de ouro,
 y mercadoria = x onças de ouro.

Nessa série de equações, o ferro, o trigo, o café, a potassa etc. manifestam-se uns aos outros como matéria de trabalho uniforme, isto é, como trabalho materializado em ouro, eliminando-se completamente toda particularidade dos trabalhos reais representados em seus diferentes valores de uso. Como valores, são idênticos, são matéria do mesmo trabalho ou a mesma matéria de trabalho: ouro. Como matéria uniforme do mesmo trabalho, não apresentam senão uma diferença, uma diferença quantitativa; são valores de

magnitudes distintas, porque seus valores de uso contêm um tempo desigual de trabalho. Como mercadorias isoladas, relacionam-se umas às outras como materialização do tempo de trabalho geral, relacionando-se com este como com uma mercadoria excluída: o ouro. A mesma relação evolutiva, mediante a qual representam, umas às outras, valores de troca, significa também o tempo de trabalho contido no ouro como tempo de trabalho geral, do qual uma quantidade determinada se expressa em quantidades distintas de ferro, trigo, café etc.; em resumo: expressa-se nos valores de uso de todas as mercadorias ou desenvolve-se imediatamente na interminável série dos equivalentes de mercadorias. Como todas elas expressam seus valores de troca em ouro, este exprime imediatamente seu valor de troca em todas as mercadorias. Dando-se a si próprios e umas relativamente às outras a forma de valor de troca, as mercadorias dão ao ouro a forma de equivalente geral, ou de dinheiro.

Precisamente porque todas as mercadorias medem em ouro seus valores de troca, segundo a relação proporcional em que uma quantidade determinada de ouro e outra de mercadorias contêm a mesma duração de tempo de trabalho, o ouro converte-se em medida de valores, e unicamente em virtude dessa função de medida de valores, na qual seu próprio valor se mede diretamente no círculo interno dos equivalentes de mercadorias, converte-se em equivalente geral ou dinheiro. Doutro lado, o valor de troca de todas as mercadorias expressa-se agora em ouro. Deve-se distinguir nessa expressão um momento qualitativo e outro quantitativo. O valor de troca da mercadoria existe como matéria do mesmo tempo de trabalho homogêneo; a magnitude de valor da mercadoria está completamente representada, pois, na relação proporcional em que as mercadorias estão postas em questão com o ouro, também o estão umas com as outras. De um lado aparece o caráter geral do tempo de trabalho que contém, de outro lado aparece a quantidade desse tempo de trabalho em seu equivalente ouro. O valor

de troca das mercadorias, expresso desse modo ao mesmo tempo como equivalência geral e como grau dessa equivalência numa mercadoria específica ou numa só equação das mercadorias com outra específica, é o preço. O preço é a forma metamorfoseada, sob a qual aparece o valor de troca das mercadorias dentro dos limites do processo de circulação.

Pelo mesmo processo em virtude do qual as mercadorias representam seus valores como preço-ouro, representam também o ouro como medida dos valores, e, portanto, como dinheiro. Se aquelas medissem universalmente seus valores em prata, em trigo ou em cobre e os representassem, por conseguinte, como preço-prata, preço-trigo ou preço-cobre, prata, trigo e cobre converter-se-iam em medidas de valores e, portanto, em equivalente geral. Para que as mercadorias apareçam na circulação sob a forma de preço, elas são supostas como valores de troca. O ouro não chega a ser medida de valores, senão porque todas as mercadorias baseiam nele seu valor de troca. Mas a universalidade dessa relação evolutiva, a única de que obtém o ouro seu caráter de medida, pressupõe que cada mercadoria isolada seja medida em ouro, proporcionalmente ao tempo de trabalho contido em uma e em outra, ou seja, que a verdadeira medida entre mercadoria e ouro é o próprio trabalho, ou que a mercadoria e o ouro são iguais como valores de troca pela troca direta.

Na esfera da circulação simples não podemos expor como pode se estabelecer praticamente essa equação. Todavia é evidente que nos países produtores de ouro e prata se incorpora diretamente um tempo de trabalho determinado a uma quantidade também determinada de ouro e prata, enquanto que nos países que não produzem ouro nem prata se obtém o mesmo resultado indiretamente, por meio de uma troca direta ou indireta de mercadoria do país, isto é, trocando uma porção determinada de trabalho nacional médio por um *quantum* também determinado de tempo de trabalho concretizado em ouro e prata dos países

mineiros. Para poder servir como medida de valores, o ouro deve ser virtualmente um valor variável, pois somente como tempo de trabalho materializado pode o ouro converter-se em equivalente de outras mercadorias, e porque o mesmo tempo de trabalho se realiza seguindo a variação das forças produtivas do trabalho real, em volumes distintos dos mesmos valores de uso. Quando se avaliam todas as mercadorias em ouro, do mesmo modo que quando se representa o valor de troca de cada mercadoria no valor de uso de outra, supõe-se que o ouro num momento determinado representa um *quantum* dado de tempo de trabalho. Quanto à troca do valor do ouro, rege-se pela lei de valores de troca que desenvolvemos antes. Se o valor do ouro permanece constante, não é possível uma alta geral dos preços senão no caso em que haja uma alta dos valores de troca de todas as mercadorias. O contrário ocorre no caso de uma baixa geral dos preços das mercadorias. Se o valor de uma onça de ouro baixa ou sobe porque o tempo de trabalho necessário para sua produção varia, baixa ou sobe uniformemente para todas as mercadorias e, portanto, a dita onça de ouro representa em relação a todas essas, o mesmo que antes, um tempo de trabalho de magnitude determinada. Os mesmos valores de troca estimam-se agora como quantidades de ouro maiores ou menores que antes; porém, estimam-se em relação às suas magnitudes de valor e conservam, por isso, a mesma relação de valor uns com respeito aos outros. A relação de 2: 4: 8 é a mesma que 1: 2: 4 ou que 4: 8: 16. A quantidade distinta de ouro em que se estimam os valores de troca seguindo a variação do ouro não impede a este que sirva de medida de valor, como tampouco o valor 15 vezes menor da prata em relação ao ouro impede à primeira que possa substituir o ouro nessa função. Sendo o tempo de trabalho a medida do ouro e da mercadoria e convertendo-se aquele em medida de valores unicamente quando todas as mercadorias se medem por ele, é uma simples aparência do processo de circulação a que faz crer

que é o dinheiro que converte a mercadoria em comensurável.⁶⁴ É, antes, a comensurabilidade das mercadorias como tempo de trabalho materializado que converte o ouro em dinheiro.

O aspecto concreto que revestem as mercadorias no processo de troca é o de seus valores de uso. Chegarão a ser equivalente geral-real graças à sua alienação. A determinação de seu preço é sua transformação puramente ideal em equivalente-geral, o que constitui uma equação que tem que ser realizada com o ouro. Entretanto, como em seus preços as mercadorias não se transformam em ouro senão idealmente, como não se convertem senão em ouro imaginário, e como seu modo de ser sob a forma de dinheiro não está, todavia, realmente separado de seu verdadeiro modo de ser, o ouro não se transformou ainda senão em dinheiro ideal, não sendo, ainda assim, mais que medida de valores, servindo as quantidades determinadas de ouro apenas como denominações para as quantidades dadas de tempo de trabalho. A forma determinada sob a qual o ouro se cristaliza em dinheiro depende em cada caso do modo determinado segundo o qual as mercadorias manifestam umas às outras seu próprio valor de troca.

As mercadorias confrontam-se agora sob um duplo aspecto: são reais como valores de uso, ideais como valores de troca. A dupla forma de trabalho que contém manifesta-se em que o trabalho

⁶⁴ Aristóteles vê, é certo, que o valor de troca das mercadorias está implícito em seu preço: “é claro que a troca existiu antes do dinheiro, pois é indiferente que se deem cinco camas à casa, ou tanto dinheiro quanto valham as camas”. Doutro lado, como as mercadorias não adquirem senão no preço a forma de valor de troca uma em relação às outras, torna-as comensuráveis mediante o dinheiro: “Por ele precisamente tudo deve ser apreciado. Em tais circunstâncias, a troca pode ter lugar sempre e com ela pode existir a comunidade. O dinheiro, por ser uma medida, torna tudo comensurável e igual. Sem a troca não existiria comunidade e sem igualdade não existiria a troca e sem a comensurabilidade não existiria igualdade”. Não lhe passa despercebido que esses objetos distintos medidos por meio do dinheiro são magnitudes completamente incomensuráveis. O que busca é a unidade das mercadorias como valores de troca que não podia encontrar por sua qualidade de grego antigo. Sai dos apuros tornando comensurável, pelo dinheiro, na medida que o exigia a necessidade prática, o que por si não o é. (Aristóteles, *Ethica Nicomachea*, cap. VIII, edição Bekkeri, Oxonii, 1837)

concreto particular, que é seu valor de uso, existe realmente enquanto o tempo de trabalho geral-abstrato adquire no preço das mercadorias uma existência imaginária, na qual essas constituem matéria uniforme da mesma substância de valor e diferentes somente pela quantidade.

A diferença do valor de troca e do preço aparece, de um lado, como puramente nominal; o trabalho, diz Adam Smith, é o preço real; o dinheiro é o preço nominal das mercadorias. Em vez de avaliar uma fanga de trigo em 30 jornadas de trabalho, avalia-se agora em uma onça de ouro, sempre que uma onça de ouro seja o produto de 30 jornadas de trabalho. Doutro lado, essa diferença se acha tão longe de ser uma simples diferença de nome que nela, ao contrário, estão concentrados os perigos que ameaçam a mercadoria durante o processo de circulação real. As 30 jornadas de trabalho estão incorporadas à fanga de trigo; portanto, não há necessidade de que este se ache representado em tempo de trabalho. Porém, o ouro é uma mercadoria distinta do trigo, e unicamente na circulação é que se pode comprovar se uma fanga de trigo, de fato, se torna uma onça de ouro, como já indica, de antemão, o seu preço. Isso depende de que o seu valor de uso se confirme ou não, segundo se comprove ou não que a quantidade de tempo de trabalho que ele contém corresponde ou não à quantidade de tempo de trabalho socialmente necessária para a produção de uma fanga de trigo. A mercadoria enquanto tal é um valor de troca, ela possui um preço. Nessa diferença entre valor de troca e preço se percebe que o trabalho individual, particular contido na mercadoria deve se manifestar exclusivamente no processo da alienação como seu oposto, como trabalho geral-abstrato, impessoal, e que só é trabalho social sob esta forma, isto é, como dinheiro. Que seja ou não suscetível de manifestar-se assim parece coisa fortuita. Ainda que no preço o valor de troca da mercadoria não adquira senão idealmente uma existência diferente dela, e ainda que o duplo caráter do

trabalho que contém não seja mais que um modo distinto de expressão; ainda que, doutro lado, a matéria do tempo de trabalho geral, o ouro, não se coteje com a mercadoria real senão a título de medida figurada de valor; contudo, na existência do valor de troca como preço, ou do ouro como medida de valor, está contida a necessidade da alienação da mercadoria por ouro sonante, a possibilidade de sua não alienação; em síntese, toda a contradição resultante de que o produto seja mercadoria ou de que o trabalho particular do indivíduo privado deve, para produzir um efeito social, manifestar-se em seu imediato oposto, o trabalho geral-abstrato. Por isso, os utopistas, que querem ter a mercadoria, porém não o dinheiro, a produção que repousa sobre a troca privada sem as condições necessárias dessa produção, são consequentes quando “aniquilam” o dinheiro, quer sob sua forma palpável, quer sob a forma etérea e quimérica de medida de valores. Na medida invisível dos valores acha-se disfarçado o dinheiro sólido.

Admitindo-se o processo em virtude do qual o ouro converteu-se em medida de valores e o valor de troca em preço, as mercadorias não são, em seus preços, senão quantidades figuradas de ouro de magnitudes distintas. Precisamente porque são tais quantidades da mesma coisa, de ouro, igualam-se, comparam-se e medem-se entre si, e assim desenvolve-se de uma maneira técnica a necessidade de relacioná-los com uma quantidade determinada de ouro, considerada como unidade de medida. Essa unidade de medida se converte em padrão porque se divide em partes alíquotas e estas por sua vez em outras novas.⁶⁵ Todavia,

⁶⁵ O fato singular de que a unidade de medida da moeda inglesa, a onça de ouro, não esteja subdividida em partes alíquotas explica-se do modo seguinte: uma onça de prata sempre pôde ser dividida em um número de partes alíquotas: “Em sua origem, nossa moeda estava adaptada exclusivamente à prata; por isso, mas, sendo introduzido o ouro, posteriormente, num sistema de moeda exclusivamente adaptado à prata, uma onça de ouro não podia ser cunhada em um número de moedas alíquotas” (Maclaren: *History of currency*, p. 16, Londres, 1858).

as quantidades de ouro como tais medem-se mediante o peso. O padrão existe nas medidas gerais de pesos dos metais, as quais servem também originariamente como padrão de preços em toda circulação metálica. Como consequência do fato de que as mercadorias não se relacionam umas com as outras como valores de troca que se devam medir pelo tempo de trabalho, mas como magnitudes da mesma denominação medidas em ouro, este transforma-se de medida de valores em padrão de preços. A mútua comparação dos preços das mercadorias como quantidades distintas de ouro cristaliza-se assim nas figuras assinaladas em uma quantidade de ouro imaginada e que o representa como padrão de partes alíquotas.

O ouro, como medida de valores e como padrão de preços, tem uma forma determinada completamente distinta e a confusão de uma e outra tem originado as mais extravagantes teorias. O ouro é medida de valores porque é tempo de trabalho materializado; é padrão de preços porque é um determinado peso de metal. O ouro converte-se em medida de valores porque está proporcionalmente relacionado, como valor de troca, com as mercadorias como valores de troca; no padrão de preços, um *quantum* de ouro determinado serve de unidade a outros *quanta* [quantidades – latim] de ouro. O ouro é medida do valor porque seu valor é variável; é padrão de preços porque é fixo como unidade invariável de peso. Nesse caso, como em todos aqueles em que se determina a medida de magnitudes da mesma denominação, a fixidez e a precisão das relações de medidas são decisivas. A necessidade de fixar um *quantum* de ouro como unidade de medida e partes alíquotas como subdivisões dessa unidade fez pensar que um *quantum* de ouro determinado, cujo valor é naturalmente variável, relacionava-se como valor fixo com os valores de troca das mercadorias. Esquecia-se de que os valores de trocas das mercadorias estão transformados em *quanta* de ouro antes que este se desenvolva como padrão de preços. Quaisquer

que sejam as variações do valor do ouro, quantidades distintas de ouro representam sempre entre si a mesma relação de valor: se o valor do ouro baixasse de mil para cem, 12 onças de ouro teriam agora, como antes, um valor 12 vezes maior que uma onça de ouro, e nos preços o interessante é a relação das diferentes *quanta* entre si. Como, doutro lado, uma onça de ouro não muda de peso se seu valor subir ou descer, o peso de suas partes alíquotas tampouco se transformará, e desse modo o ouro, como padrão fixo de preços, presta sempre o mesmo serviço, qualquer que seja a variação de seu valor.⁶⁶

Do mesmo modo que ocorreu com um processo histórico que explicaremos adiante pela natureza da circulação metálica, conservou-se o mesmo nome de peso para um peso sempre decrescente dos metais preciosos em sua função de padrão de preços. Assim, a libra esterlina inglesa designa $\frac{1}{3}$ menos de seu peso original; a libra anterior à União não designava mais que $\frac{1}{36}$; a libra francesa, $\frac{1}{74}$; o maravedi espanhol menos que $\frac{1}{1.000}$; o real português, uma proporção ainda menor. É assim que os nomes monetários dos pesos dos metais se separam historicamente de seus nomes gerais de pesos.⁶⁷ Sendo, de um lado, puramente convencional a determinação da unidade de medida, de suas partes alíquotas e dos nomes destas, e devendo, doutro lado, possuir na circulação o caráter de universalidade e de necessidade, era

⁶⁶ “O dinheiro pode continuamente mudar de valor e servir, contudo, de medida de valor tão bem como se permanecesse perfeitamente estacionário. Suponha-se, por exemplo, que seu valor tenha descido. Antes da baixa, um guinéu comprava três fangas de trigo ou 6 dias de trabalho; depois, somente dava para comprar duas fangas de trigo ou quatro dias de trabalho. Nos dois casos, dadas as relações do trigo e do trabalho com o dinheiro, podem deduzir-se as suas recíprocas; em outros termos, podemos fazer constar que uma fanga de trigo vale dois dias de trabalho. Isso é o que significa medir o valor e pode se fazer o mesmo como depois da baixa. A excelência de uma coisa como medida de valor é completamente independente da variabilidade de seu próprio valor” (Bayley: *Money and vicissitudes*, p. 11, Londres, 1837).

⁶⁷ “As moedas que hoje são ideais são as mais antigas de cada nação, e todas eram reais em certa época (essa última afirmação não é exata em um sentido tão lato, restringe Marx), e porque eram reais se contavam” (Galvani, *Della moneta*, p. 153).

preciso que aquela determinação tomasse o aspecto legal. A operação puramente formal correspondeu, pois, em partilha, aos governos.⁶⁸ O metal determinado que servia de matéria ao dinheiro estava socialmente dado. Em países distintos, o padrão legal de preços é, naturalmente, diferente. Na Inglaterra, por exemplo, a onça como peso de metal está dividida em *pennyweights* [1,55 gramas], *grains* [gramas – inglês] e *carat* [quilate – inglês] *troy* [é um sistema inglês de medida de peso]; mas como unidade de medida da moeda, encontra-se dividida em $3\frac{7}{8}$ *sovereigns*, o *sovereign* em 20 xelins, o xelim em 12 *pence*, de modo que cem libras de ouro de 22 quilates (1.200 onças), aqui valem a 4.672 *sovereigns* e dez xelins. Contudo, no mercado mundial, onde as fronteiras desaparecem, esses caracteres nacionais de medidas da moeda também desaparecem, deixando lugar às medidas gerais de peso dos metais.

⁶⁸ O romântico A. Muller diz: “Em nossa opinião, todo soberano independente possui o direito de designar a moeda de metal, atribuir-lhe um valor nominal, uma hierarquia, um Estado e uma lei” (A. H. Muller: *Die elemente des staatskunst*, p. 276, vol. II, Berlim, 1809). Quanto à lei da moeda, o senhor conselheiro áulico tem razão: esquece unicamente a substância. O parágrafo seguinte é uma amostra de quão confusas eram suas ideias: “Todo mundo compreende a importância que tem a determinação exata do preço monetário, sobretudo em um país como a Inglaterra, onde o governo, com uma liberalidade grandiosa, fabrica gratuitamente a moeda (Muller parece acreditar que o governo inglês retira os gastos de cunhagem de seu próprio bolso), onde não cobra direito de senhorio etc. e, portanto, se estabelecesse o preço monetário do ouro muito acima do preço do mercado, se, em lugar de pagar agora uma onça de ouro com 3 £ 17 x. 10 $\frac{1}{2}$ p., fixasse o preço monetário de uma onça de ouro a 3 £ 19 x., todo o ouro afluiria à Casa da Moeda e a prata que saísse desta seria trocada no mercado pelo ouro mais barato, e este voltaria de novo à Casa da Moeda e a desordem assenhorear-se-ia do sistema monetário” (pp. 280-281). Para manter a ordem na moeda inglesa, o senhor Muller cai na “desordem”. Enquanto xelins e *pence* não são mais que partes determinadas de uma onça de ouro, representadas por fichas de prata e cobre, Muller imagina-se que a onça de ouro está estimada em ouro, prata e cobre, e desse modo obsequia os ingleses com um triplice *standard of value* (padrão de valor). O emprego da prata como medida monetária ao lado do ouro foi abolido formalmente em 1816 por 56, Jorge III, c. 68 [a 68ª lei do 56º ano do reinado de Jorge III]. Legalmente o fora já em 1734 por 14, Jorge II, c. 42 [a 42ª lei do 14º ano do reinado de Jorge II], e praticamente muito antes dessa época. Duas circunstâncias influíram especialmente em Muller para que tenha uma concepção chamada superior da Economia Política. De um lado, sua grande ignorância em questões econômicas e, de outro, sua atitude de simples dileitante entusiasta relativamente à Filosofia.

O preço de uma mercadoria, ou o *quantum* de ouro em que está idealmente metamorfoseada, expressa-se agora nos nomes monetários do padrão ouro. Em vez de dizer que a fanga de trigo é igual a uma onça de ouro, dir-se-ia na Inglaterra, que é igual a 3 £ 17 x. 10 1/2 p. [£ – libra; x. – xelim; p. – *pence*]. Todos os preços se expressam assim nas mesmas denominações. A forma especial que dá à mercadoria seu valor de troca fica transformada em nomes monetários com as quais elas exprimem o que valem. De seu lado, o dinheiro converte-se em moeda contante.⁶⁹

A transformação da mercadoria em moeda contante, imaginosa, verbal e graficamente, ocorre cada vez que um gênero qualquer de riqueza fica determinado do ponto de vista do valor de troca.⁷⁰ Essa transformação exige a matéria ouro; todavia, unicamente como matéria figurada. Para estimar o valor de mil fardos de algodão em um número determinado de onças de ouro e exprimir depois esse número de onças com os nomes contantes na mesma, em libras, xelins e *pence*, não faz falta nem um só átomo de ouro efetivo. Antes do “Bank Act” (1845) de sir Robert Peel, não circulava na Escócia nem uma só onça de ouro, ainda que esta, expressa como padrão contante inglês em 3 £ 17 x. 10 1/2 p., servisse como medida legal dos preços. É assim também que o dinheiro serve de medida de preços na troca de mercadorias entre a Sibéria e China, embora o comércio não seja na realidade mais que uma troca. Quanto ao dinheiro, como moeda contante, é indiferente, portanto, que sua unidade de medida ou as frações desta estejam ou não cunhadas. Na Inglaterra, nos tempos de Guilherme, o Conquistador, uma libra, que então era de prata pura, e o xelim – 1/20 de libra – não

⁶⁹ “Como perguntassem a Anacharsis para que servia o dinheiro entre os gregos, respondeu: “utilizam-no para contar” (Athenaeus: *deipnosophistat*, livro IV, 49, vol. 2, ed. Schweighauser, 1802).

⁷⁰ G. Garnier, um dos primeiros tradutores franceses de Adam Smith, teve a curiosa ideia de estabelecer uma proporção entre o uso da moeda contante e o da moeda real. A proporção é de dez para um (G. Garnier, *História da moeda desde a mais remota Antiguidade etc.*, tomo I, p. 78).

existia senão como moeda contante, enquanto que o *penny*, 1/240 de libra de prata, era a maior moeda de prata. Na Inglaterra atual, ao contrário, não existem nem xelins nem *pence*, embora esses sejam os nomes contantes legais de partes determinadas de uma onça de ouro. O dinheiro, como moeda contante, pode em geral não existir senão idealmente, pois o dinheiro que realmente existe é cunhado de acordo com outro padrão completamente distinto. Em muitas colônias inglesas da América do Norte, a moeda circulante consistia, até um pouco antes do século 18, em espécies espanholas e portuguesas, enquanto a moeda contante era, por toda parte, a mesma que na Inglaterra.⁷¹

Precisamente porque o ouro, como padrão de preços, se apresenta com os mesmos nomes contantes que os preços das mercadorias, e porque uma onça, do mesmo modo que uma tonelada de ferro, é expressa em 3 £ 17 x. 10 1/2 p., deu-se a essa expressão o nome de preço monetário. Isso é o que originou a peregrina noção de que o valor do ouro podia ser expresso em sua própria substância e que, diversamente das demais mercadorias, recebia do Estado um preço fixo. Confundia-se a fixação dos nomes da moeda contante por meio de pesos determinados de ouro com a fixação do valor desses pesos.⁷² Quando o ouro serve de elemento para a determinação do preço e, portanto, de moeda contante, não somente não tem preço fixo, mas carece de preço. Para que tivesse um preço, para que se expressasse em uma mercadoria específica

⁷¹ A ata de Maryland de 1723 que designava o tabaco como moeda legal, mas reduzia seu valor à moeda de ouro inglesa, isto é, um *penny* por libra de tabaco, faz pensar nas *leges barbarorum*. [leis escritas durante a alta Idade Média, nos territórios ocupados pelos reinos bárbaros] nas quais, inversamente, bois, vacas etc. equivaliam a somas determinadas de dinheiro. Nesse caso, não é o ouro nem a prata, mas o boi e a vaca que constituem a matéria real da moeda contante.

⁷² Assim nos *Familiar words* de David Uguhart lemos: “o valor do ouro deve ser medido por si mesmo; como é possível que uma substância qualquer seja a medida de seu próprio valor em outros objetos? O valor do ouro será restabelecido por seu próprio peso, sob uma falsa denominação desse peso, e uma onça valerá tantas libras e frações de libra. Isso é falsificar uma medida, mas não estabelecer um padrão”.

como o equivalente geral, seria preciso que esta outra mercadoria representasse no processo de circulação o mesmo papel exclusivo que o ouro. Entretanto duas mercadorias que excluem a todas as demais se excluem mutuamente. Em todos os lugares onde o ouro e a prata se mantêm legalmente a título de dinheiro, isto é, como medida de valor, intentou-se, mas sempre em vão, tratá-los como uma mesma e única matéria. Supor que a mesma quantidade de trabalho se materializasse imutavelmente na mesma proporção de ouro e prata é supor, em realidade, que o ouro e a prata são a mesma substância e que um *quantum* dado de prata, do metal que vale menos, é uma fração imutável de um *quantum* dado de ouro. Desde o reinado de Eduardo III até os tempos de Jorge II, a história do dinheiro na Inglaterra desenvolve-se em uma série contínua de perturbações nascidas do choque entre a relação do valor legal da prata e do ouro e as oscilações de seu valor real. Tão depressa subia o ouro, subia também a prata. O metal estimado abaixo de seu valor retirava-se da circulação e era fundido e exportado. Modificava-se de novo legalmente a relação de valor dos metais; porém, como anteriormente, o valor nominal entrava em conflito com a relação de valor real. Em nossa própria época, uma leve e passageira baixa do ouro em relação à prata, produzida por um pedido de prata feito pela Índia e pela China, originou na França o mesmo fenômeno, mas em maior escala, isto é, a exportação de prata e sua substituição por ouro na circulação. Durante os anos de 1855, 1856 e 1857, a importação do ouro na França ultrapassou sua exportação em 41,58 milhões de libras, enquanto a exportação de prata ultrapassou sua importação em 14,74 milhões. Na realidade, nos países como a França, onde ambos os metais são medidas legais de valor e têm curso forçado, de modo que todos podem pagar a seu gosto, com um ou com outro, o metal em alta supõe um ágio e mede seu preço, como qualquer outra mercadoria, pelo metal encarecido, enquanto que este último é o que se emprega, unicamente, como medida de valor. Toda a experiência fornecida

pela história sobre esse ponto se reduz simplesmente ao fato de que quando duas mercadorias exercem legalmente a função de medida de valor, em realidade, a que a exerce é uma só.⁷³

B – Teorias sobre a unidade de medida do dinheiro

O fato de que as mercadorias, nos preços, não são transformadas senão idealmente em ouro, e que o ouro, por conseguinte, se transforma em dinheiro também idealmente, deu lugar à doutrina da unidade ideal da medida do dinheiro. Precisamente porque na determinação do preço não há senão ouro e prata figuradamente, e porque esses só funcionam como moeda contante, sustentou-se que os nomes libra, xelim, *pence*, *thaler*, franco etc., em vez de designar frações de peso de ouro ou prata ou trabalho materializado de um modo qualquer, designavam antes átomos ideais de valor. De acordo com isso, quando o valor de uma onça subisse, quereira dizer que conteria mais átomos e deveria ser cunhada em um número maior de xelins. Essa doutrina data dos fins do século 17 e ressurgiu durante a última crise comercial da Inglaterra; até no Parlamento foi desenvolvida em dois informes especiais que constituem o apêndice do informe do Comitê do Banco, em 1858.

Nos primeiros dias da ascensão de Guilherme III, o preço monetário de uma onça de prata era de 5 x. 2 p.; chamavam *penny* $1/62$ de uma onça de prata e xelim a 12 desses *pence*. De acordo com esse padrão, um peso de prata de seis onças, por exemplo, era cunhado em 31 moedas que levavam o nome de xelim. Entretanto, o preço de venda da onça de prata ultrapassou seu preço monetário de 5 x. 2 p. e elevou-se a 6 x. 3 p., isto é, para comprar uma onça de prata bruta, tinha-se que pagar 6 x. 3 p. Como o preço de venda de uma

⁷³ “O dinheiro é a medida do comércio e deveria, como qualquer outra medida, ser mantido também estável e invariável à medida do possível. Isso não se pode conseguir se vossa moeda se compõe de dois metais cuja relação de valor varia sempre” (John Locke, *Some considerations on the lowering of interest* etc., 1691, p. 65, de suas *works*, 7ª ed., Londres, 1768, vol. III).

onça de prata poderia se elevar acima de seu preço monetário, se esse não era outra coisa senão o nome contante das partes alíquotas de uma onça de prata? A solução do enigma é fácil. Dos 5,6 milhões de libras de moeda de prata que circulavam então, 4 milhões estavam gastos, corroídos, alterados. Uma experiência que se fez demonstrou que 57 mil libras de prata, que deveriam pesar 220 mil onças, pesavam só 141 mil onças. A moeda continuava em função conforme o mesmo padrão, mas os xelins leves que circulavam realmente representavam partes alíquotas de onça menores do que as que seu nome indicava. Devia-se pagar, pois, no mercado, uma quantidade superior desses xelins, tornados mais leves, por uma onça de prata bruta. Quando, em consequência da perturbação que se produziu, ficou decidida a fundição geral, Lowndes, o *secretary to the treasury* [secretário do Tesouro – inglês], declarou que, havendo aumentado o valor da onça de prata, devia-se daí por diante cunhá-la em 6 x. 3 p. e não em 5 x. 2 p., como anteriormente. Afirmava, pois, em realidade: já que o valor da onça havia aumentado, o de suas partes alíquotas havia diminuído. Contudo, sua falsa teoria não servia senão para pregar um fim prático justificado. As dívidas do Estado foram contraídas em xelins leves; deviam ser pagas em xelins pesados? Em vez de dizer: pague quatro onças de prata onde, nominalmente, recebeu cinco, mas que na realidade são quatro onças apenas, ele dizia inversamente: pague cinco onças de prata nominalmente, mas reduza o conteúdo metálico a quatro onças e chame de xelim o que até agora foi chamado $\frac{4}{5}$ de xelim. Praticamente Lowndes referia-se ao conteúdo metálico, enquanto que em teoria atinha-se ao nome contante. Seus adversários, que apenas retinham o nome contante e declaravam que um xelim com a perda de peso de 25 a 30% era idêntico a um xelim pesado, pretendiam, ao contrário, ater-se ao conteúdo metálico.

John Locke, que defendia a nova burguesia sob todas as suas formas, os industriais contra as classes operárias e indigentes, os usurários comerciantes contra os usurários ao estilo antigo, os

aristocratas das finanças contra os devedores do Estado, e que, em uma obra especial, demonstrou que a inteligência burguesa é a inteligência humana normal, aceitou o desafio lançado por Lowndes. John Locke ganhou a partida; e o dinheiro tomado de empréstimo a dez ou 14 xelins o guinéu [moeda de ouro inglesa], foi pago em guinéus de 20 xelins.⁷⁴

Sir James Steuart resume ironicamente a transação nos seguintes termos:

o governo ganhou consideravelmente nos impostos, os credores no capital e juros, a nação, que foi a mais lograda, sentia-se a vontade porque seu *standard* (o padrão de seu próprio valor) não sofrera depreciação.⁷⁵

Steuart acreditava que, com o futuro desenvolvimento comercial, a nação não se mostraria tão cândida. Equivocava-se. Uns

⁷⁴ Locke diz, entre outras coisas: “Chame agora coroa ao que antes não era senão parte de uma coroa... Uma mesma quantidade de prata tem sempre idêntico valor que outra quantidade igual de prata. Se podeis rebaixar $\frac{1}{20}$ de peso de prata a uma moeda sem diminuir seu valor, do mesmo modo podereis tirar-lhe $\frac{19}{20}$ sem que seu valor baixe. E assim um único *penny*, que leve o nome de coroa, comprará tanta quantidade de seda ou de qualquer outra mercadoria quanto uma coroa que contenha 20 vezes mais prata... Tudo o que podereis fazer é dar a uma quantidade menor de prata a figura e o nome de uma quantidade maior... Mas é o dinheiro e não os nomes que paga as dívidas e compra as mercadorias. Se elevar o valor da moeda não significa outra coisa senão dar nomes às partes alíquotas de uma peça de prata, chamar *penny* à oitava parte de uma onça de prata, por exemplo, então podereis, com efeito elevar a moeda tanto quanto quiserdes.” (John Locke: *Some considerations on the lowering of interest* etc., 1691, pp. 136-145, *passim*). Locke respondia a Lowndes, ao mesmo tempo, que a alta do preço de venda acima do preço monetário não provinha da “alta de valor da prata, mas do menor peso das moedas de prata”. 77 xelins corroídos não pesariam um grão mais que 62 xelins de preço cabal. Por fim fazia valer com razão que, abstraindo-se a perda de peso da moeda circulante, o preço de venda da prata bruta na Inglaterra podia se elevar um pouco acima do preço monetário, porque a exportação da prata bruta era permitida e a da moeda de prata estava proibida (pp. 54-116, *passim*). Locke evitava muito bem abordar a palpitante questão das dívidas públicas, assim como também evitava cuidadosamente discutir a delicadíssima questão econômica. Esta era a seguinte: o curso de troca, tal como a relação entre a prata bruta e a cunhada, demonstrava que a moeda circulante estava longe de ser depreciada na proporção de sua perda real de prata. Voltaremos a esse assunto, sob sua forma geral, na seção de: “Meio de Circulação”. Nicolau Barbon, in: *A discourse concerning coining the money lighter in answer to M. Locke’s considerations* etc., Londres, 1696, fez inúteis tentativas para lançar Locke num terreno escabroso.

⁷⁵ Steuart, tomo II, p. 154.

120 anos depois, renovou-se o mesmo *quid pro quo* [uma coisa pela outra – latim].

Era natural que o bispo Berkeley, o representante de um idealismo místico na filosofia inglesa, desse um rumo teórico à doutrina da unidade de medida ideal do dinheiro, o que deixou de fazer o prático *secretary to the Treasury* [secretário do Tesouro – inglês]. Berkeley pergunta:

os nomes libra, libra esterlina, coroa etc. não devem ser considerados como simples nomes de relação? (isto é, a relação do valor abstrato como tal). O ouro, a prata ou o papel são algo mais que simples vales ou sinais para contar, registrar e transmitir? (a relação do valor). O poder de fazer pedidos à indústria alheia (o trabalho social) não é riqueza? E o dinheiro, em realidade, é algo mais que o sinal ou o signo da transmissão ou do registro de tal poder e deve-se dar tão grande importância à matéria de que estão formados esses sinais?⁷⁶

Em tudo isso, há confusão de um lado, entre a medida dos valores e o padrão de preços, e de outro, entre o ouro e a prata como medida e como meio de circulação. Do fato de que os metais preciosos possam ser substituídos pelos sinais no ato da circulação, Berkeley deduz que esses sinais, por sua vez, não representam nada, isto é, que representam o conceito abstrato de valor.

A doutrina da unidade de medida ideal do dinheiro está desenvolvida tão completamente por sir James Steuart que seus sucessores – sucessores inconscientes, pois não o entendem – não encontram uma frase e nem sequer um exemplo novo.

A moeda contante – diz – não é nada mais que um padrão arbitrário de partes iguais, inventado para medir o valor relativo dos objetos que devem ser vendidos. A moeda contante difere completamente da moeda cunhada (*money coin*), que é o preço,⁷⁷ e poderia existir sem necessidade de que houvesse no

⁷⁶ *The Querist*. Nas *Queries on money* há, ademais, engenho. Berkeley observa com razão que precisamente o desenvolvimento das colônias da América do Norte “oferece uma prova como a luz de que o ouro e a prata não são tão necessários para a riqueza de uma nação como imaginam as pessoas vulgares de todas as classes”.

⁷⁷ Preço significa aqui equivalente real, como significava para os economistas ingleses do século 17.

mundo uma substância que fosse seu equivalente proporcional para todas as mercadorias. A moeda contante presta o mesmo serviço, em relação ao valor dos objetos, que os graus, minutos, segundos etc., quanto aos ângulos ou escalas nos mapas. Em todas essas invenções, toma-se sempre como unidade a mesma denominação. Do mesmo modo que a utilidade de todas essas invenções se acha limitada à indicação da proporção, assim ocorre também com a unidade de dinheiro. Portanto, não pode ter uma proporção imutavelmente determinada, quanto a uma parte qualquer do valor, isto é, não pode ser fixada em *quantum* determinado de ouro, prata ou qualquer outra mercadoria. Uma vez dada a unidade, pode-se elevar mediante a multiplicação, até o valor mais elevado. Como o valor das mercadorias depende de um concurso geral de circunstâncias que atuam sobre elas e sobre o capricho dos homens, seu valor deveria ser considerado como variável unicamente em sua relação recíproca. Tudo o que turva e confunde a comprovação da troca de proporção por meio de um padrão geral determinado e imutável deve prejudicar o comércio. O dinheiro não é mais que um padrão ideal de partes iguais. A pergunta: qual deve ser a unidade de medida do valor de uma parte? – respondo com esta outra pergunta: qual é a magnitude normal de um grau, de um minuto, de um segundo? Eles não a possuem, mas, assim que uma parte esteja determinada, o resto todo, de acordo com a natureza de uma escala, se ordena proporcionalmente. Há dois exemplos desse gênero de moedas. O Banco de Amsterdam nos oferece um deles; e a costa de Angola, o outro.⁷⁸

Steuart atém-se simplesmente ao papel que representa o dinheiro na circulação a título de padrão de preços e de moeda contante. Com efeito, se distintas mercadorias estão cotadas no preço corrente a 15 x., 20 x., 36 x., respectivamente, não é o conteúdo em dinheiro nem o nome xelim que me interessa, quando se trata de comparar a magnitude de seu valor. As relações numéricas 15, 20, 36 dizem agora tudo, e o número um é a única unidade de medida. Somente a proporção numérica abstrata é a expressão puramente abstrata da proporção. Para ser consequente, seria necessário a Steuart abando-

⁷⁸ Steuart, tomo II, pp. 154-299.

nar não somente o ouro e a prata, mas também os seus nomes de batismo legal. Como não compreende a transformação da medida de valores em padrões de preços, acredita, naturalmente, que o *quantum* de ouro determinado que serve de unidade de medida não se encontra relacionado como medida com outros *quanta* de ouro, mas apenas com os valores como tais valores. Precisamente porque as mercadorias, graças à transformação de seus valores de troca em preços, parecem magnitudes do mesmo nome, negam a qualidade da medida que os reduz à mesma denominação e, porque nessa comparação de diferentes *quanta* de ouro, a magnitude do *quantum* de ouro, que serve como unidade de medida, é convencional, nega que deve ser fixada em geral. Em vez de chamar grau a $\frac{1}{360}$ de círculo, pode chamá-lo a $\frac{1}{180}$; o ângulo reto será medido, então, com 45 graus em vez de sê-lo com 90; os ângulos agudos e obtusos, de forma correspondente. A medida do ângulo continuaria sendo, contudo, agora como antes, em primeiro lugar, uma figura matemática determinada qualitativamente, do círculo; em segundo lugar, uma seção do círculo determinada quantitativamente. Em relação aos exemplos econômicos de Steuart, ele ataca a si próprio com um e nada prova com o outro. A moeda do Banco de Amsterdam não era outra coisa que o nome contante dos dobrões espanhóis que, graças ao seu longo estacionamento nos sótãos do Banco, conservavam intacto seu bom peso, enquanto a moeda circulante havia-se adelgado pelo áspero roçamento com o mundo exterior, ao passar de mão em mão. Quanto aos idealistas africanos, vemo-nos obrigados a abandoná-los à sua sorte, esperando que viajantes críticos nos deem mais amplos informes sobre eles.⁷⁹ Segundo Steuart, poder-se-ia qualificar de moeda aproximadamente ideal o *assignat* [moeda francesa à época

⁷⁹ Por ocasião da última crise comercial, em certos círculos ingleses, louvava-se com exaltação a moeda ideal africana, depois de haver transferido sua sede da costa ao coração da Berbéria. Atribuía-se o fato de estarem os bérberes isentos de crises comerciais à unidade de medida de suas barras. Não seria simples dizer que o comércio e a indústria são as condições *sine qua non* [indispensáveis – latim] das crises comerciais e industriais?

da Revolução Francesa] francês: propriedade nacional. *Assignat* de cem francos. É certo que o valor de uso que devia representar o *assignat* achava-se especificado nesse caso: isto é, as terras confiscadas; todavia havia se esquecido a determinação quantitativa da unidade de medida, e a palavra “franco”, portanto, não tinha sentido. A quantidade de tempo representada pelo *assignat* de um franco dependia do resultado dos leilões públicos. Contudo, na prática, o *assignat* de um franco circulava como sinal de valor da moeda de prata e sua depreciação media-se tendo como padrão a prata.

A época de suspensão de pagamentos em espécie pelo Banco da Inglaterra foi quase tão fecunda em comunicados de guerra como em teorias sobre o dinheiro. A depreciação das notas de banco e a elevação do preço de venda do ouro, acima de seu preço monetário, reanimaram a doutrina da medida monetária ideal entre certos defensores do banco. Lord Castlereagh encontrou a confusa expressão clássica que podia corresponder àquela obscura visão. E deu da unidade de medida da moeda essa definição: “A sense of value in reference to currency as compared with commodities” [Uma noção de valor com relação à moeda em comparação com mercadorias – inglês]. Quando, alguns anos após a paz de Paris, as circunstâncias permitiram a renovação dos pagamentos em espécie, o mesmo problema que Lowndes havia provocado sob Guilherme III surgiu de novo, de forma ligeiramente modificada. Uma enorme dívida pública e uma massa de dívidas particulares, de obrigações etc., acumuladas durante mais de 20 anos, haviam sido contraídas em notas de banco depreciadas. Elas deviam ser pagas em notas de bancos, das quais 4.672 £ 10 x. representavam não nominalmente, mas realmente, cem libras de ouro de 22 quilates. Thomas Attwood, um banqueiro de Birmingham, saiu à cena como um Lowndes *redivivus* [ressuscitado – latim]. Os credores deviam receber nominalmente tantos xelins quanto nominalmente haviam emprestado; entretanto, se segundo a antiga lei da moeda chamava-se xelim a $\frac{1}{78}$ de onça de ouro, agora se batizava com o nome de xelim, por exemplo, a $\frac{1}{90}$ de onça. Os

partidários de Attwood são chamados os *little shillingmen* [pequenos homens xelim – inglês] da escola de Birmingham. A disputa sobre a medida monetária ideal, começada em 1819, continuou entre sir Robert Peel e Atwood, cujo pensamento, pelo fato de que se exerce sobre o dinheiro em sua função de medida, se resume e se esgota na seguinte citação:

Em sua polêmica com a Câmara de Comércio de Birmingham, sir Robert Peel pergunta: que representará a vossa nota de uma libra? O que é uma libra? Inversamente, o que devemos entender por unidade de medida atual do valor? As 3 £ 17 x. 10 1/2 p. significam uma onça de ouro ou, antes, o seu valor? Se é onça o que significam, porque não chamar as coisas por seus nomes, e em vez de dizer Libra esterlina, xelim e *pence* porque não dizer onça, pennyweight e grain? Então, voltamos ao sistema da troca direta... ou será que significam o valor? Se uma onça = 3 £ 17 x. 10 1/2 p., porque, em épocas diferentes, valia tanto 5 £ 4 x., como 3 £ 17 x. 9 p.? (...) “A expressão libra (£) refere-se ao valor, mas não ao valor fixo em uma parte invariável de pesos de ouro. A libra é uma unidade ideal (...) o trabalho é a substância em que se resolvem os gastos de produção e dá ao ouro como ao ferro seu valor relativo. Qualquer que seja, pois, o nome contante especial empregado para designar o trabalho diário ou semanal de um homem, tal nome exprime o valor da mercadoria produzida.”⁸⁰

Nessas últimas palavras dissipa-se a obscura concepção da medida monetária ideal, e torna-se claro o pensamento que contém. Os nomes contantes de ouro, libra esterlina, xelim etc. seriam os nomes de *quanta* determinadas de tempo de trabalho. Sendo o tempo de trabalho a substância e medida imanente dos valores, esses nomes, na realidade, representariam a proporção do próprio valor. Noutros termos, afirma-se que o tempo de trabalho é a verdadeira unidade de medida do dinheiro.

Saímos assim da escola da Birmingham, mas observamos, de passagem, que a doutrina da medida ideal do dinheiro adquire nova importância na polêmica sobre a conversibilidade ou incon-

versibilidade das notas de bancos. Se são o ouro ou a prata que dão ao papel sua denominação, a conversibilidade da nota, isto é, seu caráter de permutabilidade por ouro ou prata constitui uma lei econômica, seja qual for a jurídica. A nota de um *thaler* prussiano, embora legalmente inconvertível, seria depreciada rapidamente se na circulação ordinária valesse menos que um *thaler* e, portanto, não fosse praticamente convertível. Também os defensores consequentes do papel-moeda inconvertível, na Inglaterra, recorreram à medida monetária ideal. Se os nomes contantes do dinheiro libra esterlina, xelim etc. são os nomes de uma determinada soma de átomos de valor, parte dos quais absorve ou separa durante o curso da troca com outras mercadorias, também uma nota de banco inglês de 5 £, por exemplo, é tão independente de sua relação com o ouro como da deste com o ferro e com o algodão. Pois que seu título deixaria de igualá-la teoricamente a um *quantum* determinado de ouro ou de qualquer outra mercadoria, a exigência de sua conversibilidade, isto é, de sua equação prática com um *quantum* determinado de um artigo especificado, ficaria excluída a causa de seu próprio conceito.

John Gray foi o primeiro que desenvolveu sistematicamente a doutrina do tempo de trabalho considerado como unidade de medida imediata do dinheiro.⁸¹ Segundo seu sistema, faz certificar por um banco central, com ajuda de suas sucursais, o tempo de trabalho consumido na produção das diferentes mercadorias. Em troca da mercadoria, o produtor recebe um certificado oficial de seu valor, isto é, um recibo do tempo de trabalho que contém sua

⁸⁰ *The currency question, the Gemini letters*, Londres; 1844, pp. 260-272, *passim*.

⁸¹ John Gray: *The social system. A treatise on the principle of exchange*, Edimburgo 1831. Veja-se do mesmo autor: *Lectures on the nature and use of money*, Edimburgo, 1848. Depois da revolução de fevereiro, Gray dirigiu ao governo provisório uma memória na qual lhe inculca que a França não necessita de uma “organização do trabalho”, mas de uma “organização de troca”, cujo plano desenvolvido poderia encontrar-se em seu sistema monetário. O bom John não suspeitava que, 16 anos depois da publicação do *Social system*, o imaginoso Proudhon obteria uma patente para a mesma descoberta.

mercadoria,⁸² e essas notas de banco de uma semana, de um dia, de uma hora de trabalho etc. servem ao mesmo tempo de bônus para um equivalente de todas as mercadorias armazenadas nos cais do banco.⁸³ Esse é o princípio fundamental aplicado com cuidado em todos seus detalhes e sempre apoiado em instituições inglesas estabelecidas.

Com esse sistema – diz Gray – seria sempre tão fácil vender por dinheiro como o é agora comprar por dinheiro; a produção seria o manancial uniforme e inesgotável da procura.⁸⁴ Os metais preciosos perderiam seu “privilegio” sobre as demais mercadorias e ocupariam o lugar que lhes corresponde no mercado, ao lado da manteiga, dos ovos, dos tecidos etc. e seu valor não nos interessaria mais que o dos diamantes.⁸⁵ Devemos conservar nossa medida fictícia dos valores, o ouro, ou antes, recorrer à medida dos valores, o trabalho, e dar assim liberdade às forças produtivas do país?⁸⁶

Já que o tempo é a medida imanente dos valores, por que ajuntar-lhe outra medida externa? Por que o valor de troca evolui até o preço? Por que todas as mercadorias estimam seu valor em uma mercadoria exclusiva que fica assim transformada na forma adequada do valor de troca em dinheiro? Esse era o problema que Gray tinha que resolver. Em vez de resolvê-lo, entende que as mercadorias podem ser postas diretamente em relação umas com as outras, como produtos do trabalho social. Mas somente podem relacionar-se entre si na qualidade de mercadorias. As

⁸² John Gray, *The social system etc.*: “O dinheiro deveria ser simplesmente senão um recibo, um documento no qual se fizesse constar que seu possuidor, ou contribuiu com certo valor para o *stock* [reserva, inglês] da riqueza nacional, ou adquiriu um direito do mesmo valor de alguém que tenha contribuído para aquela riqueza”.

⁸³ “Quando um objeto tenha sido estimado em certo valor, que se deposita em um banco e seja possível retirá-lo quando necessário, ter-se-ia unicamente que estipular, de comum acordo, que o depositante de um objeto qualquer no banco nacional proposto poderá retirar do mesmo um valor igual ao que possa conter, em vez de ser obrigado a retirar um objeto idêntico ao que depositou (p. 68).

⁸⁴ *Idem*, p. 16.

⁸⁵ Gray, *Lectures on money etc.*, p. 182.

⁸⁶ *Idem*, p. 169.

mercadorias são os produtos imediatos de trabalhos privados, isolados, independentes, os quais no processo de troca privado devem confirmar-se como trabalho social geral, ou, dito de outro modo, o trabalho, sobre a base de produção de mercadorias, não se converte em trabalho social senão pela alienação universal dos trabalhos individuais. Todavia, admitindo que o tempo de trabalho contido nas mercadorias seja tempo de trabalho imediatamente social, Gray supõe que é tempo de trabalho comum ou tempo de trabalho de indivíduos diretamente associados. Então, na realidade, uma mercadoria específica, tal como o ouro e a prata, não poderia defrontar-se com as demais mercadorias como encarnação do trabalho geral; o valor de troca não se converteria em preço, mas tampouco o valor de uso chegaria a ser valor de troca; o produto não se tornaria mercadoria, e desse modo ficaria suprimida a própria base da produção burguesa. Entretanto, não é esse o pensamento de Gray. Os produtos devem ser criados como mercadorias, mas não devem ser trocados como mercadorias. Gray encarrega um banco nacional da realização desse piedoso desejo. De um lado, a sociedade em forma de banco torna os indivíduos independentes das condições da troca privada; e, de outro, deixa que continuem produzindo sobre a mesma base de troca. Contudo, a lógica interna induz Gray a negar umas depois das outras as condições da produção burguesa, embora seu desejo seja unicamente “reformular o dinheiro procedente da troca das mercadorias”. Desse modo transforma o capital em capital nacional,⁸⁷ a propriedade fundiária em propriedade nacional⁸⁸ e, se se analisa profundamente seu banco, descobre-se que este não só recebe mercadorias com uma mão e entrega certificados de trabalho com a outra, mas que até regula a própria produção. Em sua última obra, *Lectures on money*, na qual

⁸⁷ “Os negócios de um país deveriam ser realizados por meio de um capital nacional”, John Gray, *The social system etc.*, p. 171.

⁸⁸ “A terra deverá ser transformada em propriedade nacional”, *idem*, p. 298.

Gray trata ansiosamente de apresentar sua moeda de trabalho como uma reforma puramente burguesa, ele se perde em contrassensos ainda mais claros.

Toda mercadoria é imediatamente dinheiro. Essa é a teoria de Gray, deduzida de sua análise incompleta, e falsa, portanto, da mercadoria. A construção “orgânica” da “moeda de trabalho”, do “banco nacional”, dos “armazéns de mercadorias”, não é mais que uma fantasmagoria em que o dogma, com a ajuda de um truque, é apresentado como uma lei que governa o mundo. Sem dúvida, o dogma que ensina que a mercadoria é imediatamente dinheiro e que o trabalho particular do indivíduo privado que ela contém é imediatamente trabalho social, não se converte em verdade pelo fato de que um banco acredite nele e opere em conformidade com essa crença. A bancarrota encarregar-se-ia, nesse caso, do papel da crítica prática. O que Gray não diz e constitui um segredo para ele mesmo, ou seja, que a moeda de trabalho é uma frase de estilo econômico que dissimula o desejo piedoso de desembaraçar-se do dinheiro, e, com o dinheiro, do valor de troca, e, com o valor de troca, da mercadoria, e, com a mercadoria, da forma burguesa de produção, é a mesma coisa que tem sido afirmada sem dissimulação por alguns socialistas ingleses que escreveram antes e depois de Gray.⁸⁹ Todavia, estava reservado ao senhor Proudhon e a seus discípulos pregar seriamente que a degradação do dinheiro e a exaltação da mercadoria são o núcleo do socialismo, reduzindo este a um desconhecimento elementar da conexão necessária entre a mercadoria e o dinheiro.⁹⁰

2 – Meio de circulação

Depois que a mercadoria, através do processo que determina o preço, recebe a forma que a torna apta para circular e quando o

⁸⁹ Veja-se, por exemplo, W. Thompson: *An inquiry into the distribution of wealth etc.*, Londres, 1827; Bray: *Labour's wrongs and labour's remedy*, Leeds, 1839.

⁹⁰ Pode-se considerar Alfred Darimon, *Sobre a reforma dos bancos*, como o compêndio dessa melodramática teoria da moeda. Paris, 1856.

ouro já adquiriu seu caráter do dinheiro, a circulação fará ressurgir e resolverá juntamente todas as contradições que encerra o processo de troca das mercadorias. A troca real destas, isto é, a troca social da matéria, opera-se numa metamorfose na qual se desdobra o duplo caráter da mercadoria como valor de uso e de troca, mas em que sua própria metamorfose se cristaliza ao mesmo tempo nas formas determinadas da moeda. Descrever essa metamorfose é descrever a circulação. Assim como a mercadoria só é valor de troca quando se coloca no mundo das mercadorias, com uma divisão do trabalho efetivamente desenvolvida, também a circulação supõe atos universais de troca e o curso ininterrupto de sua renovação. Fica assentado, além disso, que as mercadorias entram no processo de troca como mercadoria de preços determinados, ou que se apresentam ali, umas às outras, como existências duplas, reais como valores de uso, ideais – no preço – como valores de troca.

Nas ruas mais animadas de Londres, os estabelecimentos sucedem-se uns aos outros, e atrás do vidro de suas vitrinas oferecem-se tentadoras todas as riquezas do universo: xales da Índia, revólveres americanos, porcelanas chinesas, espartilhos de Paris, peles da Rússia, produtos dos trópicos, porém, todas essas coisas mundanas ostentam fatais etiquetas brancas que levam gravadas cifras em algarismos arábicos seguidas dos caracteres lacônicos £, x., p. Assim aparece a mercadoria na circulação.

a) A metamorfose das mercadorias

Quando considerado mais profundamente, o processo da circulação apresenta duas formas distintas de ciclos. Se chamamos M à mercadoria e D ao dinheiro, podemos expressar assim essas duas fórmulas:

M-D-M

D-M-D

Nesta primeira seção nos ocuparemos exclusivamente da primeira forma, da forma imediata da circulação das mercadorias.

O ciclo M-D-M decompõe-se no movimento M-D, troca da mercadoria pelo dinheiro ou vender; no movimento oposto D-M, troca do dinheiro pela mercadoria ou comprar; na união dos dois movimentos M-D-M, trocar a mercadoria pelo dinheiro para trocar o dinheiro pela mercadoria, ou seja vender para comprar. Como resultado final, no qual se extingue o próprio processo, temos M-M, troca da mercadoria por mercadoria, a circulação real da matéria.

Se se parte do extremo da primeira mercadoria, M-D-M representa a sua transformação em ouro e sua nova transformação de ouro em mercadoria, movimento em que a mercadoria aparece primeiramente sob a forma de valor de uso particular; depois despoja-se dessa forma e a reveste de valor de troca ou equivalente geral, sem ligação alguma com seu primitivo modo de ser; perde de novo sua última forma e se apresenta finalmente como valor de uso real que responde às necessidades particulares. Nesse último estado cai da circulação ao consumo. O conjunto da circulação M-D-M é, pois, em primeiro lugar, a série total de metamorfoses que sofre cada mercadoria para chegar a ser valor de uso imediato para seu possuidor. A primeira metamorfose realiza-se na primeira metade da circulação M-D, a segunda na outra metade D-M, e o conjunto de circulação forma o *curriculum vitae* [curso da vida – latim] da mercadoria. Mas a circulação M-D-M é a transformação total de uma mercadoria isolada, porque é ao mesmo tempo a soma das metamorfoses unilaterais determinadas de outras mercadorias, pois cada metamorfose da primeira mercadoria é sua transformação em outra, ou também transformação da outra mercadoria nela, ou seja, transformação bilateral que se realiza no mesmo grau da circulação. Em primeiro lugar, temos que considerar isoladamente cada um dos processos de troca nos quais se decompõe a circulação M-D-M.

M-D, ou venda: M, a mercadoria, entra no processo de circulação não somente como um valor de uso particular, por exemplo, uma

tonelada de ferro, mas também como um valor de uso de um preço determinado, suponhamos 3 £ 17 x. 10 1/2 p., ou seja, uma onça de ouro. Esse preço, que é, de um lado, o expoente do *quantum* de tempo de trabalho contido no ferro, isto é, de sua magnitude de valor, expressa ao mesmo tempo o bom desejo que tem o ferro de converter-se em ouro, ou seja, de fazer revestir ao tempo de trabalho que ele contém a forma de tempo de trabalho social geral. Se não se realiza essa transubstanciação, a tonelada de ferro não somente deixa de ser mercadoria, mas também produto, pois precisamente é mercadoria porque constitui um não-valor de uso para seu possuidor, ou, dito de outro modo, porque seu trabalho não é trabalho útil para os demais, e não é útil a si mesmo senão enquanto é trabalho geral-abstrato.

A missão do ferro ou de seu possuidor consiste, pois, em descobrir no mundo das mercadorias o lugar no qual o ferro atrai o ouro. Essa dificuldade, o salto mortal da mercadoria, fica vencida se a venda se efetua realmente, como supomos aqui na análise da circulação simples. A tonelada de ferro, por sua alienação, isto é, por sua passagem da mão em que não é útil àquela em que o é, concretiza-se como valor de uso, realiza a um tempo seu preço, e, de ouro imaginário que era, converte-se em ouro real. O nome de onça de ouro real substitui agora o outro nome: onça de ouro ou 3 £ 17 x. 10 1/2 p.; mas a tonelada de ferro muda de condição. Em virtude da venda M-D, não somente se transformou em ouro a mercadoria que já o fora idealmente em seu preço, mas também, pelo mesmo processo, o ouro, que, como medida dos valores, não era outra coisa senão moeda ideal e que, na realidade, não figurava senão como nome monetário das próprias mercadorias, se transformou em moeda real.⁹¹ O

⁹¹ “A moeda é de duas classes, ideal e real; e serve para dois usos diferentes, para avaliar as coisas e para comprá-las. Para avaliar as coisas, a moeda ideal é tão boa e até melhor ainda que a moeda real (...) O outro uso da moeda é o de comprar esses mesmos objetos que avalia (...) os preços e os contratos estimam-se em moeda ideal e são executados em moeda real” (Galiani, *op. cit.*, p. 112).

ouro, que se havia feito idealmente equivalente geral porque todas as mercadorias mediam por ele seus valores, agora, como produto de alienação universal das mercadorias – cujo processo é a venda M-D – transforma-se em mercadoria absolutamente alienável, dinheiro real. Todavia, se o ouro se converte em dinheiro real na venda é porque os valores de troca das mercadorias eram ouro nos preços. Na venda M-D, assim como na compra D-M, duas mercadorias confrontam-se, unidades de valor de troca e de valor de uso, porém na mercadoria seu valor de troca não existe senão idealmente como preço, enquanto no ouro, ainda que seja ele próprio valor de uso real, seu valor de uso só existe como suporte do valor de troca, ou seja, unicamente como valor de uso formal que não se relaciona com nenhuma necessidade individual real. A antítese de valor de uso e de valor de troca está, pois, opostamente distribuída em dois extremos de M-D, a tal ponto que, quanto ao ouro, a mercadoria é valor de uso, que deve realizar no ouro seu valor de troca ideal, o preço; e, quanto à mercadoria, o ouro é valor de troca que deve materializar na mercadoria seu valor de uso formal. Somente por causa desse desdobramento da mercadoria em mercadoria e em ouro, e pela relação dupla também e antitética, em que cada extremo é idealmente o que seu oposto é realmente, e realmente o que seu oposto é idealmente, somente, pois, pela representação das mercadorias como opostas bipolares se resolvem as contradições contidas em seu processo de troca.

Consideramos, até agora, M-D como venda, metamorfose da mercadoria em dinheiro. Mas, colocando-nos no outro extremo, o processo aparece antes como D-M, como compra, metamorfose do dinheiro em mercadoria. A venda é necessariamente, ao mesmo tempo, seu contrário, a compra; é uma ou outra, conforme se observe o processo de um ou de outro. Na realidade, o processo não se distingue senão porque em M-D a iniciativa parte do lado da mercadoria ou do vendedor; e em D-M, do dinheiro ou do

comprador. Representando a primeira metamorfose da mercadoria, sua transformação em dinheiro, como resultado de ter percorrido o primeiro grau da circulação M-D, subentende-se que outra mercadoria já se transformara em dinheiro, encontrando-se, portanto, no segundo grau da circulação D-M. Aventuramo-nos, assim, em um círculo vicioso de hipóteses. Esse círculo vicioso constitui a própria circulação. Se em M-D deixamos de considerar D como a metamorfose já efetuada de outra mercadoria, fazemos sair o ato da troca do processo da circulação. Mas, além deste, a forma M-D desaparece e já não existem mais que duas mercadorias distintas frente a frente, por exemplo, o ferro e o ouro, cuja troca não é um ato especial da circulação, mas um ato de troca direta. Em sua origem, o ouro é uma mercadoria como outra qualquer. Seu valor relativo, o do ferro ou qualquer outra mercadoria, manifesta-se aqui nas quantidades em que se trocam reciprocamente. Mas essa operação está prevista no processo da circulação, já que seu próprio valor está determinado no preço das mercadorias. Nada há, pois, mais errôneo que se supor que, no interior do processo de circulação, o ouro e a mercadoria entram na proporção da troca imediata e que, por conseguinte, seu valor relativo fica estabelecido por sua troca a título de simples mercadorias. Se no processo de circulação parece que se troca o ouro como simples mercadoria por outras mercadorias, essa aparência provém de que, nos preços, está posta em equação uma quantidade determinada de mercadorias com um *quantum* de ouro também determinado, isto é, já está relacionada com o ouro como dinheiro, equivalente geral, e por essa razão é imediatamente permutável por ouro. Sempre que o preço de uma mercadoria se realize no ouro, troca-se por ele em qualidade de mercadoria, de materialização particular do tempo de trabalho; mas quando é seu preço o que se realiza no ouro, troca-se por ele como dinheiro e não como mercadoria, isto é, como materialização geral do tempo de trabalho. Em uma e outra relação, o *quantum* de ouro pelo qual se troca a mercadoria no

processo de circulação não é determinado pela troca; é esta que fica determinada pelo preço das mercadorias, isto é, por seu valor de troca estimado em ouro.⁹²

No processo de circulação, o ouro aparece como o resultado da venda M-D. Mas M-D, venda, como é ao mesmo tempo D-M, compra, leva, em consequência, a que enquanto M, mercadoria, da qual se desenvolve o processo, efetua sua primeira metamorfose, a outra mercadoria, D, que se confronta com ele por ser o outro extremo, realiza a sua metamorfose e percorre a segunda metade da circulação, encontrando-se a primeira mercadoria, todavia, na primeira metade de seu curso.

O dinheiro, resultado do primeiro processo de circulação, da venda, é o ponto de partida do segundo. No lugar que a mercadoria ocupava sob sua primeira forma aparece o seu equivalente em ouro. Esse resultado pode constituir, em primeiro lugar, uma parada, já que a mercadoria sob essa segunda forma tem uma existência própria, duradoura. A mercadoria que, na mão do seu possuidor, não constitui um valor de uso, agora existe sob uma forma sempre utilizável, porque é sempre permutável, e são as circunstâncias que decidem o momento e o ponto da superfície do mundo comercial em que deve entrar na circulação. Seu estado de crisálida de ouro constitui, em sua vida, uma fase independente, na qual pode permanecer mais ou menos tempo. Enquanto que, na permuta, a troca de um valor de uso particular está imediatamente ligada à troca de outro valor de uso particular, o caráter geral do trabalho, criador do valor de troca, aparece na separação e na disjunção indiferente da compra e da venda.

D-M, a compra, é o movimento inverso de M-D e, ao mesmo tempo, a segunda metamorfose, a última da mercadoria. Sob

⁹² Naturalmente, isso não impede que o preço das mercadorias esteja mais ou menos acima ou abaixo que seu valor. Entretanto, essa consideração é estranha à circulação simples e pertence a outra esfera distinta, na qual estudaremos a relação do valor e o preço de venda.

a forma de ouro ou de equivalente geral, a mercadoria pode ser representada imediatamente nos valores de uso de todas as demais mercadorias que, em seus preços, aspiram, todas elas, tanto ao ouro quanto à sua transcendência, ao mesmo tempo que indicam a nota que se deve dar para que seus corpos, os valores de uso, passem ao lado do dinheiro, e sua alma, o valor de troca, vá se alojar no próprio ouro. O produto geral da alienação das mercadorias é a mercadoria, absolutamente alienável. Já não existe barreira qualitativa, mas somente quantitativa, a de sua própria quantidade ou magnitude de valor. “Com dinheiro contante tudo se consegue.” Enquanto no movimento M-D, a mercadoria, por alienação como valor de uso, realiza seu próprio preço e o valor de uso do dinheiro alheio, no movimento D-M, realiza, por sua alienação como valor de troca, seu próprio valor de uso e o preço da outra mercadoria. Enquanto, pela realização de seu preço, a mercadoria converte o ouro em dinheiro real, por sua nova transformação converte o ouro em sua própria forma puramente fugitiva de dinheiro. Como a circulação das mercadorias supõe a divisão desenvolvida do trabalho e, portanto, a multiplicidade das necessidades do produtor isolado, em razão inversa à particularidade de seu produto, a compra, D-M, expressar-se-á tanto em uma equação com uma mercadoria equivalente, quanto se dispersará em uma série de mercadorias equivalentes, circunscrita agora pelo círculo das necessidades do comprador e a magnitude de sua soma de dinheiro. Sendo a venda ao mesmo tempo compra e esta por sua vez venda, D-M, é por sua vez M-D, mas, nesse caso, a iniciativa corresponde ao ouro e ao comprador.

Se voltarmos agora à circulação total M-D-M, veremos que uma mercadoria percorre nela a série completa de suas metamorfoses. Porém, ao mesmo tempo que a mercadoria começa a primeira metade da circulação e realiza a primeira metamorfose, uma segunda mercadoria entra na segunda metade da circulação, efetua sua segunda metamorfose e sai da circulação; e, inversamente, a primeira mercadoria entra na segunda metade da circulação, efetua sua segunda

metamorfose e sai da circulação enquanto uma terceira mercadoria entra em circulação, percorre a primeira metade de seu curso e realiza a primeira metamorfose. A circulação total M-D-M, que é a metamorfose completa de uma mercadoria, é, pois, em conjunto, o termo da metamorfose total de uma segunda e o começo da metamorfose total de uma terceira mercadoria; é uma série sem princípio nem fim. A fim de distinguir as mercadorias, e para maior clareza, designemos M, nos dois extremos de maneira distinta, por exemplo, M'-D-M". Com efeito, o primeiro membro de M'-D supõe que D é o resultado de outro M-D, logo aquele é o último membro de M-D-M', enquanto o segundo membro de D-M" é em seu resultado M"-D, logo anuncia-se ele mesmo como primeiro membro de M"-D-M"', e assim sucessivamente. Ademais, ocorre que o último membro D-M, ainda que M seja o resultado de uma só venda, é representável por $D-M' + D'-M'' + D'''-M'''' + \text{etc.}$, podendo espalhar por uma massa de compras, ou seja de vendas, ainda em uma massa de primeiros membros de novas metamorfoses totais de mercadorias. E posto que a metamorfose total de uma mercadoria isolada não aparece unicamente como um anel de uma cadeia de metamorfoses sem começo nem fim, mas sim de um grande número dessas cadeias, o processo de circulação do mundo das mercadorias manifesta-se – já que cada mercadoria percorre a circulação M-D-M – como uma confusão de cadeias infinitamente entrelaçadas desse movimento que termina e torna a começar sempre sobre uma infinita diversidade de pontos. Mas cada venda ou compra particular constitui ao mesmo tempo um ato diferente e isolado, cujo ato complementar pode ser separado no tempo e no espaço e não necessita unir-se imediatamente de novo ao primeiro para o seguir. Uma vez que cada processo de circulação particular, M-D ou D-M, enquanto é transformação de uma mercadoria em valor de uso e de outra em dinheiro, isto é, enquanto é primeiro e segundo grau da circulação, constitui um ponto independente de parada em duas direções; como, doutro lado, todas as mercadorias começam sua segunda metamorfose sob a forma que

lhes é comum, de equivalente geral, de ouro, e se colocam no ponto de partida da segunda metade da circulação; na circulação real um D-M qualquer coloca-se ao lado de um M-D, o segundo capítulo na carreira de uma mercadoria toca o primeiro capítulo de outra. A, por exemplo, vende ferro por 2 £; efetua, depois, D-M a primeira metamorfose da mercadoria ferro, mas deixa a compra para mais tarde. Simultaneamente B, que 15 dias antes vendera duas fangas de trigo por 6 £, com esse mesmo dinheiro compra um terno na casa de “Moisés e Filho”, e efetua D-M, ou a segunda metamorfose da mercadoria trigo. Se esses dois atos D-M e M-D aparecem aqui como anéis de uma cadeia, é porque uma mercadoria expressa em ouro se parece com outra, e porque no ouro não se reconhece se há ferro ou trigo metamorfoseado. No processo de circulação real, M-D-M aparece como uma confusão de infinidade de membros, fortuitamente justapostos ou sucessivos, de diferentes metamorfoses totais. O processo de circulação real não se apresenta como metamorfose total da mercadoria, como movimento seu em fases opostas, mas como um simples agregado de numerosas compras e vendas, efetuadas simultânea ou sucessivamente de um modo acidental. Fica assim eliminada a fixidez de forma do processo, e tanto mais completamente quanto cada ato isolado de circulação, por exemplo, a venda, é ao mesmo tempo o seu contrário, ou vice-versa. Doutro lado o processo de circulação é o movimento das metamorfoses do mundo das mercadorias, e, por conseguinte, deve refleti-lo também em seu movimento total. Examinaremos como o reflete na seção seguinte. Aqui basta observar que em M-D-M os dois extremos M não guardam a mesma relação formal com D. O primeiro extremo M é uma mercadoria especial, e relaciona-se com o dinheiro como com a mercadoria universal, enquanto o dinheiro é uma mercadoria universal, e relaciona-se com o segundo extremo M como com a mercadoria individual. M-D-M pode, portanto, reduzir-se por lógica abstrata ao silogismo E-U-I, em que a especialidade forma o termo maior, a universalidade o médio e a individualidade o menor.

Os comerciantes entram no processo de circulação na qualidade de guardiões de mercadorias. Dentro dos limites do processo, enfrentam-se sob o aspecto antitético de comprador e vendedor: um, o açúcar personificado; outro, o ouro personificado. Quando o açúcar se transforma em ouro, o vendedor se converte em comprador. Esses caracteres sociais determinados não têm sua origem na individualidade humana em geral, mas nas relações de troca que existem entre os homens, que produzem seus produtos sob a forma determinada de mercadorias. São tão poucas as relações puramente individuais que se expressam na relação do comprador com o vendedor, que um e outro entram nessa relação precisamente porque fica negado o seu trabalho individual, isto é, porque se converte em dinheiro, porque não é trabalho de nenhum indivíduo. É tão inepto, portanto, conceber caracteres econômicos burgueses de compradores e de vendedores como formas sociais eternas da individualidade humana, como absurdo é deplorar o fato de que tais formas aniquilem a individualidade.⁹³

São essas manifestações necessárias da individualidade em certo grau social da produção. Além disso, na oposição de compradores e vendedores, a natureza antagônica da produção burguesa expressa-se todavia de maneira tão superficial e formal que essa oposição pertence também a formas de sociedade pré-burguesas,

⁹³ O seguinte extrato das *Leçons sur l'industrie et les finances*, de Isaac Pereire, Paris, 1832, mostra até que ponto impressiona às boas almas inclusive a forma mais superficial do antagonismo que se manifesta na compra e venda. O fato de que este mesmo Isaac, como inventor e ditador do crédito mobiliário, leve a fama de ter sido o terror da Bolsa de Paris, mostra, também, que se deve ter a crítica sentimental da economia. Pereire, que era então um apóstolo de Saint Simon, diz: "Precisamente porque os indivíduos se acham isolados e separados uns dos outros, seja em seus trabalhos, seja para o consumo, há entre eles troca dos produtos de sua respectiva indústria. Da necessidade da troca derivou a de determinar o valor relativo dos objetos. As ideias de valor e de troca acham-se, pois, imediatamente entrelaçadas, e ambas, em sua forma atual, expressam o individualismo e o antagonismo(...) Deve-se fixar o valor dos produtos, porque há venda e compra, em outros termos, antagonismo entre os diversos membros da sociedade. Não é preciso ocupar-se do preço do valor senão onde existe venda e compra, isto é, onde cada indivíduo se vê obrigado a lutar pela procura dos objetos necessários à conservação de sua vida" (pp. 2-3).

pois unicamente exige que os indivíduos se relacionem uns com os outros, como possuidores de mercadorias.

Se considerarmos agora o resultado M-D-M ele se reduz à permuta da matéria M-M. Trocou-se mercadoria por mercadoria, valor de uso por valor de uso, e a transformação da mercadoria em dinheiro, ou a mercadoria sob a forma de dinheiro, não serve senão de intermediário nessa permuta da matéria. O dinheiro apresenta-se desse modo como simples meio de troca das mercadorias; mas não como instrumento de troca em geral, e, sim, como meio de troca caracterizado pelo processo de circulação, isto é, como meio de circulação.⁹⁴

Pretender deduzir que somente existe a unidade e não a separação da compra e a venda, fundando-se em que o processo de circulação das mercadorias se extingue em M-M, e, por conseguinte, não parece ser outra coisa que a troca efetuada por intermédio do dinheiro, ou em que M-D-M em geral não se divide unicamente em dois processos isolados, pois representa sua unidade móvel, é uma maneira de pensar cuja crítica pertence à Lógica e não à Economia. Como a separação no processo de troca da compra e da venda derriba as barreiras – barreiras locais e primitivas, hereditariamente piedosas, ingenuamente inocentes – da circulação da matéria social, constitui também a forma geral da ruptura de seus momentos conexos, que agora se opõem uns aos outros; numa palavra, é a possibilidade geral das crises comerciais, mas somente porque o antagonismo entre mercadoria e dinheiro é a forma abstrata e geral de todos os antagonismos contidos no trabalho burguês. A circulação monetária pode ter lugar sem crises, mas estas não podem existir sem aquela. O que equivale a dizer que onde o trabalho baseado sobre a troca privada não tenha evoluído ainda até a formação

⁹⁴ "O dinheiro não é mais que o meio e a preparação, enquanto as mercadorias úteis à vida são objeto e fins", Boisguillebert: *Le detail de la France*, 1697, *Economistes financiers du 18 siècle*, de Eugene Daire, vol. I, Paris, 1843, p. 210.

do dinheiro, não pode naturalmente produzir fenômenos que supõem o completo desenvolvimento do processo de produção. Podemos, então, medir a profundidade da crítica que quer suprimir os “inconvenientes” da produção burguesa mediante a abolição do “privilégio” dos metais preciosos e a introdução de um chamado “sistema monetário racional”. Doutra lado, para dar uma ideia da apologética econômica bastará citar uma passagem famosa por sua extraordinária agudeza. Eis o que diz James Mill, pai de John Stuart Mill, o conhecidíssimo economista inglês:

Não podem faltar, nunca, compradores para todas as mercadorias. Quem põe à venda uma mercadoria deseja obter outra em troca; logo, é comprador pelo simples fato de ser vendedor. Os compradores e vendedores de toda classe de mercadorias, considerados em conjunto, devem, pois, por necessidade metafísica, fazer-se contrapeso. Se há mais vendedores que compradores de uma mercadoria, é preciso que haja mais compradores que vendedores de outra mercadoria.⁹⁵

Mill estabelece o equilíbrio porque transforma o processo de circulação em troca direta, porém volta a introduzir neste, de contrabando, as figuras de compradores e vendedores tomados no processo de circulação. Para empregar sua confusa linguagem, diremos que em certos períodos, durante os quais não podem ser vendidas as mercadorias, como sucedeu em Londres e em Hamburgo na crise comercial de 1857-1858, há mais compradores que vendedores de uma mercadoria, o dinheiro, e mais vendedores

⁹⁵ Em novembro de 1807, apareceu na Inglaterra uma obra de William Spence com o título de *Britain independent of commerce*, cujo princípio desenvolveu William Cobbet em sua *Political register*, sob a forma de *Perish commerce*; James Mill respondeu em 1808, em sua *Defence of commerce*, que contém já a passagem tomada a seus *Elements of political economy*, já citado. Em sua polémica com Sismondi e Malthus sobre as crises comerciais, J. B. Say apropria-se desse agradável achado, e como seria impossível dizer com que novidade enriqueceu, à Economia Política, esse cômico “príncipe da ciência” – seu mérito consistiu antes na imparcialidade com que compreendeu mal seus contemporâneos Malthus, Sismondi e Ricardo – seus admiradores do continente alvorçaram-se, assegurando que ele desenterraria esse tesouro do equilíbrio metafísico das compras e vendas.

que compradores de qualquer outro dinheiro: as mercadorias. O equilíbrio metafísico de compras e vendas reduz-se ao seguinte: cada compra é uma venda e cada venda uma compra, o que constitui medíocre consolo para os possuidores de mercadorias que não podem vender, nem, portanto, comprar.⁹⁶ A separação de compra e venda torna possíveis, ao lado do comércio propriamente dito, numerosas transações fictícias anteriores à troca definitiva entre produtores e consumidores das mercadorias. Também permite a uma multidão de parasitas entrar no processo de produção e explorar essa separação. O que equivale dizer, uma vez mais, que com o dinheiro como forma universal do trabalho no sistema burguês se dá a possibilidade do desenvolvimento de suas contradições.

b) O curso do dinheiro

A circulação real anuncia-se em primeiro lugar como uma massa de compras e vendas que se realizam, acidentalmente, lado a lado. Na compra e na venda, a mercadoria e o ouro se confrontam sempre, na mesma relação, o vendedor ao lado da mercadoria, o comprador ao lado do dinheiro. O dinheiro, que serve de meio de circulação, aparece, pois, sempre como meio de compra, e daí porque seus distintos caracteres nas fases opostas da metamorfose das mercadorias tenham deixado de ser conhecidos.

⁹⁶ Os exemplos seguintes mostrarão de que maneira os economistas representam os diferentes aspectos da mercadoria: “Se possuímos o dinheiro, não temos que fazer mais do que uma única troca para obter o objeto de nosso desejo, enquanto com outros produtos se deve fazer duas, e a primeira (procura do dinheiro) é infinitamente mais difícil que a segunda”, G. Opdyke, *A Treatise on political economy*, N. York, 1851, pp. 272-278. “A maior facilidade que existe para vender o dinheiro é consequência natural da dificuldade de vender as mercadorias”, Corbet Th., *An inquiry into the causes and modes of the wealth of individuals etc.*, Londres, 1841, p. 117. “O dinheiro possui a qualidade de ser sempre permutável pelos objetos que mede”, Bossanquet, *Metallic, paper and credit currency etc.*, Londres, 1842, p. 100. “O dinheiro sempre pode comprar as demais mercadorias, enquanto nem sempre as mercadorias podem comprar o dinheiro”, Th. Tooke, *An inquiry into the currency principle*, 2ª ed., Londres, 1844, p. 10.

O mesmo ato faz passar o dinheiro à mão do vendedor e a mercadoria à do comprador. A mercadoria e o dinheiro correm, pois, em direção oposta, e esta troca de lugar, na qual a mercadoria passa a um lado e o dinheiro ao outro, se efetua simultaneamente em um número indeterminado de pontos sobre toda a superfície da sociedade burguesa. Mas, o primeiro passo que a mercadoria dá na circulação é também o último.⁹⁷ É indiferente que ela troque de lugar por haver atraído o ouro (M-D) ou por ter sido atraída por ele (D-M); o caso é que só por esse movimento, por essa única mudança de lugar, ela cai da circulação no consumo. A circulação é um movimento contínuo de mercadorias, mas de mercadorias sempre distintas, e cada mercadoria se move uma só vez. Cada mercadoria começa a segunda metade de sua circulação, não como a mesma mercadoria, mas como outra distinta como o ouro. O movimento da mercadoria metamorfoseada é, pois, o movimento do ouro. A mesma peça de moeda ou idêntico ouro que, no ato M-D, uma vez trocou de posição com uma mercadoria, aparece inversamente como ponto de partida de D-M e muda de lugar pela segunda vez com outra mercadoria. Da mesma forma que passou da mão do comprador B à do vendedor A, passa agora da mão de A, convertido em comprador, à de C. O movimento formal de uma mercadoria, sua transformação em dinheiro e sua nova transformação de dinheiro em mercadoria, ou o movimento da metamorfose total da mercadoria, aparece, pois, como movimento exterior da mesma peça de moeda, que, por duas vezes, muda de posição com duas mercadorias distintas. Por muito fortuitas e dispersas que sejam as compras e vendas simultâneas, sempre na circulação real um comprador se enfrenta com um vendedor, e o dinheiro que preenchia o lugar anteriormente ocupado pela mercadoria vendida é obrigado a trocar logo de posição com outra mercadoria antes de passar à mão do comprador. Doutro lado, esse dinheiro passa de novo, tarde ou

⁹⁷ A mesma mercadoria pode ser comprada e vendida várias vezes. Ela já não circula a título de simples mercadoria, mas tem um destino que não existe do ponto de vista da circulação simples, de simples oposição entre mercadoria e dinheiro.

cedo, da mão do vendedor, convertido em comprador, à de um novo vendedor e por meio desses repetidos deslocamentos expressa o encadeamento das metamorfoses das mercadorias. Levam-se sempre, pois, as mesmas peças de moeda em uma direção oposta à das mercadorias movidas, umas mais amiúde, outras menos, de um ponto de circulação a outro, e descrevem, por conseguinte, um arco de circulação mais ou menos grande. Esses movimentos diferentes da mesma peça de moeda têm que se suceder no tempo e, inversamente, a multiplicidade e a dispersão de compras e vendas aparecem em uma só troca de lugar efetuando-se, simultaneamente e contiguamente, mercadorias e dinheiro.

A circulação das mercadorias M-D-M, sob sua forma simples, realiza-se pela passagem do dinheiro da mão do comprador à do vendedor e da mão deste, convertido em comprador, à de um novo vendedor. A metamorfose da mercadoria termina aqui, assim como o movimento do dinheiro, como expressão que é dela. Entretanto, como continuam produzindo-se sempre novos valores de uso em forma de mercadorias, que têm que ser lançados sempre de novo à circulação, M-D-M repete-se e se renova entre os mesmos permutadores. O dinheiro gasto em comprar volta-lhes de novo tão depressa vendam mercadorias. A constante renovação da circulação de mercadorias reflete-se de tal modo nesta que o ouro não só roda incessantemente de mão em mão por toda a superfície da sociedade burguesa, como até descreve uma soma de distintos e pequenos ciclos que partem de um número infinito de diferentes pontos e voltam aos mesmos para começar de novo o movimento.

Se a troca de forma das mercadorias aparece como uma simples troca de lugar do dinheiro, e se a continuidade do movimento da circulação corresponde completamente ao dinheiro, pois a mercadoria não dá nunca senão um passo em direção oposta à do dinheiro, enquanto este dá sempre o segundo passo pela mercadoria, e diz B onde a mercadoria diz A, o movimento interior oferece a aparência de que procede do dinheiro. Na venda, contudo, a mercadoria faz o

dinheiro sair de sua posição e, portanto, faz circular o dinheiro, do mesmo modo que este obriga a mercadoria a circular. Porque, como, além disso, o dinheiro a enfrenta como instrumento de compra, mas como tal não move as mercadorias senão quando realiza seus preços, o movimento inteiro da circulação toma esta aparência: o dinheiro troca de lugar com as mercadorias realizando seus preços, seja em atos especiais da circulação que se realizam simultaneamente, lado a lado, seja sucessivamente, pois a mesma peça de moeda realiza diferentes preços de mercadorias, uns após outros. Se considerarmos, por exemplo, $M-D-M'-D-M''-D-M'''$ etc., sem ter em conta momentos qualitativos, que não podem se separar mais no processo de circulação real, só comprovamos a mesma operação monótona D , depois de ter realizado o preço de M , realiza sucessivamente os de $M'-M''$ e as mercadorias $M'-M''M'''$ etc., colocam-se sempre no lugar abandonado pelo dinheiro. Ao realizar seus preços, o dinheiro parece, pois, colocar em circulação as mercadorias. Nessa função de realização de preços, o próprio dinheiro circula sempre, não só trocando depressa de lugar, mas também percorrendo um pequeno arco de circulação, ou descrevendo um pequeno círculo, no qual coincidem o ponto de partida e o de chegada. Quando é instrumento de circulação, possui sua circulação própria. Por isso, o movimento formal das mercadorias evolutivas aparece como seu próprio movimento, enquanto é medidor de troca das mercadorias imóveis por si mesmas. O movimento do processo de circulação das mercadorias manifesta-se, pois, no movimento do ouro como instrumento de circulação, no curso do dinheiro.

Se os possuidores das mercadorias representassem os produtos de seus trabalhos privados como produtos do trabalho social transformando um objeto, o ouro, em tempo de trabalho geral concretizado, e, por conseguinte, em dinheiro, agora seu próprio movimento universal, por meio do qual se opera a circulação da matéria de seus trabalhos, se ergue ante eles como movimento particular de uma coisa, como curso do ouro. Para os permutadores,

o movimento social é, de um lado, uma necessidade exterior e, de outro lado, um processo puramente formal que permite a cada indivíduo retirar, em troca do valor de uso que lança à circulação, outros valores de uso da mesma magnitude de valor. A utilidade da mercadoria começa com sua saída da circulação, enquanto a utilidade do dinheiro, como instrumento da circulação, consiste no fato de que circula. O movimento da mercadoria na circulação não é mais que um movimento fugitivo, enquanto que a função do dinheiro consiste em mover-se na circulação sem descanso. Essa função específica do dinheiro na circulação lhe dá, como instrumento de circulação que é, uma fixidez de forma nova que precisamos, agora, desenvolver mais minuciosamente.

Em primeiro lugar, é claro que o curso do dinheiro é um movimento infinitamente disperso, pois nele se reflete a infinita dispersão de compras e vendas do processo da circulação; assim como a separação fortuita das fases integrantes da metamorfose das mercadorias. Nos pequenos circuitos do dinheiro, nos quais coincidem os pontos de partida e de chegada, há, é verdade, um movimento de volta, um verdadeiro movimento circular, mas em primeiro lugar há tantos pontos de saída como mercadorias e, além disso, esses circuitos, por sua indeterminada multiplicidade, se subtraem a todo controle, a todo cálculo, a toda medida. O lapso de tempo entre a saída e a volta ao ponto de partida não está determinado de antemão. Por isso mesmo é indiferente que semelhante círculo seja ou não descrito em um caso dado. O fato econômico mais universalmente conhecido é que se possa gastar dinheiro com uma mão sem que se deva voltar à outra. O dinheiro parte de pontos variados até o infinito e volta a pontos infinitamente variados; entretanto, a coincidência do ponto de saída e de chegada é fortuita, porque o movimento $M-D-M$ não implica necessariamente que o comprador volte a ser vendedor. O curso do dinheiro representa menos ainda um movimento que se irradia de um centro a todos os pontos da periferia e que volta de todos esses pontos ao centro. O chamado movimento circular do dinheiro, cuja

imagem flutua diante dos olhos, se reduz ao fato de que sobre todos os pontos se comprovam seu aparecimento e seu desaparecimento, seu incessável deslocamento. Em uma forma superior imediata da circulação do dinheiro, por exemplo, a circulação do papel-moeda, veremos que as condições de emissão do dinheiro encerram as condições de seu refluxo. Na circulação simples naquela, ao contrário, o mesmo comprador torna-se vendedor por casualidade. Quando os verdadeiros movimentos circulares se mostram em estado crônico, não são mais que o reflexo de processos de produção mais profundos. Por exemplo, o fabricante toma dinheiro de seu banqueiro na sexta-feira; envia-o a seus empregados no sábado; esses gastam sua maior parte nas lojas ou armazéns etc. etc., e na segunda-feira esses últimos entregam-no novamente aos banqueiros.

Vimos que nas compras e vendas múltiplas, que se efetuam juntas, indistintamente, o dinheiro realiza simultaneamente uma quantidade dada de preços e que não troca de lugar com a mercadoria senão uma só vez. Doutro lado, a mesma peça de moeda, do mesmo modo que em seu movimento aparece o movimento das metamorfoses totais das mercadorias e o encadeamento daquelas metamorfoses, realiza os preços de diferentes mercadorias e dá assim um número maior ou menor de voltas. Se considerarmos, pois, o processo de circulação em um país durante um período dado de tempo, um dia, por exemplo, a massa de ouro necessária para a realização dos preços, e, portanto, para a circulação das mercadorias, será determinada pelo duplo momento da soma total desses preços e do número médio de voltas das mesmas peças de moedas. Esse número de voltas – ou a velocidade média do curso do dinheiro – é igualmente determinado pela velocidade média com que as mercadorias percorrem as diferentes fases de sua metamorfose, pela velocidade com que se encadeiam essas metamorfoses, e pela velocidade com que as mercadorias que tenham percorrido suas metamorfoses são substituídas por outras mercadorias no processo de circulação. Enquanto, em virtude da fixação de preços, o valor de troca de todas as mercadorias se havia transformado idealmente

em um *quantum* de ouro do mesmo valor, e enquanto nos dois atos isolados da circulação D-M e M-D existia a mesma soma de valor sob duas formas, sob a de mercadoria e a de ouro, a existência funcional do ouro como instrumento de circulação é determinada, não por sua relação isolada com as mercadorias particulares que permanecem em repouso, mas por sua existência agitada no mundo evolutivo das mercadorias, por sua função de representar em sua troca de lugar a mudança de formas das mercadorias e representar, pois, assim, pela rapidez de sua troca de lugar, a rapidez de sua mudança de forma. A presença real no processo de circulação, isto é, a massa real de ouro que circula é determinada, agora, por sua atividade funcional no mesmo processo total.

A circulação do dinheiro supõe a das mercadorias; o dinheiro faz circular mercadorias que têm preços, isto é, que já estão postas idealmente em equação com quantidades determinadas de ouro. Na determinação do preço das mercadorias, a magnitude do valor do *quantum* de ouro que serve de unidade de medida, ou o valor do ouro, supõe-se dada. Admitindo isso, o *quantum* de ouro necessário à circulação é determinado primeiramente pela soma total dos preços das mercadorias que deve realizar. Essa soma total é, por sua vez, determinada:

1. pelo nível dos preços, pela elevação ou depressão relativa dos valores de troca das mercadorias estimadas em ouro; 2. pela massa das mercadorias circulantes com preços determinados, ou seja, pelo número de compras e vendas com preços dados.⁹⁸ Se uma fanga de trigo custa 60 xelins, é preciso uma dupla quantidade de ouro para a fazer circular ou realizar seu preço, do que seria preciso se custasse 30

⁹⁸ A massa de dinheiro é indiferente, “contanto que haja bastante para manter os preços determinados pelas mercadorias” (Boisguillebert, p. 210). “Se a circulação de mercadorias no valor de 400 milhões de libras esterlinas exige uma massa de ouro de 40 milhões (...) e supondo que essa proporção de $1/10$ seja o nível adequado (...) no caso de que o valor das mercadorias circulantes subisse a 450 milhões (...) a massa de ouro, para ficar no nível, deveria subir a 45 milhões”, W. Blake, *Observations on the effects produced by the expediture of government etc.*, Londres, 1823, p. 42.

xelins. A circulação de 500 fangas a 60 xelins exige dupla quantidade de ouro que a circulação de 250 fangas ao mesmo preço. Enfim, a circulação de 10 fangas a 100 xelins exige a metade de ouro que a circulação de 40 fangas a 50 xelins. Deduz-se disso que a quantidade de ouro necessária à circulação pode baixar, apesar da alta dos preços, se a massa circulante de mercadorias sofre uma diminuição em proporção maior que o aumento da soma total de preços, e que, inversamente, a massa de instrumentos de circulação pode aumentar se diminui a massa das mercadorias circulantes; mas a soma de seus preços aumenta em uma proporção maior. Assim, conscienciosos e minuciosos estudos, efetuados pelos ingleses, demonstraram que na Inglaterra, nos primeiros graus de um encarecimento de cereais, a massa do dinheiro circulante aumenta, porque a soma dos preços da massa de cereais diminuída é maior que a soma dos preços da massa superior dos cereais antes da diminuição, mas que, concomitantemente, as demais mercadorias continuam circulando tranquilamente, durante certo tempo, com seus antigos preços. Em um grau superior de encarecimento dos cereais, a massa do dinheiro, ao contrário, diminui, seja porque, ao lado dos cereais, se vendam menos mercadorias por seus antigos preços, seja porque se vendam mercadorias em igual quantidade, porém a preços mais baixos.

Vimos que a quantidade de dinheiro circulante não é determinada somente pela soma total dos preços das mercadorias que deve realizar, mas também pela rapidez com que o dinheiro circule ou efetue a necessidade dessa realização. Se o mesmo soberano faz dez compras de mercadorias no mesmo dia, ao preço de um soberano por mercadoria cada vez, e muda de dono dez vezes, faz exatamente o mesmo trabalho que dez soberanos, circulando cada um somente uma vez no dia.⁹⁹ A rapidez do curso do ouro pode assim suprir a sua quantidade, ou seja, a presença do ouro na circulação não é

⁹⁹ “É a rapidez de circulação do dinheiro, não a quantidade de metais, que faz aparecer pouco ou muito dinheiro”, Galliani, *op. cit.*, p. 99.

somente determinada por sua presença a título de equivalente ao lado da mercadoria, mas também por sua presença no movimento da metamorfose das mercadorias. Contudo, a rapidez do curso do dinheiro supre a sua quantidade apenas até certo ponto, pois em cada período dado de tempo se efetua juntamente um infinito número de compras e vendas independentes.

Se o conjunto dos preços das mercadorias circulantes aumenta, mas em menor proporção que o crescimento de velocidade do curso do dinheiro, diminui a massa dos meios de circulação. Se, ao contrário, a velocidade da circulação diminui em maior proporção que a baixa do preço total da massa de mercadorias que circula, a massa dos meios de circulação aumentará. Quantidade crescente dos instrumentos de circulação com baixa geral de preços; quantidade decrescente dos meios de circulação com alta geral de preços – é um dos fenômenos melhor observados na história dos preços das mercadorias. Todavia, as causas que produzem uma elevação no nível dos preços e uma elevação maior ainda no grau de rapidez do curso do dinheiro, assim como o movimento inverso, não entram no domínio da circulação simples. À maneira de ilustração, pode-se recordar que é durante o período no qual predomina o crédito que a velocidade do curso do dinheiro cresce mais rapidamente que os preços das mercadorias, enquanto que, ao diminuir o crédito, os preços das mercadorias diminuem com maior lentidão que a velocidade de circulação. O caráter superficial e formal da circulação simples do dinheiro salta à vista se se considerar que todos os fatores que determinam a quantidade dos meios de circulação, tais como: massa de mercadorias circulantes, preços, alta ou baixa dos mesmos, número de compras e vendas simultâneas, velocidade do curso do dinheiro, dependem do processo da metamorfose das mercadorias, o qual depende, por sua vez, do caráter de conjunto do modo de produção, da densidade da população, da proporção entre a cidade e o campo, o desenvolvimento dos meios de transportes, da maior ou menor divisão do trabalho, do crédito etc. etc., em uma palavra, de

circunstâncias que se encontram todas fora da circulação simples do dinheiro e que não fazem mais que refletir-se nela.

Dada a velocidade da circulação, a massa dos instrumentos de circulação é determinada simplesmente pelos preços das mercadorias. Os preços não são altos ou baixos porque circula mais ou menos ouro, mas circula mais ou menos ouro porque aqueles são altos ou baixos. Essa é uma das mais importantes leis econômicas, e sua demonstração minuciosa, por meio da história dos preços das mercadorias, é, quiçá, o único mérito da economia inglesa posterior a Ricardo. Se a experiência mostra agora que o nível de circulação metálica, ou a massa de ouro ou de prata que circula em um país determinado, se acha exposta efetivamente a fluxos e refluxos temporais, às vezes violentíssimos,¹⁰⁰ mas que em conjunto permanece a mesma durante períodos bastante largos de tempo, e que os desnivelamentos apenas conduzem a débeis oscilações, explica-se esse fenômeno simplesmente pela natureza antagônica das condições que determinam a massa de dinheiro que circula. Sua modificação simultânea paralisa seus efeitos e deixa as coisas em seu primitivo estado.

A lei que estabelece que a quantidade dos meios de circulação é determinada em função da velocidade do curso do dinheiro e da soma dos preços das mercadorias pode se expressar também do seguinte modo: dados os valores de troca das mercadorias e a velocidade média de suas metamorfoses, a quantidade de ouro

¹⁰⁰ Em 1858, a Inglaterra apresentou um exemplo de baixa extraordinária da circulação metálica, como se pode ver no seguinte extrato do *London economist*: "Em consequência da dispersão que caracteriza a circulação simples, é impossível procurar-se dados muito exatos sobre a quantidade de dinheiro que flutua no mercado e em mão das classes que não a depositam no banco. Porém, é possível que a atividade ou inatividade das moedas das grandes nações comerciais poderia facilitar indicações úteis a respeito das variações da dita quantidade. Cunharão muita quando necessitem muita, pouca quando ocorra o contrário (...) A moeda inglesa cunhada era, em 1855, 9.245 mil libras; 1856, 6.476 mil libras; 1857, 5.293.855 libras. No ano de 1858, a Casa da Moeda quase não teve trabalho." *Economist*, July 10, 1858. Todavia, na mesma época, havia cerca de 18 milhões de libras esterlinas ouro nas arcas do banco.

que circula depende de seu próprio valor. Portanto, se o valor de ouro, isto é, o tempo de trabalho exigido para sua produção, aumentasse ou diminuísse, os preços das mercadorias aumentariam ou diminuiriam em razão inversa, e a essa alta ou baixa gerais dos preços, permanecendo constante a velocidade do curso, corresponderia uma quantidade maior ou menor de ouro, para fazer circular a mesma quantidade de mercadorias. Idêntica modificação teria lugar se a antiga medida do valor fosse suplantada por um metal de maior ou menor valor. Assim, quando a Holanda, por exemplo, em consideração para com os investidores, e por temor às consequências dos descobrimentos de ouro na Califórnia e Austrália, substituiu a moeda de ouro pela de prata, necessitou de 14 ou 15 vezes mais quantidade de prata, que antes de ouro, para fazer circular a mesma quantidade de mercadorias.

Porque o *quantum* de ouro que circula depende da soma variável dos preços das mercadorias e da velocidade também variável da circulação, deduz-se que a massa dos meios de circulação metálica deve ser capaz de contrair-se e de expandir-se; em síntese: que, para responder à necessidade do processo de circulação, o ouro, na qualidade de instrumento de circulação, deve entrar no processo umas vezes e subtrair-se outras. Logo veremos, adiante, como o próprio processo de circulação realiza essas condições.

c) A moeda ou as espécies. O sinal de valor

Em sua função de instrumento de circulação, o ouro adquire uma forma própria, converte-se em moeda. Para que seu curso não se detenha por dificuldades técnicas, o ouro é cunhado conforme o padrão de moeda contante. As peças de ouro, cuja inscrição e figura dizem que contêm as partes de peso de ouro representadas pelos nomes contantes da moeda libra, xelim etc. são moedas. Do mesmo modo que, na determinação do preço da moeda, o trabalho técnico da cunhagem cabe ao Estado. Como moeda, o dinheiro adquire um caráter local e político, fala diferentes idiomas e leva

distintos uniformes nacionais. A esfera na qual o dinheiro circula como moeda é uma esfera interior da circulação das mercadorias circunscrita pelas fronteiras de uma comunidade, e que se separa da circulação geral do mundo das mercadorias. Entretanto, o ouro em barra e o cunhado só se distinguem entre si no que se distinguem por seu nome de moeda e por seu nome de peso. O que, no último caso, era diferença de nome aparece agora como simples diferença de figura. A moeda pode ser deitado ao cadinho e convertido em ouro, e vice-versa; basta enviar o lingote à Casa da Moeda para que tome a forma de moeda. A operação de converter e reconverter uma figura em outra é puramente técnica.

Com cem libras ou 1,2 mil onças de ouro de 22 quilates obtêm-se na Casa da Moeda inglesa 4.672 e meia £ ou soberanos de ouro, e se se colocam esses sobre um dos pratos da balança e no outro cem libras de ouro em lingote, há equilíbrio de peso e obtêm-se a prova de que o soberano não é outra coisa que a parte de peso de ouro indicada com aquele nome no preço monetário inglês, com figura e inscrição próprias. Os 4.672 e meio soberanos de ouro são lançados à circulação de diversos pontos, e, arrastados por ela, realizam num dia um número determinado de voltas; uns mais, outros menos. Se o número médio de voltas diárias de cada onça fosse dez, as 1,2 mil onças de ouro realizariam uma soma total de preços de mercadorias que subiriam a 12 mil onças ou 46.725 soberanos. Por muitas voltas que se lhe dê, uma onça de ouro nunca pesará tanto quanto dez onças. Porém, aqui, no processo de circulação, uma onça pesa efetivamente como dez onças. A moeda, nos limites do processo de circulação, é igual ao *quantum* de ouro que contém multiplicado pelo número de voltas que dá. Além de sua existência real como peça de ouro de um peso determinado, a moeda adquire uma existência ideal que nasce de sua função. Todavia, embora o soberano percorra o círculo uma ou dez vezes, em cada compra ou venda isoladas atua como um só soberano. Pode se falar dele como do general que, graças à sua oportuna

presença em dez pontos distintos em um dia de batalha, substitui dez generais; todavia, apesar disso, em nenhum desses dez pontos distintos não deixa de ser sempre o mesmo general. A idealização do instrumento de circulação, que, durante o curso do dinheiro, se produz porque a rapidez supre a quantidade, refere-se apenas à função da moeda no processo de circulação, mas não afeta a peça de moeda individual.

Não obstante, o curso do dinheiro é um movimento exterior, e o soberano, embora *non olet* [o dinheiro não tem cheiro; a receita advinda da tributação não é acompanhada das características do fato tributado – latim], frequenta uma sociedade muito heterogênea. O atrito de todas as maneiras, pelas mãos, nas bolsas, bolsos, porta-níqueis, cinturões, caixas e arcas, desgasta a moeda, deixando um átomo aqui, outro ali, e por causa desse desgaste perde, em sua carreira, cada vez mais do seu conteúdo. Porque a usamos, a moeda se desgasta. Detenhamos o soberano no momento em que seu caráter nativo, puro, não se acha mais que ligeiramente roçado.

Um padeiro que receba hoje do banco um soberano reluzente e novo e no dia seguinte o remete ao moleiro, não lhe dá o mesmo “verdadeiro” soberano; esse está mais leve do que quando o havia recebido.¹⁰¹

É evidente que as espécies, devido à própria natureza das coisas, têm que se depreciar peça por peça, em consequência do desgaste habitual e inevitável. Excluir inteiramente da circulação num momento qualquer, mesmo que não fosse senão por um só dia, as peças leves de moeda, constitui uma impossibilidade física.¹⁰²

Jacob pensa que dos 380 milhões de libras esterlinas, que existiam em 1809 na Europa, 19 milhões tinham desaparecido

¹⁰¹ Dodd, *Curiosities of industry* etc., Londres, 1854.

¹⁰² *The Currency question reviewed, etc., by a banker*, Edinburgo, 1845, p. 69, e *passim*. “Se um escudo um pouco usado se reputasse como um valor algo menor que um escudo novo, a circulação deter-se-ia a cada momento e não haveria um só pagamento que não fosse discutido”, G. Garnier, tomo I, p. 24.

por causa do desgaste¹⁰³ em 1829, ou seja, num período de tempo de 20 anos. Se a mercadoria sai da circulação logo após os primeiros passos que dá nesta, a moeda, em troca, em pouco tempo representa mais substância metálica que a que contém. Quanto mais tempo dura o curso de uma peça de moeda, permanecendo constante a velocidade da circulação, ou quanto mais rápida é sua circulação no mesmo espaço de tempo, mais se destaca de sua substância metálica a sua função de moeda. O que fica é *magnis nominis umbra* [a sombra de um grande nome – latim]. O corpo da moeda não é mais que uma sombra. Assim como no começo ganhava peso no processo, agora o perde; continua, entretanto, a valer o *quantum* de ouro primitivo em cada compra ou venda isoladas. O soberano, que agora não é mais que um simulacro de soberano, que um simulacro de ouro, conserva a função de peça de ouro legítima. Enquanto outros seres perdem o seu idealismo em seu atrito com o mundo exterior, a moeda idealiza-se pela prática, não sendo o seu corpo, de ouro ou de prata, mais do que um fantasma. Essa segunda idealização do dinheiro metálico, ocasionada pelo processo mesmo da circulação, ou a cisão entre seu conteúdo nominal e real, é explorada em parte pelos governos, em parte pelos aventureiros, que falsificam as moedas por todos os meios possíveis. Toda a história da cunhagem do começo da Idade Média até bem a dentro do século 18, resume-se à história dessas falsificações duplas e antagônicas, e a volumosa coleção dos economistas italianos de Custodi refere-se em grande parte a esse tema.

A existência fictícia do ouro dentro de suas funções choca-se com sua existência real. Na circulação uma moeda de ouro perde mais substância metálica, e outra menos, e um soberano vale agora em realidade mais que outro. Precisamente porque em sua função monetária valem tanto um quanto outro, e porque o soberano

que é um quarto de onça vale mais do que o soberano que não apresenta senão o aspecto de ser um quarto de onça, por tudo isso, os soberanos de peso sofrem nas mãos dos possuidores pouco escrupulosos operações cirúrgicas, e apara-se-lhes artificialmente o que a circulação tiraria naturalmente de seus irmãos leves. Roídos e estropiados, a sobra de suas escórias de ouro destina-se à fusão no cadinho. Se 4.672 e meio soberanos de ouro postos sobre o prato da balança não pesam em média mais que 800 onças em vez de 1,2 mil, levados ao mercado não comprarão mais que 800 onças de ouro, a menos que o preço de venda do ouro se elevasse acima de seu preço monetário. Cada peça de moeda, embora tivesse o seu peso, valeria menos sob sua forma monetária que sob sua forma de lingote. Os soberanos de peso seriam transformados de novo em sua forma de lingote, sob a qual a maior quantidade de ouro corresponde a mais valor [que menor quantidade de ouro]. Assim que esta perda de conteúdo metálico houvesse alcançado um número de soberanos suficiente para poder ocasionar uma alta persistente do preço de venda do ouro, acima de seu preço monetário, os nomes contantes das moedas, embora se conservassem os mesmos, designariam sucessivamente um *quantum* de ouro menor. Em outras palavras: o padrão de moeda mudaria e o ouro, daqui em diante, seria cunhado de acordo com esse padrão. Por sua idealização como instrumento de circulação, o ouro teria mudado, em consequência, as relações legalmente estabelecidas nas quais figurava como padrão de preços. Ao repetir-se a mesma revolução ao cabo de certo tempo, o ouro em sua função de padrão de preços e instrumento de circulação ficaria submetido a uma mudança contínua, de tal modo que a mudança em uma das formas traria, como consequência obrigatória, a da outra, e vice-versa. Isso explica o fenômeno já mencionado: que na história de todos os povos modernos o mesmo nome monetário permanece unido a um conteúdo metálico que vai diminuindo sempre. A contradição entre o ouro que serve de moeda e o ouro que serve

¹⁰³ Jacob W., *An inquiry into the production and consumption of the precious metals*: Londres, 1831, vol. II, cap. XXVI.

de padrão de preços existe também entre o ouro como moeda e o ouro equivalente geral, sob cuja forma circula não somente dentro dos limites nacionais, mas também no mercado mundial. Como medida dos valores, o ouro era sempre de peso porque não servia senão de ouro ideal. Como equivalente, no ato isolado M-D, passa, logo, do movimento ao repouso, enquanto que, como moeda, sua substância natural está em perpétuo conflito com sua função. A transformação de um soberano de ouro em ouro fictício não pode ser completamente evitada, mas a legislação trata de impedir que se implante como moeda, desmonetizando-o quando a perda de substância atingir um certo grau. Segundo a lei inglesa, por exemplo, um soberano que tenha perdido mais de 0,747 gramas de peso não é mais um soberano legal. O Banco da Inglaterra, que de 1844 a 1848 não terá pesado menos de 48 milhões de soberanos de ouro, possui na balança de M. Cotton um dispositivo que não somente descobre uma diferença de $\frac{1}{100}$ de grama entre dois soberanos, mas também lança, à maneira de um ser inteligente, a peça leve sobre uma prancha, de onde é colhida por outro dispositivo, o qual a despedaça com crueldade genuinamente oriental. Nessas condições, as moedas de ouro não poderiam circular de nenhum modo se seu curso não ficasse restrito a determinados setores da circulação, dentro de cujos limites se gastam menos depressa.

Uma moeda de ouro, cujo valor na circulação seja reputado em $\frac{1}{4}$ de onça, quando em realidade só pesa $\frac{1}{5}$ de onça, está de fato convertida em um simples sinal ou símbolo para $\frac{1}{20}$ de ouro, e assim toda a moeda de ouro fica mais ou menos transformado pelo próprio processo da circulação em um simples sinal ou símbolo de sua substância. Mas, nenhuma coisa pode ser seu próprio símbolo. Uvas pintadas não são símbolos de uvas reais, mas de simulacros de uvas. E menos ainda pode ser um soberano de peso incompleto símbolo de um soberano de peso cabal, do mesmo modo que um cavalo magro não pode ser o símbolo de um cavalo gordo. Já que o ouro se converte em símbolo de si mesmo, mas não pode servir

como tal, ele reveste, nos setores da circulação onde se gasta mais depressa, isto é, naqueles em que as compras e vendas se renovam constantemente nas mínimas proporções, uma forma de aparição simbólica de prata ou cobre separada de sua forma de ouro. Uma determinada proporção da totalidade da moeda ouro, embora não fossem as mesmas peças, circularia sempre nesses setores como moeda. Nessa proporção o ouro é substituído por fichas de prata ou de cobre. Enquanto que uma mercadoria específica só pode funcionar como medida dos valores e, portanto, como dinheiro, no interior do país, diferentes mercadorias podem servir de dinheiro ao lado do ouro. Esses meios de circulação subsidiários, fichas de prata ou de cobre, por exemplo, representam, na circulação, frações determinadas da moeda de ouro. O seu próprio conteúdo de prata ou de cobre não é, pois, determinado pela relação do valor da prata ou do cobre sobre o ouro, mas é fixado arbitrariamente pela lei. Só podem ser emitidos nas quantidades em que as frações diminutivas da peça de ouro que representam circulem de modo contínuo, seja para trocar peças de ouro de nome mais elevado, seja para realizar preços baixos de mercadorias correspondentes. Na circulação a varejo das mercadorias, as fichas de prata e de cobre corresponderiam também a círculos particulares. A rapidez de seu curso está na razão inversa do preço que realizam em cada compra ou em cada venda, ou da magnitude da fração de ouro que representam. Se se considera a enorme extensão do pequeno comércio cotidiano em um país, como a Inglaterra, a proporção relativamente insignificante da quantidade total da moeda miúda mostra claramente a rapidez e a continuidade de seu curso. De um informe parlamentar recentemente publicado conclui-se que em 1857 a Casa da Moeda inglesa cunhou ouro no valor de 4.859 mil £, prata no valor nominal de 733 mil £ e no valor metálico de 363 mil £. A soma total do ouro cunhado em um prazo de dez anos, que terminava em 31 de dezembro de 1857, foi de 55.239 mil £, o de prata somente de 2.434 mil £. As moedas de cobre não

se elevavam em 1857 senão a um valor nominal de 6.720 £, com um valor metálico de 3.492 £, das quais 3.136 em *pence*, 2.464 em *halfpence* [antiga moeda inglesa = meio *penny*] e 1.120 em *farthings* [antiga moeda inglesa = um quarto de *penny*]. O valor total das moedas de cobre cunhadas nesses dez últimos anos era de 141.477 £ em valor nominal, e tendo um valor metálico de 73.503 £. Assim como se impede às espécies de ouro que se fixem em sua função de espécies, determinando legalmente a perda metálica que as desmonetiza, impede-se inversamente às fichas de prata e cobre que passem de suas esferas de circulação à esfera das espécies de ouro e que se fixem como moeda determinando o preço que realizam legalmente. Na Inglaterra o cobre pode ser de pagamento obrigatório até a soma de seis *pence* somente, e a prata até a de 40 x. Se a emissão de fichas de prata e cobre fosse maior do que exigem as necessidades de suas esferas de circulação, não provocaria como consequência uma alta nos preços das mercadorias, mas facilitaria a acumulação dessas fichas nas mãos dos varejistas, os quais se veriam finalmente obrigados a vendê-las como metal. Assim foi em 1798, que as moedas de cobre, emitidas por particulares, se haviam acumulado nas mãos dos comerciantes numa quantidade de 20.350 £, procurando aqueles, em vão, tornar a colocá-las em circulação, sendo obrigados, afinal de contas, a lançá-las no mercado do cobre na qualidade de mercadorias.

As fichas de prata e de cobre, que representam as espécies de ouro nas esferas determinadas da circulação interior, possuem um conteúdo de prata ou de cobre¹⁰⁴ determinado legalmente; caídas, porém, na circulação, desgastam-se como as moedas de ouro e, em consequência da rapidez e continuidade de seus cursos, idealizam-se ainda mais depressa, até chegarem a não ser mais do que sombras. Se se traçasse agora uma nova linha de desmonetiza-

¹⁰⁴ David Buchanan: *Observations on the subjects treated of in doctor Smith's inquiry on the Wealth of Nations* etc., Edimburgo, 1814, p. 3.

ção além da qual as fichas de prata e cobre perdessem seu caráter monetário, elas teriam que ser substituídas, por sua vez, no interior de círculos determinados de sua própria esfera de circulação por outro dinheiro simbólico: o ferro ou o chumbo, por exemplo. E representar o dinheiro simbólico por outro dinheiro simbólico constituiria um processo sem fim. Por isso, em todos os países em que a circulação é intensa, o próprio curso do dinheiro exige que o caráter monetário das fichas de prata e cobre se torne independente do grau de sua perda metálica. Conclui-se, pois, como é natural, que são símbolos das moedas de ouro, não porque são símbolos compostos de prata e de cobre, não porque tenham um valor, mas precisamente porque não o têm.

Objetos relativamente sem valor, como o papel, podem, também, servir como símbolos da moeda de ouro. Se a moeda subsidiária consiste em fichas de metal, prata, cobre etc., é porque, particularmente, na maior parte dos países, os metais de menor valor serviam de dinheiro; por exemplo, a prata na Inglaterra, o cobre na república da antiga Roma, na Suécia, na Escócia etc., antes que o processo de circulação os degradasse ao papel de moeda miúda e os substituísse por metais mais preciosos. É natural, doutro lado, que o símbolo da prata, nascido imediatamente da circulação metálica, seja um metal. Do mesmo modo que a porção de ouro que deveria circular sempre como moeda divisionária é substituída por fichas de metal, a porção de ouro que é absorvida sempre como moeda na esfera da circulação privada, e que deve circular constantemente, também pode ser substituída por fichas sem valor. O nível mínimo da massa de moeda circulante determina-se em cada país empiricamente. A diferença, insignificante em sua origem entre o conteúdo nominal e o metálico das espécies de metal, pode, pois, evoluir até chegar a uma cisão absoluta. O nome monetário da prata desprende-se de sua substância e existe fora daquela, inscrito sobre papel-moeda, sem valor. Da mesma maneira que o valor de troca das mercadorias se cristaliza em moeda de ouro, pelo processo de sua troca, a moeda de

ouro sublima-se em seu curso, até chegar a ser o seu próprio símbolo, primeiramente na forma de débeis espécies de ouro, depois como moeda metálica subsidiária e, enfim, na forma de insígnias sem valor, de papel, de simples sinal de valor.

Mas se a moeda de ouro criara os seus representantes – o metal primeiramente, o papel depois – foi porque continuava desempenhando a função de moeda, apesar da sua perda de metal. Se as moedas deixavam de circular não era porque se desgastassem, mas se desgastavam até chegar a ser símbolos, porque continuavam circulando. Se os simples sinais de valor podem substituir a moeda é porque durante o processo o dinheiro ouro se converte em sinal de seu próprio valor.

Enquanto o movimento M-D-M é unidade evolutiva dos dois momentos, M-D, D-M, que se convertem diretamente um no outro, ou enquanto a mercadoria percorre o processo de sua metamorfose total, seu valor de troca evolui até o preço e o dinheiro, para anular logo após essa forma, voltando a ser mercadoria, ou, antes, valor de uso. Não progride, pois, além de uma realização aparente de seu valor de troca. Vimos, doutro lado, que o ouro, quando serve somente de moeda ou sempre que circula, não representa mais que, na realidade, o encadeamento das metamorfoses das mercadorias e sua forma dinheiro, puramente fugaz; só realiza o preço de uma mercadoria para realizar o de outra, mas não aparece em nenhuma parte como realização estável de valor de troca nem como mercadoria em repouso. A realidade que reveste o valor de troca das mercadorias nesse processo, e que o ouro representa em seu curso, é a da fâsca elétrica. Embora seja ouro real, funciona como simulacro de ouro, e pode ser substituído por sinais nessa função.

O sinal de valor, o papel, por exemplo, que funciona como moeda, é sinal do *quantum* de ouro expresso em seu nome monetário, isto é, sinal de ouro. Assim como o sinal de ouro que o substitui, um *quantum* de ouro determinado, não exprime já por si uma relação de seu valor, porque esse é expresso em seu pre-

ço. No processo M-D-M, enquanto se manifesta como unidade evolutiva ou conversão imediata das duas metamorfoses uma na outra – e é assim que se manifesta na esfera da circulação em que funciona o sinal de valor – o valor de troca das mercadorias não adquire no preço e no dinheiro mais que uma existência, ideal, imaginária, simbólica. De modo que o valor de troca aparece como existência somente no pensamento, ou representada com ajuda de objetos, mas não tem realidade, salvo nas próprias mercadorias, enquanto materializam um *quantum* determinado de tempo de trabalho. Aparentemente, o sinal de valor representa de modo imediato o valor das mercadorias, porque não se apresenta como sinal de ouro, mas como sinal do valor de troca, expresso simplesmente no preço, existindo, porém, só na mercadoria. Mas é uma falsa aparência. O sinal de valor não é, diretamente, mais que sinal de preço, ou seja, sinal de ouro, e só indiretamente é sinal do valor das mercadorias. O ouro não vendeu sua sombra, como Peter Schlemihl, mas compra com sua sombra. Desse modo, o sinal de valor tem ação efetiva enquanto representa, no interior do processo, o preço de uma mercadoria em relação a outra, ou seja, porque representa o ouro relativo de cada permutador. Um objeto determinado, relativamente sem valor, um pedaço de couro, de papel etc., por exemplo, converte-se, por rotina, em sinal de moeda, mas não se sustém como tal senão porque sua existência simbólica está garantida pelo consentimento geral dos permutadores, porque adquire uma existência legal de convenção e, portanto, curso forçado. O papel-moeda do Estado de curso forçado é a forma acabada do sinal de valor e a única forma de papel-moeda que procede imediatamente da circulação metálica ou da própria circulação simples das mercadorias. A moeda de crédito pertence a uma esfera mais elevada do processo de produção social, e é regida por leis muito distintas. O papel-moeda simbólico, em realidade, não difere em nada das espécies metálicas subsidiárias; unicamente atua em uma esfera de circulação mais

extensa. Se o desenvolvimento puramente técnico do padrão de preços, ou do preço da moeda, e, posteriormente, a transformação do ouro bruto em ouro cunhado, já suscitaram a intervenção do Estado e ocasionaram assim a separação da circulação interior da circulação geral das mercadorias, essa separação completa-se pela evolução da moeda até o sinal de valor. A moeda em geral, como simples instrumento de circulação, não pode ter uma existência independente senão na circulação interior.

O que expusemos demonstra que a existência monetária do ouro como sinal de valor separado da própria substância do ouro tem sua origem no processo de circulação e não deriva de uma convenção ou da intervenção do Estado. A Rússia oferece um exemplo claro da formação natural do sinal de valor. Na época em que os couros e as peles de adorno serviam de dinheiro no citado país, a incompatibilidade dessa matéria, destrutível e volumosa, com seu papel de instrumento de circulação, criou o costume de substituí-los por pedacinhos de couro estampilhados, que se convertiam assim em letras de pagamento em couro ou peles de adorno. Mais tarde, sob o nome de *kopecs*, chegaram a ser simples sinais de frações do rublo de prata, e seu uso manteve-se parcialmente até 1700, quando Pedro, o Grande, ordenou o seu resgate por moeda miúda de cobre, emitida pelo Estado.¹⁰⁵ Alguns autores da antiguidade, que não puderam observar senão os fenômenos da circulação metálica, já concebiam a moeda de ouro como símbolo ou sinal de valor. Assim o fazem Platão¹⁰⁶ e

¹⁰⁵ Henry Storch, *Cours d'économie politique* etc., anotado por J. B. Say, Paris, 1823, tomo IV, p. 179. Storch publicou sua obra em Petersburgo, em francês. J. B. Say preparou, logo após, uma reimpressão da mesma em Paris, completando-a com pretensas notas que, em realidade, não contêm mais que lugares comuns. Storch (vejam-se suas *Considerations sur la nature du revenu national*, Paris, 1824) irritou-se com essa anexação de sua obra pelo "príncipe da ciência".

¹⁰⁶ Platão *De Republica*, livro II.: "Moeda símbolo de troca". *Opera omnia* etc. edição G. Stallburius, Londres, 1850, p. 304. Platão considera a moeda unicamente como medida de valor e sinal de valor, mas pede, além do sinal de valor que serve para a circulação interna, um sinal para o comércio da Grécia com o exterior (Veja-se também o livro V de suas *Leis*).

Aristóteles.¹⁰⁷ Nos países em que o crédito não está desenvolvido, como na China, o papel-moeda de curso forçado aparece no momento oportuno.¹⁰⁸ Os primeiros a preconizar o papel-moeda notam expressamente que a transformação da moeda metálica em sinais de valor se efetua no próprio processo de circulação. Assim o fizeram Benjamin Franklin¹⁰⁹ e o bispo Berkeley.¹¹⁰ Seria formular uma pergunta absurda querer saber quantas resmas de papel, trans-

¹⁰⁷ Aristóteles, *Ethica Nicomachea*, livro V, cap. VIII, *op. cit.*, "na satisfação das necessidades, o dinheiro converte-se, por convenção, em meio de troca. Leva seu nome porque não procede da natureza, mas da lei, dependendo de nós modificá-lo ou anulá-lo." Aristóteles tinha uma concepção do dinheiro incomparavelmente mais profunda e compreensiva que Platão. No seguinte parágrafo, expõe admiravelmente como a troca entre duas comunidades cria a necessidade de atribuir a uma mercadoria específica, ou seja, uma substância que tenha valor, o caráter de dinheiro. "À medida que essas relações (...) se transformaram, desenvolvendo-se pela importação de objetos que não existiam e pela exportação dos que sobravam, a necessidade introduziu o uso do dinheiro (...) Convencionou-se dar e receber nas trocas uma matéria que, útil por si própria, fosse facilmente utilizável nos atos habituais da vida; tal foi o ferro, a prata ou qualquer outra substância análoga" (Aristote, *De Republica*, livro I, cap. IX, *ibidem*, *Politique*, traduzida por J. Barthelemy Saint Hilaire, livro I, cap. III). Miguel Chevalier, que ou não leu ou não compreendeu Aristóteles, cita esse parágrafo para demonstrar que segundo Aristóteles, o meio circulante deveria ser uma substância que tivesse valor intrínseco. Mas Aristóteles diz expressamente que o dinheiro, como simples meio circulante, parece dever a sua existência só à convenção ou à lei, como já o indicaria seu próprio nome, e que na realidade deve sua utilidade como a moeda exclusivamente à sua função e não a um valor de uso intrínseco: "esse dinheiro não é em si mesmo nada mais que uma coisa absolutamente vã, que tem um valor legal, mas não natural, pois uma mudança de convenção entre os que usam pode depreciá-lo por completo e torná-lo absolutamente incapaz de satisfazer qualquer uma de nossas necessidades" (*ibidem*).

¹⁰⁸ Esse imperador (de Catai ou China) pode gastar quanto queira sem calcular. Porque não gasta nem fabrica moeda, mas sim couro ou papel impresso. E quando essa moeda rodou tanto tempo, que já começa a desgastar-se, a levam ao Tesouro do imperador substituindo a moeda velha por outra nova, E essa moeda circula em todo o país e em todas as suas províncias, não produzem moeda de ouro nem de prata, e, opina Mandeville, por isso pode gastar escandalosamente", Sir John Mandeville, *Voyages and travels*, Londres, edição 1795, p. 105.

¹⁰⁹ Benjamin Franklin: *Remarks and facts relative to the american paper money*, 1764, p. 348: "Atualmente, até a própria moeda de prata deve, na Inglaterra, uma parte de seu valor ao curso forçado, a parte que constitui a diferença entre seu peso real e sua denominação. Uma grande parte dos xelins e das moedas de seis pence que circulam atualmente perdeu, em consequência do desgaste, uns 5%, 10%, 20% de seu peso, e algumas das peças de 6 pence, até 50%. Para cobrir essa diferença entre o real e o nominal vós não tendes nenhum valor intrínseco, não tendes tanto papel, não tendes nada. E o curso forçado, a certeza de que podereis facilmente tornar a atribuir-lhes o mesmo valor, é o que faz passar 3 pence que têm o valor de prata por 6 pence".

¹¹⁰ Berkeley, p. 56 "Se se conservasse o nome da moeda após o desaparecimento do seu metal, não se poderia manter, apesar de tudo, a circulação do comércio?"

formados em notas, poderiam circular como dinheiro. As fichas sem valor não são sinais de valor senão porque representam o ouro no processo da circulação, e só o representam na medida em que o ouro entrar como moeda nesse processo, quantidade determinada pelo seu próprio valor, dados os valores de troca das mercadorias e a rapidez de suas metamorfoses. As notas com o nome de 5 £ não poderiam circular senão em um número cinco vezes menor que as notas com o nome de 1 £ e se todos os pagamentos se efetuassem em notas de um xelim, teriam que circular 20 vezes mais notas de xelins que notas de libra. Se as espécies de ouro fossem representadas por notas de nomes diferentes, por exemplo, notas de 5 £ de 1 £ de 10 x., a quantidade dessas distintas espécies de sinais de valor seria determinada não somente pelo *quantum* de ouro necessário à circulação total, mas também pelo indispensável à esfera de circulação de cada espécie particular. Se o nível mínimo da circulação fosse 14 milhões de libras (que é a provisão do Banco da Inglaterra para a moeda de crédito, mas não para as espécies), poderiam circular 14 milhões de papéis, e cada nota seria o sinal de valor de 1 £, se o valor do ouro diminuísse ou aumentasse em função da diminuição ou do aumento do tempo de trabalho exigido em sua produção, permanecendo idêntico o valor de troca da mesma quantidade de mercadoria, o número de notas de libra circulante aumentaria ou diminuiria em razão inversa à variação do valor do ouro. Se o ouro fosse substituído pela prata no papel de medida de valores, a relação do ouro com a prata seria como 1:15, e no caso em que no futuro cada nota representasse o mesmo *quantum* de prata que em outro tempo representava o ouro, em lugar de 14 milhões teriam que circular 210 milhões de notas de uma libra. A quantidade de notas de papel é, pois, determinada pela quantidade de moedas de ouro que representam na circulação, e como são sinais de valor, porque o representam, o seu valor é determinado simplesmente por sua quantidade. Assim como a quantidade de ouro circulante depende dos preços das mercado-

rias, o valor do papel-moeda que circula depende, inversamente, exclusivamente de sua própria quantidade.

A intervenção do Estado, que emite o papel-moeda de curso forçado – e consideramos apenas essa classe de papel-moeda – parece anular a lei econômica. O Estado, que em preço monetário dava somente um nome de batismo a um peso de ouro determinado, e na cunhagem não fazia mais do que marcar o ouro com seu sinal, parece que agora, devido à magia de seu sinete, metamorfosea o papel em ouro. Uma vez que o papel-moeda tem curso forçado, ninguém pode impedir ao Estado que lance em circulação o número de notas que queira e imprima neles nomes quaisquer das moedas, como uma libra, cinco libras, dez libras. Torna-se impossível retirar as notas da circulação uma vez arrastadas por ela porque as fronteiras nacionais detêm seus cursos e porque fora da circulação perdem todo valor: o valor de uso e o de troca. Suprimida sua existência funcional, transformam-se em miseráveis pedaços de papel. Contudo, esse poder do Estado não passa de pura aparência. É-lhe factível lançar à circulação a quantidade que quiser de papel-moeda com nomes quaisquer de moedas, mas sua intervenção cessa com esse ato mecânico. Absorvido pela circulação, o sinal de valor ou o papel-moeda sofre suas leis iminentes.

Se a soma de ouro necessária pela circulação de mercadorias fosse de 14 milhões de libras e o Estado lançasse à circulação 210 milhões de notas levando cada uma o nome de uma libra, esses 210 milhões seriam transformados em representantes de ouro na importância de 14 milhões de libras esterlinas. O mesmo sucederia se o Estado tivesse representado em notas de uma libra um metal de valor 15 vezes menor ou uma parte de peso de ouro 15 vezes menor. Somente mudaria o nome do padrão de preços, que, naturalmente, é convencional, fosse porque ocorresse diretamente, pela modificação do título da moeda, fosse indiretamente, pela multiplicação das notas na proporção exigida por um novo padrão mais baixo. Como o nome libra indicaria, daí em diante, um *quan-*

tum de ouro 15 vezes menor, todos os preços das mercadorias se elevariam 15 vezes, e então, na realidade, os 210 milhões de notas de libra seriam tão necessários como os 14 milhões anteriormente. O *quantum* de ouro que representa cada sinal isolado diminuiria na proporção em que aumentasse a soma total dos sinais de valor. A alta dos preços não seria mais que uma reação do processo de circulação, o qual iguala obrigatoriamente os sinais de valor ao *quantum* de ouro que pretendem substituir na circulação.

Pela história da falsificação da moeda pelos governos na Inglaterra e na França, comprova-se, com frequência, que não há relação entre a alta dos preços e a falsificação da moeda de prata. Simplesmente porque a proporção que as espécies eram aumentadas não correspondia àquela que foram falsificadas. Não tendo sido emitida uma massa correspondente da aliança inferior, os valores de troca das mercadorias deviam ser estimados posteriormente de acordo com essa aliança, tomada como medida de valores, e ser realizados por espécies que correspondessem a essa unidade de medida inferior. Isso soluciona a dificuldade, que ficara insolúvel na polêmica de Locke e Lowndes. A relação em que o sinal de valor, seja em papel, ouro ou prata alterados, representa pesos de ouro e de prata, calculados segundo o preço monetário, não depende de sua própria matéria, mas da quantidade de sinais que circulam. Se a compreensão dessa relação é difícil, é porque o dinheiro, em suas duas funções de medida dos valores e instrumento de circulação, não somente está submetido a leis contrárias, mas também a leis que parecem achar-se em contradição com o antagonismo dessas duas funções. E sua função de medida dos valores, na qual o ouro serve unicamente como moeda contante e é apenas ouro ideal, o que importa, sobretudo, é a matéria natural. Avaliados em metal prata ou expressos em preço-prata, os valores de troca apresentam-se como é natural de um modo muito diferente de quando se acham avaliados em ouro e expresso em preço-ouro. Inversamente, em sua função de instrumento de circulação, na qual o ouro é não somente

imaginado, mas também tem que existir como um objeto real ao lado das demais mercadorias, a matéria torna-se indiferente e tudo depende de sua quantidade. O decisivo para a unidade de medida é que seja uma libra de ouro, de prata ou de cobre, pois o simples nome faz de moedas a realização adequada de cada uma dessas unidades de medida, qualquer que seja a sua matéria. Entretanto, isso contradiz o senso comum para o qual, quanto ao dinheiro, que existe apenas no pensamento, tudo depende de uma substância material, e, quanto à moeda, que existe realmente, tudo depende de uma relação numérica ideal.

A alta ou baixa dos preços das mercadorias com a alta ou baixa da massa das notas – a baixa ocorre quando o papel-moeda constitui o meio exclusivo de circulação – não é, portanto, mais que o restabelecimento violento, pelo processo de circulação, da lei mecanicamente violada pela base, isto é, que o *quantum* de ouro circulante é determinado pelos preços das mercadorias e a quantidade dos sinais de valor circulante, pela quantidade de espécies de ouro, que representam na circulação. Doutro lado, uma massa qualquer de papel-moeda é absorvida, e em certo sentido digerida, pelo processo de circulação, porque o sinal de valor, qualquer que seja a título de ouro que represente ao entrar na circulação, fica reduzido no interior da mesma ao sinal do *quantum* de ouro que poderia circular em seu lugar.

Na circulação dos sinais de valor aparecem invertidas todas as leis da circulação monetária real. Enquanto o ouro circula porque tem valor, o papel tem valor porque circula. Enquanto o valor de troca das mercadorias, dada a quantidade de ouro circulante, depende de seu próprio valor, o valor do papel depende da quantidade que circula. Enquanto a quantidade de ouro circulante aumenta ou diminui com a alta ou baixa dos preços das mercadorias, esses parecem subir ou descer conforme varie a quantidade de papel circulante. Enquanto a circulação das mercadorias só pode absorver quantidades determinadas de espécies de ouro, e, por conse-

guinte, a contração e expansão alternativas da moeda circulante se manifestam como uma lei necessária, o papel-moeda parece entrar na circulação em proporções indeterminadas. Enquanto o Estado, ao emitir moeda que tenha somente uma falta de $\frac{1}{100}$ de grama em seu conteúdo metálico, altera as espécies de ouro e de prata, perturbando, portanto, sua função de instrumento de circulação, realiza em troca uma operação perfeitamente correta quando emite papel-moeda sem valor, que só tem do metal o nome monetário. Enquanto o ouro cunhado não representa visivelmente o valor das mercadorias, pela simples razão de que este é ele próprio avaliado em ouro ou expresso em preço, o sinal de valor parece representar imediatamente o valor das mercadorias. Portanto, é evidente o motivo pelo qual os observadores que estudavam unilateralmente os fenômenos da circulação da monetária, considerando somente a circulação do papel-moeda de curso forçado, deviam desconhecer todas as leis imanentes da circulação monetária. De fato, essas leis não só aparecem invertidas na circulação do sinal de valor, como até não ocorrem, pois o papel-moeda, se é emitido em quantidade exata, realiza movimentos que não lhe são peculiares como sinal de valor, enquanto seu próprio movimento, em lugar de derivar-se diretamente da metamorfose das mercadorias, provém da violação de sua proporção exata com o ouro.

3 – O dinheiro

O dinheiro, distinto da moeda, resultado do processo de circulação sob a forma de M-D-M, constitui o ponto de partida do processo de circulação sob a forma D-M-D, isto é, troca do dinheiro pela mercadoria para trocar mercadoria pelo dinheiro. Na forma D-M-D é o dinheiro que constitui o ponto inicial e final do movimento. Na primeira forma, o dinheiro é mediador da troca das mercadorias, na última, a mercadoria é a mediadora, que faz com que o dinheiro se converta em dinheiro. O dinheiro,

que na primeira forma aparece como simples meio, é, na última, o objeto final da circulação; e a mercadoria, que, na primeira forma, era o objeto final, na segunda é simples meio. O próprio dinheiro já é o resultado da circulação M-D-M, mas na forma D-M-D o resultado da circulação parece ser, ao mesmo tempo, seu ponto de partida. Enquanto que, em M-D-M, o conteúdo real é a troca da matéria, a existência formal da própria mercadoria, saída desse primeiro processo, é o que constitui o conteúdo real do segundo processo D-M-D.

Na forma M-D-M, os dois extremos são mercadorias de idêntico valor, mas ao mesmo tempo são valores de uso de qualidade diferente. Sua troca M-M é uma permutação real da matéria. Na forma D-M-D, ao contrário, os dois extremos são o ouro, e ouro da mesma magnitude de valor. Trocar ouro por mercadoria para trocar a mercadoria por ouro, ou, se considerarmos D-D, trocar ouro por ouro, parece absurdo. Porém, se se traduz D-M-D pela fórmula: comprar para vender, o que significa somente trocar, por um movimento mediato, ouro por ouro, reconhece-se logo a forma dominante da produção burguesa. Todavia, na prática não se compra para vender: compra-se barato, para se vender mais caro. Troca-se dinheiro por mercadoria para trocar, em seguida, a mesma mercadoria por maior quantidade de dinheiro, de modo a fazer diferirem os extremos D-D, se não qualitativa, quantitativamente. Essa diferença quantitativa pressupõe a troca de não-equivalentes, enquanto a mercadoria e o dinheiro, como tais, são apenas formas antitéticas da própria mercadoria; isto é, modalidades distintas de existência da mesma magnitude de valor. O ciclo D-M-D oculta, sob as formas de dinheiro e mercadoria, relações de produção mais desenvolvidas; e na circulação simples não passa do reflexo de um movimento superior. Precisamos, pois, desenvolver o dinheiro, distinguindo-o do meio de circulação, da forma imediata da circulação das mercadorias M-D-M. O ouro, isto é, a mercadoria específica que serve de medida de valor e de

meio de circulação, se converte em dinheiro sem que a sociedade coopere nisso doutro modo. Na Inglaterra, onde o metal prata não é medida de valores nem meio de circulação dominante, não se transforma em dinheiro; e na Holanda o ouro deixou de ser dinheiro assim que foi destronado como medida de valor. Uma mercadoria converte-se em dinheiro enquanto é unidade de medida de valor e de meio de circulação, ou, falando-se doutra maneira: o dinheiro é a unidade de medida de valor e de meio de circulação. Mas, como tal, o ouro tem de novo uma existência independente, diferenciada de seu modo de ser nas duas funções. Como medida de valor, o ouro não é mais do que dinheiro ideal ou ouro ideal; como simples meio de circulação, é dinheiro simbólico e ouro simbólico; em sua simples corporificação metálica, o ouro é dinheiro ou dinheiro é ouro real.

Consideremos agora a mercadoria ouro em repouso, a qual é dinheiro em sua relação com outras mercadorias. Todas as mercadorias representam em seus preços uma determinada soma de ouro; trata-se de ouro imaginário ou dinheiro imaginário, representantes do ouro; e, inversamente, o dinheiro no sinal de valor era simples representante dos preços das mercadorias.¹¹¹

Como as mercadorias são, portanto, apenas dinheiro imaginário, o dinheiro é a única mercadoria real. Contrariamente às mercadorias, que não fazem mais que representar a existência independente do valor de troca, do trabalho social geral, da riqueza abstrata, o ouro é a forma de aparição material da riqueza abstrata. Sob a forma de valor de uso, cada mercadoria expressa apenas um momento da riqueza material, por sua relação com uma necessidade especial, nada mais que um lado isolado da riqueza. Mas o dinheiro satisfaz cada necessidade, tendo-se em conta que é imediatamente convertível no objeto daquela. O seu próprio valor de

uso é realizado na interminável série de valores de uso que formam seu equivalente. Em sua substância metálica nativa, o ouro encerra toda a riqueza material que se desenvolve no mundo das mercadorias. Se as mercadorias representam em seus preços o equivalente geral ou a riqueza abstrata, o ouro, este último, em seu valor de uso, representa os valores de uso de todas as mercadorias. O ouro é, pois, o representante corporal da riqueza material. É o “resumo de todas as coisas” (Boisguillebert), o compêndio da riqueza social. É, em conjunto, a encarnação imediata do trabalho geral, na forma, e o agregado de todos os trabalhos concretos, no conteúdo. O ouro é a riqueza universal individualizada.¹¹² Sob o seu aspecto de mediador da circulação, sofreu toda classe de ultrajes; foi corroído, esmagado até o extremo de chegar a ser um pedaço de papel simbólico. Como dinheiro, volta a adquirir o seu esplendor de ouro.¹¹³ De servidor, converte-se em amo. De simples peão, passa a ser deus das mercadorias.¹¹⁴

a) Entesouramento

O ouro separa-se, primeiramente na qualidade de dinheiro, do meio de circulação, porque a mercadoria interrompia o pro-

¹¹² Petty: “Gold and silver are universal Wealth”, *Political arithmetics*, p. 242.

¹¹³ E. Misselden: *Free trade or the means to make trade flourish etc.*, Londres, 1622: “A matéria natural do comércio é a mercadoria que os comerciantes, atendendo aos fins do comércio, têm chamado *commodity*. A matéria artificial do comércio é o dinheiro, que já recebeu o nome de “nervo da guerra e do Estado”. O dinheiro, embora na natureza e no tempo venha atrás da mercadoria, converteu-se na coisa principal”. Compara a mercadoria e o dinheiro com os dois netos de Jacob, o qual, ao dar-lhes benção, pôs sua mão direita sobre o mais jovem e sua esquerda sobre o mais velho. Boisguillebert, *Dissertation sur la nature des richesses etc.*, *ibidem*. “Eis aqui o escravo do comércio convertido em seu tirano (...) À miséria dos povos procede de que se tenha convertido em amo, ou, melhor, em tirano, o que era um escravo” (pp. 389-395).

¹¹⁴ Boisguillebert, *ibidem*, “Fizeram um ídolo desses metais (o ouro e a prata); e deixando de lado o objeto e a intenção para que foram chamados ao comércio, ou seja, para servir nele de penhor na troca e na tradição recíproca, quase foram desobrigados desse serviço, para transformá-los em divindades, às quais se têm sacrificado e se sacrificam sempre bens e necessidades preciosas, e até homens, como jamais imolou a essas falsas divindades a cega antiguidade” etc., p. 395.

¹¹¹ “Não somente os metais preciosos são sinais das coisas (...) mas também reciprocamente as coisas (...) são sinais do ouro e da prata”. A Genovesi, *Lezione di economia civile*, 1765, p. 281, in *Custodi, Parte Moderna.*, tomo VIII.

cesso de sua metamorfose e permanecia no estado de crisálida de ouro. Isso ocorre toda vez que a venda não se transforma em compra. O caráter independente que o ouro adquire sob a forma de dinheiro é, sobretudo, a expressão sensível da cisão do processo de circulação ou da metamorfose da mercadoria em dois atos separados, que se executam indiferentemente lado a lado. A própria moeda converte-se em dinheiro desde que seu curso se interrompa. Nas mãos do vendedor, que o recebe em troca de sua mercadoria, é o dinheiro; quando sai de suas mãos, volta a ser moeda. Cada um é vendedor da mercadoria particular que produz, mas é comprador de todas as demais mercadorias, das quais necessita para sua existência social. Enquanto a sua entrada em cena, no papel de vendedor, depende do tempo de trabalho que exige a produção de sua mercadoria, sua aparição no papel de comprador é condicionada pela constante renovação das necessidades da vida. Para comprar sem vender é preciso vender sem comprar. Com efeito, a circulação M-D-M é apenas a unidade evolutiva da compra e venda enquanto é ao mesmo tempo o processo perpétuo de sua cisão. Para que o dinheiro circule constantemente sob a forma de moeda é preciso que a moeda se coagule constantemente em dinheiro. O curso contínuo da moeda está condicionado por sua contínua acumulação em grande ou pequena quantidade nos fundos de reserva, que de todas as partes e em conjunto provém da circulação, e a condicionam; fundos de reserva de moeda cuja constituição, distribuição, dissolução e reconstituição variam constantemente, cuja existência desaparece sempre e cuja desapareção subsiste. Essa transformação incessante da moeda em dinheiro e do dinheiro em moeda, é expressa por Adam Smith da seguinte maneira: cada possuidor de mercadoria deve ter sempre em reserva, ao lado da mercadoria particular que vende, uma certa quantidade de mercadoria geral, com a qual compra. Vimos que na circulação M-D-M, o segundo membro, D-M, espalha-se em uma série de compras que não se efetuam

de uma só vez, mas sucessivamente, no tempo, de modo que uma porção de D circula a título de moeda enquanto a outra repousa sob a forma de dinheiro. O dinheiro aqui não é, realmente, senão moeda em suspenso, e as partes constitutivas da massa de moedas que circulam variam sempre, e aparecem tanto de uma forma quanto de outra. A primeira metamorfose do meio de circulação em dinheiro apenas representa, pois, um momento técnico do próprio curso do dinheiro.¹¹⁵

A forma primitiva da riqueza é a do supérfluo ou do excedente, a parte dos produtos que não é requerida imediatamente como valor de uso, ou, também, a posse de produtos cujo valor de uso ultrapassa os limites do simplesmente necessário. Ao considerar a transição da mercadoria ao dinheiro, vimos que esse supérfluo ou excedente dos produtos constitui, num grau pouco desenvolvido da produção, a esfera propriamente dita da troca das mercadorias. Os produtos supérfluos convertem-se em produtos permutáveis ou mercadorias. A forma adequada de existência desse supérfluo é o ouro ou a prata; é a primeira forma sob a qual a riqueza é fixada como riqueza social abstrata. As mercadorias podem ser conservadas tanto sob a forma de ouro e de prata, isto é, na matéria do dinheiro, quanto também o ouro e a prata são riquezas sob forma preservada.

Todo valor de uso, como tal, serve porque é consumido, isto é, destruído. Todavia, o valor de uso do ouro que serve de dinheiro consiste em servir de suporte do valor de troca, em ser, como matéria-prima amorfa, a materialização do tempo de

¹¹⁵ Boisguillebert presente na primeira imobilização do *perpetuum mobile* [movimento perpétuo – latim], isto é, na negação de sua existência funcional como meio de circulação, sua existência independente relativamente às mercadorias. “O dinheiro, diz, deve estar em contínuo movimento, o que somente pode ocorrer sendo móvel, pois assim que deixa de ser, tudo está perdido”, *Le detail de la France*, p. 231. Não percebe que essa parada é a condição de seu movimento. O que quer em realidade é que a forma valor das mercadorias apareça como forma puramente fugaz de sua mudança de matéria, sem nunca se fixar como finalidade em si mesma.

trabalho geral. No metal amorfo, o valor de troca possui uma forma imperecível. O ouro ou a prata, imobilizados assim sob a forma de dinheiro, constituem o tesouro. Nos povos em que a circulação é exclusivamente metálica, como nos antigos, todos entesouram, do indivíduo ao Estado, que guarda o seu tesouro de Estado. Nos tempos mais remotos, esses tesouros, sob a guarda de reis e sacerdotes, servem principalmente para prestar testemunho de seu poderio. Na Grécia e em Roma, a política ordena que se constituam tesouros públicos, considerados como a forma mais segura e acessível do supérfluo. O transporte rápido de semelhantes tesouros de um país a outro, pelos conquistadores, e sua difusão parcial e súbita na circulação constituem uma particularidade da economia antiga.

Sendo tempo de trabalho concretizado, o ouro garante sua própria magnitude de valor; sendo materialização do tempo de trabalho geral, o processo de circulação é o que garante sua eficácia constante como valor de troca. Pelo simples fato de o possuidor de mercadorias poder fixar a mercadoria sob o seu aspecto de valor de troca ou fixar o próprio valor de troca sob a forma de mercadoria, a troca das mercadorias, com o fim de recuperá-las sob o aspecto transformado do ouro, torna-se o motivo da circulação. A metamorfose da mercadoria M-D realiza-se a fim de convertê-la de riqueza natural particular em riqueza social geral. Em lugar da troca da matéria, a troca de forma é o que se converte em finalidade própria. O valor de troca transforma-se, de simples forma, em conteúdo do movimento. A mercadoria matém-se como riqueza, como mercadoria, porque se mantém na esfera de circulação e permanece nesse estado fluido precisamente porque se solidifica em ouro ou prata. Permanece em fluxo, como cristal do processo de circulação. Contudo, o ouro e a prata se fixam em forma de dinheiro somente quando não são meio de circulação. Convertem-se em dinheiro como não-meios de circulação. Assim, portanto, o único meio de manter

a mercadoria constantemente na esfera de circulação é retirá-la dessa sob a forma de ouro.

O possuidor de mercadorias só pode retirar da circulação, sob a forma de dinheiro, aquilo que coloca na circulação sob a forma de mercadoria. Vender sem cessar, lançar continuamente mercadorias na circulação, é a primeira condição do entesouramento, do ponto de vista da circulação de mercadorias. Doutro lado, o dinheiro desaparece continuamente como meio de circulação no próprio processo de circulação, porque aquela se realiza continuamente em valores de uso e resolve-se em gozos efêmeros. Deve-se arrancá-la, pois, da corrente devoradora da circulação ou se deve deter a mercadoria em sua primeira metamorfose e impedir ao dinheiro o cumprimento de sua função de meio de compra. O possuidor de mercadorias, que se converte agora em entesourador, deve vender tudo o que puder, comprando o menos possível, como já o ensinava o velho Catão: "*Patrem familias vendacem non emacem esse*" [É preciso que o chefe de família goste de vender, não de comprar – latim]. Se a assiduidade no trabalho é a condição positiva, a economia é a condição negativa do entesouramento. Quanto menos equivalente da mercadoria, sob a forma de mercadoria particular ou de valores de uso, se subtrai da circulação, mais se lhe tira, sob a forma de dinheiro ou de valores de troca.¹¹⁶ A apropriação da riqueza, sob sua forma geral, implica, portanto, a renúncia à riqueza em sua realidade substancial. O móvel impulsionador do entesouramento é a avareza, que não ambiciona a mercadoria como valor de uso, mas sim o valor de uso como mercadoria. Para se apoderar do supérfluo sob sua forma geral tem que considerar as necessidades particulares como luxo e supérfluo. Assim é que, em 1593, as Cortes de Valeadolid dirigiram uma exposição a Felipe II, na qual, entre outras coisas, dizem:

¹¹⁶ "Quanto mais o armazenamento alimenta em mercadoria, tanto mais diminui em tesouro", E. Misselden, *op. cit.*, p. 7.

As Cortes de Valeadolid do ano 1586 rogaram à Vossa Majestade que não permitisse mais a importação no reino de castiçais, vidraria, bijuteria, cutelaria e outros objetos semelhantes, tão inúteis à vida do homem, que se enviam do estrangeiro com a finalidade de trocar por ouro, como se os espanhóis fossem índios.

O entesourador desdenha os gozos terrestres, temporais e transitórios, para correr atrás do tesouro eterno, que não pode ser corroído nem pelas formigas, nem pela ferrugem, e que é, ao mesmo tempo e completamente, celeste e terrestre.

A causa geral mais afastada – diz Misselden no trabalho já citado – é o grande excesso com que esse país consome mercadorias dos países estrangeiros, que se transformam em *discommodities* [mercadorias inúteis – inglês], em lugar de *commodities* [mercadorias – inglês], pois nos privam dos tesouros, que, doutro modo, seriam importados em lugar dessas futilidades. Consumimos em abundância vinhos da Espanha, da França, do Reno, do Levante; passas da Espanha, uvas de Corinto, linho de cambraias de Hainault, sedas da Itália, açúcar e fumo das Índias Orientais, especiarias das Índias Ocidentais; tudo isso não constitui uma necessidade absoluta para nós, e, entretanto, compra-se com ouro sólido.¹¹⁷

Sob a forma de ouro e de prata, a riqueza é imperecível, tanto porque o valor de troca existe no metal indestrutível, quanto porque, sobretudo, se impede ao ouro de tomar, como meio de circulação, a forma monetária puramente fugidia da mercadoria. O conteúdo perecível é, assim, sacrificado à forma imperecível.

Se o imposto despoja do dinheiro a quem o gasta em beber e comer e o dá a quem o emprega no melhoramento da terra, na pesca, nos trabalhos das minas, na indústria ou mesmo a quem o gasta em roupas, disso resulta sempre uma vantagem para a comunidade, pois os vestidos são menos perecíveis que os alimentos e as bebidas. Se se gasta o dinheiro em móveis,

a vantagem cresce; torna-se maior quando empregado na construção de casas, e parece máxima se se introduz no país ouro e prata, pois são as únicas coisas imperecíveis e estimadas como riqueza em todos os tempos e lugares; o resto não é mais que riqueza *pro hic et nunc* [para aqui e agora – latim].¹¹⁸ Devido ao soterramento do dinheiro, arrancado da corrente da circulação e preservado da troca social da matéria, estabelecem-se, entre a riqueza social, sob a forma de um tesouro subterrâneo imperecível, e o possuidor de mercadorias, relações particulares e secretas. O doutor Bernier, que viveu, durante algum tempo, em Delhi, na Corte de Aurenzebs, conta que os comerciantes enterram o seu dinheiro profundamente e em segredo, principalmente os pagãos não maometanos, que manejam quase todo o comércio e todo o dinheiro, “imbuídos pela crença de que o ouro e a prata, que escondem durante sua vida, lhes servirá no outro mundo após sua morte”.¹¹⁹

Além disso, o entesourador, por pouco que seu ascetismo se reforce com uma enérgica aplicação ao trabalho, deve ser eminentemente praticante de sua religião e ainda mais puritano.

O que não se pode negar é a necessidade de comprar e vender; mas, já que não é possível passar sem isso, podem-se comprar cristamente, principalmente as coisas que servem para as necessidades e a honra, pois é assim que os patriarcas compraram e venderam gado, lã, trigo, manteiga, leite e outros bens. São dons de Deus, que extrai de sua terra e reparte entre os homens. Todavia, o comércio exterior, que traz de Calicut e das Índias e de outros países mercadorias, sedas preciosas, joias e especiarias que apenas servem de suntuosidade e não têm utilidade, levando consigo o dinheiro do país e das bolsas das gentes, não deveria ser tolerado se tivéssemos um governo de príncipes. Mas não quero agora escrever sobre esse último, porque penso que definitivamente, quando não tenhamos já dinheiro, cessará tudo isso forçosamente, assim como a glotonaria e

¹¹⁷ *Idem*, pp. 11-13, *passim*.

¹¹⁸ Petty, *Political arithmetics*, p. 196.

¹¹⁹ François Bernier: *Voyage contenant la description des états du Grand Magol*, edição de Paris, 1830, tomo I, pp. 312-314.

os adornos; também de nada servem escrever e ensinar se a necessidade e pobreza não nos obriga a isso.¹²⁰

Nas épocas em que a circulação da matéria se acha perturbada, o soterramento do dinheiro ocorre mesmo na sociedade burguesa desenvolvida. O laço social, sob sua forma compacta – para o permutador, esse laço é a mercadoria e a expressão adequada da mercadoria é o dinheiro – está preservado do movimento social. O *nervus rerum* [nervo da coisa, o dinheiro – latim] social está enterrado ao lado do corpo do qual é nervo.

Contudo, o tesouro seria só metal inútil, sua alma de dinheiro voaria e ficaria como a cinza extinta da circulação, como seu *caput mortuum* [cabeça morta – latim], se não tendesse inconstantemente ao retorno à circulação. O dinheiro ou o valor de troca concretizado é, do ponto de vista de sua qualidade, a encarnação da riqueza abstrata; doutro lado, toda soma dada de dinheiro é uma magnitude de valor limitada quantitativamente. O limite quantitativo do valor de troca contradiz sua universalidade qualitativa, e o entesourador sente o limite como um marco que, na

¹²⁰ Doctor Martin Luther: *Bucher von Kaufhandel und Wucher*, 1524. No mesmo lugar, diz Lutero: “Deus nos obrigou, aos alemães, a lançar nosso dinheiro nos países estrangeiros, tornando rico a todo o mundo, enquanto ficamos mendigos. A Inglaterra teria menos ouro se a Alemanha lhe deixasse seus tecidos e o rei de Portugal também teria menos, se se lhe deixassem sem comprar suas especiarias. Conta o que a feira de Frankfurt transporta sem necessidade e sem razão às terras alemãs e te assombrarás, e te perguntarás como é possível que permaneça, todavia, um só vintém nos países alemães. Frankfurt é o poço de ouro e de prata por onde escapa do país alemão tudo o que germina e cresce, todo o amoadado e cunhado em nosso país; se se tapasse o buraco, então não se ouviria, como agora, a queixa de que, por todas as partes, só há dívidas e nenhum dinheiro, pois os campos e as cidades foram despojados pela usura. Porém, é deixá-lo; não há remédio. Nós alemães devemos permanecer alemães”. Misselden, na obra já citada, quer, pelo menos, reter o ouro e a prata no círculo da cristandade. “A outra causa remota da falta de dinheiro é o comércio que se faz fora da cristandade, com a Turquia, a Pérsia e as Índias Orientais. A maior parte desse comércio efetua-se com dinheiro contante, mas de maneira distinta da que se realiza dentro dos limites da cristandade; pois, ainda que aquele comércio se faça com dinheiro contante, esse dinheiro permanece sempre enclausurado no recinto da cristandade. Há, com efeito, fluxo e refluxo, maré ascendente e descendente de dinheiro da cristandade que comercia, pois, às vezes, há mais em um lugar que em outro, conforme um país tenha necessidade dele, sobrando a outro; o dinheiro corre de um lado a outro e gira no círculo da cristandade. Mas, o dinheiro com que se trafica fora da cristandade, nos países citados, sai continuamente para o exterior, não voltando mais”.

realidade, se converte ao mesmo tempo em marco qualitativo, ou converte o tesouro em representante limitado da riqueza material. O dinheiro, considerado como equivalente geral, manifesta-se imediatamente, como já vimos, na forma de uma equação, cujo primeiro membro é formado por ele mesmo e cujo segundo membro é constituído pela série interminável de mercadorias. O grau em que o dinheiro aproximadamente se realiza na dita série infinita de mercadorias, as que corresponde ao seu conceito de valor de troca, depende da magnitude do valor de troca. O movimento automático do valor como valor não pode ser senão, em geral, o de ultrapassar seus limites quantitativos. Assim sendo, logo que seja desimpedido um limite quantitativo do tesouro, cria-se uma nova barreira que, por sua vez, deve ser destruída. O que aparece como barreira não é um limite determinado do tesouro, mas tudo é limite. O entesouramento não tem, pois, limites imanescentes; falta-lhe medida em si mesmo; é, antes, um processo sem fim, que sempre encontra um motivo para começar de novo diante do resultado obtido. Se o tesouro aumenta porque se conserva, também se conserva porque aumenta.

O dinheiro não é unicamente uma finalidade da paixão de enriquecer, é sua finalidade por excelência. É essencialmente *auri sacra fames* [a abominável fome de ouro – latim]. A paixão de enriquecer, contrariamente à das riquezas naturais particularmente, tais como vestidos, adornos, gado etc., só pode existir quando a riqueza geral, como tal, se tenha individualizado em um objeto especial, e pode, por conseguinte, ser fixada sob a forma de uma mercadoria isolada. O dinheiro parece ser, pois, tanto a finalidade quanto a origem da paixão de enriquecer.¹²¹ No fundo, o que parece finalidade é o valor de troca como tal e, portanto, seu aumento. A avareza retém o tesouro cativo, impedindo que o dinheiro se transforme em meio

¹²¹ “O dinheiro é a fonte primeira da avareza; esta converte-se em uma espécie de raiva que já não é avareza, mas sede de ouro”, Plínio, *Historia naturalis*, livro XXXIII, cap. XIV.

de circulação, porém a sede do ouro mantém a alma monetária do tesouro em constante afinidade com a circulação.

Portanto, a atividade, graças à qual se constitui o tesouro, consiste de um lado em retirar o dinheiro da circulação por meio da venda, repetida sem cessar, e, de outro, em armazenar simplesmente, em acumular. Com efeito, unicamente na esfera da circulação simples e sob a forma de entesouramento, se produz a acumulação da riqueza como tal, enquanto as demais formas chamadas de acumulação, como veremos adiante, se denominam assim como que por abuso, porque se tem em mente a acumulação simples do dinheiro. Todas as demais mercadorias, ou bem são amalgamadas na qualidade de valores de uso – e então o amontoamento é determinado pela particularidade de seu valor de uso: a acumulação de cereais exige, por exemplo, disposições preparatórias especiais; se junto ovelhas, torno-me pastor; o açambarcamento de escravos e de terras implica relação de dominância e sujeição, o aprovisionamento da riqueza particular exige processos especiais, distintos do simples ato da acumulação, e desenvolve aspectos particulares da individualidade. Ou bem a riqueza sob a forma de mercadorias é acumulada a título de valor de troca – e então a acumulação é uma operação comercial ou especificamente econômica. Quem a realiza se converte em comerciante de grãos, de gado etc. O ouro e a prata não constituem dinheiro por causa da atividade especial do indivíduo que os amontoa, mas porque são cristalização do processo de circulação, que se efetua sem a cooperação do indivíduo. Todo seu trabalho consiste em colocá-los de lado, amontoando tostão a tostão, numa atividade sem conteúdo, que, aplicada às demais mercadorias, as depreciaria.¹²²

¹²² Horácio não compreende a filosofia do entesouramento quando diz (*Sátiras*, livro II Sátira III.): “um homem sem disposição para a música, sem afeição às musas, compre cítaras e as armazene, ou se rodeie de cutelos e formas sem ser sapateiro, ou, enfim, de velas e cordoalhas sem entender de comércio, e em todas as partes o chamarão louco e insensato, e não será sem razão. E não lhe parecerá assim o avaro que enterra seus escudos

Nosso entesourador aparece como mártir do valor de troca, como santo asceta, encarapitado sobre o capital, de sua coluna de metal. Somente se preocupa com a riqueza sob a forma social e por isso a enterra e a esconde da sociedade. Procura a mercadoria sob a forma em que pode sempre circular: por isso, a retira da circulação. Entusiasma-se pelo valor de troca, e por isso não troca. A forma fluida da riqueza e sua petrificação, o elixir da vida e a pedra filosofal mesclam-se numa louca alquimia. Como quer satisfazer todas as necessidades sociais, apenas concede o necessário à sua natureza. Como quer fixar a riqueza em sua corporificação metálica, aquela se volatiliza para ele até não ser mais que um puro fantasma cerebral. Em realidade, o amontoamento do dinheiro pelo dinheiro é a forma bárbara da produção pela produção, isto é, o desenvolvimento das forças produtivas além dos limites das necessidades habituais. Quanto menos desenvolvida se encontra a produção de mercadorias, mais importante é a primeira cristalização do valor de troca em dinheiro, o entesouramento, o qual, por essa razão, desempenha um papel proeminente nos povos antigos na Ásia até o presente momento, e nos povos agrícolas modernos nos quais o valor de troca não se apoderou ainda de todas as relações da produção.

Vamos examinar a função especificamente econômica do entesouramento no interior da própria circulação metálica, mas primeiramente mencionaremos outra forma do entesouramento.

Feita abstração completa de suas propriedades estéticas, sendo as mercadorias compostas da matéria que é também matéria do

e seu ouro e que, sem saber servir-se dos tesouros que acumula, acredita-se sacrílego ao tocá-los?” (*Oeuvres* de Horácio, tradução da coleção Panckoucke). M. Senior compreende melhor: “O dinheiro parece ser a única coisa que se deseja universalmente, e é por isso que o dinheiro é uma riqueza abstrata, e os homens, ao possuí-lo, podem satisfazer todas as suas necessidades, de qualquer classe que sejam”, *Principes fondamentaux de l’Economie Politique*, tradução do Conde João Arrivabene, Paris, 1836, p. 221. E também Storch: “Já que o dinheiro representa todas as riquezas, basta acumulá-lo para se obter qualquer espécie de riqueza existente no mundo” (tomo II, p. 134).

dinheiro, em ouro e prata, são convertíveis em dinheiro, do mesmo modo que a moeda de ouro ou os lingotes de ouro se podem converter nas ditas mercadorias. Precisamente porque o ouro e a prata são a matéria da riqueza abstrata, a ostentação suprema da riqueza consiste em servir-se dela sob a forma de valores de uso concretos; e se o possuidor de mercadorias esconde seu tesouro, sente-se levado a se apresentar aos olhos dos outros comerciantes, onde pode fazê-lo com segurança, como *un hombre rico* [um homem rico – espanhol]. Doura-se a si próprio e à sua casa.¹²³ Na Ásia, especialmente na Índia, onde o entesouramento não é, como na economia burguesa, uma função subordinada do mecanismo da produção total, e a riqueza, sob essa forma, o objeto final, as mercadorias de ouro e prata não são propriamente mais que uma forma estética dos tesouros. Na Inglaterra da Idade Média, as mercadorias de ouro e prata eram consideradas legalmente como simples formas de tesouro, porque seu valor só aumentava ligeiramente pelo trabalho grosseiro que se lhes tinha agregado. Eram destinadas a ser lançadas de novo na circulação, e seu refinamento estava, portanto, proibido, como o da própria moeda. O emprego crescente do ouro e da prata nos objetos de luxo, ao mesmo tempo que o aumento da riqueza, é uma coisa tão simples que os antigos a compreendiam perfeitamente,¹²⁴ enquanto, ao contrário, os economistas modernos chegaram à seguinte falsa proposição: que o uso das mercadorias de ouro e de prata não aumenta proporcionalmente ao crescimento das riquezas, mas só proporcionalmente à depreciação dos metais preciosos. Por isso, suas indicações, exatas quanto ao emprego do ouro australiano

¹²³ Para mostrar até que ponto se conserva o mesmo homem íntimo (*the inner man*) que existe no possuidor de mercadorias, ainda que seja civilizado e convertido em capitalista, basta citar o exemplo de um representante londrino de uma casa bancária cosmopolita. Esse indivíduo fez pôr num quadro dependurado na parede, como apropriado brasão familiar, uma cambial de 100 mil £. O mais engraçado aqui seria o olhar altivo e zombeteiro que o papel-moeda lançaria sobre a circulação.

¹²⁴ Veja-se adiante a citação de Xenofonte.

e californiano, deixam sempre uma lacuna, porque o consumo crescente do ouro, como matéria-prima, não se justifica, como na imaginação deles, por uma baixa correspondente de seu valor. No transcurso de 1810 a 1830, a produção média anual dos metais preciosos havia diminuído mais da metade, em consequência da luta das colônias americanas contra a Espanha e da interrupção do trabalho das minas, ocasionada pelas revoluções. A diminuição das espécies circulantes na Europa representava quase $\frac{1}{6}$, comparando-se os anos 1829 e 1809. Ainda que a quantidade produzida houvesse diminuído, pois, e os gastos de produção aumentado, por muito que tivessem variado, o consumo dos metais preciosos sob a forma de objetos de luxo aumentou, entretanto, de um modo extraordinário; na Inglaterra, durante a guerra; no continente, após a paz de Paris. O dito consumo aumentava juntamente com o crescimento da riqueza geral.¹²⁵ Pode-se estabelecer, como lei geral, que a conversão da moeda de ouro e prata em objetos de luxo predomina em épocas de tranquilidade, e que sua conversão em lingotes, ou em espécies, se verifica em períodos de agitação.¹²⁶ Até que ponto é considerável a proporção do tesouro de prata e ouro, existente em forma de artigos de luxo, em relação ao metal precioso, que serve de dinheiro, se evidencia no seguinte exemplo: em 1829 a proporção era, na Inglaterra, segundo Jacob, de 2 para 1, e, em toda Europa e América, havia $\frac{1}{4}$ mais de metal precioso na forma de objetos de luxo, que na de dinheiro.

Vimos que o curso do dinheiro é apenas a manifestação da metamorfose das mercadorias ou da mudança de forma, mediante a qual se realiza a transformação social da matéria. Era,

¹²⁵ Jacob, *An historical inquiry into the production and consumption of the precious metals*, tomo II, cap. XXV et XXVI.

¹²⁶ “Em épocas de distúrbios e insegurança e especialmente durante as comoções internas e as invasões, os objetos de ouro e prata são rapidamente convertidos em moeda, enquanto que em épocas de tranquilidade e prosperidade a moeda é convertida em prataria e joalheria” (tomo II, p. 367).

pois, necessário que, com as variações das somas dos preços das mercadorias circulantes, ou a extensão de suas metamorfoses simultâneas, de um lado, e a rapidez repetida de sua transformação de forma, de outro, houvesse expansão e contração de quantidade de dinheiro circulante, o que é possível somente sob a condição de que a quantidade total de dinheiro em um país esteja em relação sempre variável com a quantidade de dinheiro circulante. O entesouramento preenche essa condição. Se os preços baixam ou se a rapidez da circulação aumenta, os depósitos dos tesouros absorvem a parte de dinheiro tirada da circulação; se os preços sobem ou diminui a rapidez da circulação, os tesouros se abrem e refluem em parte para a circulação. A fixação do dinheiro circulante em tesouro, e a difusão dos tesouros na circulação, é um movimento oscilatório em contínua mutação, no qual o predomínio de uma ou outra tendência é exclusivamente determinado pelas flutuações da circulação das mercadorias. Desse modo os tesouros servem de canais de distribuição e derivação do dinheiro circulante, de tal forma que jamais circula como moeda senão o *quantum* de dinheiro determinado pelas necessidades imediatas da circulação. Se a circulação total estende-se subitamente, e a quantidade fluida de compra e venda predomina, mas de modo que a soma total dos preços que se devem realizar aumente ainda com maior rapidez que a velocidade do curso do dinheiro, os tesouros esvaziam-se rapidamente; assim que o movimento total se detenha de modo desusado, ou o movimento de compra e venda se consolide, o meio de circulação fixa-se em dinheiro em proporções impressionantes e os depósitos dos tesouros enchem-se acima do nível médio. Nos países em que a circulação é puramente metálica ou que se encontram em um grau de produção pouco desenvolvida, os tesouros estão infinitamente esparramados e disseminados sobre toda a periferia do país, enquanto nas sociedades burguesas desenvolvidas se encontram concentrados nos depósitos dos bancos. Não se deve confundir o tesouro com

a moeda de reserva, pois esse é parte constitutiva da quantidade total de dinheiro que sempre está em circulação, enquanto que a relação ativa entre o tesouro e o meio de circulação supõe a alta ou baixa dessa quantidade total. As mercadorias de ouro e prata constituem, como vimos, ora um canal de derivação dos metais preciosos, ora mananciais alimentadores latentes. Em épocas normais, unicamente a primeira função tem importância para as economias da circulação metálica.¹²⁷

b) Meio de pagamento

Até agora, o dinheiro distinguia-se do meio de circulação sob as duas formas: do dinheiro em reserva e de tesouro. Na transformação passageira da moeda em dinheiro, a primeira forma refletia o fato de que o segundo membro de M-D-M, a compra D-M, tem que se subdividir, no interior de uma determinada esfera de circulação, em uma série de compras sucessivas. Pois bem, o entesouramento consistia simplesmente no isolamento do ato M-D, que não evoluía até D-M; não era mais que o desenvolvimento independente da primeira mercadoria, o dinheiro evoluído à forma de aparição alienada de todas as mercadorias, em oposição ao meio de circulação, que é o modo de existência da mercadoria

¹²⁷ No parágrafo seguinte, Xenofonte desenvolve o dinheiro sob as formas específicas de dinheiro e de tesouro: “Também é a única empresa em que não existe o temor de prodigalizar o número de trabalhadores; quanto mais produz o minério e mais dinheiro dá, veem-se mais pessoas dedicando-se a esse ofício. E, efetivamente, quando se tem adquirido todo o material necessário para uma casa, nada mais se compra; mas, quanto ao dinheiro, jamais possui o bastante para não querer mais; a tal ponto que os que têm muito desfrutam tanto enterrando o supérfluo quanto o usando. Mais ainda: é nas cidades florescentes onde mais se precisa do dinheiro; os homens querem gastá-lo para ter formosas armas, bons cavalos, casas, móveis esplêndidos; as mulheres só pensam nos tecidos ricos, nos adornos de ouro. Se, ao contrário, uma cidade é atacada pela fome ou pela guerra, como a terra encontra-se, então, menos cultivada, faz falta o dinheiro para os viveres e para os aliados”, Xenofonte, *De Vectigalibus*, cap. IV; trad. de E. Talhot. Aristóteles, no cap. XIX, livro I da *República*, desenvolve os dois movimentos opostos da circulação, M-D-M e D-M-D, sob os nomes de “Econômica e Crematística”. Os trágicos gregos, especialmente Eurípedes, opõem as duas formas como direito e proveito.

sob sua forma sempre alienável. Moeda de reserva e tesouro eram dinheiro porque não eram meios de circulação, e não eram meios de circulação unicamente porque não circulavam. Na função em que agora consideramos o dinheiro, este circula ou entra na circulação, mas sem servir de instrumento de circulação. Como meio de circulação, o dinheiro era sempre instrumento de compra: agora, atua como um não-meio de compra.

No momento em que, pelo entesouramento, o dinheiro corporifica a riqueza social abstrata, converte-se em representante tangível da riqueza material, adquire, com esse caráter determinado de dinheiro, funções particulares no processo de circulação. Se o dinheiro circula na qualidade de simples meio de circulação e, portanto, de meio de compra, entende-se que mercadorias e dinheiro se encontram frente à frente, que a mesma magnitude de valor está presente de maneira dupla, num dos extremos sob a forma de mercadoria, na mão do vendedor, no outro extremo sob a forma de dinheiro, na mão do comprador.

Essa existência simultânea dos dois equivalentes em extremos opostos, e sua mudança simultânea de lugar, ou sua alienação recíproca, supõe que vendedor e comprador entram em relação porque são possuidores de equivalentes. Entretanto, o processo da metamorfose das mercadorias, que cria as diferentes fixações de forma do dinheiro, modifica também os permutadores ou modifica os caracteres sociais sob os quais se apresentam uns aos outros. No processo da metamorfose da mercadoria, o possuidor das mercadorias muda de pele cada vez que a mercadoria se move e o dinheiro reveste formas novas. Originariamente, os possuidores de mercadorias enfrentavam-se como permutadores; um, convertia-se em vendedor, o outro, em comprador; depois, alternativamente, cada um em comprador e vendedor; logo se transformavam em entesouradores, finalmente em pessoas ricas. De modo que os permutadores não saem do processo de circulação tal como entraram nele. Na realidade, as diferentes formas estacionárias que

o dinheiro reveste no processo de circulação constituem apenas as metamorfoses cristalizadas da própria mercadoria, as quais, por seu lado, são apenas a expressão objetiva das instáveis relações sociais em que os possuidores de mercadorias efetuam sua modificação de matéria. No processo de circulação criam-se novas relações comerciais, e os portadores dessas relações modificadas, os possuidores de mercadorias, adquirem novos caracteres econômicos. Assim como na circulação interna o dinheiro se idealiza e o simples papel, representante do ouro, desempenha a função de dinheiro, também esse processo dá ao comprador ou ao vendedor que entra nele como simples representante de dinheiro ou de mercadoria, isto é, representante do dinheiro futuro, a eficácia do vendedor ou do comprador real.

Todas as formas até as quais o ouro evolui, convertido em dinheiro, são apenas o desenvolvimento dos destinos encerrados na metamorfose das mercadorias. Mas, essas formas, na circulação simples do dinheiro, na qual este era moeda e o movimento M-D-M era unidade evolutiva, não se haviam separado sob um aspecto independente, ou não eram senão simples virtualidades, como, por exemplo, a detenção da metamorfose da mercadoria. Já vimos que no processo M-D a mercadoria, como valor de uso real e valor de troca ideal, relacionava-se com o dinheiro como valor de uso somente ideal. Alienando a mercadoria a título de valor de uso, o vendedor realizava nela o valor de troca assim como o valor de uso do dinheiro. Inversamente, alienando o dinheiro a título da mercadoria. Por conseguinte, a mercadoria e o dinheiro tinham trocado de lugar. Em sua realização, o processo vivo dessa oposição bipolar separa-se de novo. O vendedor aliena realmente a mercadoria e, em princípio, só realiza o seu preço idealmente. Tem-na vendido a seu preço, que, entretanto, não será realizado senão em uma época ulterior determinada. O comprador que compra representa dinheiro futuro, enquanto o vendedor que vende possui uma mercadoria presente. No que concerne ao vendedor,

a mercadoria como valor de uso é alienada realmente, sem que tenha sido realizada realmente como preço: no que diz respeito ao comprador, o dinheiro é realizado realmente no valor de uso da mercadoria, sem que tenha sido alienada realmente como valor de troca. Assim como antes era o sinal de valor, agora é o próprio comprador quem representa, simbolicamente, o dinheiro. Porém, assim como antes o simbolismo geral do sinal de valor supunha a garantia e o curso forçado do Estado, o simbolismo pessoal do comprador suscita agora contratos privados legalmente válidos entre os permutadores.

No processo D-M, ao contrário, o dinheiro pode ser alienado como instrumento de compra real, e o preço da mercadoria pode, assim, ser realizado antes que o seja o valor de uso do dinheiro ou de que a mercadoria seja alienada. Isso ocorre todos os dias sob a forma de pagamentos antecipados. E também na forma em que o governo inglês compra o ópio dos Ryosts, na Índia, ou na forma em que os comerciantes estrangeiros estabelecidos na Rússia compram grande parte dos produtos russos. Todavia, nesses casos, o dinheiro não é mais do que instrumento de compra e não adquire uma nova forma determinada.¹²⁸ Por isso, detemo-nos nesse último caso, mas observamos, contudo, relativamente ao aspecto transformado sob o qual se apresentam aqui os dois processos D-M e M-D, que a diferença que parecia imaginária na circulação se converte, agora, em diferença real, pois somente em uma das formas a mercadoria se acha presente e, na outra, unicamente o dinheiro; entretanto, nas duas formas só está presente o extremo de onde parte a iniciativa. Além disso, as duas formas têm em comum o fato de que, em uma e outra, um dos equivalentes não existe senão na vontade comum do comprador e do vendedor, vontade que une os dois e adquire formas legais determinadas.

¹²⁸ Naturalmente o capital antecipa-se também sob a forma de dinheiro e o dinheiro antecipado pode ser capital, mas esse ponto de vista se acha fora do horizonte da circulação simples.

Vendedores e compradores transformam-se em credores e devedores. Se o possuidor de mercadorias, em seu papel de guardião do tesouro, era um tipo quase cômico, agora parece terrível, pois já não é a si mesmo, mas a seu próximo, que identifica com uma soma determinada de dinheiro e faz dele, e não de si mesmo, o mártir do valor de troca. De crente converte-se em credor, e cai da religião na jurisprudência.

I stay here on my bond! – [Eu exijo a minha parte (letra, duplicata) – *O mercador de veneza*, Shakespeare]

Na forma modificada M-D, em que a mercadoria se acha presente e o dinheiro somente representado, o dinheiro serve, em primeiro lugar, de medida de valores. O valor de troca da mercadoria é avaliado em dinheiro, considerado como medida; mas, sendo valor de troca medido contratualmente, o preço não existe somente na imaginação do vendedor, mas também como medida da obrigação do comprador. Em segundo lugar, o dinheiro serve, aqui, como instrumento de compra, embora projete apenas a sombra de sua existência futura. Transfere a mercadoria da mão do vendedor à do comprador. No vencimento do termo fixado para a execução do contrato, o dinheiro começa a circular, pois desloca-se e passa da mão do antigo comprador à do antigo vendedor. Mas não entra em circulação na qualidade de meio de circulação ou de meio de compra. Tal era sua função antes de estar presente e tal parece ser sua função quando já não está. Entra na circulação como o único equivalente adequado da mercadoria, a realização absoluta do valor de troca, a última palavra do processo de troca, isto é, como dinheiro e como dinheiro também na função determinada de meio de pagamento geral. Nessa função de pagamento, o dinheiro é a mercadoria absoluta; mas no interior da própria circulação e não fora dela, como o tesouro. A diferença entre instrumento de compra e instrumento de pagamento faz-se

sentir muito desagradavelmente nas épocas de crises comerciais.¹²⁹ Originalmente, transformar o produto em dinheiro não parece ser, na circulação, senão uma necessidade individual para o possuidor de mercadorias, pois o seu produto não constituiu para ele um valor de uso, mas unicamente o será quando o tenha alienado. Pois bem, para pagar ao vencer o prazo é indispensável que previamente tenha vendido mercadorias. Pelo movimento do processo de circulação, a venda transforma-se para ele numa necessidade social. De antigo comprador de uma mercadoria, converte-se forçosamente em vendedor de outra mercadoria, não para adquirir dinheiro na qualidade de instrumento de compra, mas na qualidade de instrumento de pagamento, a forma absoluta do valor de troca. Finalizar com a metamorfose da mercadoria em dinheiro, ou estabelecer como finalidade própria a primeira metamorfose da mercadoria, o que parecia ser no entesouramento um capricho do possuidor de mercadorias, é agora uma função econômica. O motivo, o conteúdo da venda que se tem que pagar é o conteúdo que flui da forma do processo de circulação.

Nessa forma de venda, a mercadoria efetua seu deslocamento e circula, enquanto detém a sua primeira metamorfose, a sua transformação em dinheiro. Para o vendedor, ao contrário, o que se realiza é a segunda metamorfose, isto é, o dinheiro torna a se transformar em mercadoria antes que se cumpra a primeira metamorfose, antes que a mercadoria se tenha transformado em dinheiro. A primeira metamorfose aparece, pois, aqui, cronologicamente, após a segunda, e por isso o dinheiro, que é o aspecto da mercadoria em sua primeira metamorfose, adquire uma nova fixidez de forma. O dinheiro ou a evolução independente do valor de troca não é mais a forma mediadora da circulação das mercadorias, mas seu resultado final.

Não é necessário expor minuciosamente que as vendas a prazo, nas quais os dois extremos de venda estão separados cronologicamen-

te, nascem espontaneamente da circulação simples das mercadorias. Em primeiro lugar, o desenvolvimento da circulação exige que os mesmos permutadores se defrontem várias vezes, como vendedores e compradores. Essa confrontação repetida não é puramente fortuita: uma mercadoria, por exemplo, depende de um termo futuro no qual deve ser entregue e paga. Nesse caso, a venda efetua-se idealmente, isto é, juridicamente, sem que mercadoria e dinheiro apareçam materialmente. As duas formas do dinheiro, meio de circulação e instrumento de pagamento, aqui, coincidem ainda, pois mercadoria e dinheiro, de um lado, trocam simultaneamente de lugar, e o dinheiro, doutro lado, não compra a mercadoria, mas realiza unicamente o preço da mercadoria, vendida anteriormente. Além disso, da natureza de toda uma série de valores de uso se constata que eles não são realmente alienados pela entrega efetiva, mas somente pela cessão da mercadoria durante um tempo determinado; assim, quando se abandona o desfrute de uma casa durante um mês, o valor de uso da casa entrega-se ao expirar o dito período, embora tenha mudado de mão ao começar o mês. Porque, nesse caso, o abandono efetivo do valor de uso e sua alienação real se acham separados no tempo, a realização de seu preço efetua-se pouco depois de sua mudança de lugar. Finalmente, como as mercadorias são produzidas em épocas distintas e exigem para sua produção tempos de duração diferentes, é preciso que um indivíduo entre em cena como vendedor quando outro não pode ainda se apresentar como comprador, e como o ato de compra e venda se renova frequentemente entre os mesmos possuidores de mercadorias, os dois momentos da venda cindem-se, de acordo com as condições de produção de suas mercadorias. Desse modo, cria-se uma relação de credor a devedor entre os permutadores que, embora constitua a base natural do sistema de crédito, pode ser, não obstante, completamente desenvolvida antes de existir este último. Também é evidente que, com o aperfeiçoamento do sistema de crédito e da produção burguesa em geral, a função do dinheiro, como meio de pagamento, ganhará em extensão em prejuízo de

¹²⁹ Lutero faz notar a diferença entre o meio de compra e o meio de pagamento (Nota de segunda edição. Veja-se *Das Kapital*, Vol. I, seção I, nota 96, 4ª edição, p. 99).

sua função como meio de compra e mais ainda como elemento de entesouramento. Na Inglaterra, o dinheiro, como moeda, está quase exclusivamente confinado à esfera do comércio varejista, entre produtores e consumidores, enquanto que, como instrumento de pagamento, reina na esfera das grandes transações comerciais.¹³⁰

Como meio universal de pagamento, o dinheiro converte-se na mercadoria universal dos contratos, em primeiro lugar somente no interior da esfera de circulação das mercadorias.¹³¹ Mas, à medida que ela se estabelece nessa função, todas as demais formas de pagamento se resolvem pouco a pouco em pagamento em dinheiro. O grau de desenvolvimento que o dinheiro tenha adquirido como instrumento de pagamento exclusivo indica até que grau o valor de troca se apoderou da produção, em extensão e profundidade.¹³²

¹³⁰ Apesar da exagerada ideia que tem de suas definições doutrinárias, Macleod compreende muito mal as relações econômicas mais elementares que o dinheiro em geral dá origem em sua forma mais desenvolvida, a de instrumento de pagamento. Diz, entre outras coisas: como os indivíduos nem sempre têm necessidade de seus serviços recíprocos ao mesmo tempo, nem em igual grau, “ficaria certa diferença ou uma soma de serviços do primeiro ao segundo débito”. O possuidor dessa dívida ou crédito precisa dos serviços de um terceiro, que não exige imediatamente os do segundo e “transfere ao terceiro a dívida que lhe deve o primeiro. As dívidas mudam assim de mão (...) circulação (...) Quando uma pessoa recebeu uma obrigação expressa pelo curso da moeda, pode não só pedir os serviços do devedor original, mas também de toda a comunidade industriosa”, Macleod, *Theory and practice of banking* etc., Londres, 1855, Vol. I, cap. 1.

¹³¹ Bailey, *Money and its vicissitudes*. p. 3: “O dinheiro é a mercadoria geral dos contratos ou aquela na qual se efetuam a maioria dos contratos relativos à propriedade, que devem ser rematados mais tarde”.

¹³² Senior, *Principes fondamentaux* etc., p. 221, diz: “Como o valor de qualquer coisa varia em um período de tempo dado, os indivíduos escolhem como instrumento de pagamento um objeto cujo valor varie o menos possível e que conserve o maior tempo possível uma capacidade média dada para comprar coisas. É assim que o dinheiro converte-se em expressão ou representante dos valores”. É completamente o contrário. Assim que o ouro, a prata etc. tenham se convertido em dinheiro, isto é, materialização do valor de troca, em sua independência, transformam-se em meios de pagamento universais. Precisamente no momento em que a consideração sobre a duração do valor de dinheiro, mencionada por Senior, entra em jogo, isto é, nos períodos em que sob a força das circunstâncias se impõe o dinheiro como instrumento de pagamento, é quando se descobre a flutuação no valor de dinheiro. Tal época era a de Isabel, na Inglaterra, quando lord Burleigh e sir Thomas Smith, em vista da depreciação manifesta dos metais preciosos, fizeram aprovar uma lei parlamentar que obrigava as universidades de Oxford e Cambridge a pagar-lhes um terço de suas rendas fundiárias em trigo ou mate.

A quantidade de dinheiro que circula na qualidade de meio de pagamento é determinada, em primeiro lugar, pelo volume dos pagamentos, pela soma dos preços das mercadorias alienadas e não das que o deveriam ser, como na circulação simples do dinheiro. Entretanto, a soma assim determinada está modificada duplamente: em primeiro lugar, pela rapidez com que a mesma peça de dinheiro repete a mesma função ou com que a massa de pagamento se manifesta como uma cadeia de pagamentos que evolui. A paga B, B paga C, e assim sucessivamente. A rapidez com que a mesma peça de dinheiro repete sua função de meio de pagamento depende, de um lado, do encadeamento das relações de credor a devedor, entre os possuidores de mercadorias, de modo que o mesmo possuidor de mercadorias é credor relativamente a um, devedor relativamente a outro etc. etc.; e, de outro lado, do tempo que separa os diferentes termos de pagamento. Essa cadeia de pagamentos, ou primeira metamorfose suplementar das mercadorias, difere qualitativamente da cadeia das metamorfoses que, no curso do dinheiro, assume a forma de meio de circulação. Essa última série não faz mais que aparecer sucessivamente no tempo, mas se forma unicamente nessa sucessão. A mercadoria converte-se em dinheiro, depois volta a ser mercadoria e permite assim a outra mercadoria transformar-se em dinheiro etc. Outro permutador pode ser vendedor, porque o vendedor se transforma em comprador. Esse encadeamento nasce fortuitamente no processo de troca das mercadorias. Mas, se o dinheiro com que A paga B passa de B a C, de C a D etc., com intervalos de tempo que se sucedem rapidamente nesse encadeamento exterior, um encadeamento social que já existe não faz mais que se exteriorizar. O mesmo dinheiro não circula por diferentes mãos porque serve de instrumento de pagamento, mas circula como instrumento de pagamento porque essas diferentes mãos já têm se tocado entre si. A rapidez com que circula o dinheiro na qualidade de meio de pagamento, melhor ainda que a rapidez com que circula o dinheiro na qualidade de

moeda ou de meio de compra, mostra quão profundamente têm sido arrastados os indivíduos no processo de circulação.

Como a soma dos preços das compras e vendas ocorre simultaneamente, e, portanto, lado a lado, no espaço, constitui o limite até o qual a rapidez do curso pode suprir a massa da moeda. Essa barreira não existe para o dinheiro que desempenha o papel de meio de pagamento. Se no mesmo lugar há concentração de pagamentos, que se devem efetuar ao mesmo tempo, o que só se produz espontaneamente nos grandes focos de circulação das mercadorias, os pagamentos se compensam, como magnitudes negativas e positivas, pois A deve pagar a B e ser pago por C etc. A soma total de dinheiro requerida como instrumento de pagamento será determinada, pois, não pela soma dos preços dos pagamentos que deve realizar simultaneamente, mas pela concentração maior ou menor desses, e pela grandeza do balanço que resulta de sua neutralização recíproca como magnitudes negativas e positivas. Faltando o desenvolvimento necessário do sistema de crédito, tomam-se disposições especiais para essas compensações, como na antiga Roma, por exemplo. Mas aqui não temos que expô-las, como tampouco os vencimentos de pagamentos gerais que se estabelecem em toda parte em determinados círculos sociais. Observamos unicamente que a influência específica que exercem esses vencimentos sobre as flutuações periódicas da quantidade de dinheiro corrente não foi examinada cientificamente até o presente.

Desde que os pagamentos compensam-se como magnitudes negativas e positivas, o dinheiro real não intervém. Desenvolve-se aqui unicamente sob sua forma de medida dos valores, de um lado nos preços das mercadorias, de outro na magnitude das obrigações recíprocas. Independentemente de sua existência ideal, o valor de troca não adquire, aqui, pois, uma existência independente, nem sequer a de sinal de valor; o dinheiro não é mais do que uma moeda contante ideal. A função do dinheiro como instrumento

de pagamento encerra, portanto, uma contradição. De um lado, como os pagamentos compensam-se, só idealmente o dinheiro serve de medida; doutro lado, como o pagamento deve se efetuar realmente, o dinheiro entra na circulação não como meio de circulação aleatório, mas como a maneira de ser estática do equivalente geral, como a mercadoria absoluta, em síntese, como dinheiro. Em todos os lugares, onde se desenvolveram a cadeia de pagamentos e um sistema artificial de compensá-los, acontece que o dinheiro, por causa de crises que detêm o curso dos pagamentos e perturbam o mecanismo de sua compensação, perde rapidamente o seu aspecto etéreo, quimérico, de medida de valor e reveste a forma de dinheiro sólido, ou meio de pagamento. Quando a produção burguesa está desenvolvida e o possuidor de mercadorias passa muito tempo convertido em capitalista que conhece seu Adam Smith e ri com ar de superioridade da crença de que somente o ouro e a prata constituem dinheiro ou de que o dinheiro em geral é, diferentemente das demais mercadorias, a mercadoria absoluta, o dinheiro aparece de repente não na qualidade de mediadora da circulação, mas como a única forma adequada do valor de troca, como a riqueza única, exatamente tal como a concebe o entesourador. Sob esse aspecto de encarnação exclusiva da riqueza, não se revela, como no sistema monetário, na depreciação puramente imaginária, mas na depreciação e no não-valor reais de toda riqueza material. Esse é o momento particular das crises do mercado mundial que se chama crise monetária. O *summum bonum* [o bem supremo – latim], a que, em tais momentos, se chama com grandes gritos como riqueza única, é o dinheiro, o dinheiro contante; e todas as mercadorias, precisamente porque são valores de uso parecem a seu lado coisas inúteis, futilidades, joguetes, ou, como diz nosso doutor Martin Lutero, puro adorno e glotoneria. Essa súbita conversão do sistema de crédito em sistema monetário acrescenta o espanto teórico ao pânico prático, e os agentes da circulação permanecem consternados ante o impenetrável mistério de suas próprias relações

econômicas.¹³³ Os pagamentos, por sua vez, tornam necessário um fundo de reserva, uma acumulação de dinheiro a título de meio de pagamento. A constituição desse fundo de reserva não é mais, como no entesouramento, uma atividade exterior à circulação, nem uma simples estagnação técnica das espécies como na reserva de moeda, pois o dinheiro deve ser acumulado gradualmente, para que seja encontrado nos vencimentos de pagamentos futuros determinados. Se o entesouramento, em sua forma abstrata, que significa enriquecimento, diminui com o desenvolvimento da produção burguesa, o entesouramento diretamente exigido pelo processo de troca aumenta, ou, melhor, uma parte dos tesouros que se constituem na esfera da circulação das mercadorias é absorvida como fundo de reserva de meios de pagamento. Quanto mais desenvolvida se encontra a produção burguesa, mais fica limitado ao mínimo necessário esse fundo de reserva. Locke, em seu trabalho sobre a diminuição das taxas de juro,¹³⁴ proporciona esclarecimentos interessantes sobre a magnitude desse fundo de reserva em sua época. Faz ver que parte importante da totalidade do dinheiro circulante era absorvida na Inglaterra pelos depósitos dos meios de pagamento, precisamente na época em que o sistema bancário começava a se desenvolver.

A lei sobre a quantidade do dinheiro circulante, tal como se inferia do exame da circulação simples do dinheiro, fica essencialmente modificada pela circulação do meio de pagamento. Dada a velocidade do curso do dinheiro, seja como meio de circulação,

¹³³ Boisguillebert, que gostaria de impedir que as relações burguesas de produção se levantassem contra os próprios burgueses, trata com predileção daquelas formas do dinheiro nas quais esse é apenas ideal. Desse modo tratou do meio de circulação e do instrumento de pagamento. Não vê, uma vez mais, que o dinheiro se converte, imediatamente, de sua forma ideal em sua realidade exterior; que, na medida do valor imaginário, já existe o dinheiro sólido em estado latente. Que o dinheiro, diz, não é mais que uma simples forma de as próprias mercadorias, se vê no grande comércio, no qual a troca se efetua sem a intervenção do dinheiro, depois de “terem sido as mercadorias apreciadas”, *Le detail de la France*, p. 210.

¹³⁴ Locke, *Some considerations on the lowering of interest etc.*, *ibidem*, pp. 17-18.

seja como instrumento de pagamento, a soma total do dinheiro circulante em um período de tempo dado será determinada pela soma total dos preços das mercadorias que deve realizar, mais a soma total dos pagamentos vencidos na mesma época, menos os pagamentos que se anulem reciprocamente por compensação. A lei geral, que diz que a massa de dinheiro corrente depende dos preços das mercadorias não é, por isso, afetada nem um pouco, pois o montante dos pagamentos é determinado pelos gastos fixados por contrato. O que torna a surgir de um modo surpreendente é o seguinte: precisamente quando a velocidade do curso e a economia dos pagamentos se supõem constantes, a soma dos preços de uma massa de mercadorias circulantes em um período determinado, um dia, por exemplo, e a massa do dinheiro que circula no mesmo dia, não coincidem de modo nenhum, pois circula uma massa de mercadorias cujo preço não será realizado em dinheiro senão posteriormente, e circula uma massa de dinheiro à qual não correspondem mais mercadorias, que saíram há tempo da circulação. Essa última massa dependerá da magnitude da soma dos valores dos pagamentos que vençam no mesmo dia, embora tenham sido contratados em períodos diferentes.

Vimos que a substituição no valor do ouro e da prata não afeta a sua função de medida dos valores ou de moeda contante. Entretanto, essa substituição adquire uma importância decisiva para o ouro sob a forma de tesouro, pois com a alta ou baixa do valor do ouro ou da prata aumenta ou diminui a magnitude de valor do tesouro de ouro ou prata. E essa importância é maior, todavia, relativamente ao dinheiro que desempenha a papel de meio de pagamento. O pagamento efetua-se apenas depois da venda da mercadoria; o dinheiro exerce em dois períodos diferentes duas funções distintas; primeiramente serve de medida de valores; depois, de meio de pagamento, que corresponde à dita medida. Se, nesse intervalo, há uma variação no valor dos metais preciosos, ou no tempo de trabalho que exige sua produção, o mesmo *quantum*

de ouro ou de prata, que serve de meio de pagamento, valerá mais ou menos que na época em que serviu de medida de valor e na qual foi concluído o contrato. A função de uma mercadoria especial, tal como o ouro e a prata, como dinheiro ou valor de troca autônomo, se acha aqui em luta com sua natureza de mercadoria particular, cuja magnitude de valor depende da variação de seus gastos de produção. A grande revolução social que produziu a queda, na Europa, do valor dos metais preciosos é um fato tão conhecido como a revolução inversa, determinada nos primeiros tempos da república da antiga Roma, pela alta do valor do cobre, metal em que estavam contraídas as dívidas dos plebeus. Sem acompanhar mais minuciosamente as oscilações do valor dos metais preciosos em sua influência sobre o sistema econômico burguês, pode-se constatar, desde já, que a baixa do valor dos metais preciosos favorece os devedores à custa dos credores, e que uma alta de seu valor favorece, ao contrário, os credores às expensas dos devedores.

c) O dinheiro universal

O ouro converte-se em dinheiro, distinguindo-se da moeda, primeiramente ao se retirar da circulação sob a forma de tesouro; depois, entrando nela como não-meio de circulação; e, por fim, franqueando as barreiras da circulação interna, para desempenhar no mundo das mercadorias a função de equivalente geral. Desse modo, chega a ser o dinheiro universal. Da mesma maneira que as medidas de pesos gerais dos metais preciosos serviam de medidas de valor primitivas, os nomes contantes da moeda são, no interior do mercado universal, transformados de novo nos nomes de pesos correspondentes. Do mesmo modo que o metal bruto amorfo (*aes rude*) era a forma primitiva do meio de circulação, e assim como a forma cunhada era ela própria, originariamente, simples sinal oficial do peso contido nas peças de metal, assim também o metal precioso, convertido em dinheiro universal, se despoja de sua estampa e sinete e reveste de novo a forma indiferente de

lingote; e embora as espécies nacionais, tais como os imperiais russos, os escudos mexicanos e os soberanos ingleses circulam no estrangeiro, seu título se torna indiferente levando-se em conta apenas o seu conteúdo.

Transformados em dinheiro internacional, os metais preciosos cumprem novamente sua função primitiva de meios de troca, a qual, do mesmo modo que a troca das mercadorias, não se origina no seio das comunidades primitivas, mas nos pontos de contato das distintas comunidades. Sob a forma de moeda universal, o dinheiro volta, pois, a tomar sua forma primitiva. Retirado da circulação interior, despoja-se das formas particulares nascidas do desenvolvimento do processo de troca nessa esfera particular, despoja-se das formas locais de que se havia revestido quando era padrão de moeda, moeda de pagamento e sinal de valor.

Vimos que na circulação interna de um país uma só mercadoria serve de medida dos valores. Mas, como num país é o ouro e noutro é a prata que desempenham essa função, uma dupla medida de valores é válida no mercado universal, e o dinheiro duplica assim sua existência em todas as demais funções. A conversão dos valores das mercadorias do preço-ouro em preço-prata, e inversamente, é cada vez determinada pelo valor relativo dos dois metais, que varia continuamente e cuja fixação, portanto, aparece como um processo contínuo. Os possuidores de mercadorias, em cada esfera interna da circulação se veem obrigados a empregar alternativamente o ouro e a prata na circulação externa e a trocar assim o metal que serve de moeda no interior pelo metal de que necessitam na qualidade de moeda no exterior. Cada nação emprega, pois, os dois metais, o ouro e a prata, na qualidade de moeda universal.

Na circulação internacional das mercadorias, o ouro e a prata não aparecem como instrumentos de circulação, mas como meios de troca universais. Sendo assim, o meio de troca universal funciona unicamente nas duas formas desenvolvidas de meio de compra e de meio de pagamento, cuja relação sofre, entretanto,

uma inversão no mercado mundial. Na esfera de circulação interna, o dinheiro – quando era moeda e representava o mediador da unidade evolutiva M-D-M ou a forma puramente transitória do valor de troca na perpétua variação de lugar das mercadorias – servia exclusivamente de meio de compra. No mercado mundial ocorre o contrário. Aqui o ouro e a prata são instrumentos de compra somente quando a troca da matéria é unilateral e a compra e a venda se separam. O comércio limítrofe de Kiachta, por exemplo, é prática e contratualmente uma troca, em que o dinheiro apenas serve de medida de valor. A guerra de 1857-1858 fez com que os chineses se decidissem a vender sem comprar. Então, rapidamente, o dinheiro se converteu em meio de compra. Em consideração aos termos do contrato, os russos transformaram as peças francesas de cinco francos em grosseiros artigos de prata, que serviram de meio de troca. O dinheiro serve continuamente como meio de compra, entre a Europa e a América, de um lado, e a Ásia, de outro, depositando-se como tesouro. Além disso, os metais preciosos servem como meios de compra internacionais assim que o equilíbrio tradicional da troca da matéria entre suas nações se rompe subitamente; uma má colheita, por exemplo, que obrigue uma das duas nações a comprar em proporção extraordinária. Finalmente, os metais preciosos são instrumento internacional de compra nos países produtores de ouro e prata, nos quais são diretamente produto e mercadoria, e não a forma metamorfoseada da mercadoria. Quanto mais se desenvolve a troca das mercadorias entre as diferentes esferas nacionais de circulação tanto melhor o dinheiro universal desempenha o papel de meio de pagamento, para equilibrar os balanços internacionais.

Da mesma forma que a circulação interior, a circulação internacional exige uma quantidade sempre variável de ouro e de prata. Uma parte dos tesouros acumulados serve, pois, em cada nação, de fundo de reserva do dinheiro universal, o qual às vezes se enche e outras se esvazia, acompanhando as flutuações de troca

das mercadorias.¹³⁵ Sem falar dos movimentos particulares que executa em seu vaivém entre as esferas de circulação nacionais, o dinheiro universal possui também um movimento geral, cujos pontos de partida se encontram nas fontes da produção, de onde os rios de ouro e prata se difundem em distintas direções pelo mercado do mundo. O ouro e a prata entram na circulação universal sob a forma de mercadorias e permutam-se, proporcionalmente ao tempo de trabalho que contêm, por mercadorias equivalentes, antes de cair nas esferas da circulação. Nessas aparecem, pois, com uma magnitude dada de valor. Toda alta ou baixa em seus gastos de produção, portanto, afeta uniformemente o seu valor relativo no mercado mundial, o qual independe completamente da quantidade de ouro e de prata que absorvem as diferentes esferas da circulação. O rio metálico, que é interceptado por cada esfera particular, em parte entra diretamente na circulação interna, substituindo as espécies metálicas gastas, em parte fica enalhado nos diferentes depósitos de moeda, de instrumentos de pagamento e de dinheiro universal, e em parte transforma-se em artigos de luxo. O resto, finalmente, converte-se em tesouro. Quando a produção burguesa está desenvolvida, a constituição de tesouros se limita ao mínimo que os diversos processos da circulação exigem para o livre jogo de seu mecanismo. Somente a riqueza que fica improdutiva se converte nesse caso em tesouro, tesouro como tal, a menos que seja a forma momentânea de um excedente no balanço dos pagamentos, o resultado de uma retenção da matéria e, portanto, a fixação da mercadoria em sua primeira metamorfose.

Se o ouro e a prata, como conceito de dinheiro, são concebidos como a mercadoria geral, adquirem no dinheiro universal a forma adequada de existência da mercadoria universal. Convertem-se na

¹³⁵ “O dinheiro acumulado substitui aquela soma, a qual, por estar efetivamente na circulação pela eventual promiscuidade do comércio, se afasta e sai da esfera da própria circulação”. G. R. Carli. Nota a Verri, *Meditazioni sulla Economia Politica*, p. 196, tomo XV, Coleção de *Custodi*.

figura metamorfoseada de todas as mercadorias e, portanto, na mercadoria universalmente alienável, na mesma proporção em que todos os produtos se alienem pelo ouro ou pela prata. Realizam-se como matéria do tempo de trabalho geral na medida em que a circulação da matéria dos trabalhos concretos se estende sobre toda a superfície da Terra. Transformam-se em equivalente geral na medida em que se desenvolve a série dos equivalentes particulares, os quais constituem sua esfera de troca. Seja como for que as mercadorias, na circulação mundial, desdobrem universalmente seu próprio valor de troca, a forma desse, metamorfoseada em ouro e prata, aparece como dinheiro universal. Enquanto, por sua indústria generalizada e seu comércio universal, as nações de comerciantes convertem o ouro em dinheiro adequado, a indústria e o comércio não se lhes apresentam senão como um meio para subtrair o dinheiro do mercado mundial, sob a forma de ouro e prata. Como dinheiro universal, o ouro e a prata são em conjunto, pois, o produto da circulação geral das mercadorias e o meio de estender sempre a sua esfera. Assim como a química nasceu à custa dos alquimistas, que tratavam de fabricar ouro, às expensas dos possuidores das mercadorias, que correm atrás das mercadorias sob sua forma encantada, brotam as fontes da indústria mundial, do comércio mundial. O ouro e a prata ajudam a criar o mercado do mundo, pois, concebidos como dinheiro, antecipam sua existência. É o que demonstra incisivamente que seu mágico efeito não se limita à infância da sociedade burguesa, mas emana necessariamente do fato de que aos agentes do mundo comercial o seu próprio trabalho social aparece inversamente, é a influência extraordinária que exerce o descobrimento de novos países auríferos sobre o comércio mundial nos meados do século 19.

O dinheiro, ao evoluir, transforma-se em dinheiro universal e o possuidor de mercadorias torna-se cosmopolita. As relações cosmopolitas são, em sua origem, apenas relações entre possuidores de mercadorias. A mercadoria em si e por si é superior a qualquer

barreira religiosa, política e linguística. Sua língua universal é o preço e sua comunidade, o dinheiro. Mas, ao mesmo tempo que se desenvolve o dinheiro universal, oposta à moeda nacional, desenvolve-se o cosmopolitismo dos comerciantes, como um dogma da razão prática, opostamente aos preconceitos hereditários, religiosos, nacionais e todos os demais que criam obstáculos à circulação da matéria da humanidade. Assim, o mesmo ouro que chega à Inglaterra sob a forma de águias americanas [notas de 10 dólares] e converte-se em soberanos, três dias depois circula em Paris, sob a forma de luíses [moeda francesa durante o império de Luis Bonaparte], e, ao cabo de algumas semanas, volta a se encontrar, sob a forma de ducados, em Veneza, conservando sempre, porém, o mesmo valor; os possuidores de mercadorias acabam compreendendo que a nacionalidade “is but guinea’s stamp” [não é mais que um símbolo de dinheiro, de guinéu – inglês]. A ideia sublime, na qual se resolve, para ele, o mundo inteiro, é a de um mercado, um mercado mundial.¹³⁶

4 – Os metais preciosos

O processo burguês de produção apodera-se em primeiro lugar da circulação metálica como de um órgão transmitido já pronto, o qual, embora se transforme pouco a pouco, conserva sempre, contudo, sua construção fundamental. A pergunta, que inquirir porque o ouro e a prata servem como matéria do dinheiro em vez de outras mercadorias, não se faz dentro dos limites do sistema burguês. Não faremos, por isso, mais que um resumo das questões essenciais.

Porque o próprio tempo de trabalho geral apenas admite diferenças puramente quantitativas, é preciso que o objeto que

¹³⁶ Montanari, *Della moneta*, 1683, *ibidem*, p. 40. “As comunicações dos povos entre si se estendem a tal ponto sobre o globo terrestre que quase se pode dizer que o mundo inteiro é uma só cidade onde se celebra uma perpétua feira de todas as mercadorias e em que qualquer homem, mediante dinheiro e de sua casa, pode se suprir e desfrutar de tudo o que produzem a terra, os animais e a indústria humana. Invenção maravilhosa”.

terá de ser sua encarnação específica seja capaz de representar diferenças puramente quantitativas, pressupondo a identidade, a homogeneidade da qualidade. Essa é a primeira condição para que uma mercadoria desempenhe o papel de medida de valor. Se avalio, por exemplo, todas as mercadorias em bois, peles, cereais etc., tenho que medi-las, em realidade, com o boi médio ideal, a pele média ideal, pois entre boi e boi, grão e grão, pele e pele, há diferença qualitativa. O ouro e a prata, ao contrário, como são corpos simples, são sempre idênticos a si mesmos e iguais *quanta* desses metais representam valores de magnitude idêntica.¹³⁷ A outra condição que deve satisfazer a mercadoria que serve de equivalente geral, e que se deduz diretamente da função de representar diferenças puramente quantitativas, é que se possa dividi-la em partes quaisquer e tornar a reunir essas partes de maneira que o dinheiro contante possa ser representada também de um modo sensível. O ouro e a prata possuem essas qualidades em um grau superior.

Na qualidade de meios de circulação, o ouro e a prata oferecem a vantagem, sobre as demais mercadorias, de que a seu peso específico elevado, o qual representa um peso relativamente grande em pouco espaço, corresponde seu peso específico econômico, o qual lhes permite encerrar muito tempo de trabalho, isto é, um grande valor de troca, sob um pequeno volume. Isso assegura a facilidade do transporte, a passagem de uma mão a outra e de um país a outro, a faculdade de aparecer e desaparecer com igual rapidez; em síntese, a mobilidade material, o *sine qua non* [indispensável – latim] da mercadoria que deve servir de *perpetuum mobile* [movimento perpétuo – latim] no processo de circulação.

O alto valor específico dos metais preciosos, sua duração, sua relativa indestrutibilidade, sua inalterabilidade ao ar – e especialmente sua indissolubilidade nos ácidos, exceto na água régia – todas

¹³⁷ “Os metais possuem a simples propriedade segundo a qual tudo neles se reduz à quantidade pelo fato de que não receberam da natureza, nem em sua constituição interna nem em sua forma e feitura, diversidade de qualidade.”. Galiani, *op. cit.*, p. 130.

essas propriedades naturais fazem dos metais preciosos a matéria natural do entesouramento. Por isso, Peter Martyr, que parece ter sido um grande entusiasta do chocolate, ao falar dos sacos de cacau observa que constituíam uma das moedas mexicanas: “O felicem monetam, quae suavem utilemque praebet humano generi potum, et a tartarea peste avaritiae suos immunes servat possessores, quod suffodi aut diu servai nequeat” (*De orbe novo*).¹³⁸

A grande importância dos metais em geral, no interior do processo imediato de produção, está ligada à sua função de instrumento de produção. Independentemente de sua raridade, a grande maleabilidade do ouro e da prata comparados com o ferro e até com o cobre (no estado de endurecimento em que os empregavam os antigos) impede que se lhes utilize para ferramentas, tirando-lhes em grande parte a qualidade sobre a qual repousa o valor de troca dos metais em geral. Inúteis no processo imediato de produção, não são indispensáveis como meios de existência, como objetos de consumo. Podem entrar no processo de circulação social em qualquer quantidade, sem prejudicar os processos de produção e de consumo imediatos. Seu valor de uso individual não está em luta com sua função econômica. Doutro lado, o ouro e a prata não são, economicamente, objetos negativamente supérfluos, isto é, não indispensáveis, pois suas qualidades estéticas fazem deles a matéria natural do luxo, do adorno, da suntuosidade, das necessidades dos dias de gala, em síntese, a forma positiva do supérfluo e da riqueza. Apresentam-se, por assim dizer, como luz solidificada, extraída do mundo subterrâneo: a prata refletindo todos os raios luminosos em sua mistura primitiva, o ouro refletindo unicamente a mais elevada potência da cor, o vermelho. Assim sendo, o sentido da cor é a forma mais popular do sentido estético em geral. A conexão etimológica, nas diferentes línguas indo-germânicas, dos nomes

¹³⁸ “Oh! bem-aventurada moeda, que dá ao gênero humano uma beberagem doce e útil e imuniza seus possuidores contra a peste infernal da avareza, pois não pode ser enterrada nem conservada muito tempo!”

dos metais preciosos com as relações das cores foi demonstrada por Jacob Grimm (Veja-se: *Geschichte der deutschen Sprache*) [História da língua alemã].

Finalmente, a faculdade que o ouro e a prata possuem de passar da forma de moeda à de lingote, dessa à de artigos de luxo e vice-versa; a vantagem que tem sobre as demais mercadorias, de não permanecer fixadas em valores de uso uma vez dadas, determinadas, faz desses metais a matéria natural do dinheiro, que, perpetuamente, deve dar voltas de uma determinada forma a outra.

A natureza não produz dinheiro, nem tampouco os banqueiros, nem um curso de câmbio. Mas, já que a produção burguesa tem que cristalizar a riqueza como fetiche, sob a forma de um objeto isolado, o ouro e a prata são sua encarnação adequada. O ouro e a prata não são naturalmente dinheiro, mas o dinheiro é naturalmente ouro e prata. De um lado, a cristalização do dinheiro em ouro e prata não é unicamente o produto do processo da circulação; em realidade, é seu único produto estável. Doutro lado, o ouro e a prata são produtos naturais acabados, produtos da circulação e produtos naturais; e o são imediatamente e não estão separados por nenhuma diferença formal. O produto geral do processo social ou o próprio processo social, considerado como um produto, é um produto natural especial, um metal fundido nas profundidades da terra e das quais pode ser extraído.¹³⁹

Vimos que o ouro e a prata não podem satisfazer à condição requerida por sua qualidade de dinheiro, de ser uma grandeza permanente de valor. Possuem, todavia, como já observou Aristó-

¹³⁹ No ano de 760, uma multidão de pobres emigrantes estabeleceu-se no Sul de Praga, para lavar as areias auríferas, e três homens podiam, num dia, extrair três marcos de ouro. Em consequência disso, houve uma extraordinária afluência aos *diggings* [escavações – inglês], e o número de braços subtraído à agricultura foi tão grande que no ano seguinte a fome se abateu sobre o país. (M. G. Korner, *Abhandlungen von dem Altrthum des böhmischen Bergwerks*, Schneeberg, 1758).

teles, uma magnitude de valor mais permanente que a média das demais mercadorias. Independentemente do efeito geral de uma alta ou de uma baixa dos metais preciosos, as flutuações da relação de valor do ouro e da prata são de especial importância, porque os dois servem conjuntamente, no mercado universal, de matéria do dinheiro. As causas puramente econômicas dessas flutuações – as conquistas e outras perturbações políticas que exerciam uma grande influência sobre o valor dos metais no mundo antigo não atuam hoje senão de maneira local e passageira – devem ser relacionadas à variação do tempo de trabalho que exige a produção desses metais. Esse tempo de trabalho, por sua vez, dependerá de sua raridade natural relativa, assim como da dificuldade maior ou menor em obtê-los no estado de metal puro. O ouro é, com efeito, o primeiro metal que o homem descobre. A própria natureza o cria sob a forma cristalina pura, sem combinação química com outros corpos, ou, como diziam os alquimistas, em estado virgem, e a própria natureza, nos grandes lavados de ouro dos rios, encarrega-se do trabalho técnico. O trabalho exigido ao homem, tanto para extrair o ouro dos rios, quanto dos terrenos de aluvião, é um dos mais rudimentares, enquanto que a produção da prata implica o trabalho da mina e geralmente um desenvolvimento relativamente grande da técnica. Apesar de sua menor raridade absoluta, o valor original da prata, portanto, é relativamente maior que o do ouro. A afirmação de Strabon de que em uma tribo árabe davam dez libras de ouro por uma de ferro e duas libras de ouro por uma de prata não me parece absolutamente incrível, sob todos os aspectos. Mas, à medida que as forças produtivas do trabalho social se desenvolvem e, por seu intermédio, o produto do trabalho simples encarecido em relação ao do trabalho complicado, no qual se escava a crosta terrestre em maior extensão e se estancam as primeiras fontes proporcionadoras do ouro, o valor da prata decresce em relação ao do ouro. Em determinado grau do desenvolvimento da tecnologia e dos meios de comunicação, o descobrimento de

novos países auríferos e argentíferos pesará na balança como último recurso. Na antiga Ásia, a relação do ouro com a prata era de 6:1, ou de 8:1; essa mesma relação existia na China e no Japão, no começo do século 19; 10:1, que era a relação nos tempos de Xenofonte, pode ser considerada como a relação média do período da Antiguidade. A exploração das minas de prata da Espanha por Cartago e mais tarde por Roma, produziu na Antiguidade uma ação análoga à que exerceu na Europa moderna o descobrimento das minas americanas. Na época do Império Romano, pode ser considerada como relação média 15 ou 16 a 1, embora se observe frequentemente em Roma maior depreciação da prata. O mesmo movimento, que começa pela depreciação relativa do ouro e termina pela baixa do valor da prata, repete-se na época seguinte, que se estende na Idade Média até os tempos mais recentes. Como no tempo de Xenofonte, a relação média na Idade Média é de 10:1 e volta a ser de 16 ou 15 a 1, em consequência do descobrimento das minas americanas. O descobrimento das minas de ouro australianas, californianas e colombianas torna verossímil uma nova baixa do valor do ouro.¹⁴⁰

¹⁴⁰ Até agora os descobrimentos australianos e outros não afetaram a relação do valor do ouro e da prata. As afirmações contrárias de Miguel Chevalier valem tanto quanto o socialismo desse ex-saintsimonista. A cotação da prata no mercado de Londres, é verdade, mostra que o preço-ouro médio da prata, de 1850 a 1858, excede a quase 3% do preço de 1830 a 1850. Mas essa alta explica-se simplesmente pela procura da prata feita pela Ásia. De 1852 a 1858, o preço da prata nos diferentes anos e meses varia somente por essa procura, e de nenhum modo pela chegada do ouro das minas recém-descobertas. Eis aqui uma relação dos preços da prata no mercado de Londres:

PREÇO DE ONÇA DE PRATA

Ano	Março	Julho	Novembro
1852	60 1/8 pence	61 1/4 pence	61 7/8 pence
1853	61 3/8 pence	61 1/2 pence	61 7/8 pence
1854	61 7/8 pence	61 3/4 pence	61 1/2 pence
1855	61 7/8 pence	61 1/2 pence	60 7/8 pence
1856	60 pence	61 1/4 pence	62 1/8 pence
1857	61 3/4 pence	61 5/8 pence	61 1/2 pence
1858	61 5/8 pence	-	-

C – Teoria sobre os meios de circulação e sobre o dinheiro

Enquanto que nos séculos 16 e 17, na infância da sociedade burguesa moderna, a paixão universal pelo ouro lançava povos e príncipes a cruzadas além dos mares, em busca do Graal de ouro,¹⁴¹ os primeiros [*truchemans*] intérpretes do mundo moderno, os pais do sistema monetário, uma de cujas variantes é o sistema mercantil, proclamavam o ouro e a prata, isto é, o dinheiro, como riqueza única. Declaravam, com razão, que a vocação da sociedade burguesa é fazer dinheiro, isto é, formar, do ponto de vista da circulação simples da mercadoria, o eterno tesouro, ao qual não roem nem os insetos nem a ferrugem. Dizer que uma tonelada de ferro, ao preço de três libras, tem a mesma magnitude de valor que 3 libras de ouro não é responder ao sistema monetário. Não se trata aqui da magnitude do valor de troca, mas de sua forma adequada. Se o sistema monetário e mercantil declara que o comércio mundial e os ramos especiais do trabalho nacional, que desembocam diretamente no comércio mundial, são as únicas fontes verdadeiras da riqueza e do dinheiro, convém observar que, naquela época, a maior parte da produção nacional apresentava ainda formas feudais e servia de manancial imediato de subsistência aos próprios produtores. Os produtos, em grande parte, não se transformavam em mercadorias, nem, portanto, em dinheiro; não entravam na troca social geral da matéria; não apareciam como materialização do trabalho geral-abstrato e, na realidade, não criavam riqueza burguesa. O dinheiro, como finalidade da circulação, é o valor de troca ou riqueza abstrata, e não um elemento material qualquer da riqueza, que constitui o fim determinante e o móvel ativo da produção. Tal como convinha naquele grau primitivo da produção burguesa, aqueles profetas desconhecidos se ativeram à sua forma sólida, palpável e deslumbradora do valor de troca, à sua qualidade

¹⁴¹ "O ouro é uma coisa maravilhosa! Quem o possui é dono de tudo o que desejar. Graças ao ouro até se podem abrir às almas as portas do Paraíso". Colombo, *Lettre de la Jamaïque*, 1503 (Nota da 2ª edição).

de mercadoria geral oposta a todas as mercadorias particulares. A esfera econômica burguesa propriamente dita daquela época era a esfera da circulação das mercadorias. E do ponto de vista dessa esfera elementar julgavam todo o complicado processo da produção burguesa, confundiam o dinheiro com o capital. A inextinguível luta que sustentam os economistas modernos contra o sistema monetário e mercantil provém de que esse sistema propaga de um modo ingenuamente brutal o segredo da produção burguesa, ou seja, que essa se encontra sob o domínio do valor de troca. Ricardo observa, em alguma passagem, para fazer disso uma aplicação falsa, é certo, que mesmo nas épocas de fome se importam cereais, não porque a nação tenha fome, mas porque o negociante de trigo ganha dinheiro. Em sua crítica do sistema monetário e mercantil, pois, a Economia Política peca porque combate esse sistema como uma ilusão, como uma falsa teoria, e porque não o reconhece como uma forma bárbara de seu próprio princípio fundamental. Além disso, esse sistema não só guarda um direito histórico, mas também seu direito de cidadania, em determinadas esferas da Economia moderna. Em todos os graus do processo burguês de produção, nos quais a riqueza reveste a forma elementar da mercadoria, o valor de troca assume a forma elementar do dinheiro, e em todas as fases do processo de produção a riqueza volta a tomar sempre momentaneamente a forma elementar geral da mercadoria. Até na mais desenvolvida economia burguesa, as funções específicas do ouro e da prata como dinheiro, diferentemente de sua função como meio de circulação e opostamente às demais mercadorias, não são anuladas, mas apenas restringidas; o sistema monetário e mercantil, portanto, conserva o seu direito. O ponto de vista católico, de que o ouro e a prata, como encarnação imediata do trabalho social e, por isso, como forma de aparição da riqueza abstrata, confrontando com as demais mercadorias profanas, fere naturalmente o pudor protestante da economia burguesa e o temor aos preconceitos do sistema monetário o impediu de julgar os

fenômenos da circulação do dinheiro durante largo tempo, como se mostrará adiante.

Contrariamente ao sistema monetário e mercantil, que só conhece o dinheiro sob sua forma fixa de produto cristalino da circulação, era natural que a economia clássica o concebesse primeiro sob a forma fluida do valor de troca, criado no próprio processo da metamorfose das mercadorias, e que logo desaparece. A circulação das mercadorias era, pois, concebida exclusivamente sob a forma M-D-M e, como esta, por sua vez, era concebida exclusivamente como unidade evolutiva de venda e compra, opondo o dinheiro, sob a forma determinada de meio de circulação, à sua forma determinada de dinheiro em geral. Se se isola o próprio meio de circulação em sua função de moeda, ele se transforma, como vimos, em sinal de valor. Mas, sendo a circulação metálica a forma dominante da circulação que a economia clássica encontra primeiramente, ela toma o dinheiro metálico por moeda e a moeda metálica por simples sinal de valor. Conforme a lei da circulação dos sinais de valor, estabelece-se o princípio de que os preços das mercadorias dependem da massa de dinheiro circulante, mas que essa não depende dos primeiros. Entre os economistas italianos do século 17, essa opinião está enunciada de modo mais ou menos claro: tanto é afirmada como negada por Locke quanto é desenvolvida com precisão, no *Spectator* (número de 19 de outubro de 1711), por Montesquieu e por Hume. Sendo esse último, indiscutivelmente, o representante mais importante dessa teoria no século 18, começaremos por ele o nosso exame.

Dadas certas condições, um aumento ou diminuição na quantidade, seja de dinheiro metálico circulante, seja dos sinais de valor circulantes, parece se operar uniformemente sobre os preços das mercadorias. Se há alta ou baixa no valor do ouro e da prata, em que estão avaliados os valores de troca das mercadorias como preços, estes sobem ou descem, porque sua medida de valor sofreu uma variação e circula mais ou menos ouro e prata porque houve alta

ou baixa de preços. O fenômeno visível é a variação dos preços – permanecendo o mesmo o valor de troca das mercadorias – com aumento ou diminuição da quantidade de meios de circulação. E se, doutro lado, a quantidade dos sinais de valor circulantes ultrapassa ou não chega ao seu nível necessário, voltam violentamente a ele, obrigados pela baixa ou alta dos preços das mercadorias. Nos dois casos parece que a mesma causa produziu o mesmo efeito e Hume atém-se a essa aparência.

Todo exame científico da relação entre o número de meios de circulação e o movimento dos preços das mercadorias deve supor que o valor da matéria monetária é dado. Hume, ao contrário, estuda exclusivamente épocas de revolução na medida dos próprios metais preciosos, isto é, revoluções na medida dos valores. A alta dos preços das mercadorias, simultaneamente com o aumento de dinheiro metálico desde o descobrimento das minas americanas, constitui o fundo histórico de sua teoria, assim como a polêmica contra o sistema monetário e mercantil dá o motivo prático. A contribuição dos metais preciosos pode ser naturalmente aumentada sem que variem seus gastos de produção. Doutro lado, a diminuição de seu valor, isto é, do tempo de trabalho exigido para sua produção, mostrar-se-á primeiramente graças ao aumento de sua contribuição. Assim, pois, diziam os discípulos de Hume, o valor diminuído dos metais preciosos manifesta-se na massa crescente dos meios de circulação e essa se comprova na alta dos preços das mercadorias. Mas o que aumenta, em realidade, são os preços das mercadorias exportadas, as quais se trocam por ouro e prata, como tais mercadorias e não como meios de circulação. Também o preço das mercadorias, que são avaliadas em ouro e prata de valor diminuído, se eleva em relação a todas as demais mercadorias, cujo valor de troca continua sendo avaliado em ouro e prata segundo o padrão de seus antigos gastos de produção. Essa dupla avaliação dos valores de troca das mercadorias no mesmo país não pode ser, naturalmente, senão temporária, e os preços ouro

ou prata devem compensar-se em proporções determinadas pelos mesmos valores de troca, de maneira que, em poucas palavras, os valores de troca de todas as mercadorias são estimados de acordo com o novo valor da matéria da moeda. Não se trata aqui de desenvolver esse processo nem de examinar de que modo o valor de troca das mercadorias se estabelece no seio das flutuações dos preços do mercado. Novas investigações críticas sobre o movimento dos preços das mercadorias no século 16 demonstraram, de modo surpreendente, que essa compensação é bastante gradual¹⁴² nas épocas em que a produção burguesa se acha pouco desenvolvida, estendendo-se em longos períodos; todavia, de qualquer modo, não varia concomitantemente com o aumento do dinheiro corrente. São de todo inoportunas as referências, tão ao agrado dos discípulos de Hume, à alta dos preços na antiga Roma, em consequência da conquista da Macedônia, do Egito e da Ásia Menor. O transporte brusco e violento dos tesouros monetários acumulados, de um país para outro, característica própria do mundo antigo, a redução temporária, em determinado país, dos gastos de produção dos metais preciosos, graças ao simples processo de pilhagem, não dizem respeito às leis imanentes da circulação do dinheiro, como tampouco a distribuição gratuita do trigo egípcio ou siciliano, em Roma, diz respeito à lei geral que regula o preço do trigo. Os materiais que exigem uma observação minuciosa do curso do dinheiro – de um lado, uma história exata dos preços das mercadorias e, de outro, estatísticas oficiais contínuas sobre a expansão e a contração do meio circulante, a afluência e curso dos metais preciosos etc. – todos esses materiais, que se acumulam quando o sistema bancário se encontra completamente desenvolvido, faltaram a Hume e aos outros escritores do século 18. A teoria da circulação de Hume pode ser resumida nas seguintes proposições: 1º – os preços das

¹⁴² Hume admite também que essa compensação é gradual, embora isso não esteja de acordo com seu princípio. Veja-se David Hume, *Essays and treatise on several subjects*, Londres, 1777, vol. I, p. 300.

mercadorias num país são determinados pela massa de dinheiro que nele existe (dinheiro real ou simbólico); 2º – o dinheiro que circula em um país representa todas as mercadorias que nele existem. À medida que cresce o número dos representantes, isto é, do dinheiro, esse volta mais ou menos da coisa representada a cada representante particular; 3º – se as mercadorias aumentam, seus preços diminuem ou sobe o valor do dinheiro. Se o dinheiro aumenta; então, inversamente, o preço das mercadorias é que sobe e o valor do dinheiro é que diminui.¹⁴³

A carestia de tudo – diz Hume – como consequência de uma superabundância de dinheiro, é uma desvantagem para qualquer comércio estabelecido, pois permite aos países mais pobres suplantar os mais ricos em todos os mercados estrangeiros,¹⁴⁴ por meio da venda com redução dos preços das mercadorias. Considerando uma nação em si mesma, a escassez ou abundância de moeda para contar ou representar as mercadorias não pode exercer nenhuma influência, nem boa nem má, como tampouco se alteraria o balanço de um comerciante se empregasse na contabilidade o sistema de contar árabe, que exige poucas cifras, em vez do sistema romano, que necessita de um número mais considerável. Uma quantidade maior de dinheiro – como ocorre com as cifras romanas – constitui propriamente um estorvo e dá mais trabalho, tanto para a conservação quanto para o transporte.¹⁴⁵

Para provar qualquer coisa, Hume deveria ter demonstrado que, num determinado sistema de numeração, a massa das cifras empregadas não depende da magnitude de seu valor, depende da massa dos caracteres empregados. De fato, não é uma vantagem apreciar ou “contar” os valores das mercadorias em ouro ou prata depreciados, e, por isso, sempre pareceu mais fácil aos povos contar antes em prata que em cobre e antes em ouro que em prata, quan-

do aumentava a soma dos valores das mercadorias circulantes. À medida que se tornavam mais ricos, convertiam os metais menos preciosos em moeda subsidiária e os mais preciosos em dinheiro. Doutro lado, Hume esquece que, para contar os valores em ouro e prata, não é preciso que o ouro e a prata estejam presentes. A moeda contante e o instrumento de circulação, para ele, confundem-se, e ambos são moeda (*coin*). Baseando-se em que uma variação de valor na medida dos valores ou dos metais preciosos que servem de moeda contante faz subir ou baixar os preços das mercadorias e, portanto, a massa do dinheiro circulante, permanecendo constante a velocidade do curso, Hume deduz que a alta ou a baixa dos preços das mercadorias depende da quantidade de dinheiro que circula. O fato de que nos séculos 16 e 17 não só a quantidade de ouro e de prata aumentava, mas também diminuía simultaneamente os gastos de produção, poderia Hume comprová-lo com o fechamento das minas europeias. Durante os séculos 16 e 17, os preços das mercadorias subiram na Europa à medida que aumentava a massa de ouro e de prata importada da América; logo, os preços das mercadorias de cada país são determinados pela massa de ouro e de prata nele existente. Essa era a primeira “consequência necessária” de Hume.¹⁴⁶ Durante os séculos 16 e 17, os preços não subiram nas mesmas proporções em que aumentavam os metais preciosos; transcorreu mais de meio século antes que se produzisse qualquer variação, e ainda decorreu certo tempo antes que os valores de troca das mercadorias fossem estimados geralmente de acordo com o valor diminuído do ouro e da prata, isto é, antes que a revolução alcançasse os preços gerais das mercadorias. Assim, pois, deduz Hume – o qual, em perfeita contradição com os princípios de sua filosofia, transforma, sem submeter à crítica, fatos observados incompletamente em proposições gerais – assim, pois, que o preço das mercadorias ou o valor do dinheiro é determinado não pela

¹⁴³ Veja-se Steuart, *An inquiry into the principles of political economy* etc., tomo I, pp. 394-400.

¹⁴⁴ David Hume, *op. cit.*, p. 300.

¹⁴⁵ David Hume, *op. cit.*, p. 303.

¹⁴⁶ David Hume, *op. cit.*, p. 308.

massa absoluta do dinheiro existente em um país, mas antes pela quantidade de ouro e de prata que entra realmente na circulação; finalmente, todo o ouro e toda a prata que se encontram num país devem ser absorvidos pela circulação, como moeda.¹⁴⁷ É evidente que se o ouro e a prata possuem um valor próprio, fazendo-se abstração de todas as demais leis de circulação, apenas pode circular uma quantidade determinada de ouro e de prata, como equivalente de uma soma dada de valores de mercadorias. Se toda a quantidade de ouro e de prata, que se pode encontrar em um país, tem que servir de meio de circulação na troca de mercadorias, sem relação à soma dos valores das mercadorias, o ouro e a prata não possuem nenhum valor imanente, e então, na realidade, não são verdadeiras mercadorias. Essa é a “terceira consequência necessária” de Hume. No processo de circulação faz entrar mercadorias sem preços, e ouro e prata sem valor. Assim, nunca fala do valor das mercadorias, do valor do ouro, mas somente de sua quantidade relativa.

Locke já havia dito que o ouro e a prata têm apenas um valor convencional ou imaginário, a primeira forma brutal de contradição à afirmação do sistema monetário, de que somente o ouro e a prata têm valor verdadeiro. Interpreta do seguinte modo o fato segundo o qual a forma-dinheiro do ouro e da prata deriva somente de sua função no processo social de troca:¹⁴⁸ devem seu próprio valor, e portanto sua magnitude de valor, a uma função social. O ouro e a prata são, pois, coisas sem valor; todavia, adquirem no interior

¹⁴⁷ “É evidente que os preços dependem menos da quantidade absoluta de mercadorias e da do dinheiro que se encontram em um país que da quantidade de mercadorias que podem ser trazidas ao mercado e do dinheiro que circula. Se as espécies estão encerradas em caixas, o efeito é o mesmo, no que diz respeito ao preço, que se estivessem destruídas; se as mercadorias se acham amontoadas nos armazéns e celeiros, o efeito é semelhante. Como nesses casos o dinheiro e as mercadorias nunca se encontram, uns não podem atuar sobre outros. O conjunto dos preços alcança, definitivamente, uma justa proporção com a nova quantidade de moeda que se ache no reino”. Hume, *op. cit.*, pp. 303, 307 e 308.

¹⁴⁸ Vejam-se Law e Franklin, relativamente ao aumento do valor, que se considera que adquirem o ouro e a prata em sua função de dinheiro. Veja-se também Forbonnais (Nota da segunda edição).

do processo de circulação uma magnitude de valor fictícia, como representantes das mercadorias. O processo os transforma em valor, não em dinheiro. E seu valor é determinado pela proporção entre sua própria massa e a massa das mercadorias, devendo superpor-se às duas massas. Assim, pois, enquanto Hume faz entrar o ouro e a prata no mundo das mercadorias como não-mercadorias, aquele [Locke] os transforma, ao contrário, logo que apareçam sob a forma determinada de moeda, em simples mercadorias permutáveis por outras mercadorias, por meio da troca simples. Se o mundo das mercadorias consistisse em uma mercadoria única, em um milhão de fangas de trigo, por exemplo, se compreenderia facilmente a troca de uma fanga de trigo por duas onças de ouro se existissem 20 milhões de onças de ouro, e que, portanto, o preço das mercadorias e o valor do dinheiro subam ou baixem em razão inversa à quantidade de dinheiro existente.¹⁴⁹ Mas o mundo das mercadorias compõe-se de uma variedade infinita de valores de uso, cujo valor relativo não é determinado de nenhum modo por sua quantidade relativa. Como Hume imagina, então, essa troca entre a massa das mercadorias e a massa do ouro? Contenta-se com uma representação vaga e vazia de ideias, dizendo que cada mercadoria, parte alíquota da massa total das mercadorias, se permuta por uma parte alíquota correspondente da massa de ouro. O movimento evolutivo das mercadorias que tem sua origem na contradição que elas contêm de valor de troca e de valor de uso, o qual aparece no curso do dinheiro e cristaliza-se nas diferentes formas determinadas desta, fica, pois, extinto, e em seu lugar aparece a igualização mecânica imaginária entre a massa de peso dos metais preciosos existente em um país e a massa de mercadorias que ao mesmo tempo nele se encontra.

Sir James Stuart começa seu exame da moeda e do dinheiro por uma circunstanciada crítica de Hume e de Montesquieu.¹⁵⁰

¹⁴⁹ Essa ficção se encontra textualmente em Montesquieu (Nota da segunda edição).

¹⁵⁰ Stuart, *op. cit.*, tomo I, pp. 399 e seguintes.

Ele é, com efeito, o primeiro que faz a pergunta: a quantidade de dinheiro circulante é determinada pelos preços das mercadorias ou antes os preços das mercadorias são determinados pela quantidade do dinheiro circulante? Embora sua exposição se ache obscurecida por uma fantástica concepção da medida dos valores, por uma representação flutuante do valor de troca em geral e por reminiscências do sistema mercantil, descobre as formas determinadas essenciais do dinheiro, assim como as leis gerais de sua circulação, porque não coloca mecanicamente em um lado as mercadorias e, em outro, o dinheiro, mas deduz efetivamente as diferentes funções dos diferentes momentos da troca das mercadorias.

O uso do dinheiro na circulação interior tem dois fins principais: pagamento do que se deve, compra daquilo de que se necessita; os dois reunidos constituem a procura para o pagamento em espécie (*ready money demands*). O estado do comércio e das manufaturas, o modo de existência e os gastos habituais dos habitantes, tomados em conjunto, regulam e determinam a massa da procura para o pagamento em espécie, isto é, a massa das alienações. Para efetuar esses múltiplos pagamentos, torna-se necessária certa proporção de dinheiro. Essa proporção pode aumentar e diminuir segundo as circunstâncias, embora a quantidade das alienações permaneça a mesma. Em todo caso, a circulação de um país não pode absorver mais que uma quantidade determinada de dinheiro.¹⁵¹ O preço de venda da mercadoria é determinado pela complicada operação da procura e da competição (*demand and competition*) que são completamente independentes da massa de ouro e prata que exista em um país. E o que ocorre com o ouro e a prata que não servem de moeda? Ficam amontoados sob a forma de tesouros ou são empregados na produção dos artigos de luxo. Se a massa de ouro e prata desce abaixo do nível necessário à circulação, é substituída por moeda simbólica ou se recorre a outros expedientes. Se um curso favorável de troca traz como consequência uma superabundância de dinheiro no país e detém a procura para sua exportação

¹⁵¹ Steuart, *op. cit.*, tomo I, pp. 377-379 *passim*.

ao estrangeiro, ela se acumulará nas caixas, em que se torna tão inútil como se tivera ficado nas minas.¹⁵²

A segunda lei descoberta por Steuart é o reflexo a seu ponto de partida da circulação fundada no crédito. Finalmente desenvolve os efeitos que produz nos diferentes países a diferença da taxa do juro sobre a importação e a exportação internacionais dos metais preciosos. Sendo estranhos a nosso tema, que é a circulação simples, indicamos esses dois últimos pontos unicamente para completar nosso resumo.¹⁵³ A moeda simbólica e a moeda de crédito – Steuart não distingue, entretanto, essas duas formas do dinheiro – podem

¹⁵² *Ibidem*, pp. 379-380, *passim*.

¹⁵³ “As moedas adicionais serão fechadas à chave ou transformadas em baixelas de ouro e prata. Quanto ao papel-moeda, assim que tenha satisfeito à procura de quem o pediu emprestado, voltará a quem o emitiu e será realizado (...) Embora as espécies de um país tenham, pois, aumentado ou diminuído em uma proporção tão grande como se queira, nem por isso as mercadorias deixarão de subir e baixar segundo os princípios da procura e da competição, e esses dependerão constantemente das disponibilidades dos que possuam a propriedade ou equivalentes quaisquer a oferecer, mas nunca da quantidade de moeda que possuam. Por muito pequena que seja a quantidade de espécies em um país, enquanto há propriedade real no país e uma competição entre os que a possuem, os preços se elevarão em consequência da troca, da moeda simbólica, das prestações mútuas e de outras mil invenções (...) Se esse país tem relações com outras nações, é necessário que exista uma proporção entre os preços de diversos gêneros de mercadorias em uma e outra parte e um aumento ou uma diminuição súbita das espécies, admitindo-se que ela própria poderia ocasionar a alta ou a baixa dos preços, pretensamente limitada em sua operação pela competição estrangeira”, *op. cit.*, tomo I, pp. 400-402. “A circulação de cada país deve ser proporcional à indústria dos habitantes que produzem as mercadorias que são levadas ao mercado (...) Se o dinheiro de um país desce abaixo da proporção do preço de trabalho que se tem que vender, se recorrerá a invenções como a moeda simbólica, para fornecer um equivalente. Mas se as espécies estão mais altas que a proporção do trabalho, não influirão sobre a alta dos preços e não entrarão na circulação: devem ser acumuladas nos tesouros (...) Qualquer que seja a quantidade de dinheiro em um país, em relação com o resto do universo, não pode nunca permanecer em circulação senão a quantidade mais ou menos proporcional ao consumo dos ricos e ao trabalho e à indústria dos habitantes pobres, e essa proporção não é determinada pela quantidade de dinheiro atualmente nesse país”, *op. cit.*, pp. 403-408, *passim*. “Todas as nações trataram de lançar as espécies que não são necessárias à sua própria circulação, naqueles países em que os juros são mais elevados, em relação ao seu”, *op. cit.*, tomo II, p. 25. “A nação mais rica da Europa pode ser a mais pobre em espécies circulantes.” *op. cit.*, tomo II, p. 6. (Veja-se a polêmica contra Steuart, em Arthur Young, *Em O capital*, trad. francesa, tomo I, p. 51, diz Marx: “A teoria de Hume, segundo a qual os preços dependem da abundância do dinheiro, foi defendida contra Sir James Steuart e outros, por A. Young, em sua *Political arithmetic*, Londres, 1774, pp. 112 e seg., e num capítulo especial: “Prices depend on quantity of money”, pp. 112 e seg. Nota de Kaustsky à segunda edição.

suprir os metais preciosos no mercado mundial, na qualidade de instrumentos de compra ou meio de pagamento. O papel-moeda é, portanto, o dinheiro da sociedade, enquanto o ouro e a prata são o dinheiro do mundo (*money of the world*).¹⁵⁴

Uma particularidade das nações que têm um desenvolvimento “histórico”, segundo a escola de Direito Histórico, é a de olvidar constantemente sua própria história. Assim, a polêmica sobre a relação entre os preços das mercadorias e a quantidade dos meios de circulação tem agitado continuamente o Parlamento durante esse meio século e tem feito surgir milhares de grandes e pequenos panfletos, e, não obstante, Steuart permaneceu mais esquecido ainda que Spinoza, segundo a opinião de Moses Mendelson no tempo de Lessing. Até o historiador mais recente da *currency* [dinheiro, meio de circulação – inglês], Maclaren, converte Adam Smith em inventor da teoria de Steuart, e Ricardo no da teoria de Hume.¹⁵⁵ Enquanto Ricardo refinava a teoria de Hume, Adam Smith registrava os resultados das investigações de Steuart como fatos mortos. Adam Smith aplicou sua sentença escocesa “*Money mickles mak a muckle*” (os riachos fazem os grandes rios) também à riqueza espiritual, e se dá a um trabalho mesquinho para ocultar as fontes às quais deve o pouco de que, em verdade, sabe tirar muito. Mais de uma vez embota a ponta de uma proposição porque uma fórmula aguda o obrigaria a contar com seus antecessores. Assim sucede com a teoria do dinheiro. Adota tacitamente a teoria de Steuart quando diz: o ouro e a prata que se encontram num país servem em parte de moeda; em parte são acumulados como fundos de reserva nos países privados de bancos e como reservas de banco

¹⁵⁴ Steuart, *op. cit.*, tomo II, p. 370. Louis Blanc transforma o “dinheiro da sociedade”, que significa simplesmente a moeda interna ou nacional, em moeda socialista, o que não significa nada, convertendo Jean Law em socialista. (Veja-se seu primeiro volume da *Revolução Francesa*).

¹⁵⁵ Maclaren, *op. cit.*, p. 43 e seg. O patriotismo levou um autor alemão (Gustav Julius, falecido muito cedo) a opor o velho Busch à escola de Ricardo, como se fosse uma autoridade. Busch traduzira o inglês genial de Steuart ao “patois” hamburguês, deturpando o original o quanto pôde.

nos países que possuem uma circulação de crédito; em parte servem de tesouro para equilibrar os pagamentos internacionais, em parte são convertidos em artigos de luxo. Passa em silêncio a questão da quantidade da moeda circulante, considerando falsamente o dinheiro como uma simples mercadoria.¹⁵⁶ Seu vulgarizador, o insípido J. B. Say, a quem os franceses erigiram em príncipe da ciência – Johann Christoph Gotsched erigiu também seu Schönaich em Homero e Pietro Aretino proclamou-se também a si próprio *terror principum et lux mundi* [terror dos príncipes e luz do mundo – latim] – Say, dando-se muita importância, elevou a dogma esse desprezo, que não é de todo sincero, de Adam Smith.¹⁵⁷ Além disso, sua atitude de polemista relativamente às ilusões do sistema mercantil impediu a Adam Smith de conceber objetivamente os fenômenos da circulação metálica, enquanto precisamente suas considerações sobre o dinheiro de crédito são originais e profundas. Do mesmo modo que nas teorias geológicas do século 18 há sempre uma corrente inferior que tem sua origem na crítica ou na apologetica da tradição bíblica do dilúvio, também atrás de todas

¹⁵⁶ Isso não é exato. Adam Smith expressa corretamente a lei em várias ocasiões. Veja-se em *O capital*, tomo I, seção I, nota 78, 4ª edição, p. 87 (Nota de Kautsky). Eis a nota em que Marx diz: “Em meu livro *Zur Kritik* etc., p. 183, eu disse que Adam Smith passou em silêncio essa questão da quantidade do dinheiro corrente. Isso, contudo, não corresponde à verdade, visto ele tratar da questão do dinheiro *ex professo* [com conhecimento de causa, magistralmente – latim]. Quando se apresenta o ensejo, por exemplo, em sua crítica dos sistemas anteriores da Economia Política, ele se exprime corretamente a esse respeito: “A quantidade de dinheiro em cada país é regulada pelo valor das mercadorias que se deve fazer circular (...) O valor dos artigos comprados e vendidos, anualmente, num país, requer uma certa quantidade de dinheiro para fazê-los circular e distribuí-los aos consumidores, e não pode ser empregado em maior quantidade. O canal da circulação atrai necessariamente uma soma eficiente para preenchê-lo e não admite nunca mais do que requer”.

¹⁵⁷ Por isso, a diferença entre *currency* [dinheiro, meio de circulação – inglês] e *money* [dinheiro – inglês], isto é, entre o meio de circulação e o dinheiro, não se encontra em *Wealth of nations*. Enganado pela aparente imparcialidade de Adam Smith, que conhecia demasiado bem seu Hume e seu Steuart, o honrado Maclaren diz: “A teoria da dependência dos preços da quantidade dos meios de circulação não havia atraído atenção ainda; e o doutor Smith, como Locke (Locke varia em sua maneira de ver – Nota de Marx) considera a moeda metálica nada mais que uma mercadoria”. Maclaren, p. 44.

as teorias do dinheiro do século 18 esconde-se uma luta surda contra o sistema monetário, o espectro que velara sobre o berço da economia burguesa e que continuava projetando sua influência sobre a legislação.

Não foram os fenômenos da circulação metálica, mas antes os da circulação das notas de banco os fenômenos que, durante o século 19, deram impulso às investigações sobre a natureza do dinheiro. Remontaram aos primeiros para descobrir as leis dos últimos. A suspensão dos pagamentos em espécie do Banco da Inglaterra a partir de 1797, a alta posterior dos preços de muitas mercadorias, a descida do preço monetário do ouro abaixo do seu preço de venda, a depreciação das notas de banco, especialmente depois de 1809, proporcionaram os motivos práticos imediatos de uma luta no interior do Parlamento e um torneio teórico fora dele, tão apaixonante um quanto o outro. O que servia de fundo histórico ao debate era a história do papel-moeda no século 18, a bancarrota do Banco de Law, a depredação, unida à quantidade crescente dos sinais de valor, das notas de banco provinciais das colônias inglesas da América do Norte, que se manifestava desde o começo até os meados do século 18; mais tarde, o papel-moeda (*continental bills*) de curso forçado, emitido pelo governo central da América durante a guerra da independência; e, finalmente, a experiência, feita ainda em maior escala, dos *assignats* franceses. A maior parte dos escritores ingleses dessa época confunde a circulação das notas de banco, que é regida por leis muito distintas, com a circulação dos sinais de valor ou dos papéis do Estado de curso forçado, e, ao pretender explicar os fenômenos dessa circulação forçada mediante as leis da circulação metálica, na realidade o que fazem é deduzir inversamente as leis dessa última dos fenômenos da primeira.

Deixamos de lado os primeiros escritores do período de 1800-1809, para dedicar nossa atenção a Ricardo, porque resume os seus predecessores ao mesmo tempo que formula seus pontos de vista com mais precisão, e porque a forma que deu à teoria do

dinheiro é a que domina, até este momento, na legislação inglesa dos bancos. Ricardo, como seus predecessores, confunde a circulação das notas de banco ou do dinheiro de crédito com a circulação dos simples sinais de valor. O que o preocupa é a depreciação do papel-moeda, acompanhada da alta simultânea dos preços das mercadorias. O que as minas americanas constituíam para Hume eram para Ricardo os prelos das notas de Threadneedle Street [rua na qual está localizado o Banco da Inglaterra desde 1734]; e ele próprio, em certa passagem, identifica intencionalmente os dois fatores. Seus primeiros escritos, que tratam somente da questão do dinheiro, aparecem no momento em que reinava a mais violenta polêmica entre o banco da Inglaterra, defendido pelos ministros e pelo partido da guerra, e seus adversários, a cujo redor se agrupavam a oposição parlamentar, os *whigs* [membros do partido liberal – inglês] e o partido da paz. Seus escritos surgem como precursores diretos do célebre relatório do Bullion Committee [comitê constituído, na Inglaterra, para os estudos da introdução do padrão ouro nesse país] de 1810, em que são adotados os pontos de vista de Ricardo.¹⁵⁸ Ricardo e seus partidários, que declararam que o dinheiro é apenas um sinal de valor, se chamam *bullionists* (os homens dos lingotes de ouro), e essa curiosa circunstância se deve não somente ao nome daquele comitê, mas também ao próprio conteúdo de sua doutrina. Em suas obras sobre a Economia Política, Ricardo repetiu e desenvolveu os mesmos pontos de vista, mas em nenhuma parte estudou a natureza do dinheiro em si mesmo, como o fez com o valor de troca, com o lucro, com a renda etc.

Ricardo determina primeiramente o valor do ouro e da prata, assim como o de todas as demais mercadorias com relação ao *quan-*

¹⁵⁸ David Ricardo: *The high price of bullion, a proof of the depreciation of banknotes*, 4ª ed., Londres, 1811 (A primeira edição apareceu em 1809). E também: *Reply to M. Bosanquet's practical observations on the report of the bullion committee*, Londres, 1811.

tum de tempo de trabalho que concretizam.¹⁵⁹ Neles, enquanto mercadorias de um valor determinado, estão medidos os valores de todas as demais mercadorias.¹⁶⁰ Essa quantidade modifica-se pela economia praticada no modo de pagamento.¹⁶¹ Como fica assim determinada a quantidade de dinheiro de um valor dado que pode circular, e como seu valor na circulação não aparece senão em sua quantidade, os simples sinais de valor, se são emitidos na proporção determinada pelo valor do dinheiro, podem substituí-la na circulação “e o dinheiro circulante achar-se-á no mais perfeito estado enquanto consistir inteiramente em papel-moeda de um valor igual ao ouro que pretende representar”.¹⁶² Até aqui Ricardo determina, pois, dado o valor do dinheiro, a quantidade dos meios de circulação pelos preços das mercadorias, e o dinheiro, como sinal de valor, é para ele o sinal de um *quantum* de ouro determinado e não, como para Hume, o representante sem valor das mercadorias.

Quando Ricardo se desvia dos seus pontos de vista, para gravitar em torno da opinião contrária, se volta para a circulação internacional dos metais preciosos e assim embrulha o problema com a introdução de considerações estranhas. Para seguir seu próprio raciocínio íntimo, afastemos em primeiro lugar os pontos incidentes artificiais e situemos as minas de ouro e prata no interior dos países em que os metais preciosos circulam como dinheiro. A única proposição que dimana do anterior desenvolvimento de Ricardo

¹⁵⁹ David Ricardo: *On the principles of Political Economy* etc., p. 77: “O valor dos metais preciosos, assim como o de todas as demais mercadorias, depende da quantidade de trabalho necessária para obtê-los e para os levar ao mercado”.

¹⁶⁰ *Op. cit.*, pp. 77, 180-181.

¹⁶¹ Ricardo, p. 421: “a quantidade de dinheiro empregada em um país depende de seu valor: se só circulasse o ouro, faria 15 vezes menos falta que se se empregasse unicamente a prata”. Veja-se também: *Proposals for an economical and secure currency*: Ricardo. Londres, 1816, pp. 17-18, em que diz: “o montante de notas em circulação depende da quantidade requerida para a circulação do país; a qual é regulada (...) pelo valor do padrão do dinheiro, o montante de pagamentos, e a economia praticada em sua realização”.

¹⁶² Ricardo: *Principles of Political Economy* etc., pp. 432-433.

é que, dado o valor do ouro, a quantidade de dinheiro circulante é determinada pelos preços das mercadorias. Assim, pois, em um determinado momento, a massa de ouro que circula em um país é determinada simplesmente pelo valor de troca das mercadorias que circulam. Suponhamos que a soma desses valores diminua, seja porque se produzem menos mercadorias com os antigos valores, seja porque, em consequência de uma maior força produtiva do trabalho, a mesma massa de mercadorias contém menor valor de troca. Ou suponhamos, ao contrário, que aumenta a soma dos valores porque a massa de mercadorias tenha aumentado, permanecendo os mesmos os gastos de produção, ou porque o valor da mesma ou de uma massa menor de mercadorias aumenta em consequência de diminuição de uma força produtiva do trabalho. Que ocorre em ambos os casos com a quantidade dada do metal circulante? Se o ouro é o dinheiro, porque corre como instrumento de circulação, se vê obrigado a estacionar na circulação sob a forma de papel-moeda de curso forçado emitido pelo Estado (e é isso que Ricardo tinha em mente); então, no primeiro caso, haverá superabundância na quantidade de dinheiro circulante em relação ao valor de troca do metal; no segundo caso, a quantidade desceria abaixo do seu nível normal. Embora possuindo um valor próprio, o ouro, no primeiro caso, se converteria em sinal de um metal de um valor de troca inferior ao seu; no último caso, em sinal de um metal de um valor superior. No primeiro caso, o ouro estaria, como sinal de valor, abaixo de seu valor real; no segundo caso, acima de dito valor (uma abstração mais do papel-moeda de curso forçado). No primeiro caso, seria a mesma coisa se as mercadorias estivessem estimadas em um metal de valor inferior; no segundo, seria se fossem estimadas em um metal de valor superior. No primeiro caso, os preços das mercadorias subiriam; no segundo, baixariam. Nos dois casos, o movimento dos preços das mercadorias, sua alta ou sua baixa, seria efeito da expansão ou da contração relativa da massa de ouro circulante acima ou abaixo do nível correspondente

a seu próprio valor, ou seja, a quantidade normal que se determina pela relação entre seu próprio valor e o valor das mercadorias que têm que circular.

O mesmo processo ocorreria se a soma dos preços das mercadorias em circulação permanecesse idêntica, mas a massa de ouro circulante viesse a se encontrar abaixo ou acima do nível normal; abaixo, se as espécies de ouro desgastadas na circulação não fossem substituídas por uma nova produção correspondente das minas; acima, se o novo rendimento das minas excedesse as necessidades da circulação. Entende-se que, em ambos os casos, os gastos de produção do ouro e o seu valor permanecem os mesmos.

Em resumo: o dinheiro circulante encontra-se em seu nível normal quando sua quantidade, dado o valor das mercadorias, se acha determinada por seu próprio valor metálico. O dinheiro sobe, o ouro desce abaixo de seu próprio valor metálico e os preços das mercadorias aumentam, porque a soma dos valores de troca da massa das mercadorias diminui ou porque aumenta o rendimento das minas de ouro. O dinheiro contrai-se e desce abaixo do seu nível normal, o ouro eleva-se acima de seu próprio valor metálico e os preços das mercadorias baixam, porque a soma dos valores de troca da massa das mercadorias aumenta ou porque o rendimento das minas de ouro não compensa a massa de ouro gasta pelo uso. Nos dois casos o ouro circulante é sinal de valor, de um valor superior ou inferior ao que contém realmente. Pode chegar a ser um sinal depreciado ou superestimado. Se as mercadorias fossem estimadas geralmente nesse novo valor do dinheiro e os preços das mercadorias baixassem ou subissem, em geral, proporcionalmente, a quantidade de ouro circulante corresponderia de novo às necessidades da circulação (consequência que Ricardo ressalta com especial satisfação), mas estaria em contradição com os gastos de produção dos metais preciosos e, portanto, com sua relação, como mercadorias, com as demais mercadorias. Segundo a teoria dos valores de troca em

geral, de Ricardo, a alta do ouro acima do seu valor de troca, isto é, do valor determinado pelo tempo de trabalho que contém, implicaria um aumento da produção do ouro, até que sua abundância o fizesse descer de novo à sua magnitude de valor normal. Graças a esses movimentos inversos, a contradição entre o valor metálico do ouro e seu valor como meio de circulação se compensaria, o nível normal da massa de ouro circulante se fixaria e a alta dos preços das mercadorias corresponderia novamente à medida dos valores (uma descida do ouro abaixo de seu valor determinaria, inversamente, uma diminuição de sua produção até que voltasse à sua exata magnitude de valor). Essas flutuações no valor do ouro circulante alcançariam igualmente o ouro em barra, pois, em hipótese, todo o ouro não utilizado nos artigos de luxo é posto em circulação. Pois se o próprio ouro – tanto sob a forma de moeda quanto em barra – pode chegar a ser sinal de valor de um valor metálico maior ou menor que o seu próprio, é evidente que as notas de banco conversíveis compartilham da mesma sorte. Ainda que as notas de bancos sejam convertíveis e seu valor real corresponda, portanto, a seu valor nominal, a massa total do dinheiro circulante, ouro e notas (the aggregate currency consisting of metal and of convertibles notes), pode ser superestimada ou depreciada, conforme sua quantidade total, devido às razões anteriormente desenvolvidas, eleve-se acima ou desça abaixo do nível determinado pelo valor de troca das mercadorias que circulem e pelo valor metálico do ouro. Desse ponto de vista, o papel-moeda inconversível só tem uma vantagem sobre o papel conversível: pode ser duplamente depreciado. Pode descer abaixo do valor do metal do qual se reputa representante, porque é emitido em número muito grande; ou também pode cair porque o metal que representa desce abaixo de seu próprio valor. Essa depreciação, não do papel relativamente ao ouro, mas do ouro e do papel juntamente, ou da massa total dos meios de circulação de um país, é um dos principais descobrimentos de

Ricardo, que Lord Overstone e companhia aproveitaram muito e de que fizeram um elemento fundamental de legislação sobre o banco de Sir Robert Peel.

O que se deveria demonstrar é que o preço das mercadorias ou o valor do ouro depende da massa de ouro que circula. A demonstração consiste em se supor o que se deve demonstrar: toda quantidade do metal precioso que serve de dinheiro, qualquer que seja a relação com seu valor intrínseco, tem que se tornar meio de circulação, dinheiro; e, desse modo, sinal de valor das mercadorias em circulação, qualquer que seja a soma total de seu valor. Em outras palavras, a demonstração consiste em fazer abstração de todas as funções do dinheiro, salvo da que realiza como meio de circulação. Quando se vê em dificuldades, como em sua polêmica com Bosanquet, Ricardo se refugia nas afirmações dogmáticas¹⁶³ inteiramente dominado pelo fenômeno da depreciação do sinal do valor por sua quantidade.

Se Ricardo tivesse estabelecido essa teoria de um modo abstrato, como o fizemos, sem introduzir nela fatos concretos e incidentes que desviam do assunto, o fracasso da teoria se tornaria evidente. Só não acontece isso porque ele dá a todo seu desenvolvimento uma tintura internacional. Coisa fácil será provar-lhe que a magnitude aparente da escala não afeta em nada a limitação das ideias fundamentais.

A primeira proposição era essa: a quantidade de dinheiro metálico circulante é normal quando se acha determinada pela soma dos valores das mercadorias circulantes estimadas em seu valor metálico. Do ponto de vista internacional, isso se formula assim: no estado normal da circulação, cada país possui uma massa de dinheiro que corresponde à sua riqueza e indústria. O dinheiro circula com um valor que corresponde ao seu

¹⁶³ David Ricard, *Reply to M. Bosanquet's practical observations* etc., p. 49. "Que o preço das mercadorias subiria ou baixaria proporcionalmente ao crescimento ou diminuição da moeda, eu o presumo um fato incontrovertível".

verdadeiro valor ou aos seus gastos de produção, isto é, tem um só e idêntico valor em todos os países.¹⁶⁴ Logo, o dinheiro nunca seria exportado ou importado de um país a outro.¹⁶⁵ Estabelecer-se-ia um equilíbrio entre as *currencies* (as massas totais de dinheiro circulante) dos diversos países. O nível normal da *currency* nacional é expresso agora como equilíbrio internacional das *currencies* e, na realidade, somente se enuncia que a nacionalidade não afeta a lei econômica geral. Estamos aqui novamente no mesmo ponto fatal. Como se perturbou o nível normal? Pergunta que agora se formula deste modo: como se perturbou o equilíbrio das *currencies*, ou como o dinheiro deixa de ter o mesmo valor em todos os países, ou, finalmente, como deixa de ter o seu próprio valor em cada país? Antes, o nível normal se perturbava porque a massa de ouro em circulação aumentava ou diminuía sem que houvesse variação na soma das mercadorias, ou porque a quantidade de dinheiro circulante permanecia a mesma enquanto os valores de troca das mercadorias subiam ou desciam; agora, o nível internacional, determinado pelo valor do metal, perturba-se porque a massa de ouro que um país possui aumenta em consequência do descobrimento de novas minas de ouro¹⁶⁶ ou porque a soma dos valores de troca das mercadorias que circulam em determinado país aumentou ou diminuiu. Anteriormente, a produção dos metais preciosos diminuía ou aumentava, segundo fosse necessário contrair ou estender a *currency* e baixar ou subir os preços das mercadorias; agora, o que produz esse efeito é a importação ou exportação de um país a outro. Nos países em que os preços tivessem subido e o valor do ouro houvesse descido abaixo de seu valor

¹⁶⁴ David Ricardo: *The high price of bullion* etc.: "Money would have the same value in all countries" [O dinheiro teria o mesmo valor em todos os países]. Em sua *Economia Política*, Ricardo modificou essa proposição, mas não de modo que justificasse seu exame aqui.

¹⁶⁵ *Op. cit.*, pp. 3-4.

¹⁶⁶ *Op. cit.*, p. 4.

metálico, em consequência da obstrução da circulação, o ouro seria depreciado em relação aos demais países e, portanto, os preços das mercadorias, comparados com os dos demais países, teriam subido. Assim, pois, se exportaria ouro, se importariam mercadorias e vice-versa. Antes, a produção de ouro era a que continuava até o restabelecimento da razão normal entre o metal e a mercadoria; agora o que continuaria até que o equilíbrio se restabelecesse entre as *currencies* internacionais seria a importação e a exportação de ouro, e, com elas, a alta ou a baixa das mercadorias. Como no primeiro caso, a produção do ouro não aumentava ou não diminuía – precisamente porque o ouro se encontrava acima ou abaixo de seu valor – e o movimento internacional do ouro teria lugar unicamente por essa razão. Como no primeiro caso, cada variação afetaria em sua produção a quantidade de metal circulante e, portanto, os preços, e sucederia o mesmo relativamente à importação e à exportação. Assim que o valor relativo do ouro e da mercadoria, ou a quantidade normal dos meios de circulação ficassem restabelecidos, a produção, no primeiro caso, e a exportação e a importação, no segundo, já não teriam lugar, salvo para substituir as espécies gastas e satisfazer a procura dos artigos de luxo.

De tudo isso se deduz que

a tentativa de importar ouro em troca de mercadorias, ou seja, o que se chama a balança desfavorável, produz-se unicamente em consequência de uma superabundância dos meios de circulação.¹⁶⁷

O ouro seria exportado ou importado em função de sua superestimação ou de sua depreciação, segundo a expansão ou contração da massa dos meios de circulação acima ou abaixo de seu nível normal.¹⁶⁸ Outra consequência: uma vez que, no

¹⁶⁷ “An unfavourable balance of trade never arises but from a redundant currency”, Ricardo, *op. cit.*, pp. 11-12.

¹⁶⁸ “A exportação do dinheiro metálico é causada por sua barateza, e não é efeito, mas a causa de uma balança desfavorável”, *op. cit.*, p. 14.

primeiro caso, a produção do ouro não aumenta ou não diminui, no segundo caso o ouro não é importado, nem exportado, porque sua quantidade se encontra acima ou abaixo de seu nível normal, porque é estimado acima ou abaixo do seu valor metálico, porque os preços, portanto, são demasiado elevados ou demasiado baixos, atuando cada um desses movimentos como corretivo.¹⁶⁹ Forçam os preços a voltar a seu nível normal pela expansão e contração do dinheiro circulante; no primeiro caso, o nível entre o valor do ouro e o das mercadorias; no segundo caso, o nível internacional das *currencies*. Ou, dito de outro modo: o dinheiro não circula nos diferentes países senão à medida que circula em cada país como moeda. O dinheiro não é mais que moeda; por isso, a quantidade de ouro que existe em um país deve entrar na circulação e pode, portanto, sendo seu próprio sinal de valor, subir ou descer acima ou abaixo de seu valor. Eis que estamos, pois, graças ao rodeio dessa complicação internacional, de volta ao simples dogma de que havíamos partido.

Alguns exemplos mostrarão como Ricardo interpreta arbitrariamente os fenômenos reais de acordo com sua teoria abstrata. Afirma que em épocas de má colheita, frequentes na Inglaterra durante o período de 1800-1820, o ouro é exportado, não porque se necessite de trigo e o ouro seja dinheiro e, portanto, um meio de compra e de pagamento sempre eficaz no mercado mundial, mas porque o ouro se acha depredado no seu valor em relação com as demais mercadorias e, por conseguinte, a *currency* do país em que se produz a má colheita se encontraria depreciada em relação às demais *currencies* nacionais. Assim, pois, a quantidade dada do dinheiro circulante ultrapassaria seu nível normal e se produziria uma alta nos preços de todas as mercadorias, porque a má colheita faria diminuir a massa

¹⁶⁹ *Op. cit.*, p. 17.

das mercadorias circulantes.¹⁷⁰ Contrariamente a essa paradoxal interpretação, demonstrou-se por meio das estatísticas que, de 1793 até esses últimos tempos, a quantidade de meios de circulação, no caso de más colheitas, não existia em excesso, mas se tornava insuficiente e, conseqüentemente, devia circular e circulava mais dinheiro que antes.¹⁷¹ Ricardo afirmava também, na época do bloqueio continental napoleônico e dos decretos de bloqueio inglês, que os ingleses exportavam ouro em lugar de mercadorias, porque seu dinheiro se achava depreciado em relação ao dinheiro dos países continentais e, portanto, os preços de suas mercadorias eram mais elevados; constituía, pois, uma especulação mais vantajosa exportar ouro e não mercadorias. Segundo dizia, no mercado inglês as mercadorias eram caras e o dinheiro barato, enquanto no continente as mercadorias eram baratas e o dinheiro caro.

O mal – diz um escritor inglês – era o baixo preço ruinoso de nossos objetos fabricados e de nossos produtos coloniais, sob influência do sistema continental durante os seis últimos anos da guerra. Os preços do açúcar e

¹⁷⁰ Ricardo, *op. cit.*, pp. 74-75: “A Inglaterra, em consequência de uma má colheita, encontraria-se no caso de um país que tivesse sido privado de uma parte de suas mercadorias e, portanto, tivesse necessidade de uma quantidade menor de meios de circulação. A *currency*, que antes era proporcional aos pagamentos, tornar-se-ia excessiva e relativamente barata em proporção à sua produção diminuída. A exportação dessa soma, portanto, equilibraria o valor da *currency* com o valor das *currencies* dos demais países”. A confusão entre dinheiro e mercadoria, e dinheiro e moeda toma um aspecto ridículo no seguinte parágrafo: “Se podemos supor que, após uma má colheita, quando a Inglaterra necessita efetuar uma importação extraordinária de trigo, se encontra um excesso desse artigo em outra nação que não tenha necessidade de outra mercadoria, deve-se deduzir inquestionavelmente que essa nação não exportará o seu trigo em troca de mercadorias, mas tampouco o exportará em troca de dinheiro, pois esse último é uma mercadoria de que uma nação jamais necessita de modo absoluto, porém relativo”. *Op. cit.*, p. 75. Pushkin, em seu poema heroico, apresenta o pai de seu herói como um homem incapaz de compreender que a mercadoria é dinheiro. Os russos sempre compreenderam que o dinheiro é mercadoria, como o demonstram não somente as importações inglesas de trigo, de 1838-1842, mas também sua história comercial.

¹⁷¹ Veja-se Thomas Tooke, *History of prices*, e James Wilson, *Capital, currency and banking* (esse último livro é uma reimpressão de uma série de artigos publicados em 1844, 1845 e 1847 no *London Economist*).

do café, por exemplo, estimados em ouro, no continente, eram quatro ou cinco vezes mais elevados que os próprios preços estimados em notas de banco na Inglaterra. Era a época em que os químicos franceses descobriam o açúcar de beterraba e substituíam o café pela chicória e os granjeiros ingleses faziam experiências de engorda dos bois com melaço e xarope; era o tempo em que a Inglaterra se apoderava de Heligoland e estabelecia na ilha um depósito de mercadorias para facilitar o contrabando no Norte da Europa e os objetos leves de fabricação britânica entravam na Alemanha passando pela Turquia. Quase todas as mercadorias do mundo inteiro se encontravam acumuladas em nossos entrepostos, dos quais só podiam ser retiradas em pequenas quantidades, por meio de uma autorização francesa, pelas quais os comerciantes de Hamburgo e Amsterdam pagavam a Napoleão uma soma de 40 mil a 50 mil £. Singulares comerciantes deviam ser para pagarem semelhantes somas pela liberdade de transportar um carregamento de mercadorias de um mercado caro a outro barato! Que alternativa ficava ao comerciante? Ou tinha que comprar com 6 *pence* de café em notas de banco e expedi-lo sobre uma praça, em que poderia vender imediatamente a libra a 3 ou 4 xelins em ouro, ou então tinha que comprar ouro com notas de banco a 5 £ a onça e enviá-lo sobre uma praça em que fosse avaliado em 3 £ 17 x. 10 1/2 p. É absurdo, pois, dizer que enviando ouro em lugar de café acreditavam fazer uma operação mercantil mais vantajosa. Não existia país no mundo que oferecesse então uma quantidade tão grande de mercadorias desejáveis como a Inglaterra. Bonaparte sempre examinava atentamente os preços correntes ingleses. Enquanto constatou que na Inglaterra o ouro estava caro e o café barato, acreditou que seu sistema continental funcionava bem.¹⁷²

Precisamente na época em que Ricardo expunha pela primeira vez sua teoria do dinheiro e o Bullion Committee a incorporava ao seu relatório parlamentar, produziu-se em 1810 uma baixa ruinososa nos preços de todas as mercadorias inglesas, comparados aos de 1808 e 1809, e uma alta relativa no valor do ouro. Os produtos

¹⁷² James Deacon Hume, *Letters on the com laws*, Londres, 1854, pp. 29-31.

agrícolas eram uma exceção porque sua importação encontrava obstáculos e porque a massa disponível no interior se reduzira, em consequência das más colheitas.¹⁷³ Ricardo desconhecia a tal ponto o papel dos metais preciosos como meio de pagamento internacional, que num informe ante o Comitê da Câmara dos Lordes disse o seguinte: “Que as sangrias para a exportação cessariam de todo assim que se renovassem os pagamentos em espécies e a *currency* voltasse ao seu nível metálico”. Morreu a tempo; na véspera mesmo da explosão da crise de 1825, que dava um violento desmentido à sua profecia.

O período durante o qual Ricardo desenvolveu suas atividades literárias era, em geral, pouco favorável à observação dos metais preciosos em sua função de dinheiro universal. Antes da introdução do sistema continental, a balança comercial era quase sempre favorável à Inglaterra, mas sob esse sistema as transações com o continente europeu foram demasiado insignificantes para afetar o curso do câmbio inglês. As remessas de dinheiro tinham, na maior parte, um caráter político e Ricardo pareceu não fazer nenhum caso do papel que representavam os subsídios na exportação do ouro inglês.¹⁷⁴

Entre os contemporâneos de Ricardo que formaram a escola que representava os princípios de sua Economia Política, James Mill é o mais eminente. Intentou expor a teoria do dinheiro de Ricardo sobre a base da circulação metálica simples, sem introduzir as intempestivas complicações internacionais, atrás das quais Ricardo esconde a pobreza de sua concepção, e sem se meter em polêmicas em favor do Banco da Inglaterra. Suas proposições principais são as seguintes:¹⁷⁵

Por valor do dinheiro deve-se entender aqui a proporção em que se troca por outras mercadorias ou a quantidade de dinheiro que se troca por uma

certa quantidade de outros objetos. (...) A quantidade total de dinheiro que se encontra em um país é que determina que porção dessa quantidade deverá ser trocada por uma certa porção das mercadorias desse país. Se supomos que todas as mercadorias do país estão de um lado e todo o dinheiro de outro, e que se trocam de uma só vez, é evidente (...) que o valor do dinheiro dependerá inteiramente de sua quantidade. Logo veremos como o caso é absolutamente idêntico no atual estado de coisas. A totalidade das mercadorias de um país não se troca de uma vez pela totalidade de dinheiro; as mercadorias trocam-se por porções, amiúde em pequenas porções e em épocas diferentes durante o curso do ano. A mesma peça de moeda, que hoje serviu para uma troca, poderá servir amanhã para outra. Certas peças de moeda serão empregadas em muitos atos de troca, outras em pequeno número, algumas que já se encontram entesouradas, em nenhum. Dentro dessa variedade toda, se estabelecerá uma certa média baseada no número de atos de troca para os quais tenha servido cada peça, se todas as peças tiverem efetuado um número igual de atos de troca; essa medida pode ser um número qualquer; suponhamos que seja dez. Se cada peça de moeda existente no país realizasse dez compras, seria exatamente o mesmo que se todas as peças estivessem multiplicadas por dez e cada uma somente realizasse uma compra. O valor de todas as mercadorias no país é igual a dez vezes o valor de todo o dinheiro. (...) Se a quantidade de dinheiro, em lugar de efetuar dez trocas durante o ano, fosse dez vezes maior e não realizasse senão um só ato de troca no ano, é evidente que toda adição feita à quantidade total produziria uma diminuição de valor proporcional em cada peça considerada separadamente. Como se supõe que a massa das mercadorias pela qual se trocou toda o dinheiro de uma só vez permanece constante, o valor do dinheiro não se torna maior do que era antes de ter aumentado o da massa. Se se supõe que aumentou de um décimo o valor de cada parte, o valor de uma onça, por exemplo, terá diminuído de um décimo. Qualquer que seja o grau de aumento ou diminuição da quantidade de dinheiro, permanecendo constante o das demais coisas, o valor da massa total e de cada parte diminui ou aumenta reciprocamente na mesma proporção. Essa proposição, evidentemente, é universalmente verdadeira. Todas as vezes

¹⁷³ Thomas Tooke, *History of prices*, etc., Londres, 1848, p. 110.

¹⁷⁴ Veja-se W. Blake, *Les observations* etc., citada anteriormente.

¹⁷⁵ James Mill: *Elements of Political Economy*.

que tenha subido ou baixado o valor do dinheiro (permanecendo constantes a quantidade de mercadorias, pelas quais se troca o dito valor, e a rapidez da circulação), a troca deve depender unicamente de uma diminuição ou de um aumento da quantidade. Se a quantidade de mercadorias diminui enquanto permanece constante a quantidade de dinheiro, é a mesma coisa que se a quantidade de dinheiro houvesse aumentado e vice-versa. (...) Trocas semelhantes são produzidas por uma variação qualquer na rapidez da circulação. (...) Um aumento do número dessas compras produz o mesmo efeito que um aumento da quantidade de dinheiro; uma diminuição produz o efeito contrário. (...) Se há alguma porção dos produtos anuais que não são trocados, como a que o produtor consome não se conta, pois, o que não são trocadas por dinheiro é como se não existisse em relação ao dinheiro. (...) Quando a cunhagem é livre, a quantidade de dinheiro é regulada pelo valor do metal. (...) O ouro e a prata são, na realidade, mercadorias. (...) O que determina o valor das mercadorias, assim como o dos produtos ordinários, é o custo de produção (...)¹⁷⁶

Toda a sagacidade de Mill resolve-se em uma série de suposições tão arbitrárias como absurdas. Quer demonstrar que os preços das mercadorias ou o valor do dinheiro é determinado pela “quantidade total de dinheiro que existe em um país”. Se se supõe que a massa e o valor de troca das mercadorias permanecem constantes, assim como a velocidade da circulação e o valor dos metais preciosos determinado pelos gastos de produção, e se se supõe, ao mesmo tempo, que com tudo isso a quantidade da moeda metálica circulante se eleva ou desce proporcionalmente à massa de dinheiro existente num país, parece, com efeito, “evidente”, que se supôs o que se pretendia demonstrar. Doutro lado, Mill comete o mesmo erro que Hume, ao fazer circular valores de uso e não mercadorias de um dado valor de troca, e por isso sua proposição é falsa ainda que se permitam todas as suas “suposições”. A velocidade da circulação pode permanecer a mesma, assim como o valor dos metais preciosos, assim como a

quantidade das mercadorias em circulação, e, entretanto, se seu valor de troca varia, pode ser exigida uma massa maior ou menor de dinheiro pela circulação. Mill vê o fato de que uma parte do dinheiro que existe no país circula enquanto outra permanece estacionária. Com ajuda de um cálculo de médias sumamente cômico, supõe, embora a aparência na realidade o contradiga, que, na verdade, todo o dinheiro que se encontra em um país circula. Suponha-se que em um país circulem 10 milhões de *thalers* duas vezes por ano; logo, poderiam circular 20 milhões se cada *thaler* efetuasse somente uma compra. E se a soma total do dinheiro existente no país sob todas as suas formas sobe a 100 milhões, é lícito supor que os 100 milhões podem circular, se cada peça de moeda realiza uma compra em cinco anos. Também poderia se supor que todo o dinheiro do mundo circula em Hampstead; porém, cada parte alíquota desse dinheiro, em vez de efetuar três voltas em um ano, realiza uma em 3 milhões de anos. Tanto vale uma quanto outra suposição para determinar a relação entre a soma dos preços das mercadorias e a quantidade dos meios de circulação. Mill compreende que para ele é de importância capital pôr as mercadorias em contato direto, não com o *quantum* de dinheiro que circula, mas com o estoque total de dinheiro que, cada vez, existe em um país. Convém que a massa total das mercadorias de um país não se troque “de uma vez” com a massa total do dinheiro, mas que diferentes porções de mercadorias se troquem por diferentes porções de dinheiro em épocas distintas do ano. Para eliminar essa desproporção, Mill supõe que ela não existe. Além disso, toda essa concepção do contato direto da mercadoria e do dinheiro e de sua troca imediata, é uma abstração do movimento das compras e vendas simples ou do dinheiro em sua função de meio de compra. No movimento do dinheiro, quando desempenha o papel de meio de pagamento, já desaparece essa apresentação simultânea da mercadoria e do dinheiro.

As crises comerciais durante o século 19, especialmente as grandes crises de 1825 e 1836, não suscitaram um novo desen-

¹⁷⁶ *Op. cit.*, pp. 128-136 *passim*.

volvimento, mas antes novas aplicações da teoria ricardiana do dinheiro. Já não eram os fenômenos econômicos isolados tais como, em Hume, a depreciação dos metais preciosos nos séculos 16 e 17 ou, em Ricardo, a depreciação do papel-moeda no século 18 e começo do 19, mas se tratava das grandes tormentas do mercado mundial nas quais se descarregam todos os elementos em luta do processo burguês de produção, cuja origem e remédio se procurava na esfera mais superficial e mais abstrata desse processo, a esfera da circulação do dinheiro. A hipótese teórica de que nasce a escola dos meteoros-romancistas econômicos se reduz em realidade a este dogma: que Ricardo descobrira as leis da circulação puramente metálica. A única coisa que lhes competia fazer era submeter a essas leis a circulação ao crédito ou das notas de banco.

O fenômeno mais geral, mais palpável das crises comerciais é a baixa súbita, geral, dos preços das mercadorias, sucedendo a uma alta geral, bastante prolongada, dos ditos preços. Pode-se dizer que uma baixa geral dos preços das mercadorias é uma alta do valor relativo do dinheiro comparado com todas as mercadorias; e, inversamente, pode-se dizer também que uma alta geral dos preços é uma baixa do valor relativo do dinheiro. Os dois modos de expressão enunciam o fenômeno, porém não o explicam. Que eu proponha o problema assim: explicar a alta geral periódica, alternando com a baixa geral dos preços; ou que formule o mesmo problema deste outro modo: explicar a alta e a baixa periódica do valor relativo do dinheiro comparado com as mercadorias; a fraseologia diferente deixa subsistir o problema tão completamente como o deixaria sua tradução do alemão ao inglês.

A teoria do dinheiro de Ricardo era, pois, singularmente oportuna, pois dava a aparência de uma relação causal a uma tautologia. De onde provém a baixa geral periódica dos preços das mercadorias? Da alta periódica do valor relativo do dinheiro. De onde vem, inversamente, a alta geral periódica dos preços das mercadorias? De uma baixa periódica do valor relativo do dinheiro. Com a mesma exatidão

poder-se-ia dizer que a alta e a baixa periódicas dos preços procedem de sua alta e de sua baixa periódicas. O problema está proposto admitindo a hipótese de que o valor imanente do dinheiro, isto é, seu valor determinado pelos gastos de produção dos metais preciosos, não varia. Se essa tautologia pretende ser mais que tautologia, repousa sobre o desconhecimento das noções mais elementares. Se o valor de troca de A medido em B baixa, já sabemos que isso pode provir tanto da baixa do valor de A, quanto da alta do valor de B. A mesma coisa se dá, porém, inversamente, se sobe o valor de troca de A medido em B. Uma vez concebida a transformação da tautologia em relação causal, o restante consegue-se sem dificuldades. A alta dos preços das mercadorias provém da baixa do valor do dinheiro, mas a baixa do valor do dinheiro, Ricardo nos ensinou, é devida ao transbordamento da circulação, isto é, a massa de dinheiro circulante ultrapassa o nível determinado por seu próprio valor imanente e os valores imanentes das mercadorias. Do mesmo modo, inversamente, a baixa geral dos preços das mercadorias procede da alta do valor do dinheiro acima de seu valor imanente em consequência de uma circulação insuficiente. Logo, os preços sobem e baixam periodicamente, porque também há excesso ou falta de dinheiro circulante. Se se demonstra, agora, que a alta dos preços coincidiu com uma circulação diminuída e a baixa com uma circulação aumentada, pode-se afirmar, entretanto, que, em consequência de uma diminuição ou de um aumento qualquer não demonstrável – pelas estatísticas – da massa das mercadorias circulantes, aumentara a quantidade de dinheiro circulante, senão absoluta, pelo menos relativamente. Pois bem, vimos que, segundo Ricardo, essas flutuações gerais dos preços têm que se produzir também em uma circulação puramente metálica, compensando-se por sua alternância. Assim, uma circulação insuficiente acarreta a baixa dos preços das mercadorias, a baixa dos preços das mercadorias traz como consequência a exportação, essa exportação faz o dinheiro afluir para o interior, e essa afluência do dinheiro, por sua vez, provoca a alta dos preços das mercadorias. Ocorre o contrário

quando se trata de uma circulação superabundante pela qual as mercadorias são importadas e o dinheiro é exportado. Todavia, como, apesar dessas flutuações gerais dos preços resultantes da própria circulação metálica, segundo Ricardo, sua forma violenta e aguda, sua forma de crise, corresponde às épocas do sistema do crédito desenvolvido, fica evidente que a emissão das notas de bancos não é regulada exatamente pelas leis da circulação metálica. A circulação metálica é remediada por meio da importação e da exportação dos metais preciosos que circulam imediatamente como moeda e que, mediante seu fluxo e refluxo, fazem descer ou subir os preços das mercadorias. Mediante uma imitação das leis da circulação metálica, os bancos têm, agora, que produzir artificialmente o mesmo efeito sobre os preços das mercadorias. Se o ouro aflui do exterior, é uma prova de que a circulação é insuficiente, de que o valor do dinheiro é muito elevado e de que os preços das mercadorias são muito baixos, e de que, portanto, se deve lançar à circulação notas de banco proporcionalmente ao ouro importado. Caso contrário, deverão ser retiradas da circulação proporcionalmente ao ouro que saia do país. A emissão das notas de banco, em outros termos, deve regular-se pela importação dos metais preciosos ou pelo curso do câmbio. A falsa hipótese de Ricardo, segundo a qual o ouro não é mais que moeda e, portanto, todo ouro importado aumenta o dinheiro circulante e, em consequência, faz subir os preços; segundo a qual, também, todo ouro exportado diminui a moeda e faz descer os preços, essa hipótese teórica se converte aqui na experiência prática de fazer circular tanta moeda quanto exista de ouro cada vez. Lord Overstone (o banqueiro Jones Loyd) o coronel Torrens, Norman, Clay, Arbuthnot e outros inúmeros escritores, conhecidos na Inglaterra sob o nome de Escola do “Currency principle”, fizeram algo mais que pregar essa doutrina: fizeram dela, por meio dos “Bank Acts” de 1844-1845, de Sir Robert Peel, a base da atual legislação bancária inglesa e escocesa. Seu ignominioso malogro, na teoria e na prática, depois das experiências realizadas na maior escala nacional,

não poderá ser estudado senão na teoria do crédito.¹⁷⁷ Mas, pode-se ver facilmente que a teoria de Ricardo, isolando o dinheiro sob sua forma fluida de meio de circulação, leva a atribuir, em resultado, ao aumento e à diminuição dos metais preciosos uma influência absoluta sobre a economia burguesa tal como jamais a superstição do sistema monetário o havia sonhado. Eis, como Ricardo, que proclama o papel-moeda como a forma mais acabada do dinheiro, chegou a ser o profeta dos bullionistas.

Depois que a teoria de Hume, ou antítese abstrata do sistema monetário, fora desenvolvida até sua última consequência, a concepção concreta do dinheiro, que Steuart tivera, foi reintegrada em seus direitos por Thomas Tooke.¹⁷⁸ Tooke não deduz seus princípios de uma teoria qualquer, mas de uma conscienciosa análise da história dos preços de 1793 a 1856. Na primeira edição de sua história dos preços, aparecida em 1823, Tooke está ainda completamente imbuído da teoria de Ricardo e esforça-se inutilmente em pôr os fatos de acordo com essa teoria. Até se poderia considerar seu panfleto *On the currency*, que apareceu após a crise de 1825, como a primeira exposição consequente dos pontos de vista que mais tarde Overstone fez prevalecer. Entretanto, investigações apoiadas sobre a história dos preços o obrigaram a reconhecer que essa conexão direta entre os

¹⁷⁷ Alguns meses antes da explosão da crise comercial de 1857, constituiu-se uma comissão da Câmara dos Comuns para promover um inquérito sobre os efeitos dos “Bank Acts” de 1844-1845. Em seu informe, Lord Overstone, pai teórico das citadas leis, se permitiu a seguinte fanfarronada: “Graças à estrita e pronta obediência aos princípios da lei de 1844, tudo sucedeu com regularidade e facilidade; o sistema monetário está firme e equilibrado, a prosperidade do país é indiscutível, a confiança pública na sensatez da lei de 1844 aumenta dia a dia; e se a comissão deseja outros detalhes práticos da segurança dos princípios sobre os quais repousa, ou dos benéficos resultados que assegurou, a verdadeira e suficiente resposta à comissão é: olhai ao vosso redor: vede o estado atual do comércio do país, vede o contentamento do povo; vede a riqueza e a prosperidade que reinam em cada classe da comunidade; e, depois de ver tudo isso, a comissão poderá ser convidada lealmente a decidir se deve interferir contra a manutenção de uma lei sob a qual esses resultados puderam ser desenvolvidos”. Assim se expressou Overstone em 14 de julho de 1857; em 15 de novembro do mesmo ano, o Ministério teve que suspender, sob sua própria responsabilidade, a milagrosa lei de 1844.

¹⁷⁸ Tooke ignorava completamente a obra de Steuart, como o prova a *History of prices, from 1839-1847*, Londres, 1848, em que resume a história das teorias do dinheiro.

preços e a quantidade dos meios de circulação, subentendida pela teoria, é uma quimera; que a expansão e a contração dos meios de circulação, permanecendo constante o valor dos metais preciosos, são sempre o efeito, e jamais a causa das flutuações dos preços; que a circulação do dinheiro, em geral, não é senão um momento secundário e que o dinheiro, no processo de produção real, assume ainda outras formas determinadas muito distintas da de meio de circulação. Como suas investigações minuciosas não pertencem à esfera da circulação metálica simples, não podem ser discutidas aqui, como tampouco o podem as investigações da mesma ordem de ideias de Wilson e Fullarton.¹⁷⁹ Esses escritores não consideram o dinheiro sob um aspecto único; concebem-no antes em seus diferentes momentos, mas de um modo mecânico, sem nenhuma conexão viva seja entre esses momentos, seja com o sistema total das categorias econômicas. Por isso confundem erroneamente o dinheiro, distinto do meio de circulação, com o capital, e mesmo com a mercadoria, posto que, de outro lado, se vejam constrangidos, ao mesmo tempo, a diferenciar um do outro.¹⁸⁰ Quando, por exemplo, se envia o ouro para o estrangeiro, o que na realidade se envia é o capital; mas, a mesma coisa sucede quando se exporta ferro, algodão, trigo,

¹⁷⁹ A obra mais importante de Tooke, além da *History of prices*, que seu colaborador editou em seis volumes, é *An inquiry into the currency principle, the connection of currency with prices etc.*, 2ª edição Londres, 1844. Já citamos a obra de Wilson. Falta-nos mencionar, pois, John Fullarton: *On the regulation of currencies*, Londres, 1845.

¹⁸⁰ “Convém (...) distinguir (...) entre o ouro (...) como mercadoria, isto é, como capital, e o ouro como meio de circulação”, Tooke, *An inquiry into the currency principle etc.*, p. 10. “Pode-se dispor do ouro e da prata para realizar a sua chegada quase à soma exata, necessária (...); o ouro e a prata possuem uma vantagem infinita sobre todas as demais mercadorias, porque servem universalmente de dinheiro. (...) O pagamento das dívidas, no estrangeiro e no interior, não é contratado, em geral, em chá, café, açúcar ou anil, mas em espécies, e o pagamento, seja na própria moeda designada, seja em lingotes que podem converter-se rapidamente em dita moeda no mercado, ou na moeda do país a que tenha sido expedido, oferecerá sempre ao expedidor o meio mais seguro, mais direto, mais exato, para cumprir aquele fim sem o risco de decepção causada pela queda da procura ou pelas flutuações dos preços”. Fullarton, *op. cit.*, pp. 132-133. “Qualquer outro artigo (exceto o ouro e a prata) poderia ultrapassar pela quantidade ou pela qualidade a procura usual do país em que é expedido”, Tooke, *An inquiry etc.*

em resumo, qualquer mercadoria. Os dois são capital e, portanto, não se distinguem como capital, mas como dinheiro e mercadoria. O papel do ouro, quando serve de meio de troca internacional, não se origina, pois, de sua forma capital, mas de sua função específica como dinheiro. E, analogamente, quando o ouro, ou as notas de banco em seu lugar, servem de meios de pagamento no comércio interno, são ao mesmo tempo capital. Mas o capital sob a forma de mercadorias não poderia substituí-los, tal como as crises o demonstram de um modo palpável. Uma vez mais ocorre isso porque o ouro, como dinheiro, se distingue da mercadoria; e não pelo fato de existir sob a forma de capital que o ouro se transforma em meio de pagamento. Ainda nos casos em que o capital é exportado diretamente como capital, como empréstimo a juros de certa soma ao estrangeiro, depende da conjuntura ser ele exportado na forma de mercadoria ou de ouro; se é exportado sob essa última forma, é devido à forma específica determinada que assumem os metais preciosos como dinheiro, relativamente às mercadorias. Esses escritores, em geral, não consideram em primeiro lugar o dinheiro sob sua forma abstrata, tal como se desenvolve no âmbito da circulação simples das mercadorias e tal como sai das próprias relações das mercadorias que evoluem. Oscilam, pois, continuamente, entre as formas abstratas que o dinheiro adquire opostamente à mercadoria e suas formas determinadas sob as quais se ocultam relações mais concretas, tais como o capital, a renda e outras.¹⁸¹

¹⁸¹ Estudaremos a transformação do dinheiro em capital no capítulo terceiro que trata do capital e encerra essa primeira seção.

ANEXOS

INTRODUÇÃO À CONTRIBUIÇÃO À CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA¹⁸²

1. A produção em geral

Nosso tema é, em primeiro lugar, a produção material. Como os indivíduos produzem em sociedade, a produção de indivíduos, socialmente determinada, é, naturalmente, o ponto de partida. O caçador ou pescador particular e isolado, pelo qual começam Smith e Ricardo, pertence às triviais imaginações do século 18.

¹⁸² A introdução, que publicamos como anexo, foi encontrada entre os manuscritos deixados por Karl Marx e publicada pela primeira vez por Kautsky na revista *Die Neue Zeit*, em 1903, e, em seguida, novamente publicada na segunda edição alemã aparecida em 1907 de *Crítica da Economia Política*. É a essa introdução que Marx faz alusão no seu prefácio. Em seu prefácio à segunda edição alemã desta obra, Karl Kautsky diz a respeito da parte que Marx pretendeu suprimir: “Não obstante ter decorrido meio século após ser escrita a introdução; não obstante Marx e Engels terem depois disso exposto detalhadamente e consolidado sua filosofia bem como sua concepção da história e do modo de produção capitalista e que delas tenham feito, da forma mais penetrante e nas mais diversas direções, sua aplicação; não obstante tudo isso, essa pequena introdução, com suas indicações fragmentárias e inacabadas, nos traz uma rica messe de pontos de vista novos. Se nada mais acrescenta aos resultados ainda por demonstrar, em compensação dá profundidade e clareza às nossas ideias sobre os resultados alcançados. A introdução enriquece sumamente a literatura marxista e dá realce ao valor deste livro”.

São robinsonadas que não expressam, de nenhum modo, como se afigura aos historiadores da civilização, uma simples reação contra um refinamento excessivo e o retorno a uma vida primitiva mal compreendida. Do mesmo modo, *O contrato social*, de Rousseau, que relaciona e liga indivíduos independentes por natureza, tampouco repousa sobre semelhante naturalismo. Essa é a aparência, e a aparência estética somente, das pequenas e grandes robinsonadas. Essas antecipam, ao contrário, a “sociedade burguesa” que se preparava desde o século 16 e que no século 18 marchava a passos de gigante para sua maturidade. Nessa sociedade de livre concorrência, o indivíduo aparece como que desprendido dos laços da natureza, que em épocas anteriores da história fazem dele uma parte integrante de um conglomerado humano determinado, delimitado. Para os profetas do século 18, que levam nos ombros Smith e Ricardo, esse indivíduo do século 18 – de um lado, produto da dissolução das formas das sociedades feudais; doutro lado, resultado das forças produtivas novamente desenvolvidas a partir do século 16 – aparece como um ideal cuja existência pertence ao passado. Não como um resultado histórico, mas como um ponto de partida da história.

Como esse indivíduo parecia conforme a natureza e [respon-
dia]¹⁸³ à sua concepção da natureza humana, [não se apresentava] como produto histórico, mas como resultado da natureza. Toda época nova compartilhou até agora dessa ilusão. Stuart, que se coloca, por causa da sua qualidade de aristocrata, em certos extremos e em oposição ao século 18, sobre um terreno mais histórico, escapou a essa simplificação. Quanto mais remontamos na história, melhor aparece o indivíduo, e, portanto, também o indivíduo produtor, como dependente e fazendo parte de um todo mais amplo; em primeiro lugar, de uma forma ainda muito natural, de uma família e de uma tribo, que é a família desenvolvida; depois, de

uma comunidade sob suas diferentes formas, resultado do antagonismo e da fusão da tribo. E somente ao chegar ao século 18 e na “sociedade burguesa” é que as diferentes formas das relações sociais se erguem diante do indivíduo como um simples meio para seus fins privados, como uma necessidade exterior. Porém, a época que produz esse ponto de vista, o do indivíduo isolado, é precisamente aquela na qual as condições sociais (gerais desse ponto de vista) alcançaram o mais alto grau de desenvolvimento,

O homem, no sentido mais literal, é um *zoon politikon* [animal político – grego – N.E.], não somente um animal sociável, mas também um animal que não se pode isolar senão dentro da sociedade. A produção por indivíduos isolados, fora da sociedade – fato raro que pode ocorrer muito bem quando um civilizado, que possui dinamicamente em si mesmo as forças da sociedade, se extravai acidentalmente num meio selvagem – é algo tão insensato como o desenvolvimento da linguagem na ausência dos indivíduos que vivem e falam juntos. É inútil deter-se mais tempo sobre isso. Nem sequer seria necessário tocar nesse ponto, se essa insipidez, que teve um sentido e uma razão nos homens do século 18, não fosse seriamente reintroduzida em plena Economia Política por Batiat, Carey, Proudhon etc. Para Proudhon e alguns outros parece naturalmente agradável recorrer à mitologia, com o pretexto de dar explicações histórico-filosóficas de uma relação econômica cuja gênese histórica ignoram. Foi Adão ou Prometeu que teve repentinamente a ideia, e então foi introduzida etc. Nada mais fastidioso que o *locus communis* [lugar-comum – latim – N.E.], que se torna fantasia.

Quando se trata, pois, de produção, trata-se da produção em um grau determinado do desenvolvimento social, da produção de indivíduos sociais. Por isso, poderia parecer que, ao falar da produção, seria preciso ou seguir o processo de desenvolvimento em suas diferentes fases, ou declarar desde o primeiro momento que se trata de uma determinada época histórica, da produção

¹⁸³ As palavras entre colchetes foram acrescentadas por Kautsky. N. T.

burguesa moderna, por exemplo, que na realidade é o nosso próprio tema. Todavia, todas as épocas da produção possuem certos traços característicos em comum, determinações comuns. A produção em geral é uma abstração, mas uma abstração razoável, pelo fato de que põe realmente em relevo e fixa o caráter comum, poupando-nos, portanto, as repetições. Esse caráter geral, entretanto, ou esse elemento comum, discriminado pela comparação, está organizado de uma maneira complexa e diverge em diversas determinações. Alguns desses elementos pertencem a todas as épocas; outros são comuns a algumas delas. Certas determinações serão comuns à época mais moderna e à mais antiga. Sem elas não se poderia conceber nenhuma produção, pois se os idiomas mais perfeitos têm leis e caracteres determinados que são comuns aos menos desenvolvidos, o que constitui seu desenvolvimento é o que os diferencia desses elementos gerais e comuns. As determinações que valem para a produção em geral devem ser precisamente separadas, a fim de que não se perca de vista a diferença essencial por causa da unidade, a qual decorre já do fato de que o sujeito – a humanidade – e o objeto – a natureza – são os mesmos. Nesse esquecimento reside toda a sabedoria dos modernos economistas, que demonstram a eternidade e a harmonia das condições sociais existentes; que expõem, por exemplo, que nenhuma produção é possível sem um instrumento de produção, embora esse instrumento não fosse senão a mão; sem trabalho passado, acumulado, embora esse trabalho fosse somente a destreza que o exercício repetido desenvolvera e concentrara na mão do selvagem. O capital, entre outras coisas, é também um instrumento de trabalho, é trabalho passado, objetivado. Logo, o capital é uma relação natural, geral, pois separa precisamente o que é específico e o que do “instrumento de produção”, do “trabalho acumulado”, se torna capital. Assim, toda a história das relações de produção de Carey, por exemplo, surge como uma falsificação feita por instigação malévola dos governos.

Se não existe produção em geral, tampouco há produção geral. A produção é sempre um ramo particular da produção, ou então é uma totalidade; por exemplo, a agricultura, a criação do gado, a manufatura etc. Mas a Economia Política não é tecnologia. A relação das determinações gerais da produção, em um grau social dado, com as formas particulares de produção, deve desenvolver-se em outro lugar.

Finalmente, a produção tampouco é somente particular. É sempre, ao contrário, um corpo social dado, um sujeito social, que exerce sua atividade em um agregado mais ou menos considerável de ramos da produção. Não é este o lugar adequado para examinar a relação que existe entre a representação científica e o movimento real. [Temos, pois, que distinguir] entre a produção em geral, os ramos de produção particulares e a totalidade da produção.

Está na moda entre os economistas começar por uma parte geral, que é precisamente a que figura sob o título de *Produção* (veja-se, por exemplo, J. Stuart Mill), e que trata das condições gerais de toda produção.

Essa parte expõe ou deve expor:

1º – As condições sem as quais não é possível a produção, o que em realidade se reduz somente à indicação dos momentos mais essenciais de toda produção. Limita-se, com efeito, como veremos, a certo número de singelas determinações que se diluem em vulgares tautologias.

2º – As condições que dão maior ou menor intensidade à produção, como, por exemplo, os desenvolvimentos de Adam Smith sobre o estado progressivo ou estagnado da sociedade.

Para dar a isso um caráter científico, que nele tem seu valor como cálculo, teria que fazer um estudo sobre os graus da produtividade em diferentes períodos, no desenvolvimento de certos povos, estudo que excederia os limites próprios de nosso tema, mas que, na medida em que se torna indispensável, deverá ser feito quando se desenvolverem a concorrência, a acumulação etc.

Formulada de uma maneira geral, a resposta conduz à generalidade de que um povo atinge o apogeu de sua produção no momento em que alcança em geral seu apogeu histórico. Ou também a isso: que certas disposições de raças, certos climas e certas condições naturais, tais como a situação marítima, a fertilidade do solo etc., são mais favoráveis que outras para a produção. O que conduz de novo à tautologia de que a riqueza se produz com maior facilidade, conforme seus elementos, subjetiva e objetivamente, existam em maior proporção. Efetivamente, um povo se encontra em seu apogeu industrial enquanto o principal para ele não seja o ganho, mas o processo de ganhar. Nesse sentido, os ianques superam os ingleses.

Mas não é absolutamente isso que preocupa, de fato, os economistas nessa parte geral. Trata-se, antes, de representar a produção – veja-se Mill, por exemplo – diferentemente da distribuição, como regida por leis naturais eternas, independentes da história; e a essa altura insinuam-se dissimuladamente relações burguesas como leis naturais, imutáveis, da sociedade *in abstracto* [em abstrato, subjetivamente – latim – N.E.]. Essa é a finalidade mais ou menos consciente do procedimento. Na distribuição, ao contrário, os homens permitir-se-iam, com efeito, toda classe de atos arbitrários. Feita a abstração da brutal disjunção da produção e da distribuição, apesar de sua relação real, é de todo evidente, à primeira vista, que por diversificada que possa estar a distribuição nos diferentes graus da sociedade, deve ser possível, tanto para ela quanto para a produção, pôr em evidência caracteres comuns, e que não é menos possível confundir e extinguir todas as diferenças históricas em leis humanas gerais. O escravo, o servo, o operário assalariado, por exemplo, recebem todos [um *quantum*] de alimentos que lhes permite existirem como escravo, como servo, como operário assalariado. Enquanto vivem, o conquistador do tributo, o funcionário encarregado dos impostos, o proprietário fundiário da renda, tanto quanto o frade esmolar e o levita dos

dízimos, todos recebem [um *quantum*] da produção social, o qual é determinado por leis distintas das dos escravos. Os dois pontos principais que todos os economistas colocam sob essa rubrica são: 1° – a propriedade; 2° – a proteção desta pela justiça, pela polícia etc. A isso deve-se responder brevemente:

1° – Toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo, no interior e por meio de uma determinada forma de sociedade. Nesse sentido, é tautologia dizer que a propriedade (apropriação) é uma condição da produção. Mas é ridículo saltar daí a uma forma determinada da propriedade, a propriedade privada, por exemplo, (o que, além disso, pressupõe uma forma antagônica, a não-propriedade, como condição). A história nos mostra, ao contrário, a propriedade comum (entre os índios, os eslavos, os antigos celtas etc., por exemplo), como a forma primitiva, forma que, todavia, desempenhou durante muito tempo um importante papel, sob o aspecto da propriedade comunal. A pergunta de que se a riqueza se desenvolve melhor sob essa forma de propriedade ou sob a outra não seria feita adequadamente aqui. Dizer, porém, que não se pode falar de produção, nem, portanto, de sociedade, onde não exista propriedade, é uma tautologia. Uma apropriação que não se apropria em nada é uma *contradictio in subjecto* [contradição nos termos – latim – N.E.].

2° – Salvaguarda da propriedade etc. Quando se reduzem essas trivialidades a seu conteúdo real, elas expressam mais do que sabem seus pregadores, isto é, que cada forma de produção cria suas relações de direito, suas formas de governo próprias. A grosseria e a incompreensão consistem precisamente em não relacionar senão fortuitamente umas às outras, em não enlaçar, senão no domínio da reflexão, elementos que se acham unidos organicamente. A noção que flutua no espírito dos economistas burgueses é que a polícia é mais favorável à produção que o direito do mais forte. Esquecem unicamente que o direito do mais forte é também um direito, e que o direito do mais forte sobrevive ainda sob outras formas em seu “Estado de direito”.

Quando as condições sociais que correspondem a um grau determinado da produção se encontram em vias de formação ou quando estão em vias de desaparecer, manifestam-se naturalmente perturbações na produção, embora em graus distintos e com efeitos diferentes.

Em resumo: todos os graus de produção possuem em comum certas determinações que o pensamento generaliza; mas as chamadas condições gerais de toda produção não são outra coisa senão esses momentos abstratos, os quais não explicam nenhum grau histórico real da produção.

2. A relação geral da produção com a distribuição, a troca e o consumo

Antes de aprofundar a análise da produção, é necessário considerar as diferentes rubricas que os economistas põem a seu lado. A ideia que se apresenta por si mesma é esta: na produção, os membros da sociedade apropriam-se dos produtos da natureza para as necessidades humanas; a distribuição determina a proporção em que o indivíduo participa dessa produção; a troca fornece-lhe os produtos particulares nos quais quer converter o *quantum* que lhe correspondera pela distribuição; finalmente, no consumo, os produtos convertem-se em objetos de gozo, de apropriação individual. A produção dá os objetos que correspondem às necessidades; a distribuição, os reparte de acordo com as leis sociais; a troca reparte de novo o que já está distribuído segundo a necessidade individual; e, finalmente, no consumo, o produto desaparece do movimento social, convertendo-se diretamente em objeto e servidor da necessidade individual e satisfazendo-a com o desfrute. A produção aparece assim como o ponto inicial; o consumo, como ponto final; a distribuição e a troca aparecem como o centro, que por isso mesmo é dúplice, já que a distribuição é determinada como momento que emana da sociedade, e a troca como momento que emana dos indivíduos. Na produção, o sujeito objetiva-se; no (consumo), o objeto subjetiva-

se; na distribuição, a sociedade, sob a forma de disposições gerais decisivas, encarrega-se da mediação entre a produção e o consumo; na troca, essa mediação realiza-se pelo indivíduo determinado fortuitamente.

A distribuição determina a proporção em que correspondem os produtos ao indivíduo; a troca determina os produtos nos quais o indivíduo reclama a parte que a distribuição lhe atribui.

Produção, distribuição, troca, consumo formam assim um silogismo segundo as regras: produção, a generalidade; distribuição e troca, a particularidade; consumo, a individualidade que expressa a conclusão. Há nele, sem dúvida, um encadeamento, mas é superficial. A produção (segundo os economistas) é determinada por leis naturais gerais; a distribuição, pela contingência social; pode, pois, influir mais ou menos favoravelmente sobre a produção; a troca acha-se situada entre ambas como movimento social formal (?),¹⁸⁴ e o ato final do consumo, que é concebido, não somente como objeto, mas também como fim, se encontra propriamente fora da economia, salvo quando reage sobre o ponto inicial e faz com que todo o processo recomece.

Os adversários dos economistas políticos – embora sejam entendidos ou profanos na matéria – que lhes reprovam a deslocação, de um modo bárbaro, do que organicamente se encontra unido, ou se colocam no mesmo terreno que aqueles ou ficam mais abaixo ainda. Não há nada mais vulgar que a crítica feita aos economistas mesmo que eles encaram a produção de modo demasiado exclusivista, como um fim em si. A distribuição teria a mesma importância. Essa reprovação se baseia precisamente na concepção econômica de que a distribuição é uma esfera independente, autônoma, que existe ao lado da produção. Também [se lhes censura] não conceberem os diferentes momentos em sua unidade.

¹⁸⁴ Os sinais de interrogação foram utilizados por Kautsky para indicar as palavras cuja decifração lhe parecia duvidosa.

Como se essa dissociação não tivesse passado da realidade aos tratados, mas ao contrário, de ter saído dos tratados para a realidade, e como se aqui se tratasse do vaivém dialético dos conceitos e não da percepção das relações reais.

a) A produção é também imediatamente consumo

Um consumo duplo, subjetivo e objetivo. O indivíduo que ao produzir desenvolve suas faculdades, as gasta também, as consome no próprio ato da produção, exatamente como a reprodução natural é uma espécie de consumo das forças vitais. Em segundo lugar, produzir é consumir os meios de produção que se tenham utilizado e que se desgastam, e parte dos quais (na calefação, por exemplo), dissolvem-se de novo nos elementos do universo. Também se consome a matéria-prima, a qual não conserva a sua forma e constituição naturais, e que por isso mesmo é consumida. O próprio ato de produção é, pois, em todos os seus momentos, também um ato de consumo. A esse respeito, os economistas estão de acordo. A produção, enquanto é imediatamente idêntica ao consumo, o consumo, enquanto coincide imediatamente com a produção, eles o chamam consumo produtivo. Essa identidade de produção e consumo nos leva à proposição de Spinoza: *determinatio est negatio* [toda determinação é negação – latim – N.E.]. Porém, essa determinação do consumo produtivo só se estabelece para separar o consumo que é idêntico à produção do consumo propriamente dito, que foi imaginado, ao contrário, como sua antítese destrutora. Consideremos, pois, o consumo propriamente dito.

O consumo é também imediatamente produção, do mesmo modo que na natureza o consumo dos elementos e das substâncias químicas é produção da planta. Parece bastante claro que na alimentação, por exemplo, que é uma forma de consumo, o homem produz o seu próprio corpo; mas isso é igualmente certo em qualquer outro gênero de consumo que, de um modo ou de outro, o homem produza. [Essa é] a produção consumidora. So-

mente – diz a economia – essa produção idêntica ao consumo é uma segunda produção nascida do aniquilamento do produto da primeira. Na primeira, o produtor torna-se objeto; na segunda, o objeto personifica-se. Assim, pois, essa produção consumidora – mesmo quando seja uma unidade imediata da produção e do consumo – difere essencialmente da produção propriamente dita. A unidade imediata, em que coincide a produção com o consumo e o consumo com a produção, deixa subsistir sua dualidade imediata.

A produção é, pois, imediatamente consumo; o consumo é, imediatamente, produção. Cada qual é imediatamente o seu contrário. Ao mesmo tempo, opera-se um movimento mediador entre ambos. A produção é mediadora do consumo, cujos materiais cria e sem os quais não teria objeto. Mas o consumo é também imediatamente produção enquanto procura para os produtos o sujeito para o qual são produtos. O produto recebe o seu acabamento final no consumo. Uma via férrea sobre a qual não se viaja e que, por conseguinte, não se gasta, não se consome, não é mais que uma via férrea *dynamei* [em potencial – grego – N.E.], e não real. Sem produção não há consumo, mas sem consumo tampouco há produção. O consumo dá lugar à produção de dupla maneira.

Primeiramente, porque o produto não se torna realmente produto senão no consumo; por exemplo, um vestido converte-se verdadeiramente em vestido quando é usado; uma casa desabitada não é em realidade uma verdadeira casa; por isso mesmo, o produto, diversamente do simples objeto natural, não se confirma como produto, não se torna produto, senão no consumo. Ao resolver o produto, o consumo lhe dá seu acabamento, pois o produto é o [resultado] da produção não somente como atividade objetivada, mas também enquanto é objeto para o sujeito ativo.

Em segundo lugar, o consumo produz a produção porque cria a necessidade de uma nova produção, ou seja, o móvel ideal, interno

e ativo da produção, que é o seu pressuposto. O consumo cria o móvel da produção; cria também o objeto que, como finalidade, atua na produção de um modo determinante. Se é evidente que a produção fornece o objeto exterior do consumo, não é menos claro que o consumo coloca o objeto da produção idealmente, como imagem interior, como necessidade, como impulso, como fim. Cria o objeto da produção sob uma forma que é, ainda, subjetiva. Sem necessidades não existe produção. Mas o consumo reproduz a necessidade. Do lado da produção pode-se dizer:

1° – que ela fornece ao consumo os materiais, o objeto. Um consumo sem objeto não é consumo. Assim, pois, a produção dá lugar ao consumo, nesse sentido.

2° – Mas não é somente o objeto que a produção fornece ao consumo. Imprime-lhe seu caráter determinado, seu acabamento. Em primeiro lugar, o objeto não é um objeto em geral, mas um objeto determinado, que foi consumido de uma certa maneira por mediação, mais uma vez, da própria produção. A fome é fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozida, que se come por meio de uma faca ou de um garfo, é uma fome muito distinta da que devora carne crua com ajuda das mãos, unhas e dentes. A produção não produz, pois, unicamente o objeto do consumo, mas também o modo de consumo, ou seja, produz objetiva e subjetivamente. A produção cria, pois, os consumidores.

3° – A produção não somente provê de materiais a necessidade; provê também de uma necessidade os materiais. Quando o consumo sai de sua rusticidade primitiva – e o fato de atrasar sua saída dela seria em si mesmo o resultado de uma produção fundida ainda na primitiva rusticidade – é solicitada pelo objeto como causa excitadora. A necessidade do objeto que experimente o consumo foi criada pela percepção do objeto. O objeto de arte, e analogamente qualquer outro produto, cria um público sensível à arte e apto para gozar da beleza. De modo que a produção não somente produz um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto.

A produção engendra, portanto, o consumo: 1° – fornecendo-lhe os materiais; 2° – determinando seu modo de consumo; 3° – excitando no consumidor a necessidade dos produtos que a produção estabeleceu como objeto. Produz, pois, o objeto do consumo, o instinto do consumo. O consumo (produz) também a disposição do produtor, colocando-o como finalidade e solicitando sua necessidade. A identidade entre o consumo e a produção aparece, pois, de um modo triplo.

1° – Identidade imediata: a produção é consumo, o consumo é produção. Produção consumidora. Consumo produtivo. Os economistas chamam a ambos consumo produtivo, mas estabelecem ainda uma diferença: a primeira, figura como reprodução; o segundo, surge como consumo produtivo. Todas as investigações sobre a primeira se referem ao trabalho produtivo ou improdutivo; sobre o segundo, ao consumo produtivo e não-produtivo.

2° – Ambos aparecem como meio e existem por mediação do outro, o que se exprime dizendo que sua interdependência é um movimento pelo qual se relacionam entre si e se apresentam como reciprocamente indispensáveis; mas permanecem, entretanto, externos entre si.

A produção cria os materiais para o consumo como objeto exterior; o consumo cria a necessidade como objeto interno, como finalidade da produção. Sem produção não há consumo; sem consumo não existe produção; essa proposição figura na economia sob numerosas formas.

3° – A produção não só é imediatamente consumo, nem o consumo imediatamente produção; além disso, a produção não é senão meio para o consumo e esse, fim para a produção; isto é, cada um fornece ao outro o seu objeto: a produção, o objeto exterior do consumo; o consumo, o objeto representado da produção.

Cada um desses atos é não somente o outro, não somente mediador do outro, pois cada um, ao realizar-se, cria o outro, realiza-se no outro. O consumo, em primeiro lugar, não realiza o ato de

produção senão acabando o produto como produto, resolvendo-o, consumindo sua forma objetiva, independente; fazendo evoluir até a destreza, pela necessidade da repetição, a disposição desenvolvida no primeiro ato da produção; o consumo não é, pois, unicamente o ato final graças ao qual o produto se faz produto, mas também o ato pelo qual o produtor se faz produtor. Doutra lado, a produção dá lugar ao consumo porque cria o modo especial de consumo e o estímulo para o consumo, a própria capacidade de consumo sob a forma de necessidade. Essa última identidade mencionada no parágrafo 3º é muito discutida pela economia a propósito da relação da oferta e da procura, dos objetos e das necessidades, das necessidades criadas pela sociedade e das necessidades naturais.

Dito isso, nada mais simples para um hegeliano que considerar como idênticos a produção e o consumo. E isso é o que têm feito, não somente homens de letras socialistas, mas também economistas políticos; Say, por exemplo, o faz da seguinte forma: se se considera um povo e até a humanidade *in abstracto* [em abstrato, subjetivamente – latim – N.E.], sua produção é seu consumo. Storch demonstrara o erro de Say, notando que um povo não consome seu produto líquido, mas também cria meios de produção, capital fixo etc. Além disso, considerar a sociedade como um único indivíduo é considerá-la falsamente, especulativamente. Em um indivíduo, produzir e consumir aparecem como momentos de um ato. O importante nessa questão é fazer ressaltar que, se se consideram a produção e o consumo como atividades de um só indivíduo ou de indivíduos isolados, surgem em todo caso como momentos de um processo no qual a produção é o verdadeiro ponto de partida e, portanto, também o fator que predomina. O consumo como necessidade é um momento interno da atividade produtiva, mas essa última é o ponto de partida da realização e, portanto, seu momento preponderante, o ato em que se resolve de novo todo o processo. O indivíduo produz um objeto, e, ao consumir seu produto, retorna a si mesmo, mas como indivíduo

produtor e que se reproduz a si mesmo. Desse modo, o consumo aparece como um momento da produção.

Mas, na sociedade, a relação de produtor e produto, assim que este se encontre acabado, é puramente exterior e o retorno do produto ao indivíduo depende das relações deste com os outros indivíduos. Não se apodera dele imediatamente. Desse modo também a apropriação imediata do produto não é sua finalidade quando produz dentro da sociedade. Entre o produtor e os produtos se coloca a distribuição, a qual, por meio de leis sociais, determina sua parte no mundo dos produtos e interpõe-se, portanto, entre a produção e o consumo.

Assim sendo, existe a distribuição como esfera independente ao lado e fora da produção?

b) Produção e distribuição

O que nos deve surpreender em primeiro lugar quando são considerados os tratados correntes de economia política, é que neles todas as categorias são estabelecidas de dupla maneira; na distribuição, por exemplo, figuram a renda fundiária, o salário, o juro e o lucro, enquanto que, na produção, a terra, o trabalho, o capital, aparecem como agentes da produção. No que concerne ao capital, é evidente que, desde o primeiro momento, ele é estabelecido de uma dupla maneira: 1º como agente de produção; 2º como fonte de rendas; o juro e o lucro [aparecem] como fatores determinantes e formas determinadas da distribuição; como tais, figuram ainda na produção enquanto são formas nas quais aumenta o capital, isto é, enquanto são momentos de sua própria produção. O juro e o lucro, como formas de distribuição, supõem o capital como agente de produção. São também modo de reprodução do capital.

Analogamente, o salário é o trabalho assalariado considerado sob outro aspecto; o caráter determinado que o trabalho possui aqui, como agente de produção, aparece ali como atributo da

distribuição. Se o trabalho não fosse determinado como trabalho assalariado, seu modo de participar da distribuição não apareceria como salário, tal como ocorre com a escravidão. Finalmente a renda territorial, considerando assim a forma mais desenvolvida da distribuição, em que a propriedade territorial participa dos produtos, pressupõe a grande propriedade rural (a grande cultura, propriamente falando), como agente de produção; nem a terra, como tampouco o salário, é simplesmente o trabalho. Por isso, as relações e modos de distribuição surgem somente como o reverso dos agentes de produção. Um indivíduo que participe da produção sob a forma de trabalho assalariado participa, sob a forma de salário, dos produtos, dos resultados da produção. A organização da distribuição acha-se completamente determinada pela organização da produção. A própria distribuição é um produto da produção, não somente no que concerne ao objeto, pois unicamente os resultados da produção podem ser distribuídos, como no que se refere à forma particular da distribuição, a forma segundo a qual se participa da distribuição. É completamente ilusório colocar a terra na produção e a renda territorial na distribuição.

Os economistas como Ricardo, aos quais se reprova terem em conta apenas a produção, estabeleceram, pois, que a distribuição constitui o objeto exclusivo da economia, porque concebiam instintivamente as formas de distribuição como a expressão mais categórica em que repousam os agentes de produção em uma sociedade determinada.

Relativamente ao indivíduo isolado, a distribuição aparece naturalmente como uma lei social que condiciona sua situação na produção, em cujo interior ele produz, e precede, portanto, à produção. Originariamente, o indivíduo não possui capital, nem propriedade territorial. Desde que nasce, se acha constrangido ao trabalho assalariado pela distribuição social. Mas essa obrigação é, em si mesma, o resultado de que o capital, a propriedade territorial, existem como agentes independentes de produção.

Se consideramos sociedades inteiras, a distribuição parece ainda, de outro ponto de vista, que precede e determina a produção; de certo modo, como um fato pré-econômico. Um povo vencedor reparte o país entre os conquistadores e impõe assim uma repartição e uma forma determinadas de propriedade territorial; determina, por conseguinte, a produção, ou seja, converte os homens conquistados em escravos e faz a produção repousar, assim, sobre o trabalho de escravos. Ou então um povo, por meio de uma revolução, divide a grande propriedade territorial e dá um caráter novo à produção através dessa nova distribuição. Ou então a legislação perpetua a propriedade territorial nas grandes famílias, isto é, reparte o trabalho como um privilégio hereditário, fixando-o, desse modo, em castas.

Em todos esses casos, e todos eles são históricos, a distribuição não parece ser determinada pela produção, mas, ao contrário, a produção parece ser organizada e determinada pela distribuição.

Imaginada da maneira mais superficial, a distribuição apresenta-se como distribuição dos produtos e como se estivesse muito afastada da produção e quase independente em relação a ela. Porém, antes de ser distribuição de produtos é: 1º – a distribuição dos instrumentos de produção; 2º – o que é uma nova determinação da mesma relação – a distribuição dos membros da sociedade nos diferentes gêneros de produção (subordinação dos indivíduos sob relações determinadas de produção). A distribuição dos produtos é manifestamente um resultado dessa distribuição que se encontra incluída no próprio processo de produção e determina a organização da produção. Considerar a produção deixando de lado essa distribuição que encerra é, evidentemente, abstração vazia, enquanto que, ao contrário, a distribuição dos produtos deriva por si mesmo daquela distribuição que originariamente constituía um momento da produção. Ricardo proclama a distribuição e não a produção como o verdadeiro tema da economia moderna, precisamente porque se empenha em conceber a produção moderna

em sua organização social determinada, e porque é o economista *par excellence* [por excelência – francês – N.E.] da produção. Aqui ressurgem novamente o absurdo dos economistas que consideram a produção como uma verdade eterna, enquanto encerram a história no domínio da distribuição.

A questão de saber qual é a relação dessa distribuição com a produção que determina é evidentemente do domínio da própria produção. Se se dissesse, então, pelo menos – pois a produção depende de certa distribuição dos instrumentos de produção – que a distribuição nesse sentido precede à produção, é pressuposta por ela, poder-se-ia dizer que na realidade a produção tem condições e pressuposições que constituem os seus momentos. Pode parecer, em princípio, que essas têm uma origem espontânea. Pelo próprio processo de produção, convertem-se de fatores espontâneos em fatores históricos e se, em relação a um período, aparecem como pressuposição natural da produção, em relação a outro, em troca, tornam-se um resultado histórico. No interior da produção são constantemente transformadas. O emprego do maquinismo, por exemplo, modifica a distribuição dos instrumentos de produção tanto quanto dos produtos, e até a grande propriedade territorial moderna é o resultado do comércio e da indústria modernos, como da aplicação da última à agricultura.

Todas as questões tratadas se reduzem, pois, em último termo, ao extremo de saber de que maneira as condições históricas gerais afetam a produção e qual é a conexão entre produção e movimento histórico. A questão evidentemente pertence à discussão e à análise da própria produção.

Contudo, na forma trivial em que acabam de ser expostas, podem ser resolvidas facilmente. Todas as conquistas comportam três possibilidades. O povo conquistador submete o povo conquistado a seu próprio modo de produção (os ingleses, por exemplo, na Irlanda no século 19 e em parte na Índia), ou então deixa subsistir o antigo modo e contenta-se com um tributo (os

turcos e os romanos, por exemplo); ou então estabelece-se uma ação recíproca que produz algo novo, uma síntese (isso ocorreu em parte nas conquistas germânicas). Em todos os casos, o modo de produção, seja o do povo conquistador, seja o do povo conquistado, seja o que procede da fusão de ambos, é decisivo para a nova distribuição que se estabelece. Embora esta surja como uma condição prévia para o novo período de produção, ela própria é um produto da produção, não somente da produção histórica em geral, mas também da produção histórica determinada. Os mongóis, em suas devastações na Rússia, por exemplo, agiam de conformidade com sua produção, que não exigia senão o pasto, para o qual as grandes extensões dos países despovoados constituem uma condição capital. Os germanos bárbaros, para os quais a agricultura praticada pelos servos era a produção tradicional e que estavam acostumados à vida solitária no campo, podiam, com muito maior facilidade, submeter as províncias romanas a essas condições, pois a concentração da propriedade da terra, que nelas havia se operado, transformara já por completo os antigos sistemas de agricultura. É uma noção tradicional que se tem visto em certos períodos unicamente de pilhagem. Mas, para poder saquear, é necessário que exista algo que saquear, isto é, produção. E o próprio gênero de pilhagem é determinado pelo gênero da produção. Não se pode saquear uma *stock jobbing nation* [nação de especuladores de Bolsa – inglês – N. E.] da mesma maneira que uma nação de vaqueiros.

Quando se rouba o escravo, rouba-se diretamente o instrumento de produção. Mas também é preciso que a produção do país para o qual tenha sido roubado se encontre organizada de maneira que admita o trabalho de escravos ou, ainda (como na América do Sul etc.), é necessário que se crie um modo de produção que corresponda à escravidão.

As leis podem perpetuar um instrumento de produção, a terra, por exemplo, em certas famílias. Essas leis adquirem uma importância econômica unicamente onde a grande propriedade

territorial se encontra em harmonia com a produção social, como na Inglaterra. Na França, a pequena cultura praticava-se a despeito da grande propriedade; por isso, essa última foi dilacerada pela revolução. Mas e se as leis perpetuam o parcelamento? Apesar dessas leis, a propriedade concentra-se de novo. A influência das leis para fixar as relações de distribuição e, portanto, sua ação sobre a produção, devem ser determinadas separadamente.

c) Troca e circulação

A própria circulação é apenas um momento determinado da troca, ou, ainda, é a troca considerada em sua totalidade, enquanto a troca é um momento mediador entre a produção e a distribuição que aquela determina, por um lado, e o consumo, por outro; entretanto, enquanto esse último aparece como um momento da produção, a troca é também claramente compreendida como um momento na produção.

Em primeiro lugar, parece claro que a troca de atividades e capacidades que se efetua na própria produção pertence-lhe diretamente e a constitui essencialmente. Em segundo lugar, isso é certo em relação à troca de produtos, na medida em que é o instrumento que serve para fornecer o produto acabado, destinado ao consumo imediato. Dentro desses limites, a própria troca é um ato compreendido na produção. Em terceiro lugar, a troca entre produtores-permutadores é, segundo sua organização, tão completamente determinada pela produção que ela mesma é uma atividade produtiva. A troca aparece como independente ao lado da produção, e indiferente em relação a ela, no último grau em que o produto é trocado, imediatamente, para o consumo. Mas, não existe troca sem divisão de trabalho, seja natural, ou seja como consequência histórica; segundo, a troca privada supõe a produção privada; terceiro, a intensidade da troca, do mesmo modo que sua extensão e gênero são determinados pelo desenvolvimento e organização da produção; por exemplo: a troca entre a cidade e o

campo, a troca no campo, na cidade etc. A troca parece, assim, em todos os seus momentos, diretamente compreendida na produção ou por ela determinada.

O resultado a que chegamos não é que a produção, a distribuição, a troca, o consumo, são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças em uma unidade. A produção excede-se tanto a si mesma, na determinação antitética da produção, que ultrapassa os demais momentos. O processo começa sempre de novo a partir dela. Compreende-se que a troca e o consumo não possam ser o elemento predominante. O mesmo acontece com a distribuição como distribuição dos produtos. Porém, como distribuição dos agentes de produção, constitui um momento da produção. Uma [forma] determinada da produção determina, pois, [formas] determinadas do consumo, da distribuição, da troca, assim como relações recíprocas determinadas desses diferentes fatores. A produção, sem dúvida, em sua forma unilateral, é também determinada por outros momentos; por exemplo, quando o mercado, isto é, a esfera das trocas, se estende, a produção ganha em extensão e divide-se mais profundamente.

Se a distribuição sofre uma modificação, também varia a produção; por exemplo, com a concentração do capital, com uma distribuição diferente da população na cidade e no campo etc. Enfim, a necessidade de consumo determina a produção. Uma ação recíproca ocorre entre os diferentes momentos. Esse é o caso para cada todo orgânico.

3. O método da Economia Política

Quando estudamos um país determinado do ponto de vista da Economia Política, começamos por sua população, a divisão desta em classes, seu estabelecimento nas cidades, nos campos, na orla marítima; os diferentes ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mer-

cadórias etc. Parece mais correto começar pelo que há de concreto e real nos dados; assim, pois, na economia, pela população, que é a base e sujeito de todo o ato social da produção. Todavia, bem analisado, esse método seria falso.

A população é uma abstração se deixo de lado as classes que a compõem. Essas classes são, por sua vez, uma palavra sem sentido se ignoro os elementos sobre os quais repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital etc. Esses supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. O capital, por exemplo, não é nada sem trabalho assalariado, sem valor, dinheiro, preços etc. Se começasse, portanto, pela população, elaboraria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais estrita, chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos mais simples; do concreto representado chegaria a abstrações cada vez mais tênues, até alcançar as determinações mais simples. Chegado a esse ponto, teria que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas dessa vez não como uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas. O primeiro constitui o caminho que foi historicamente seguido pela nascente Economia Política. Os economistas do século 17, por exemplo, começam sempre pelo todo vivo: a população, a nação, o Estado, vários Estados etc.; mas, terminam sempre por descobrir por meio da análise certo número de relações gerais abstratas que são determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor etc. Esses elementos isolados, uma vez que são mais ou menos fixados e abstraídos, dão origem aos sistemas econômicos, que se elevam do simples, tal como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado universal. O último método é manifestamente o método cientificamente exato. O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida,

embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se na determinação abstrata; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. Assim é que Hegel chegou à ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se absorve em si, procede de si, move-se por si; enquanto o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo mentalmente como coisa concreta. Porém, isso não é, de nenhum modo, o processo da gênese do próprio concreto. A mais simples categoria econômica, suponhamos, por exemplo, o valor de troca, pressupõe a população, uma população que produz em determinadas condições e também certo tipo de famílias, de comunidades ou Estados. Tal valor nunca poderia existir de outro modo senão como relação unilateral-abstrata de um todo concreto e vivo já determinado. Como categoria, ao contrário, o valor de troca leva consigo uma existência antediluviana.

Para a consciência – e a consciência filosófica é determinada de tal modo que para ela o pensamento que concebe é o homem real, e o mundo concebido é, como tal, o único mundo real – para a consciência, pois, o movimento das categorias aparece como o verdadeiro ato de produção – que apenas recebe um impulso do exterior – cujo resultado é o mundo, e isso é exato porque (aqui temos de novo uma tautologia) a totalidade concreta, como totalidade de pensamento, como uma concreção de pensamento, é, na realidade, um produto do pensar, do conceber; não é de nenhum modo o produto do conceito que se engendra a si mesmo e que concebe separadamente e acima da intuição e da representação, mas é elaboração da intuição e da representação em conceitos. O todo, tal como aparece no cérebro, como um todo mental, é um produto do cérebro pensante, que se apropria do mundo da única maneira em que o pode fazer, maneira que difere do modo

artístico, religioso e prático de se apropriar dele. O objeto concreto permanece em pé antes e depois, em sua independência e fora do cérebro ao mesmo tempo, isto é, o cérebro não se comporta senão especulativamente, teoricamente. No método também teórico [da Economia Política] o objeto – a sociedade – deve, pois, achar-se sempre presente ao espírito, como pressuposição.

Porém, essas categorias simples não têm também uma existência independente, histórica ou natural, anterior às categorias mais concretas? *Ça depend* [depende – francês – N.E.]

Hegel, por exemplo, começa corretamente sua *Rechtsphilosophie* [Filosofia do Direito – N.E.] pela posse, como a mais simples relação jurídica do sujeito. Todavia, não existe posse anterior à família e às relações entre senhores e escravos, que são relações muito mais concretas ainda. Como compensação, seria justo dizer que existem famílias, tribos, que se limitam a possuir, mas não têm propriedade. A categoria mais simples aparece, pois, como relação de comunidades de famílias ou de tribos com a propriedade. Na sociedade primitiva aparece como a relação mais simples de um organismo desenvolvido, mas subentende-se sempre o substrato mais concreto, cuja relação é a posse. Pode-se imaginar um selvagem isolado que possua coisas, mas nesse caso a posse não é uma relação jurídica.

Não é exato que a posse evolua historicamente até a família. A posse sempre pressupõe essa “categoria jurídica mais concreta”. Entretanto, restaria sempre o seguinte: as categorias simples são a expressão de relações nas quais o concreto menos desenvolvido tem podido se realizar sem haver estabelecido ainda a relação mais complexa, que se acha expressa mentalmente na categoria concreta, enquanto o concreto mais desenvolvido conserva a mesma categoria como uma relação subordinada.

O dinheiro pode existir, e existiu historicamente, antes que existisse o capital, antes que existissem os bancos, antes que existisse o trabalho assalariado. Desse ponto de vista, pode-se dizer que a categoria simples pode exprimir relações dominantes de um todo

pouco desenvolvido ainda, relações que já existiam antes que o todo tivesse se desenvolvido na direção que é expressa em uma categoria mais completa. Nesse sentido, as leis do pensamento abstrato que se eleva do mais simples ao complexo correspondem ao processo histórico real.

Doutro lado, pode-se dizer que há formas de sociedade muito desenvolvidas, embora historicamente não tenham atingido ainda sua maturidade, nas quais se encontram as formas mais elevadas da economia, tais como a cooperação, uma divisão do trabalho desenvolvida, sem que exista nelas o dinheiro; o Peru, por exemplo.

Também nas comunidades eslavas, o dinheiro e a troca que o condiciona desempenham um papel insignificante ou nulo, mas aparecem em suas fronteiras, nas suas relações com as outras comunidades. Além disso, é um erro situar a troca no interior das comunidades como elemento que as constitui originariamente. Em princípio, surge antes nas relações recíprocas entre as distintas comunidades do que nas relações entre os membros de uma mesma e única comunidade.

Além disso, embora o dinheiro tenha desempenhado oportunamente, e por toda parte, desde os antigos, um papel como elemento dominante, não aparece na Antiguidade senão em nações desenvolvidas unilateralmente em determinado sentido, e ainda na Antiguidade mais culta, entre os gregos e os romanos, não atinge seu completo desenvolvimento, supondo completo o da moderna sociedade burguesa, senão no período de dissolução. Essa simplíssima categoria alcança historicamente, portanto, seu ponto culminante somente nas condições mais desenvolvidas da sociedade. E o dinheiro não entrava de nenhum modo em todas as relações econômicas; assim, no Império Romano, na época de seu perfeito desenvolvimento, permaneceram como fundamentais o imposto e o empréstimo em frutos naturais. O sistema do dinheiro, propriamente falando, encontrava-se ali completamente desenvolvido unicamente no exercício, e não tinha participação na totalidade do trabalho.

De modo que, embora a categoria mais simples tenha podido existir historicamente antes que a mais concreta, não pode precisamente pertencer em seu pleno desenvolvimento, interno e externo, senão a formações sociais complexas, enquanto que a categoria mais concreta se achava plenamente desenvolvida em uma forma de sociedade menos avançada.

O trabalho é uma categoria inteiramente simples. E também a concepção do trabalho nesse sentido geral – como trabalho em geral – é muito antiga. Entretanto, concebido economicamente sob essa simplicidade, o trabalho é uma categoria tão moderna como o são as condições que engendram essa abstração. Por exemplo, o sistema monetário coloca a riqueza sem exceção, de modo objetivo ainda no dinheiro, como algo externo. Desse ponto de vista, houve um grande progresso quando o sistema manufatureiro ou comercial colocou o manancial da riqueza não no objeto, mas na atividade subjetiva – o trabalho comercial e manufatureiro. Contudo, concebia-a ainda no sentido restrito de uma atividade produtora de dinheiro. Em relação a esse sistema, o dos fisiocratas (um novo progresso) é assim: estabelece uma forma determinada de trabalho – a agricultura – como criadora de riqueza, e o próprio objeto não aparece já sob o disfarce do dinheiro, mas como produto em geral, como resultado geral do trabalho. Mas esse produto, de acordo com as limitações da atividade, é sempre um produto da natureza, um produto da agricultura, um produto da terra *par excellence* [por excelência]. Progrediu-se imensamente quando Adam Smith repeliu todo caráter determinado da atividade que cria a riqueza, quando [estabeleceu] o trabalho simplesmente; não o trabalho manufatureiro, não o comercial, não o agrícola, mas tanto uns quanto os outros. Com a generalidade abstrata da atividade que cria a riqueza, temos agora a generalidade do objeto determinado como riqueza, o produto em geral ou, uma vez mais, o trabalho em geral, mas como trabalho passado, realizado. A dificuldade e importância dessa transição prova-o o fato de que o próprio Adam Smith torna a cair de quando em quando no

sistema fisiocrático. Poderia parecer agora que desse modo se teria encontrado unicamente a expressão abstrata da relação mais simples e mais antiga em que entram os homens – em qualquer forma de sociedade – enquanto são produtores. Isso é certo em um sentido. Mas não em outro.

A indiferença em relação a um gênero determinado de trabalho pressupõe uma totalidade muito desenvolvida de gêneros de trabalhos reais, nenhum dos quais domina os demais. Tampouco se produzem as abstrações mais gerais senão onde existe o desenvolvimento concreto mais rico, onde uma coisa aparece como comum a muitos indivíduos, comum a todos. Então já não pode ser imaginada somente sob uma forma particular. Doutro lado, essa abstração do trabalho em geral não é mais que o resultado de uma totalidade concreta de trabalhos. A indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos podem passar com facilidade de um trabalho a outro e na qual o gênero determinado de trabalho é fortuito, e, portanto, lhes é indiferente. Nesse caso, o trabalho se tem convertido, não só categoricamente, mas também realmente em um meio de produzir riqueza em geral, deixando de se confundir com o indivíduo como um objetivo especial. Esse estado de coisas é o mais desenvolvido na forma de existência mais moderna da sociedade burguesa – nos Estados Unidos. Assim, pois, nesse caso, a abstração da categoria “trabalho”, “trabalho em geral”, trabalho *sans phrase* [sem rodeios – francês – N. E.], ponto de partida da economia moderna, torna-se, pela primeira vez, praticamente certa. De modo que a abstração mais simples, que coloca em primeiro lugar a economia moderna e que expressa uma relação antiga e válida para todas as formas de sociedade, não aparece, entretanto, como praticamente certa nessa abstração senão como categoria da mais moderna sociedade. Poder-se-ia dizer que tudo o que surge nos Estados Unidos como um produto histórico ocorre entre os russos, por exemplo – trata-se dessa indiferença em relação ao trabalho determinado – como uma disposição natural.

Em primeiro lugar, há uma diferença enorme entre os bárbaros aptos para serem empregados em qualquer coisa e civilizados que se dedicam eles próprios a tudo. E, além disso, praticamente, a essa indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde, nos russos, o fato de que se encontram submetidos tradicionalmente a um trabalho bem determinado, do qual só as influências exteriores podem arrancá-los.

Esse exemplo mostra de uma maneira clara como até as categorias mais abstratas, apesar de sua validade – precisamente por causa de sua natureza abstrata – para todas as épocas, são, contudo, no que há de determinado nessa abstração, do mesmo modo o produto de condições históricas, e não possuem plena validade senão para essas condições e dentro dos limites dessas mesmas condições.

A sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais desenvolvida, mais diferenciada. As categorias que exprimem suas condições, a compreensão de sua própria organização a tornam apta para abarcar a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada, e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, leva arrastando, enquanto que tudo o que fora antes apenas indicado se desenvolveu, tomando toda sua significação etc. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. O que nas espécies animais inferiores indica uma forma superior, não pode, ao contrário, ser compreendida senão quando se conhece a forma superior. A economia burguesa fornece a chave da economia antiga etc. Porém, não conforme o método dos economistas, que fazem desaparecer todas as diferenças históricas e veem a forma burguesa em todas as formas de sociedade. Pode-se compreender o tributo, o dízimo, quando se compreende a renda territorial. Mas, não se deve identificá-los.

Como, além disso, a sociedade burguesa não é em si mais do que uma forma antagônica do desenvolvimento, certas relações pertencentes a formas anteriores nela só poderão ser novamente encontradas completamente esmaecidas, ou mesmo disfarçadas;

por exemplo, a propriedade comunal. Se é certo, portanto, que as categorias da economia burguesa ocorrem em todas as demais formas de sociedade não se deve tomar isso senão *cum grano salis* [com uma pedrinha de sal – latim – N.E.]. Podem ser contidas, desenvolvidas, esmaecidas, caricaturadas, mas sempre essencialmente distintas. A chamada evolução histórica descansa em geral no fato de que a última forma considera as formas ultrapassadas como graus que conduzem a ela, sendo capaz de criticar a si mesma alguma vez, e somente em condições muito determinadas – aqui não se trata, é óbvio, desses períodos históricos que se descobrem a si próprios – inclusive como tempos de decadência. A religião cristã não pôde ajudar a tornar compreensível, de uma maneira objetiva, as mitologias anteriores senão quando sua crítica de si mesma esteve, até certo ponto, *dynamei* [em potencial – grego – N.E.], isto é, acabada. Desse modo, a economia burguesa só chegou a compreender a sociedade feudal, antiga, oriental, quando a sociedade burguesa começou a criticar a si mesma. Precisamente porque a economia burguesa não prestou atenção à mitologia e não se identificou simplesmente com o passado, sua crítica da [sociedade] anterior, especialmente da feudal, com a qual ainda tinha que lutar diretamente, se assemelhou à crítica que o cristianismo fez do paganismo, ou o protestantismo do catolicismo.

Quando se estuda a marcha das categorias econômicas e em geral qualquer ciência social histórica, sempre convém recordar que o sujeito – a sociedade burguesa moderna, nesse caso – se encontra determinado na mentalidade tanto quanto na realidade, e que as categorias, portanto, exprimem formas de vida, determinações de existência, e amiúde somente aspectos isolados dessa sociedade determinada, desse sujeito, e que, por isso, a [Economia Política] não aparece também como ciência senão unicamente a partir do momento em que trata dela como tal. Deve-se recordar esse fato, porque dá imediatamente uma direção decisiva para a divisão que se precisa fazer.

Parece muito natural, por exemplo, que se comece pela renda territorial, a propriedade rural, porque se encontra ligada à terra, fonte de toda produção e vida, e à agricultura, primeira forma de produção em todas as sociedades, por pouco solidificadas que se achem. E, contudo, nada mais falso do que isso. Em todas as formas de sociedade se encontra uma produção determinada, superior a todas as demais, e cuja situação aponta sua posição e sua influência sobre as outras.

É uma iluminação universal em que atuam todas as cores, e às quais modifica em sua particularidade. É um éter especial, que determina o peso específico de todas as coisas às quais põe em relevo.

Consideremos, por exemplo, os povos pastores (os simples povos caçadores ou pescadores não chegaram ao ponto em que começa o verdadeiro desenvolvimento). Neles existe certa forma esporádica de agricultura. A propriedade rural encontra-se determinada por ela. Essa propriedade é comum, e conserva mais ou menos essa forma, conforme aqueles povos se aferrem mais ou menos às suas tradições; por exemplo, a propriedade rural entre os eslavos. Onde predomina a agricultura, praticada por povos estabelecidos – e esse estabelecimento já constitui um grande progresso – como na sociedade antiga e feudal, a indústria, com sua organização e as formas de propriedade que lhe correspondem, mantém também maiores ou menores traços característicos da propriedade rural; a [sociedade] ou depende inteiramente da agricultura, como entre os antigos romanos, ou imita, como na Idade Média, a organização do campo nas relações da cidade. O próprio capital – enquanto não seja simples capital dinheiro – possui na Idade Média, como utensílio tradicional dos artesãos, esse caráter de propriedade rural.

Na sociedade burguesa acontece o contrário. A agricultura transforma-se mais e mais em simples ramo da indústria e é dominada completamente pelo capital. A mesma coisa ocorre

com a renda territorial. Em todas as formas em que domina a propriedade rural, a relação com a natureza é preponderante. Naquelas em que reina o capital, o que prevalece é o elemento social produzido historicamente. Não se compreende a renda territorial sem o capital; entretanto, compreende-se o capital sem a renda rural. O capital é a potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo. Deve constituir o ponto inicial e o ponto final e ser desenvolvido antes da propriedade rural. Depois de ter considerado separadamente um e outro, deve-se estudar sua relação recíproca. Seria, pois, impraticável e errôneo colocar as categorias econômicas na ordem segundo a qual tiveram historicamente uma ação determinante. A ordem em que se sucedem se acha determinada, ao contrário, pela relação que têm umas com as outras na sociedade burguesa moderna, e que é precisamente o inverso do que parece ser uma relação natural ou do que corresponde à série da evolução histórica. Não se trata do lugar que as relações econômicas ocupem historicamente na sucessão das diferentes formas da sociedade. Menos ainda de sua série “na ideia” (Proudhon), que não passa de uma representação falaciosa do movimento histórico. Trata-se de sua conexão orgânica no interior da sociedade burguesa moderna.

A nitidez (caráter determinado abstrato) com que os povos comerciantes – fenícios, cartagineses – apareceram no mundo antigo provém, precisamente, da própria supremacia dos povos agricultores. O capital, como capital comercial ou capital dinheiro, aparece nessa abstração justamente onde o capital não é ainda um elemento preponderante das sociedades. Os lombardos, os judeus, ocupam a mesma posição em relação às sociedades medievais que praticam a agricultura.

Ainda pode servir de exemplo do papel distinto que as mesmas categorias desempenham em diferentes graus da sociedade o seguinte: as sociedades por ações, uma das últimas formas da sociedade burguesa, aparecem também em seus começos, nas

grandes companhias comerciais privilegiadas, desfrutadoras dos monopólios.

O conceito da riqueza nacional em si insinua-se no espírito dos economistas do século 17 sob a forma – e essa representação persiste em parte nos do século 18 – de que a riqueza não se cria senão para o Estado, e que a potência do Estado é proporcional a essa riqueza. Também essa era uma forma inconscientemente hipócrita sob a qual a riqueza e a produção da mesma se expressavam como finalidade dos Estados modernos, e não se lhes considerava senão como meios para chegar a esse fim.

A divisão deve, do começo, ser feita de maneira que [se desenvolvam]:

1º – as determinações gerais abstratas, que pertencem mais ou menos a todas as formas de sociedade, mas no sentido exposto anteriormente;

2º – as categorias que constituem a organização interior da sociedade burguesa, sobre as quais repousam as classes fundamentais. Capital. Trabalho assalariado, propriedade rural. Suas relações recíprocas. Cidade e campo. As três grandes classes sociais. A troca entre estas, circulação. Crédito (privado);

3º – a sociedade burguesa compreendida sob a forma de Estado. O Estado em si. As classes improdutivas. Impostos. Dívidas do Estado. O crédito público. A população. As colônias. Emigração;

4º – relações internacionais da produção. Divisão internacional do trabalho. Troca internacional. Exportação e Importação. Curso do câmbio;

5º – o mercado mundial e as crises.

4. Produção. Meios de produção e relações de produção.

Relações de produção e de distribuição. Formas do Estado e da propriedade em sua relação com a produção e a distribuição.

Relações jurídicas. Relações familiares.

Nota Bene – relação dos pontos que precisam ser mencionados aqui e que não devem ser esquecidos:

1. a guerra é desenvolvida antes que a paz. [Deveria expor] como, pela guerra e nos exércitos etc., certos fenômenos econômicos, tais como o trabalho assalariado, o maquinismo etc., são desenvolvidos antes que no interior da sociedade burguesa. No Exército é especialmente visível a relação da força produtiva e dos meios de comunicação;

2. relação do método idealista de escrever a história tal como se tem feito até agora, e o método realista. Particularmente a chamada história da civilização, que é a história da religião e dos Estados.

A essa altura, poder-se-á dizer alguma coisa sobre as diferentes maneiras de se escrever a história até agora. O modo chamado objetivo. O subjetivo (moral e outros). O modo filosófico;

3. fatos secundários e terciários. Em geral relações de produção, derivadas, transmitidas, não originais. Aqui entram em jogo as relações internacionais;

4. sobre o materialismo dessa concepção. Relação com o materialismo naturalista;

5. dialética dos conceitos, força produtiva (meios de produção) e relações de produção, dialética, cujos limites se deve determinar e que não elimina a diferença real;

6. a relação desigual entre o desenvolvimento da produção material e a produção antiga, por exemplo. Em geral, o progresso não deve ser concebido da maneira abstrata habitual. Em relação à arte, essa desproporção não é ainda tão importante nem tão difícil de apreender como nas relações prático-sociais; por exemplo, a relação da cultura dos Estados Unidos com a da Europa. O ponto realmente difícil que precisa ser discutido é o de saber como evoluirão de uma maneira desigual as relações de produção, na sua condição de relações jurídicas. Assim, por exemplo, a relação entre o direito privado romano (quanto ao

direito criminal e público não parece tão certo) e a produção moderna;

7. essa concepção aparece como a de uma evolução necessária. Mas justificação do acaso. Varia.¹⁸⁵ (A liberdade, e também outras coisas). (Influência dos meios de comunicação). Falando com propriedade, a história universal nem sempre aparece na história como resultado da história universal;

8. as determinações naturais subjetivas e objetivas, tribos, raças etc. devem constituir, como é justo, o ponto de partida.

Quanto à arte, já se sabe que os períodos de florescimento determinados não estão, absolutamente, em relação com o desenvolvimento geral da sociedade, nem, portanto, com a base material, o esqueleto, de certo modo, de sua organização. Por exemplo, os gregos, comparados com os modernos, ou ainda Shakespeare. Em relação a certos gêneros de arte, a epopeia, por exemplo, admite-se que jamais podem produzir-se em sua forma clássica, fazendo época no mundo, desde o momento em que a produção artística aparece como tal; isto é, no interior do domínio da própria arte, algumas manifestações importantes não são possíveis senão em um grau inferior da evolução da arte. Se isso é certo, referindo-se à relação dos diferentes gêneros de arte no interior do domínio da própria arte, não se pode estranhar que também o seja a respeito da relação do domínio todo da arte com o desenvolvimento geral da sociedade. A dificuldade consiste somente na formulação geral dessas contradições. Assim que se especificam, explicam-se. Consideremos, por exemplo, a relação da arte grega e depois a de Shakespeare com os tempos atuais. A mitologia grega, como se sabe, não somente era o arsenal da arte grega, mas sua terra alimentadora também. A concepção da natureza e das relações sociais, que se acham no fundo da imaginação grega, e portanto da arte grega, é por acaso compatível com as máquinas automáticas, as estradas de

ferro, as locomotivas e o telégrafo elétrico? Que representa Vulcano ao lado de Roberts & Cia., Júpiter dos pararraios e Hermes do crédito mobiliário? Toda a mitologia submete, domina e modela as forças da natureza na imaginação e para a imaginação e desaparece, portanto, quando se chega a dominá-las realmente. Que representa a Fama em relação a Printing House Square.¹⁸⁶ A arte grega pressupõe a mitologia grega, isto é, a natureza e a própria sociedade modelada já de uma maneira inconscientemente artística pela fantasia popular. Esses são seus materiais. Não uma mitologia qualquer, não qualquer transformação inconscientemente artística da natureza (compreendendo essa última tudo que é objeto, logo, também, a sociedade). A mitologia egípcia jamais pôde ceder o solo ou o seio materno para criar a arte grega. Mas, em todo caso, era necessária uma mitologia. A arte grega não podia surgir, em nenhum caso, em uma sociedade que exclui toda relação mitológica com a natureza, que exige do artista uma imaginação que não se apoie na mitologia.

De outro ponto de vista, é possível a existência de Aquiles ao aparecer a pólvora e o chumbo? *A Iliada* inteira é compatível com a máquina impressora? Não desaparecem necessariamente os cantos, as lendas e a musa diante da regreta do tipógrafo? Não se desvanecem as condições necessárias da poesia épica?

O difícil não é compreender que a arte grega e a epopeia se achem ligadas a certas formas do desenvolvimento social, mas que ainda possam proporcionar gozos estéticos e sejam consideradas em certos casos como norma e modelo inacessíveis.

Um homem não pode voltar a ser criança sem retornar à infância. Mas não se satisfaz com a ingenuidade da criança e não deve aspirar a reproduzir, em um nível mais elevado, a sinceridade da criança? Não revive na natureza infantil o caráter próprio de cada época em sua verdade natural? Por que a infância social da huma-

¹⁸⁵ Assim está escrito no original.

¹⁸⁶ Tipografia do jornal *Times*.

nidade, no mais belo de seu florescimento, não deveria exercer uma eterna atração, como uma fase desaparecida para sempre? Há meninos mal-educados e meninos envelhecidos. Muitas nações antigas pertencem a essa categoria. Os gregos eram meninos normais. O encanto que encontramos em sua arte não está em contradição com o caráter primitivo da sociedade em que essa arte se desenvolveu. É, ao contrário, sua produção; poder-se-ia dizer melhor que se acha indissolúvelmente ligada ao fato de que as condições sociais imperfeitas em que nasceu e nas quais forçosamente tinha que nascer não poderiam retornar nunca mais.

COMENTÁRIOS SOBRE A *CONTRIBUIÇÃO À CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA*, DE KARL MARX*

F. ENGELS

I

Em todos os campos da ciência, os alemães têm demonstrado há muito tempo que valem tanto – às vezes até mais – que o restante das nações civilizadas. Havia somente uma ciência que não contava com o talento alemão: a Economia Política. A razão disso é facilmente conhecida. A Economia Política é a análise teórica da moderna sociedade burguesa e pressupõe, portanto, condições burguesas desenvolvidas, condições que, após as guerras da Reforma e as guerras camponesas e, sobretudo, da guerra dos Trinta Anos, não poderiam se estabelecer na Alemanha antes de

* Traduzido por Geraldo Martins de Azevedo Filho de MARX, Carlos. *Contribución a la crítica de la Economía Política*. 1978. Alberto Corazón, Editor (Comunicación); Roble, 22. Madrid-20. España. pp. 259-269.

vários anos. A separação da Holanda do Império Alemão afastou a Alemanha do comércio mundial e reduziu, de antemão, seu desenvolvimento industrial a proporções desprezíveis. E, enquanto os alemães se reconstituíam, árdua e lentamente, dos estragos causados pelas guerras civis, enquanto gastavam todas as suas energias cívicas, que nunca foram muitas, em uma luta estéril contra os entraves aduaneiros e as ineptas normas comerciais que cada príncipe em miniatura e cada barão do Reich impunha aos seus súditos; enquanto as cidades imperiais definhavam entre o dinheiro miúdo dos grêmios de artesãos e o patriarcado – a Holanda, a Inglaterra e a França conquistavam os primeiros lugares no comércio mundial, estabeleciam colônias atrás de colônias e levavam a indústria manufatureira a seu máximo apogeu, até que, por último, a Inglaterra, com a invenção do vapor, que valorizou finalmente suas minas de carvão e suas reservas de ferro, colocou-se na liderança do moderno desenvolvimento burguês. Enquanto tivesse de lutar contra os resquícios tão ridiculamente antiquados da Idade Média, como os que, até 1830, obstruíam o progresso material da burguesia alemã, não se poderia pensar na existência de uma Economia Política alemã. Até a fundação da Liga Aduaneira,¹ os alemães não se encontravam em condições de, no mínimo, entender a economia política. Assim, a partir de então, começa a importação da economia inglesa e francesa em proveito da burguesia alemã. Os intelectuais e os burocratas não tardaram a se apossar da disciplina importada, ornamentado-a de uma forma nada honrosa ao “espírito alemão”.

Da multidão caótica dos senhores da indústria, comerciantes, “sábios”, escritores medíocres, nasceu na Alemanha uma literatura sobre economia que, no que diz respeito à insipidez, superficialidade, vacuidade, prolixidade e plágio, que só pode ser comparada

¹ A Liga Aduaneira alemã (Zollverein) foi objeto de acordo em 1º de janeiro de 1834, entre a Prússia e uma série de Estados alemães. A Áustria ficou de fora dessa Liga.

com sua ficção. Entre as pessoas de senso prático, formou-se, em primeiro lugar, a escola dos industriais protecionistas, cuja autoridade primeira, List, continua sendo o melhor que a literatura econômica burguesa alemã produziu, mesmo que toda a sua gloriosa obra tenha sido copiada do francês Ferrier, pai da teoria do sistema continental.² Frente a essa tendência, surgiu, na década de 1840, a escola do liberalismo comercial dos comerciantes das províncias do Báltico, que repetiam gaguejando, com fé infantil, ainda que interessada, os argumentos dos *freetraders* ingleses.³ Finalmente, entre os “sábios” e os burocratas, que ficaram encarregados do aspecto teórico dessa ciência, temos áridos colecionadores acríticos, como o senhor Rau, especuladores pseudoengenhosos, como o senhor Stein, dedicados a traduzir as teses dos estrangeiros à indigesta linguagem de Hegel, ou pseudoliteratos do campo da “história da cultura”, como o senhor Riehl. De tudo isso, apareceram, por último, as *ciências camerales*,⁴ uma sopa de ervas daninhas de todos os tipos, com um tempero eclético-economista que servia aos opositores para ingressar na folha de pagamento da administração pública.

Enquanto, na Alemanha, a burguesia, os “sábios” e os burocratas se esforçavam para decorar os dogmas intangíveis, e para entender um pouco os primeiros rudimentos da Economia Política anglo-francesa, veio a público o partido proletário alemão. Todo o conteúdo teórico desse partido tinha origem no estudo da Economia Política; e o instante do seu surgimento coincide com o da Economia Política alemã, como ciência com existência própria. Essa economia política alemã se fundamenta substancialmente na concepção materialista da história, cujos traços fundamentais

² Sistema continental: a política proibitiva contra a importação de mercadorias inglesas pelo continente europeu, seguida por Napoleão I. O sistema continental foi implantado em 1806 por um decreto de Napoleão. Esse sistema foi adotado, entre outros países, pela Espanha, Nápoles, Holanda e, mais tarde, pela Prússia, Dinamarca, Rússia e Áustria.

³ Partidários do livre comércio.

⁴ Ciclo de ciências administrativas e econômicas ministrado nas universidades alemãs. (Nota da edição em espanhol)

estão colocados de forma concisa no prefácio da obra que estamos comentando. A parte principal desse prefácio já foi publicada no *Das Volk*,⁵ e, por isso, nos reportamos a ela. A tese de que “o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral”, de que todas as relações sociais e estatais, todos os sistemas religiosos e jurídicos, todas as ideias teóricas que brotam na história somente podem ser compreendidas quando forem compreendidas as condições materiais de vida da época em questão e quando se conseguir explicar tudo aquilo por essas condições materiais; essa tese foi uma descoberta que revolucionou não apenas a Economia, mas também todas as ciências históricas (e todas as ciências que não são naturais são históricas). “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social o que determina sua consciência.” É uma tese tão simples que, forçosamente, teria de ser a própria evidência para todos aqueles que não se encontram atolados no pântano das armadilhas idealistas. Porém, isso não somente traz consequências altamente revolucionárias para a teoria, mas também para a prática:

Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura... As relações de produção burguesas são a última forma antagônica do processo de produção social, antagônica não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que nasce das condições de existência sociais dos indivíduos; as forças produtivas que se desenvolvem no

seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver esse antagonismo.

Portanto, se seguirmos desenvolvendo nossa tese materialista e a aplicarmos aos tempos atuais, abre-se imediatamente diante de nós a perspectiva de uma poderosa revolução, a mais poderosa revolução de todos os tempos.

Porém, olhando as coisas de perto, vemos, também imediatamente, que essa tese, de aparência tão simples – de que a consciência do homem é determinada por sua existência, e não ao contrário – rechaça totalmente, já em suas primeiras consequências, qualquer idealismo, mesmo o mais dissimulado. Com ela [a tese], são negadas todas as ideias tradicionais e disseminadas sobre as questões históricas. Todo modo tradicional da argumentação política cai por terra; a fidalguia patriótica se agita, indignada, contra essa falta de princípios no modo de ver as coisas. Por isso, a nova concepção teria de chocar-se forçosamente, não somente com os representantes da burguesia, mas também com a massa dos socialistas franceses, que pretendem transformar o mundo com sua fórmula de *liberté, égalité, fraternité* [liberdade, igualdade, fraternidade – francês]. Porém, foi entre os pregadores democrático-vulgares da Alemanha que [a tese] provocou maior furor. Mas isso não foi obstáculo para que dessem uma predileção especial em explorar, plagiando-as, as novas ideias, mas com confusões extraordinárias.

O desenvolvimento da concepção materialista, ainda que fosse a publicação de um único exemplo histórico, foi um trabalho científico que exigiu longos anos de estudo tranquilo, pois é evidente que, aqui, nada se resolve com simples frases, que só a existência de um conjunto de materiais históricos, criticamente selecionados e totalmente dominados, pode capacitar-nos para a solução do problema. A revolução de fevereiro levou o nosso partido ao campo da política, impedindo, com isso, de nos entregarmos à pesquisa essencialmente científica. Entretanto, aquela concepção fundamental inspira, unifica, como um fio, todas as produções literárias do partido. Em todas

⁵ Periódico alemão publicado em Londres entre maio e agosto de 1859. Marx participou ativamente em sua redação.

elas demonstra-se, caso a caso, como a ação surge sempre de forças diretamente materiais e não das frases que a acompanham; longe disso, as frases políticas e jurídicas são outros tantos efeitos das forças materiais, assim como a ação política e seus resultados.

Depois da derrota da revolução de 1848-1849, chegou um momento em que se tornou cada vez mais impossível exercer qualquer influência na Alemanha de fora do país e, então, nosso partido abandonou aos democratas vulgares o campo dos conflitos entre os migrantes, a única atividade possível naquele momento. Enquanto esses democratas vulgares davam livre trânsito aos seus conflitos, injuriando-se hoje para se abraçarem amanhã e, no dia seguinte, diante de todos, voltar a lavar sua roupa suja; enquanto percorriam toda a América humilhando-se para provocar, em seguida, um novo escândalo pela partilha de um punhado de moedas [que eles haviam coletado], nosso partido se alegrava de encontrar outra vez um pouco de paz para o estudo. Diante dos outros, tinha a grande vantagem de ter, por base teórica, uma nova concepção teórica do mundo, cuja elaboração dava-lhe muito a ser feito, razão suficiente para que não descesse ao plano dos “grandes homens” da emigração.

O primeiro fruto desses estudos é o livro que temos em mãos.

II

Um livro como este não podia se limitar a criticar sem consequência alguns capítulos isolados da Economia, estudar isoladamente este ou aquele problema econômico conflitante. Não; este livro, desde o primeiro momento, encaminha-se para uma síntese sistemática de todo o conjunto da ciência econômica, para desenvolver coerentemente as leis da produção burguesa e do comércio burguês. E como os economistas não são mais que intérpretes e apologistas dessas leis, desenvolvê-las é, ao mesmo tempo, fazer a crítica de toda a literatura econômica.

Desde a morte de Hegel, não houve quase nenhuma tentativa de se desenvolver um ramo da ciência em sua própria coerência interna. A escola hegeliana oficial só havia aprendido da dialética do mestre a manipulação dos artifícios mais simples, que aplicava a torto e a direito e, além disso, com uma indignidade não poucas vezes cômica. Para eles, toda a herança de Hegel se reduzia a um simples padrão, pelo qual podiam dividir e construir todos os temas possíveis, e a um índice de palavras e rodeios que já não tinham mais que a missão de se colocar no momento oportuno para encobrir com isso a inexistência de ideias e conhecimentos concretos. Como dizia um professor de Bonn, esses hegelianos não sabiam nada de nada, porém podiam escrever sobre tudo. E assim era, efetivamente. Sem dúvida, em que pese a sua suficiência, esses senhores tinham tanta consciência de sua insignificância que, sempre que fosse possível, evitavam os grandes problemas; a velha ciência arrogante mantinha suas posições pela superioridade de seu conhecimento concreto. Somente quando Feuerbach rompeu com o método especulativo é que o hegelianismo foi se definindo pouco a pouco; parecia que o reinado da velha metafísica, com suas categorias imutáveis, havia se reintroduzido na ciência.

O assunto tinha sua explicação lógica. O regime dos diádocos⁶ hegelianos, que havia se perdido em fraseologias, foi sucedido, naturalmente, por uma época na qual o conteúdo positivo da ciência voltou a se sobrepor ao seu aspecto formal. Ao mesmo tempo, a Alemanha, coincidentemente com o formidável progresso burguês alcançado desde 1848, lançava-se, com uma energia verdadeiramente extraordinária, às Ciências Naturais; e, ao colocar na moda essas ciências, nas quais a tendência especulativa não havia chegado jamais a adquirir grande importância, a velha maneira metafísica

⁶ Diádocos: sucessores de Alexandre da Macedônia, empenhados, depois de sua morte, em uma luta interna que provocou o desmoronamento do império. Engels usa essa palavra no sentido irônico aos representantes oficiais da escola hegeliana nas universidades alemãs.

de se pensar também voltou a se generalizar, até cair na extrema vulgaridade de um Wolff.

Hegel havia sido esquecido e se desenvolveu o novo materialismo naturalista, que não se distingue em nada, teoricamente, daquele do século 18 e que, na maioria dos casos, não traz vantagem nenhuma além de possuir mais dados de Ciências Naturais, principalmente químicos e fisiológicos. A estreita mentalidade filisteia dos tempos pré-kantianos volta a se apresentar, reproduzida à extrema vulgaridade, em Buchner e Vogt; e até o próprio Moleschott, que jura por Feuerbach, perde-se a cada momento, de modo divertidíssimo, entre as categorias mais simples. A prepotência grosseira do sentido comum burguês se detém perplexo diante do fosso que separa a essência das coisas de suas manifestações; a causa, do efeito; e, se alguém vai caçar com cães ágeis e velozes, em terrenos escabrosos do pensar abstrato, não deve fazê-lo no lombo de um pangaré.

Aqui se estabelecia, portanto, outro problema que, em si, não tinha nada a ver com a Economia Política. Com que método devia se tratar da ciência? De um lado, estava a dialética hegeliana sob a forma abstrata, “especulativa”, como a deixara Hegel. De outro lado, o método vulgar, que voltava a ser usado, o método, em sua essência, metafísico, wolffiano, do qual os economistas burgueses também se serviam para escrever seus volumosos e incoerentes livros. Este último método havia sido tão destruído teoricamente por Kant e, sobretudo, por Hegel, que somente a inércia e a ausência de outro método simples podiam explicar que ele ainda perdurasse na prática. Por outro lado, o método hegeliano era completamente inútil na sua forma atual. Era um método essencialmente idealista e aqui se tratava de desenvolver uma concepção do mundo mais materialista que todas as anteriores. Aquele método partia do pensamento abstrato e aqui devia se partir de fatos mais sólidos. Um método que, segundo seu próprio reconhecimento, “partia do nada pra chegar a nada por meio do nada”, era de todos os modos impróprio sob essa forma. E, não obstante, esse método era, entre todo o material lógico existente, o

único que podia ser utilizado. Não havia sido criticado, não havia sido superado por ninguém; nenhum dos adversários do grande pensador dialético conseguiu abrir uma brecha no seu imponente edifício; havia caído no esquecimento porque a escola hegeliana não sabia o que fazer com ele. O primeiro passo, portanto, seria submeter o método hegeliano a uma crítica em profundidade.

O que colocava o método discursivo de Hegel acima do [método] de todos os demais filósofos era o formidável sentido histórico que o estimulava. Por mais abstrata e idealista que fosse sua forma, o desenvolvimento de suas ideias seguia sempre paralelamente ao desenvolvimento da história universal, que era, na realidade, apenas o meio para o primeiro. E, ainda que, com isso, se pusesse de ponta-cabeça a verdadeira relação, a Filosofia se nutria, totalmente, não obstante, do conteúdo real; principalmente por Hegel se diferenciar de seus discípulos pelo fato de não se vangloriar, como eles o faziam, mas, sim, por ser uma das cabeças mais eruditas de todos os tempos. Hegel foi o primeiro a tentar destacar na história um processo de desenvolvimento, uma conexão interna; e, por mais estranhas que nos pareçam hoje muitas coisas de sua filosofia da história, a grandeza da sua concepção fundamental continua sendo, entretanto, algo admirável, tanto se o compararmos com seus antecessores, quanto se nos fixarmos naqueles que, depois dele, se permitiram fazer considerações generalizadas sobre a história. Em *Fenomenologia [do espírito]*, em [*Cursos de*] *estética*, em [*Introdução à*] *história da Filosofia* [obras de sua autoria], em todos os momentos vemos o reflexo dessa concepção grandiosa da história e encontramos a matéria tratada historicamente, em uma determinada conexão com a história, ainda que essa conexão apareça deturpada, de forma abstrata.

Essa concepção da história, que marcou uma época, foi a premissa teórica direta da nova concepção materialista, e isso também oferecia um ponto de união com o método lógico. Se, do ponto de vista do “pensamento puro”, essa dialética esquecida havia conduzido a tais resultados; e se, além disso, havia superado a toda a

lógica e a metafísica anteriores a ela, devia, sem dúvida, haver nela algo mais que uma sutileza enganosa e pedante. Porém, o proceder esse método à crítica, projeto que tornou e torna necessária a crítica de toda a filosofia oficial, não foi nenhuma insignificância.

Marx foi e é o único que podia se entregar ao trabalho de retirar da lógica hegeliana o cerne que contém os verdadeiros descobrimentos de Hegel nesse campo, e de reconstituir o método dialético despojado de sua forma idealista, na simples transparência como a única forma exata do desenvolvimento do pensamento. O fato de Marx haver elaborado o método da crítica da Economia Política é, a nosso ver, algo que tem quase tanta importância quanto a concepção materialista fundamental.

Mesmo após o descobrimento do método, e de acordo com ele, podia se fazer a crítica da Economia Política de duas maneiras: a histórica e a lógica. Como na história e em seu reflexo na literatura, as coisas também se desenvolvem, grosso modo, do mais simples ao mais complexo, o desenvolvimento histórico da literatura sobre Economia Política oferecia um elo natural de ligação com a crítica, pois, em termos gerais, as categorias econômicas apareciam aqui na mesma ordem que em seu desenvolvimento lógico. Essa forma apresenta, aparentemente, a vantagem de uma maior clareza, pois nela se segue o desenvolvimento real das coisas; entretanto, na prática, no melhor dos casos, a única coisa que se conseguiria seria popularizá-la. A história se desenvolve, frequentemente, em saltos e em ziguezagues, e assim ela deveria ser seguida em toda a sua trajetória, na qual não só se recolheriam muitos materiais de pouca importância, mas também sua ligação lógica deveria ser, muitas vezes, rompida. Além disso, a história da Economia Política não poderia ser escrita sem a história da sociedade burguesa, pois a tarefa seria interminável, pois faltam todos os estudos preliminares. Portanto, o único método indicado era o lógico. Porém, este não é, na realidade, senão o método histórico despojado unicamente de sua forma histórica e das

casualidades perturbadoras. Lá, onde começa essa história, deve começar também o processo de reflexão; e o desenvolvimento posterior desse processo não será mais que a imagem refletida, de forma abstrata e teoricamente consequente, da trajetória; uma imagem refletida corrigida, porém corrigida de acordo com as leis da própria trajetória histórica; e, assim, cada fator pode ser estudado no ponto de desenvolvimento de sua plena maturidade, em sua forma clássica.

Com este método, partimos sempre da relação primeira e mais simples que existe historicamente, de fato; portanto, aqui, da primeira relação econômica com a qual nos encontramos. Depois, procedemos à sua análise. Pelo próprio fato de se tratar de uma relação, está implícito que há dois lados que se relacionam entre si. Cada um desses dois lados é estudado separadamente, a partir do que se depreende sua relação recíproca e sua interação. Encontramo-nos com contradições que exigem uma solução. Porém, como aqui não seguimos um processo de reflexão abstrato, que se desenvolve exclusivamente em nossas cabeças, mas uma sucessão real de fatos, ocorridos real e efetivamente em algum tempo ou que continuam ocorrendo, essas contradições também estarão determinadas na prática, onde, provavelmente, também será encontrada sua solução. E, se estudarmos o caráter dessa solução, veremos que se consegue criando uma nova relação, cujos dois lados opostos teremos agora que desenvolver, e assim sucessivamente.

A Economia Política se inicia pela mercadoria, no momento em que se trocam alguns produtos por outros, seja por obra de indivíduos isolados ou de comunidades primitivas. O produto que entra no intercâmbio é uma mercadoria. Porém, o que o transforma em mercadoria é pura e simplesmente o fato de que à coisa, ao produto está ligada uma relação entre duas pessoas ou comunidades, a relação entre o produtor e o consumidor, que aqui não mais se confundem na mesma pessoa. Temos aqui um exemplo de um fato particular que percorre toda a Economia Política e tem produzido lamentáveis

discussões nas cabeças dos economistas burgueses. A Economia não trata de coisas, mas de relações entre pessoas e, em última instância, entre classes, apesar de essas relações estarem sempre unidas a coisas e aparecerem sempre como coisas. Ainda que um ou outro economista tenha vislumbrado, em casos isolados, essa conexão, foi Marx quem a descobriu na sua relevância para toda a Economia, simplificando e esclarecendo com isso até os problemas mais difíceis que, hoje, até os próprios economistas burgueses podem compreender.

Se tomarmos a mercadoria em seus diversos aspectos – porém a mercadoria que já atingiu seu pleno desenvolvimento, não aquela que começa a se desenvolver arduamente nos atos primitivos de troca entre duas comunidades primitivas – ela nos é apresentada sob os dois pontos de vista, de valor de uso e de valor de troca, com o que entramos imediatamente no terreno do debate econômico. Quem quiser um exemplo claro de como o método dialético alemão, em sua fase atual de desenvolvimento, está tão acima do velho método metafísico, vulgar e impostor (como são as ferrovias se comparadas aos meios de transporte da Idade Média), deve observar que, ao ler Adam Smith ou qualquer outro economista famoso, quanto sofrimento o valor de uso e o valor de troca causaram a esses senhores, quanta dificuldade tiveram para distingui-los e compreendê-los cada um deles em sua própria e particular precisão, e comparar tudo isso, em seguida, com a clara e simples exposição de Marx.

Depois de se compreender o valor de uso e o valor de troca, estuda-se a mercadoria como unidade direta de ambos, tal como entra no processo de troca. A quais contradições isso dá lugar pode se ver nas páginas 20 e 21.⁷ Advertimos que essas contradições não têm tão-somente um interesse teórico abstrato, mas refletem ao mesmo tempo as dificuldades que surgem da natureza da relação de troca direta, do simples ato da troca, e as impossibilidades nas

quais essa primeira forma rudimentar de troca necessariamente tropeça. A solução para essas impossibilidades é alcançada transferindo a uma mercadoria especial – o dinheiro – a qualidade de representar o valor de troca de todas as demais mercadorias. Depois disso, estuda-se, no segundo capítulo, o dinheiro ou a circulação simples, como segue: 1. o dinheiro como medida do valor, determinando-se o valor medido em dinheiro na forma mais concreta, o preço; 2. como meio de circulação e 3. como unidade de ambos os conceitos como dinheiro real, como representação de toda a riqueza burguesa material. Com isso, terminam os estudos do primeiro fascículo, reservando-se, para o segundo, a transformação do dinheiro em capital.

Vemos, portanto, com esse método, como o desenvolvimento lógico não se vê obrigado a se movimentar no reino do puramente abstrato. Ao contrário, precisa apoiar-se em exemplos históricos, manter-se em constante contato com a realidade. Por isso, esses exemplos apresentam uma grande variedade de argumentos e consistem tanto em referências à trajetória histórica real nas diversas etapas do desenvolvimento da sociedade, quanto em referências à literatura econômica, àquelas que acompanham, desde o início, a elaboração de conceitos claros das relações econômicas. A crítica das diferentes definições, mais ou menos unilaterais ou confusas, está contida, no fundamental, no desenvolvimento lógico e pode ser resumida brevemente.

Em um terceiro artigo, nos deteremos no exame do conteúdo econômico da obra.⁸

Escrito por F. Engels na primeira quinzena de agosto de 1859. Publicado, sem autoria, no *Das Volk*, nos números 6 e 20, de agosto de 1859.

⁷ Engels refere-se aqui à primeira edição de 1859.

⁸ Esse terceiro artigo nunca foi publicado, nem foi encontrado entre os manuscritos de Engels.